

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

05
Civilizações
Clássicas II - Roma

Rui Manuel Sobral Centeno
(Coordenador)

eUAb | Coleção Universitária

CIVILIZAÇÕES CLÁSSICAS II

ROMA

Rui Manuel Sobral Centeno

Com a colaboração de:

Carlos Fabião

Amílcar Guerra

Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel

Arnaldo M. do Espírito Santo

Copyright © **UNIVERSIDADE ABERTA** — 2014
Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1269-001 Lisboa – Portugal
www.uab.pt

Coleção: eUAb | Coleção Universitária; N.º 05

ISBN: 978-972-674-748-2

O texto agora apresentado em formato digital constitui a reedição na íntegra da versão editada em 1997 pela Universidade Aberta

Conselho Editorial da UAb

1. AS ORIGENS DE ROMA

Objectivos de aprendizagem

- 1.1 Os povos da Itália primitiva
- 1.2 A história tradicional da Roma arcaica
- 1.3 A história da *Urbs* à luz dos dados arqueológicos

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

2. A ECONOMIA ROMANA

Objectivos de aprendizagem

- 2.1 Alguns esclarecimentos prévios
- 2.2 O quadro geral
- 2.3 Os campos
- 2.4 As cidades e o artesanato
- 2.5 Comércio e distribuição
 - 2.5.1 *Inter-regional dentro do Império*
 - 2.5.2 *Com regiões exteriores*
- 2.6 Uma visão de conjunto ...

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

3. A SOCIEDADE ROMANA

Objectivos de aprendizagem

- 3.1 A sociedade arcaica
- 3.2 A sociedade romana durante a República
 - A Lei das XII Tábuas
 - A evolução da sociedade até ao início das Guerras Púnicas (264 a. C.)
 - O sistema social até ao final da República
- 3.3 A estrutura social durante o Império
 - A ordem senatorial
 - A ordem equestre
 - A plebe
 - Os escravos

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

4. A RELIGIÃO ROMANA

Objectivos de aprendizagem

- 4.1 O fundo indo-europeu
- 4.2 Características gerais
 - Conservadorismo
 - Pragmatismo
 - Abertura e tolerância
- 4.3 A religião romana tradicional
 - Os *numina*
 - Rituais agrários e de fecundidade
 - Religião familiar
 - Culto dos mortos
 - Prodígios e adivinhação

- 4.4 As tradições que marcaram a religião romana
 - Etrusca
 - Latina
 - Greco-oriental
- 4.5 As religiões do Império
 - Augusto, restaurador da tradição
 - O Culto imperial
 - Incertezas do quotidiano e religiões de salvação
 - O Cristianismo
- 4.6 Panorama religioso provincial: o caso do ocidente peninsular

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia fundamental

5. A VIDA QUOTIDIANA

Objectivos de aprendizagem

- 5.1 Nascer
- 5.2 Crescer
- 5.3 Casar
- 5.4 Morrer
- 5.5 Comer
- 5.6 Habitar
- 5.7 Vestir

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

6. UM PANORAMA DA LITERATURA LATINA

Objectivos de aprendizagem

- 6.1 Periodização
- 6.2 Origens
- 6.3 Substratos
- 6.4 Vestígios
- 6.5 Os primeiros autores
 - Lívio Andronico
 - Névio
 - Plauto
- 6.6 O progresso da Helenização
 - Énio
 - Terêncio
 - Catão
- 6.7 O círculo dos Cipiões
 - Lucílio
 - Ácio
- 6.8 Os oradores
- 6.9 Historiografia
- 6.10 Novas tendências
- 6.11 *Poetae novi*
 - Catulo
 - Lucrecio
 - Cícero
 - César
 - Salústio
 - Cornélio Nepos
 - Varrão

6.12 Época de Augusto

Virgílio

Horácio

6.13 Poetas elegíacos

Cornélio Galo

Tibulo

Propércio

Ovídio

Tito Lívio

6.14 Época imperial

6.15 Nero e as letras

Séneca

Pérsio

Lucano

Petrónio

6.16 Época dos Flávios

Plínio, *o Velho*

Quintiliano

Valério Flaco

Sílio Itálico

Estácio

Marcial

6.17 Época de Nerva e Trajano

Tácito

Juvenal

Plínio, *o Moço*

6.18 De Adriano a Marco Aurélio

Suetónio

Floro

6.19 A geração dos *poetae nouelli*

Frontão

Aulo Gélio

Apuleio

6.20 O ocaso da literatura pagã

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

APÊNDICE

Cronologia da história de Roma

BIBLIOGRAFIA GERAL

Colecções de história geral

Manuais

1. AS ORIGENS DE ROMA

RUI M. S. CENTENO

ÍNDICE

Objectivos de aprendizagem

1.1 Os povos da Itália primitiva

1.2 A história tradicional da Roma arcaica

1.3 A história da *Urbs* à luz dos dados arqueológicos

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

Objectivos de aprendizagem

O estudo deste capítulo deve permitir ao aluno:

- Distinguir as várias civilizações que se desenvolveram na península Itálica desde os finais do III milénio a. C. até ao século VII a. C.;
- Destacar os elementos característicos de tais civilizações;
- Apontar as áreas geográficas concretas de fixação e desenvolvimento dessas civilizações;
- Compreender o processo lendário associado ao aparecimento da cidade de Roma como uma forma de explicação usual na Antiguidade;
- Distinguir os principais episódios mítico-lendários associados à fundação da cidade de Roma;
- Identificar os principais actos de governo e reformas de Rómulo, dos três reis de origem latino-sabina e dos reis da dinastia etrusca, de acordo com a tradição e com os dados da historiografia romana;
- Reconhecer a excepcional localização geográfica da cidade de Roma e de toda a região em que a cidade se integrava;
- Enunciar as vantagens dessa excepcional localização;
- Situar cronológica e geograficamente os mais antigos vestígios da presença humana no sítio de Roma;

- Explicar como a associação de povoados dos vários montes de Roma contribuiu para o seu grande desenvolvimento durante o século VIII a. C.;
- Indicar o século VII a. C. como a época em que os pequenos povoados se transformam gradualmente numa grande comunidade urbana;
- Apontar a dinastia etrusca como a etapa decisiva na evolução de Roma, ou seja, na sua transformação em verdadeira cidade-estado, no século VI a. C.

1.1 OS POVOS DA ITÁLIA PRIMITIVA

Apesar de desfrutar de uma localização geográfica privilegiada no centro da bacia mediterrânica, que permitiu, desde muito cedo, contactos com povos mais avançados do Oriente e da própria Grécia, **até aos finais do III milénio, a Itália permaneceu como uma região periférica relativamente aos grandes centros civilizacionais**, manifestando as suas populações estádios evolutivos muito distintos.

Os trabalhos de investigação arqueológica e linguística e o estudo mais exaustivo das fontes literárias que, de modo sistemático, se vêm desenvolvendo, sobretudo a partir do nosso século, permitem responder a alguns dos problemas relacionados com o povoamento da Itália que têm oposto muitos historiadores.

Nos limiões da história, a Itália apresentava-se como uma região ocupada por uma diversidade de povos, na generalidade com muitas afinidades culturais e em grande parte de origem indo-europeia. Contudo, a sua **chegada e fixação em território itálico é um problema** que, ainda hoje e em muitos casos, permanece obscuro. Segundo recentes investigações, **os mais antigos testemunhos indo-europeus na península**, apesar de muito ténues, **remontarão ao final do III milénio. No início do milénio seguinte, o latim terá chegado à Itália Central**, trazido por populações oriundas da região do Danúbio, os *Protoitalini*, que se terão fixado entre os povos autóctones.

Ao longo do II milénio a. C., na região sul dos Alpes, constitui-se uma série de pequenos povoados assentes sobre estacas ou palafitas, aparentados com as aldeias lacustres mais antigas da Alemanha, França e Suíça.

O aparecimento deste tipo de aglomerados populacionais derivará de uma **necessidade de segurança** por parte dos seus habitantes, revelando ainda que uma das principais actividades aí desenvolvida seria a **pesca. Foram os construtores destes pequenos povoados que introduziram a incineração nos rituais funerários praticados na península Itálica.**

Por meados do II milénio, em plena Idade do Bronze, desenvolveu-se **nas terras pantanosas da planície do Pó** uma **civilização caracterizada por povoados assentes sobre estacas, apesar de localizados em terra firme, e circundados por paliçadas e um fosso, para melhor se protegerem das cheias, conhecidos por *terramares*.**

Esta civilização foi considerada por Luigi Pigorini, o seu divulgador no século XIX, como uma fantástica antecipação da civilização romana, com os seus povoados, de plano geométrico e amuralhados, orientados segundo dois grandes eixos e com necrópoles localizadas no exterior; no entender deste autor, a pobreza destes núcleos habitacionais e a homogeneidade dos enterramentos seriam testemunho de uma sociedade pautada por uma grande disciplina e com características igualitárias.

Os trabalhos científicos desenvolvidos nas regiões de Modena, Emília e Parma, entre outras, pelo arqueólogo sueco G. Sjöflund, para além de confirmarem que esta cultura é um fenómeno regional confinado à parte meridional da planície do Pó, vão desmontar a interpretação avançada por Pigorini; na verdade, as *terramares* não obedeciam a qualquer plano regular, localizando-se as habitações, de planta circular e, em menor número, rectangular, sem qualquer regra, no interior das povoações.

Contemporânea das *terramares* e estendendo-se ao longo de todo o sistema apenino, desenvolveu-se, a partir dos séculos XIV-XIII a. C., uma civilização de pastores seminómadas, conhecida por civilização apenina, assente numa organização social patriarcal e guerreira, com pequenas aldeias de cabanas e necrópoles de inumação com túmulos em forma de dólmenes. O espólio exumado, constituído fundamentalmente por objectos de bronze e cerâmicas manuais, revela já alguns **contactos comerciais com o mundo egeu.**

Por volta da 2.ª metade do século XIII a. C., na Itália Setentrional e Central, inicia-se o «chamado período dos campos de urnas», resultado de uma civilização incinerante, oriunda da Europa Central, que se expandiu também para Grécia, França e Península Ibérica, caracterizada pela existência de grandes necrópoles com enterramentos de urnas cinerárias e por um aperfeiçoamento do trabalho do bronze, que permitiu sobretudo o fabrico de armamento de melhor qualidade.

Na sequência do grande desenvolvimento das civilizações da Idade do Bronze, das relações com o Mediterrâneo Oriental e, mais tarde, da instalação de colonos gregos no sul e na Sicília, **a Itália vai conhecer no decurso da Idade do Ferro uma grande prosperidade.**

Pelo início do I milénio surge na região Noroeste uma civilização do ferro tipicamente italiana e dominada pela prática da incineração, designada por «villanovense», cuja estação epónima é *Villanova*, povoação situada perto de Bolonha; a sua área de expansão não se confinou à Emília e Toscana, mas chegou até ao Lácio e mesmo à Campânia, onde, apesar de tudo e tal como no resto da Itália Oriental e Meridional, era preponderante uma civilização inumante, de formas mais arcaicas, conhecida por *Fossakultur* ou cultura dos túmulos em fossa.

Como resultado de influências da civilização «villanovense» e da *Fossakultur* surgiu, pelo século X a. C., no Lácio, especialmente nos montes Albanos e na região de Roma, a civilização lacial, em que preponderou, numa primeira fase e até ao século VIII a. C., a incineração que, na centúria seguinte, deu lugar à prática da inumação; entre as manifestações típicas desta civilização encontram-se as curiosas cabanas parcialmente escavadas na rocha e as urnas-cabana em cerâmica utilizadas para recolher as cinzas dos mortos.

1.2 A HISTÓRIA TRADICIONAL DA ROMA ARCAICA

Desde sempre, as origens de povos, cidades e religiões andam normalmente associadas com episódios lendários e antepassados míticos, apesar de, muitas vezes, tais relatos se fundamentarem em factos verdadeiros. A este propósito, o historiador romano Tito Lívio escreveu: «Aceita-se que os Antigos misturassem o divino com a realidade humana para melhor explicarem e enobrecerem a origem das cidades.»

Assim, é natural que o nascimento da cidade de Roma nos apareça ligado a uma lenda que se integrava na história mítica da Itália pré-romana, fixada pela historiografia do século V antes de Cristo, da qual, infelizmente, poucos textos chegaram até aos nossos dias. Porém, a versão lendária da fundação da *Urbs* teve, desde muito cedo, grande popularidade entre os habitantes da cidade, a julgar pelo número considerável de obras de arte inspiradas neste tema que chegaram até nós.

Segundo a tradição, a origem de Roma estava associada a um acontecimento ocorrido após a queda de Tróia, em que **Eneias**, filho de Anquises e Afrodite (Vénus, em Roma), tendo conseguido escapar aos Gregos, empreende uma longa viagem pelo Mediterrâneo na companhia do pai — que entretanto morre — e do seu filho **Ascânio** (ou Julo), acabando por desembarcar no Lácio, junto à foz do rio Tibre. Aqui, desposa a filha do rei local, Latino, e funda a cidade de Lavínio.

O seu filho e sucessor, Ascânio, abandona Lavínio para fundar a cidade de Alba-Longa, onde lhe sucederão doze reis; uma crise dinástica será desencadeada quando **Amúlio** usurpa o trono ao seu irmão **Numitor** e, para evitar qualquer descendência, manda executar os seus sobrinhos e faz da sua sobrinha, Reia Sílvia, uma vestal. No entanto, por intervenção do deus Marte, Reia Sílvia dá à luz dois gémeos, **Rómulo** e **Remo**, que foram lançados ao Tibre com a finalidade de encobrir o sacrilégio cometido pela sua progenitora. Miraculosamente salvos das águas do rio, os gémeos são amamentados por uma loba na gruta de Lupercal, a sudoeste do monte Palatino e, logo depois, recolhidos e criados pela família do pastor Fáustulo. Já adultos, Rómulo e Remo mataram Amúlio e restituíram o governo de Alba-Longa ao seu avô, Numitor.

Anos mais tarde, à frente de um grupo de colonos latinos, abandonam Alba e vão fundar uma nova cidade no Palatino, local onde haviam sido abandonados e criados. A acreditar no autor romano **Varrão**, a **história da cidade de Roma inicia-se em 21 de Abril de 754/753 a. C.**, cronologia tradicionalmente aceite, apesar de outros autores clássicos sugerirem outras datas, mais altas ou mais baixas, para este evento, como é o caso de **Énio (século XI)**, **Timeu (814/813)**, **Pisão (752/751)**, **Políbio (751/750)**, **Fábio Pictor (748/747)** e **Cíncio Alimento (729/728)**.

No **cerimonial da fundação da cidade**, Rómulo, conduzindo um arado puxado por um touro e uma vaca, marcou com um sulco o perímetro das muralhas da cidade — a *Roma Quadrata* referida por Varrão —, apenas levantando o arado nos locais reservados para as portas, tal como determinava o ritual etrusco.

Segundo uma versão mais popular da lenda, Rómulo matou o seu irmão após este ter saltado o sulco sagrado, pena a que estava sujeito todo aquele que transpusesse as muralhas de uma cidade.

Rómulo tornou-se no primeiro rei de Roma, iniciando-se, assim, o período monárquico da cidade, que durará mais de dois séculos. Após os governos de **três reis de origem latino-sabina, Numa Pompílio, Tulo Hostílio e Anco Márcio**, que sucederam a Rómulo, seguiu-se a **dinastia etrusca**, constituída por **Tarquínio, o Antigo, Sérvio Túlio e Tarquínio, o Soberbo**.

Relata-nos a historiografia romana que **Rómulo lançou as bases para o futuro desenvolvimento de Roma: elaborou as primeiras leis da cidade, criou um senado de 100 membros (os *Patres*), permitiu**, após o conhecido episódio do rapto das sabinas, **a união entre Romanos e Sabinos**, de Tito Tácio, com quem repartiu o poder e **delineou uma primeira divisão da população em três tribos** (Titienses, Ramnenses e Luceres).

Os seus sucessores irão prosseguir com a obra de organização e engrandecimento da *Urbs*. Ao sucessor de Rómulo, o rei sabino **Numa Pompílio**, a tradição atribui a **criação das instituições religiosas e sociais da cidade**; à acção deste monarca se deverá a **organização do culto de Vesta**, a **descrição pormenorizada dos ritos**, a **criação dos colégios sacerdotais**, a **introdução do calendário lunar**, para além da **construção do templo de Jano**.

Os reinados de Tulo Hostílio e Anco Márcio marcam um período de expansão, com a conquista de novos territórios. Ao primeiro, que, segundo Tito Lívio, foi um rei «mais belicoso que o próprio Rómulo», **as fontes atribuem a destruição de Alba-Longa**, de que resultou a transferência de muitos dos seus habitantes para a parte meridional de Roma, em particular para o Célio, aumentando, assim, a componente latina da população romana; a **Anco Márcio** se deve a **fundação de Óstia**, na foz do Tibre, cujo controlo era importante para assegurar o abastecimento do sal, e a **construção da ponte Sublícia**, a primeira ponte estável de madeira sobre o rio Tibre.

Segundo a tradição, **é em 616 a. C. que se inicia o domínio etrusco da *Urbs***, quando um oriundo da cidade etrusca de Tarquínia, que, entretanto, se tinha fixado em Roma, foi eleito rei, na sequência da morte de Anco Márcio. Ao novo monarca, **Tarquínio Prisco**, mas **habitualmente designado por Tarquínio, o Antigo**, filho de Demárato, um grego fugido de Corinto, são atribuídas algumas obras importantes na área urbana da cidade: **a construção do Circo máximo, e da *cloaca Maxima*** que permitiu o escoamento das águas que se acumulavam no vale do Fórum; **e a consagração e o início dos trabalhos para a construção do templo de Júpiter no Capitólio**, local onde inicialmente Tarquínio se havia instalado.

No **aspecto militar**, a acção deste rei **não se confinou à prossecução de uma política de expansão territorial e à realização de trabalhos de fortificação na margem direita do Tibre** (no Janículo), mas **alargou-se também ao reordenamento da máquina militar** que resultou da **organização de cada uma das três tribos criadas por Rómulo em dez cúrias**.

Na verdade, o exército passou a ser constituído por **trinta centúrias de soldados de infantaria** (uma por cada cúria), comandadas por três *tribuni militum*, **e três de cavalaria** (uma por cada dez cúrias), sob o comando de três *tribuni celerum*; o rei era o comandante supremo do exército, podendo, contudo, delegar o cargo num *magister*.

A subida ao trono de Sérvio Túlio está ligada a um episódio violento, que encontra paralelos na tradição etrusca. Após o assassinato de Tarquínio Prisco, em

578 a. C., pelos filhos de Anco Márcio, Sêrvio Túlio foi eleito com a ajuda de Tanaquil, mulher do antecessor.

Este reinado é caracterizado por uma série de reformas, que irão influenciar durante muito tempo o desenvolvimento da cidade. A tradição romana atribui a este monarca a **divisão da cidade e do *ager romanus* em circunscrições territoriais (tribos)**; ao contrário das três tribos de Rómulo fundadas na organização gentilícia, **a constituição das novas tribos assentava na repartição dos cidadãos segundo a sua residência.**

A Sêrvio se deve, por certo, a **criação das quatro tribos urbanas**, denominadas *Suburana* (o Célio), *Palatina*, **Esquilina** e **Collina**, justificando a designação *Roma Quadrata* (isto é, dividida em quatro partes) — que Varrão procurou explicar por um pretense plano quadrangular da primitiva povoação do Palatino fundada por Rómulo — **e, provavelmente, de um conjunto de tribos rústicas** (talvez dezasseis) que integrariam o território envolvente da cidade.

Sêrvio Túlio mandou também **levantar uma extensa muralha de terra, reforçada por um fosso**, mas em algumas zonas construída em blocos de *cappellaccio*, que englobava a área das sete colinas históricas de Roma: o Palatino, o Capitólio, o Quirinal, o Esquilino, o Viminal, o Célio e o Aventino.

A organização da sociedade romana em novos moldes, mas com evidentes propósitos militares e tributários, foi, sem dúvida, a mais importante reforma empreendida por Sêrvio Túlio. Os cidadãos foram classificados em duas categorias, com base na sua fortuna pessoal: a *classis*, constituída por todos os que tinham capacidade para custear o seu equipamento militar, e a *infra classem*, que incluía o restante povo romano, com menos recursos económicos e sem possibilidades de adquirir o armamento completo.

Seguindo o modelo aplicado por Sólon em Atenas, a população estava distribuída por **cinco classes censitárias**: pertenciam à **primeira classe os que detinham uma fortuna igual ou superior a 100 000 sestércios**, sendo correspondente à *classis*; as **outras quatro classes, com os escalões de 75 000, 50 000, 25 000 e 11 000 sestércios, respectivamente**, eram designadas em conjunto por *infra classem*.

Apesar de esta forma de ordenação social ter continuado a permitir um controlo da actividade política e militar por parte do estrato social dominante (os patrícios), ao basear-se na riqueza, também possibilitou uma **maior mobilidade social a todos os cidadãos**, em conformidade com as posses de cada um, independentemente da sua ascendência e proveniência.

O recrutamento para o exército era realizado com base nestas cinco classes, fornecendo, cada uma, um determinado número de centúrias (contingentes de 100 soldados), das quais metade, compostas por homens com idade até aos 46 anos (*juniores*), ficavam no activo, enquanto as restantes, formadas por *seniores*, permaneciam na reserva.

De um total de 193 centúrias que formavam o exército, 18 de cavalaria e 80 de infantaria pesada (com panóplia completa de tipo hoplítico) eram fornecidas pela primeira classe; nas outras quatro classes censitárias eram recrutadas 90 centúrias integrando soldados com armamento ligeiro; as restantes centúrias eram constituídas por pessoal destinado a serviços auxiliares, oriundo das camadas sociais com um censo inferior a 11 000 sestércios e, por isso, isentos do serviço militar.

Esta organização centurial deu origem a uma nova assembleia do *populus* (os *comitia centuriata*), que reunia no Campo de Marte (fora do *pomerium*), onde cada centúria representava uma unidade de voto; apesar da inferioridade numérica, este **sistema permitia aos mais ricos,** aqui representados pelas 98 centúrias da primeira classe, **o controlo das decisões da assembleia, dado que dispunham da maioria absoluta.**

O reinado de Tarquínio, o Soberbo representa a última fase da presença etrusca em Roma. Filho de Tarquínio Prisco e casado com uma filha de Sérvio Túlio, o novo monarca, **nunca legitimado pelo povo romano,** é-nos apresentado pelas fontes como um **verdadeiro tirano,** que utilizou o **terror** para se manter no poder, tendo mesmo reduzido o número de senadores e esvaziado o seu poder. Aliás, **a sua subida ao trono fez-se de forma violenta, após ter assassinado o seu sogro, em 535 a. C.**

Tarquínio conduz uma política de hegemonia, traduzida na derrota dos Volscos e na celebração de pactos com comunidades vizinhas, como é o caso dos Gábios, que lhe permitiram o controlo do Lácio. Em Roma promoveu grandes obras, com destaque para a conclusão do templo de Júpiter Capitolino.

Em 509 a. C., encontrando-se longe de Roma, a comandar o cerco de Árdea, **Tarquínio foi deposto por um movimento revolucionário,** que o obrigou a partir para o exílio com os seus familiares, vindo a terminar os seus dias em Cumas, então governada pelo tirano Aristodemo. Este episódio marca o **fim do regime monárquico que vigorou em Roma, segundo a tradição, durante quase dois séculos e meio.**

Esta é, em suma, a **versão lendária da história primitiva da cidade de Roma**, que, nas suas linhas gerais, apresenta bastante coerência. Mas será ela **verdadeira** ou não passará de uma **invenção** que foi sendo elaborada ao longo de várias gerações de Romanos?

1.3 A HISTÓRIA DA *URBS* À LUZ DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

O local onde se desenvolveu a cidade de Roma era excepcional. O Lácio e, em especial, a região do curso inferior do Tibre apresentavam-se na Antiguidade como um **grande centro onde convergiam rotas originárias da Etrúria, da Campânia e dos Apeninos**.

Para além disso, **o sítio de Roma, constituído por um conjunto de elevações** onde se destacavam as famosas sete colinas (Aventino, Palatino, Capitólio, Quirinal, Viminal, Esquilino e Célio), **apresentava excelentes condições de defesa e** ainda, devido à sua localização na margem esquerda do Tibre, junto da ilha Tiberina, que facilitava a transposição do rio, **usufruída das vantagens próprias de qualquer cidade marítima**.

A julgar pelos vestígios descobertos no monte Esquilino, os **indícios mais antigos da presença humana no sítio de Roma** parecem remontar à **época calcolítica**, isto é, à **1.ª metade do II milénio a. C.** Porém, a maioria dos dados até hoje revelados apontam para uma **ocupação contínua das maiores elevações, o Palatino e o Esquilino, anteriormente ao ano 1000 a. C.**

Este período de desenvolvimento de Roma, comum a outras povoações latinas, ao apresentar características peculiares resultantes de influências da civilização «villanovense» e da *Fossakultur*, deu origem à noção, anteriormente referida, de *civilização lacial*, que apresenta como manifestação mais original a urna-cabana onde eram depositadas as cinzas dos mortos.

As intervenções arqueológicas realizadas ao longo dos últimos decénios na área urbana da actual cidade de Roma também revelaram nos três cabeços do Palatino (*Gérmalo*, *Palatium* e *Vélia*), no Esquilino e no Quirinal a existência de pequenos povoados e correspondentes necrópoles dos inícios da Idade do Ferro.

No alto dos montes estabeleceram-se aldeias com cabanas de planta rectangular ou elíptica, por vezes com um poste central, e rodeadas por um canal, aberto na rocha para esgotar as águas pluviais; estas cabanas, com paredes de ramos revestidos de argila, foram, sem dúvida, os modelos das urnas-cabanas de barro que aparecem nos enterramentos contemporâneos dos povoados; nas necrópoles, localizadas em zonas

baixas, como é o caso do Fórum, praticava-se a incineração e a inumação, se bem que o primeiro ritual fosse preponderante.

Por outro lado, no Palatino foi também exumada, recentemente, parte de uma cerca de terra e um fosso que rodearia todo o monte, datável pelo século VIII a. C. e tendo permanecido em funções até ao século VI a. C., que poderá ser a confirmação do *murus terreus* citado por Varrão (*De lingua latina*, V, 48); apesar de esta construção poder estar relacionada com um sistema defensivo então existente no Palatino, parece ser mais provável tratar-se de uma marcação do *pomerium* da cidade primitiva, referido nos *Anais* (XII, 24) de Tácito.

Em termos gerais, **os estudos arqueológicos efectuados apontam para um desenvolvimento destes povoados, durante o século VIII a. C.**, ao longo das encostas, ocupando gradualmente os vales intermédios, situação que favoreceu a intensificação dos laços entre as diferentes aldeias, promovendo processos de integração e sinecismo, numa primeira fase ao nível religioso e cultural e, posteriormente, ao nível político.

A tradição romana regista uma primitiva **associação destas povoações**, o *Septimontium*, que vários autores interpretaram como uma cidade que incluía apenas algumas partes de Roma, ou como uma federação de aldeias independentes.

Nos tempos históricos, o *Septimontium* era apenas uma espécie de procissão, celebrada todos os anos a 11 de Dezembro, que percorria apenas oito zonas da cidade, onde eram realizados sacrifícios: nas três elevações do Palatino (*Palatium*, Vélia e Gérmalo), nos três cabeços do Esquilino (Fagutal, Ópio e Císpio), no Célio e na Subura.

A interpretação tradicional do *Septimontium* como uma festividade dos *septem montes*, apesar de as fontes referirem oito lugares, é actualmente contestada, preferindo-se o seu relacionamento com uma comemoração de obras de defesa (aterros e fossos) realizadas em cada uma das zonas, os *saepti montes*. **Os principais sacrifícios eram realizados no Palatino**, situação que parece evidenciar uma **predominância desta área, que constituirá o núcleo central da futura cidade**.

Para o ritual do *Septimontium* poderá apontar-se uma cronologia **entre meados do século IX e meados do VII a. C., em particular o século VIII a. C.**, a julgar pela documentação arqueológica conhecida.

Uma transformação gradual destes pequenos povoados numa **grande comunidade urbana** começará a desenhar-se **a partir de meados do século VII a. C.**, altura em que são já perceptíveis **sinais da vida política e religiosa** próprios de uma cidade

antiga: o abandono de algumas necrópoles e a demolição das cabanas na zona do Fórum, pavimentado, pela primeira vez, cerca de 650 a. C., para se transformar num espaço público; realização, cerca de 625 a. C., de um novo pavimento no Fórum, que se estende à área do *Comitium*; a edificação de uma primeira *Regia* (residência real) e do templo de Vesta nas imediações do Fórum, pelos fins do século VII a. C. e inícios do seguinte, respectivamente; em suma, **durante a primeira fase da monarquia romana o processo de unificação já seria uma realidade.**

No entanto, **a etapa decisiva na evolução de Roma é contemporânea dos reis de procedência etrusca que promoverão a sua transformação numa verdadeira cidade-estado de grande poder e prestígio.**

Na transição do século VIII para o século VII a. C., os Etruscos já tinham atingido um alto grau de desenvolvimento na Toscana e em parte da Campânia, materializado numa civilização essencialmente urbana, com um comércio intenso, uma actividade artesanal importante (nomeadamente o trabalho dos metais) e uma agricultura evoluída, que aproveitou dos conhecimentos agronómicos trazidos do Oriente e utilizava mão-de-obra servil; por outro lado, no campo das estruturas políticas, sociais e religiosas, as inovações são também relevantes, como o atestam os cultos e os procedimentos rituais etruscos.

A presença de comerciantes e artesãos etruscos em Roma intensifica-se a partir do final do século VII a. C., sobretudo nas margens do Tibre, onde a tradição localiza, entre o Palatino e o Velabro, um *vicus Tuscus*.

Mas os trabalhos arqueológicos vêm evidenciando que, sobretudo no **século VI a. C.**, se operou um **sensível desenvolvimento urbanístico em Roma**, em termos cronológicos, **coincidente com o domínio etrusco na cidade**, que a tradição também identifica como um período de grandes obras públicas.

Entre outras realizações, datarão deste século: os trabalhos de drenagem de zonas baixas da cidade, como é o caso do Fórum, anteriores à construção da futura *cloaca Maxima*; a aplicação de um plano urbano regular na zona central da cidade, como o testemunham as habitações escavadas na encosta do Palatino, junto à via Sacra, dispostas com regularidade; a construção do monumental templo de Júpiter no Capitólio; a edificação de uma muralha de terra, mas em algumas zonas de pedra, que poderá identificar-se com muralhas que as fontes atribuem a Sêrvio Túlio; a generalização da construção de casas de pedra, que, paulatinamente, substituem as antigas cabanas.

Estas inovações urbanísticas, que alguns investigadores interpretam como o verdadeiro nascimento da cidade, mostram que, **ao longo do século VI a. C., a influência etrusca em Roma foi preponderante.** Todavia, isto não significou que Roma fosse totalmente

assimilada à Etrúria, permanecendo, pelo contrário, como uma cidade caracteristicamente latina.

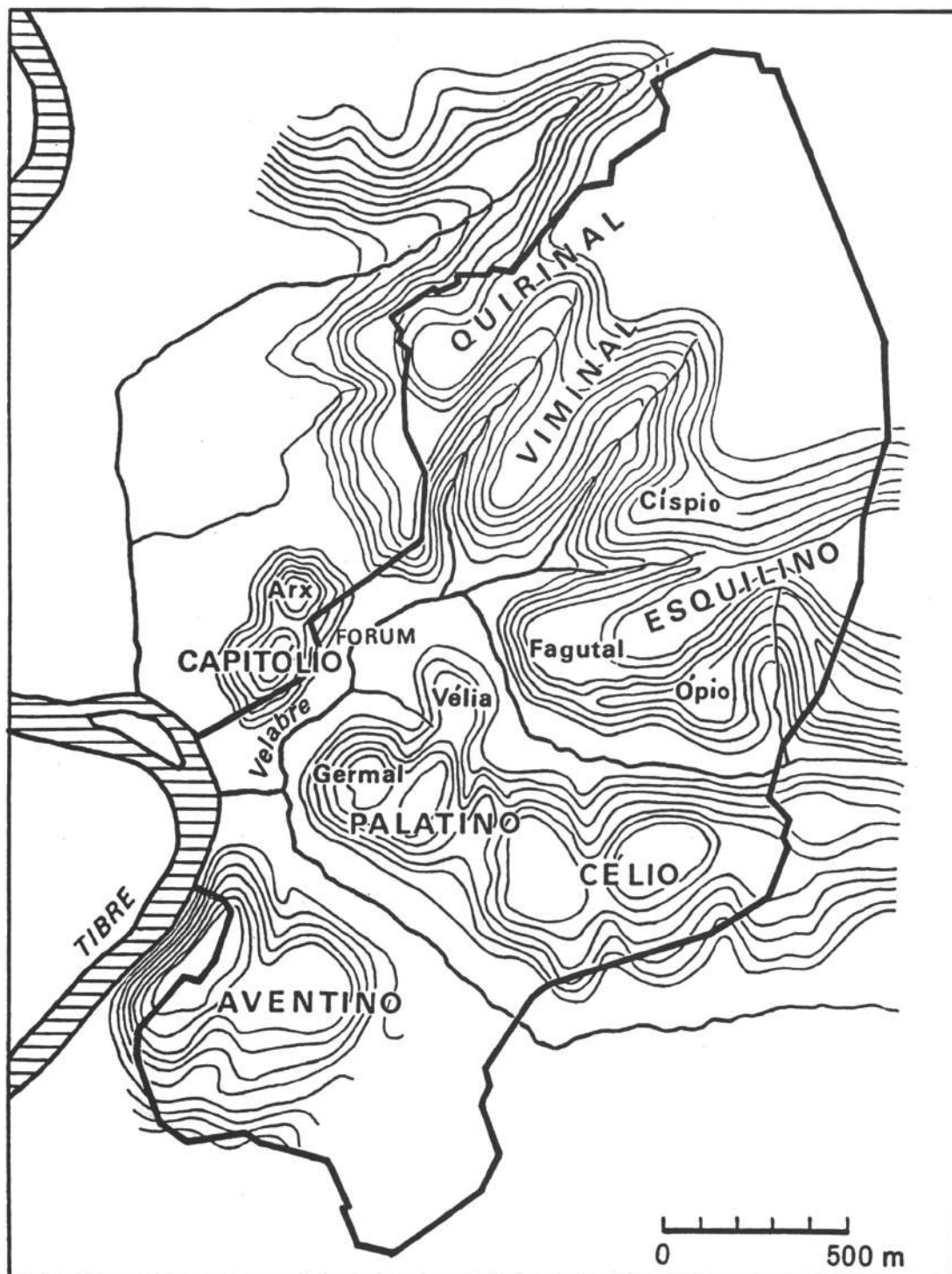


Figura 1 – Montes de Roma



Figura 2 – A Itália antes da conquista Romana



Figura 3 - O Império Romano

Actividades

Depois do estudo deste capítulo, tente auto-avaliar as suas aprendizagens respondendo apropriadamente às questões que se seguem:

1. Destaque a civilização caracterizada por povoados em terra firme sobre estacas, circundados por paliçadas e um fosso, assinalando a resposta certa com um **X**:

- A. *Fossakultur*.
- B. Civilização apenina.
- C. Civilização das *terramares*.
- D. Civilização «villanovense».

2. Assinale com um **X** a alternativa de resposta correcta para indicar as principais características da civilização do período dos campos de urnas:

- A. Civilização tipicamente italiana, dominada pela prática da incineração
- B. Existência de grandes necrópols com enterramentos de urnas cinerárias e aperfeiçoamento do trabalho do bronze.
- C. Civilização tipicamente italiana, dominada pela prática.
- D. Cabanas parcialmente escavadas na rocha e urnas-cabana em cerâmica, utilizadas para recolher as cinzas dos mortos.

3. Atente nas características civilizacionais que a seguir se apresentam e assinale com um **X** a alternativa de resposta que indica a civilização a que se referem.

Organização social patriarcal e guerreira, com pequenas aldeias de cabanas e necrópols de inumação com túmulos em forma de dólmenes.

- A. Civilização das *terramares*.
- B. Civilização «villanovense».
- C. Civilização apenina.
- D. *Fossakultur*.

4. Faça corresponder aos períodos cronológicos referidos na **COLUNA A** as civilizações respectivas alistadas na **COLUNA B**. Para o efeito, coloque o número do item da **COLUNA B** no espaço reservado para o efeito nos itens da **COLUNA A**.

Coluna A	Coluna B
_____ Século X a. C.	1. Povoados assentes sobre estacas ou palafitas
_____ Séculos XIV - XIII a. C.	2. Civilização das <i>terramares</i>
_____ início do I milénio a. C.	3. Civilização apenina
_____ meados do II milénio a. C.	4. Civilização incinerante dos campos de urna
	5. Civilização «villanovense»
	6. <i>Fossakultur</i>
	7. Civilização lacial

5. Mencione as principais medidas de Rómulo, segundo a historiografia romana.
6. Enumere os actos de governo atribuídos pela tradição ao rei sabino Numa Pompílio.
7. Saliente as obras mais importantes na cidade de Roma atribuídas a Tarquínio Prisco.
8. Indique as reformas sociais implementadas no reinado de Sérvio Túlio.
9. Destaque as principais vantagens da excelente localização geográfica do Lácio e da cidade de Roma.

Respostas às actividades

1. Na sua resposta devia ter assinalado a alternativa **C. Civilização das *terramares***.
2. A resposta correcta era a da alternativa **B. Existência de grandes necrópiles com enterramentos de urnas cinerárias e aperfeiçoamento do trabalho do bronze**.
3. Devia ter assinalado a alternativa **C. Civilização apenina**.
4. As associações esperadas eram: **7. Civilização lacial/Século X a. C.; 3. Civilização apenina/Século XIV-XIII a. C.; 5. Civilização «villanovense»/início do I milénio a. C.; 2. Civilização das *terramares*/meados do II milénio a. C.**
5. A sua resposta devia ter mencionado que Rómulo lançou as bases para o futuro desenvolvimento de Roma, a saber: elaborou as primeiras leis da cidade; criou um senado de 100 membros (os *Patres*), permitiu a união entre Romanos e Sabinos, e delineou uma primeira divisão da população em três tribos (Titienses, Ramnenses e Luceres). Na sua resposta podia também ter mencionado que Rómulo foi o primeiro

rei de Roma, iniciando-se, assim, o período monárquico da história de Roma, que durará mais de dois séculos.

6. A sua resposta podia, eventualmente, começar por referir que Numa Pompílio, bem como todos os sucessores de Rómulo, iria prosseguir com a obra de organização e engrandecimento da *Urbs*. Deveria ter mencionado como actos de governo atribuídos pela tradição a Numa Pompílio: a criação das instituições religiosas e sociais da cidade; a organização do culto de Vesta; a descrição pormenorizada dos ritos; a criação dos colégios sacerdotais; a introdução do calendário lunar e a construção do templo de Jano.
7. Na sua resposta devia ter salientado, desde logo, que algumas das obras mais importantes na área urbana de Roma são atribuídas a Tarquínio Prisco (habitualmente designado por Tarquínio, *o Antigo*). Entre elas devia ter indicado: a construção do Circo Máximo e da *cloaca Maxima* e a consagração e o início dos trabalhos para a construção do templo de Júpiter no Capitólio.
8. A resposta correcta devia destacar que a organização da sociedade romana em novos moldes (com evidentes propósitos militares e tributários) classificava os cidadãos em duas categorias, com base na sua fortuna pessoal: 1. a *classis*: constituída por todos os que tinham capacidade para custear o seu equipamento militar; e 2. a *infra classem*: incluía o restante povo romano com menos recursos económicos e sem possibilidade de adquirir o armamento completo.
9. A resposta correcta devia indicar que o Lácio (e a região do curso inferior do Tibre) era um grande centro onde convergiam rotas originárias da Etrúria, da Campânia e dos Apeninos. Quanto ao sítio de Roma, constituído por um conjunto de elevações, devia ter salientado que apresentava excelentes condições de defesa e que, por se encontrar na margem esquerda do Tibre, usufruía das vantagens próprias de qualquer cidade marítima.

Bibliografia

BLOCH, R.

1958 *The Origins of Rome*. London, Thames and Hudson (1966 — trad. portuguesa, Col. Historia Mundi, 6, Lisboa, Ed. Verbo).

CORNELL, T. J.

1995 *The beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)*, London, Routledge.

HEURGON, J.

1969 *Rome et la Méditerranée occidentale jusqu'aux guerres puniques*. (Col. Nouvelle Clio, 7), Paris, PUF, (1980, 2.a ed. atualizada).

1990 *La grande Roma dei Tarquini*, Roma, L'Erma di Bretschneider.

MOMIGLIANO, A. e SCHIAVONE, A.

1988 *Storia di Roma, I. Roma in Italia*, Torino, G. Einaudi Ed. ROSS HOLLOWAY, R.

1994 *The archaeology of Early Rome and Latium*, London.

WALBANK, F.W. *et alii* (eds.)

1989² *Cambridge Ancient History, VII.2. The rise of Rome to 220 B. C.*, Cambridge, University Press.

2. A ECONOMIA ROMANA

CARLOS FABIÃO

ÍNDICE

Objectivos de aprendizagem

2.1 Alguns esclarecimentos prévios

2.2 O quadro geral

2.3 Os campos

2.4 As cidades e o artesanato

2.5 Comércio e distribuição

2.5.1 *Inter-regional dentro do Império*

2.5.2 *Com regiões exteriores*

2.6 Uma visão de conjunto ...

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

Objectivos de aprendizagem

O estudo deste capítulo deve permitir ao aluno:

- Entender as dificuldades inerentes ao tratamento da economia do mundo romano;
- Distinguir as fontes para o estudo da história económica de Roma;
- Distinguir os contributos e as limitações das diferentes fontes;
- Reconhecer o antagonismo patente na investigação actual sobre os fenómenos económicos do Império Romano entre as teses «primitivistas» e as «modernistas»;
- Situar cronológica e geograficamente o afirmar do poder de Roma sobre os territórios vizinhos;
- Perceber como a existência de uma fase climatérica quente (entre o século II a. C. e o V d. C.) e a situação de paz (desde o século I a. C. até ao século III d. C.) podem ajudar a explicar e entender o sucesso económico do Império Romano;

- Apontar o Império Romano como responsável por um significativo conjunto de transformações em áreas geográfica e culturalmente diferentes;
- Explicitar as diferenças entre as partes oriental e ocidental do Império Romano;
- Enumerar as principais características do Império Romano do ponto de vista político-administrativo e de exploração económica;
- Caracterizar os impostos directo (*tributum*) e indirecto (*vectigalia*), base da fiscalidade romana;
- Explicar as medidas de reestruturação do sistema fiscal imperial e os seus principais objectivos;
- Saber que o imperador e as élites locais suprimiram as dificuldades do erário público, nomeadamente em períodos de crise alimentar ou de despesas extraordinárias ou inesperadas;
- Perceber como estas práticas constituíram uma componente distributiva fundamental ao bom equilíbrio do Império;
- Reconhecer o binómio campo-cidade como elemento fundamental da abordagem à «economia romana»;
- Entender que o «mundo rural do Império Romano» que melhor conhecemos é o das grandes explorações agrárias das élites;
- Mencionar os factores que facilitaram a constituição das grandes explorações agrárias do século III a. C.;
- Definir apropriadamente «latifúndio»;
- Perceber a vitalidade e a eficácia da agricultura itálica, apesar do fatalismo do discurso moralista de certos autores clássicos;
- Caracterizar a exploração agrária ideal, segundo os tratados agrários romanos e outras fontes literárias;
- Reconhecer a existência de factores ideológicos, sociais e culturais no processo de aquisição e constituição dos patrimónios fundiários romanos;
- Defender a existência de preocupações económicas nas explorações agrárias da época romana;
- Reconhecer na exploração rural romana preocupações de subsistência, de aquisições à escala local ou regional, de produção para mercados distantes;
- Identificar as principais produções romanas para mercados distantes;
- Associar as pedreiras, barreiros, fornos, salinas ou minas, como bens de raiz, ao mundo rural,
- Indicar os tipos de administração de uma exploração agrária;
- Enunciar as três ideias tradicionais sobre o mundo rural romano que a moderna investigação tem vindo a rectificar;
- Apontar o fenómeno urbano no Império Romano como um fenómeno plural e complexo;

- Isolar o caso da cidade de Roma do das restantes cidades do Império, pela sua especificidade como centro político, ideológico e administrativo do vasto Império;
- Distinguir o fenómeno urbano nas metades oriental e ocidental do Império Romano;
- Destacar os dois critérios subjacentes ao grande esforço de urbanização do Ocidente durante o período imperial;
- Reconhecer nas cidades romanas complexos pólos dinâmicos, fervilhantes de actividade;
- Relacionar as cidade flúvio-marítimas com as suas actividades preponderantes, as actividades comerciais;
- Valorizar a complexa teia de relações estabelecida entre os campos e a cidade;
- Avaliar a relevância e peso dos sectores artesanais manufactureiros (cerâmicas finas, lucernas e produção de ânforas) nas cidades antigas;
- Perceber que as «indústrias extractivas» (pedreiras e minas) representavam um importante sector de actividade entre o mundo rural e o urbano;
- Saber que o sector mineiro pertencia e era gerido pelo imperador;
- Enumerar os tipos de mão-de-obra associados ao trabalho mineiro durante o período imperial;
- Referir os principais estrangimentos ao comércio no mundo romano;
- Sublinhar o carácter singular de Roma quanto ao abastecimento e à distribuição comercial;
- Salientar a importância do abastecimento dos exércitos para a dinamização das rotas comerciais;
- Indicar as associações de carácter comercial constituídas nas diferentes rotas de abastecimento militar;
- Contrastar a existência de um verdadeiro mercado unitário inter-regional de abastecimento de produtos alimentares à escala do Império com a distribuição de outros artigos (lucernas e algumas cerâmicas finas) que manifestam tendências regionais de abastecimento;
- Indicar as áreas com as quais o Império Romano mantinha intercâmbios comerciais (comércio externo);
- Indicar os produtos que chegavam a Roma oriundos dessas regiões;
- Perceber as diferentes interpretações dos estudiosos do fenómeno económico romano quanto à existência ou não de uma efectiva política económica à escala do Império.

2.1 ALGUNS ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS

Tratar as questões relativas a uma «história económica» do mundo romano em poucas páginas constitui tarefa assaz difícil. Em primeiro lugar porque lidamos com uma realidade social e cultural multifacetada, um espaço geográfico imenso, plural e desigual (consoante as épocas delimitadas), embora em grande parte submetido a um sistema jurídico, fiscal e monetário comum, sobretudo a partir do século I d. C., e um âmbito cronológico de vários séculos; mas, também, porque dispomos de fontes escassas e muito desiguais para a abordagem dos diversos fenómenos económicos produção, intercâmbio e consumo de bens e serviços.

Deixando de parte a ociosa questão de saber se é ou não legítimo falar de uma «economia», isolável dos restantes fenómenos sociais, políticos e culturais, na Antiguidade, já que tal objecção se poderá levantar para qualquer outra época histórica, será conveniente começar por referir, ainda que brevemente, o problema das fontes, essencial para uma correcta compreensão dos debates que a «economia romana» tem suscitado e alimentado.

As **fontes** para uma história económica de Roma e do seu Império podem dividir-se em **três grandes categorias**: os **textos**, de índole diversa, os **papiros e epígrafes** e os **dados resultantes do registo arqueológico**.

As primeiras são limitadas em quantidade e quase nunca tiveram objectivos de teorização económica, o que não quer dizer que não possuam dados relevantes para uma história económica, no que dizem ou no que ocultam, e, muito menos, autorizam a suposição da inexistência de um «pensamento económico», digno desse nome, no mundo antigo escusado será dizer que ilimitadas e, por consequência, contraditórias são as potencialidades das suas leituras e análises.

As segundas não cessam de crescer, aos ritmos e acasos das novas pesquisas, sujeitas, porém, a inúmeros condicionalismos, tais como os hábitos e tradições de escrita, desiguais nas diferentes partes do Império, condições de conservação, vigor das investigações à escala regional, etc. Tal como as anteriores, estas fontes pertencem à categoria dos documentos produzidos explícita e intencionalmente para o seu âmbito social ou mesmo para a posteridade.

As últimas, também elas em acentuado crescimento, particularmente nos últimos anos, configuram uma outra categoria, visto que resultam de actividades quotidianas, fontes «inconscientes», portanto, para usar a expressão de Marc Bloch, cuja plena dimensão é conferida exclusivamente pela acção dos investigadores. De igual modo, à semelhança do que acontece com as epígrafes e papiros, múltiplas condicionantes impendem sobre estes dados, limitando o alcance da sua utilização.

Alguns pequenos exemplos ajudarão talvez a entender estes condicionalismos. Os chamados «tratados de agricultura», produzidos e difundidos sob o domínio romano, desde o de Catão (meados do século I a. C.) ao de Columela (meados do século I d. C.), aos comentários nas cartas de Plínio, *o Moço* (dos fins do mesmo século), têm sido invocados, respectivamente, como prova da ausência de uma «teoria económica» no mundo romano, ou como demonstração da sua existência.

O número de papiros encontrado no Egipto é incomensuravelmente superior ao das restantes regiões do Império, o que se por um lado se deve às excepcionais condições de conservação que o seu clima proporciona, não deve menos à especificidade das tradições burocráticas locais e à extraordinária abundância deste suporte de escrita.

Há inúmeras zonas no mundo romano de que quase não se conhecem epígrafes e outras em que o hábito epigráfico parece ter cessado mais cedo do que em outras paragens. Nas minas de Aljustrel foram encontradas, ocasionalmente, duas placas de bronze contendo extractos da legislação em vigor na área mineira, os únicos documentos do género conhecidos em todo o Império.

Finalmente, as excepcionais condições de conservação da cidade de Pompeia, soterrada pela erupção do Vesúvio em 79 d. C., aliada a uma investigação botânica especificamente orientada nesse sentido, revelaram a existência de eficientes hortas e pomares nos jardins das casas senhoriais romanas, com potenciais produtivos que excederiam mesmo as necessidades domésticas, para além de amplas zonas de utilização agrícola dentro da área urbana. Escusado será dizer que as restantes cidades romanas não possuem o potencial de conservação dos vestígios de Pompeia e que nem sempre a investigação arqueológica tem em linha de conta a possibilidade de recuperar dados desta natureza.

Destinam-se estes exemplos a ilustrar **duas das principais questões que afectam a «história económica» do Império Romano**: por um lado, **a inexistência de dados abundantes, homogéneos e contínuos para as diferentes épocas e regiões**, o que limita drasticamente as visões globalizantes ou os estudos comparados, e, por outro, **a possibilidade e legitimidade de valorizar de modos diferentes, frequentemente antagónicos, os dados disponíveis**.

Simplificando, e para recorrer uma vez mais ao exemplo dos documentos epigráficos de Aljustrel, temos nesses documentos extraordinários um exemplo das formas de exploração de recursos mineiros numa área específica de uma província do Império, sob Adriano (117-138 d. C.). Contudo, tal facto não autoriza a suposição de que o mesmo regime

vigoraria em outros centros mineiros, pelo que não sabemos se configuram uma situação excepcional ou uma prática corrente e, muito menos, desde quando e durante quanto tempo vigorou tal regime.

A investigação actual surge dominada pelo antagonismo entre as chamadas teses «primitivista» e «modernista». A primeira, sem dúvida dominante nos meios científicos de hoje, está emblematicamente associada à **escola de Cambridge, de Jones, Finley e seus discípulos**, que surgiu e se desenvolveu como reacção moderna às interpretações algo anacrónicas dos investigadores das primeiras décadas deste século.

No essencial, a chamada **«escola de Cambridge» caracteriza a economia romana como uma típica economia pré-industrial, subdesenvolvida, com a esmagadora maioria da população vivendo no limiar da subsistência, a maior parte da força de trabalho empregue na agricultura, sem investimento ou procura significativos nos sectores manufactureiros, de tecnologia arcaica, sem um grupo (ou grupos) sociais empreendedores, com elites reinvestindo sistematicamente as suas fortunas em terras e consumos sumptuários e com um comércio irremediavelmente limitado pelas dificuldades dos transportes.**

Tratava-se, por isso, de **uma típica economia imperial «redistributiva-tributária»**, na tipologia de I. Wallerstein, para a análise da qual se afigura mais adequada a utilização das categorias analíticas antropológicas de Karl Polany e seus discípulos do que os modelos teóricos da moderna ciência económica.

A segunda «escola» prefere sublinhar os traços de modernidade da economia romana, usando inclusivamente termos como o de «capitalismo agrícola» para caracterizar fenómenos como o das grandes *uillae* produtoras e exportadoras de vinho da Etrúria, Campânia e Lácio, no período tardo-republicano.

Estes autores revelam **particular sensibilidade ao vigor de certos sectores «manufactureiros»**, como o das lucernas ou de outras cerâmicas finas e, ultrapassando algumas ingenuidades do passado, designadamente algumas das propostas de autores como Rostovtseff, Salvioli ou T. Frank, **aceitam muitos dos aspectos realçados pelos «primitivistas», assumindo, contudo, uma postura mais optimista em face de alguns dados disponíveis, valorizando particularmente alguma evidência arqueológica, designadamente a que se relaciona com os fenómenos de intercâmbio e distribuição.**

Face a este enquadramento de vivo debate entre teses contraditórias, procurou-se aqui uma abordagem, o mais possível ecléctica, mas naturalmente não «descomprometida», onde se tentará traçar grandes linhas gerais, buscando essencialmente, até onde tal é possível, leituras consensuais.

2.2 O QUADRO GERAL

O poder de Roma sobre os seus territórios vizinhos começa a afirmar-se de um modo claro a partir do século IV a. C. Nos meados da centúria seguinte a cidade domina toda a península Itálica e, 100 anos depois, após sucessivos conflitos com Cartago, estende o seu domínio às ilhas do Mediterrâneo Ocidental, Península Ibérica e Norte de África, iniciando-se também o movimento expansionista para Oriente.

Em meados do século I d. C. todo o Mediterrâneo é mar romano e um século depois o Império alcança a sua maior extensão — da Grã-Bretanha ao Egito e da costa marroquina ao mar Negro —, mantendo tais limites sob a sua égide praticamente até inícios do século V d. C., o que não quer dizer que muitas das realidades sociais e económicas do chamado Baixo Império não tenham perdurado no Ocidente muito depois da sua fragmentação política.

Sem pretendermos valorizar excessivamente supostos determinismos ecológicos, mas não perdendo de vista as fragilidades e dependências próprias das economias pré-industriais, afigura-se importante frisar que os actuais conhecimentos disponíveis sobre as variações climáticas do nosso planeta indicam **a existência de uma fase quente, genericamente compreendida entre os séculos II a. C. e V d. C.**

Dispomos, deste modo, de um interessante indicador, que, não sendo obviamente suficiente para explicar os sucessos do Império, ajuda a entender a **inexistência de crises alimentares e epidémicas notórias e generalizadas** durante o período que consideramos.

Finalmente, se atendermos à **situação de paz que se vive desde a época de Augusto até praticamente ao século III d. C.**, compreenderemos como o mundo romano se manteve quase **imune aos grandes flagelos demográficos e económicos típicos das sociedades pré-industriais.**

Por outro lado, embora o Império Romano tenha englobado uma grande parcela de territórios cujos principais traços civilizacionais resultavam de uma primeira «uniformização», forjada no chamado «período helenístico», foi também responsável por um significativo conjunto

de transformações em territórios e gentes com outros enquadramentos culturais, até então bem distintos dos modos de vida mediterrânicos.

Neste particular, resulta significativa a diferença, que nunca se esbateu, entre a **metade oriental do Império**, que conserva a sua estrutura «**helenizada**» e a **ocidental, onde o fenómeno urbano se generaliza**, frequentemente partindo de um anterior vazio ou, em outros casos, transformando radicalmente as realidades preexistentes.

Não menos importante foi, também o **processo de ordenamento rural**, de novo mais significativo **na metade ocidental**, já que na outra se mantiveram genericamente as características anteriormente estabelecidas.

Em traços largos, pode definir-se o Império Romano como um **vasto território regularmente pontuado por estruturas urbanas, que, por sua vez, controlam e integram espaços rurais, igualmente «romanizados», isto é, campos onde predomina a típica policultura mediterrânica de cereais, vinho e azeite.**

Porque se tratava de um **espaço politicamente centralizado**, defendido por uma **gigantesca máquina militar**, directamente **dependente de um poder central**, forjou também os mecanismos necessários de **exploração dos recursos** suficientes para suportar a sua estrutura e os instrumentos possíveis para encurtar as suas distâncias internas, de modo a poder usar convenientemente tais recursos. Tudo isto baseado numa **trama administrativa leve e pouco onerosa**, que só se complexifica verdadeiramente na etapa final da sua existência, cujos principais objectivos consistiam no **arrecadar das receitas fiscais**, indispensáveis ao aprovisionamento de Roma e das áreas militarizadas, e na **manutenção da ordem pública**, condição básica para a estabilidade dos poderes e para que não se verificassem rupturas nos abastecimentos.

A fiscalidade romana consistia, primitivamente, na cobrança do *tributum* um imposto directo, inspirado na *eisphora* ateniense, de base censitária, **incidindo sobre pessoas e bens, e que afectava todos os indivíduos mobilizáveis para o exército e em outros impostos indirectos (*vectigalia*), aluguer dos pastos, portagens, etc.** Tal como sucedia no mundo helénico, o *tributum* tinha supostamente um carácter excepcional, destinava-se a suprir necessidades concretas e era susceptível de reembolso.

Durante a primeira fase da expansão territorial, no período tardo-republicano (séculos II e I a. C.), os enormes rendimentos resultantes dos **saques e tributos** impostos às novas regiões conquistadas, entre as quais merece particular destaque a extraordinária riqueza mineira da Hispânia, proporcionaram um período de grande prosperidade às élites itálicas e ao erário público, permitindo a abolição quase completa dos impostos na península

Itálica o *tributum* desde 167 a. C. e os *vectigalia* ao longo da 1.^a metade do século I a. C., embora a partir de César estes últimos tenham sido progressivamente reintroduzidos.

A pacificação social dos inícios do principado, a estabilização das fronteiras territoriais e a nova ordem política e administrativa então criada têm como contrapartidas a necessidade de manter um exército de enormes proporções e de alimentar a plebe de Roma.

Logo no **reinado de Augusto as finanças imperiais entram em colapso e a fortuna pessoal do imperador é chamada a suprir as lacunas do erário público**. Tal situação, pela sua gravidade, implicou **reestruturações significativas nos modos de arrecadar e gerir os proventos do Império**.

Por um lado, houve uma séria preocupação na realização de rigorosos **censos** à escala do Império base essencial para a cobrança do *tributum*, que incidia sobre todas as províncias, com algumas exceções de índole local ou pessoal; por outro, procurou estabelecer-se uma **maior eficácia na cobrança dos diferentes impostos** o anterior sistema das sociedades de publicanos, que arrendavam as cobranças fiscais, o produto dos saques militares e outros proventos públicos, foi progressivamente substituído pela **acção dos legados imperiais e élites locais**.

Embora existissem ainda no século I d. C. sociedades de publicanos, actuando ao velho estilo dos tempos da República, a tendência era claramente para a sua substituição definitiva. Esta **nova estrutura organizativa parece ter logrado um grau de eficácia mais elevado, já que garantiu a regular continuidade de arrecadação das receitas fiscais, sem sobressaltos de maior até ao 3.º quartel do século III d. C. e sem onerar mais a carga tributária dos habitantes do Império**. Deve sublinhar-se, todavia, que terão continuado a verificar-se diversas situações de abuso e utilização especulativa das receitas fiscais por parte de particulares, tal como acontecia nos finais da época republicana.

Um império praticamente sem burocracia, politicamente centralizado, mas vertebrado por centros urbanos mais ou menos autossuficientes, que geriam localmente as terras e as gentes. Sempre que o erário público ou municipal entrava em ruptura, o imperador e as élites locais supriam as dificuldades com a sua munificência. Estas práticas constituíam uma componente distributiva fundamental ao bom equilíbrio do império.

O imperador encarregava-se de fornecer regularmente *alimentos (frumentationes)* e dinheiro (*congíaria*) ao exército e à plebe de Roma e, embora haja indícios pontuais de crítica ou rejeição de estas práticas, elas nunca foram abandonadas, pelos riscos que representavam para a estabilidade do poder.

Conhecemos também situações de **perdão de antigas dívidas fiscais**, ao que tudo indica incobráveis, designadamente **sob Adriano e Marco Aurélio**, igualmente apresentadas como exemplos da liberalidade imperial, mas, obviamente, fruto de ingressos extraordinários, resultantes de campanhas militares ou expropriações.

Ao nível local, as élites desenvolviam acções semelhantes em situações particulares, designadamente em períodos de crise alimentar ou subvencionando despesas extraordinárias ou inesperadas.

De um ponto de vista ideológico, o mundo romano concebe a «civilização», por oposição à «barbárie», centrada em dois valores fundamentais: a agricultura e a organização cívica de homens livres. Por sua vez, o sustentáculo natural do Estado era o agricultor, por oposição ao pastor, errante e socialmente desenquadrado, e à plebe urbana, desenraizada, ambos sem ligação à terra.

Neste quadro mental, perfeitamente discernível em fontes literárias de diferentes teores, onde provavelmente ressoam ecos de passados conflitos ou reflexos conjunturais particulares, reside a explicação de uma aparente contradição, a de uma sociedade emblematicamente urbana, mas que nunca deixou de exaltar os valores da ruralidade. **O binómio campo-cidade constitui, por isso, o elemento fundamental de abordagem à «economia romana».**

2.3 OS CAMPOS

Quando falamos do mundo rural do Império Romano, temos em vista somente uma pequena parcela dessa realidade, a das **grandes explorações agrárias das élites**, aquela para a qual possuímos dados mais consistentes. Naturalmente, o grosso da população que vivia da terra, ao longo deste extensíssimo período de tempo a que nos referimos, ligado ou não aos grandes proprietários, constitui uma imensa massa anónima sobre a qual praticamente nada sabemos.

Assim, a análise deste mundo rural deve entender-se como a **abordagem e tratamento de uma pequena parte desta realidade**: aquela que é, simultaneamente, agente e destinatária das produções literárias, quer de âmbito «técnico» os chamados «tratados de agricultura» quer de outros âmbitos mais latos designadamente os personagens que pontuam as cartas de Plínio, *o Jovem*, e cujas sedes de exploração, casas senhoriais e equipamentos agropecuários são mais perceptíveis no registo arqueológico.

No **século III a. C. na península Itálica**, nos inícios da expansão romana, parecem entrever-se as **primeiras tensões entre as élites**, relacionáveis com questões de

distribuição e posse da terra: surgem as **primeiras leis agrárias**, tendentes a obstar à apropriação privada das terras públicas resultantes do processo expansionista; **promovem-se centurições nos novos territórios ocupados, com as subseqüentes distribuições de terras à plebe.**

Provavelmente relacionada com uma nova realidade emergente, foi promulgada a ***Lex Claudia (218 a. C.)***, que **proibia aos senadores o envolvimento pessoal no comércio marítimo de grande volume** costuma entender-se esta inibição como um **indício indirecto da existência de grandes explorações agrárias**, geradoras de consideráveis excedentes comercializáveis.

Estes dados são tradicionalmente invocados como indiciadores ou antecedentes do processo que conduziu ao «latifúndio» **itálico do período tardo-republicano (séculos II-I a. C.)** entendendo-se por «latifúndio» **uma propriedade de muito grande extensão, tendendo para uma monocultura que visa o mercado, e trabalhada por um numeroso efectivo de escravos**. Nas palavras dos autores do século I d. C., o «latifúndio» teria sido a causa da ruína da agricultura itálica.

O pressuposto da existência deste tipo de exploração baseia-se, em primeiro lugar, na condenação explícita que dela fazem os autores de épocas posteriores, quase sempre por razões de ordem moral, mas também em alguns indícios arqueológicos bastante expressivos: o surgimento de sumptuosas residências senhoriais rurais e, sobretudo, a evidência de uma extraordinária exportação de ânforas de vinho, provenientes da Etrúria, Campânia, Lácio e, em menor volume, da Apúlia, para o próprio território peninsular, para as Gálias, para a Hispânia, para o Norte de África e, inclusivamente, para o Mediterrâneo Oriental.

A conjugação de diversos factores teria facilitado a constituição destas grandes propriedades, designadamente a expansão de Roma, as anexações de terras aos aliados itálicos, uma suposta rarefacção da população, motivada pelas guerras, pelo serviço militar ou, simplesmente, pela emigração para as novas províncias, a abertura de amplos «mercados» de consumidores nos novos territórios conquistados, ou em curso de conquista, pelo afluxo de importantes contingentes de escravos, aprisionados nos novos espaços ocupados.

Todo este movimento teria sido acompanhado pela difusão e produção dos mais antigos tratados de agricultura, destinados a esclarecer e ensinar estes novos proprietários (a tradução do tratado do cartaginês Magão, promovida pelo próprio Senado, e o livro de Catão, *o Velho*).

Deve sublinhar-se, porém, que apesar de os dados proporcionados pela arqueologia subaquática revelarem a existência de gigantescos navios (cuja tonelagem só viria a ser igualada no século XVI europeu), carregados com as ânforas de vinho, naufragados em diferentes pontos do Mediterrâneo, documentando as formas de transporte destes contentores, amplamente disseminados, e em apreciáveis quantidades, em sítios arqueológicos terrestres, e de os dados epigráficos (marcas impressas nas ânforas ou nas suas tampas e nomes inscritos nas âncoras dos navios) confirmarem o envolvimento das élites itálicas neste comércio, **muitos autores mantêm algum cepticismo crítico em face desta suposta especialização agrária o latifúndio vitivinícola, a que outros chegam a chamar um «capitalismo agrário».**

Este cepticismo parece, inclusivamente, reforçado pelos dados obtidos por alguns programas regionais de investigação arqueológica, em diferentes territórios da Península Itálica, que permitiram documentar uma densidade de ocupação nos campos dificilmente compatível com o conceito de latifúndio, mesmo nos finais da República.

Independentemente das leituras propostas, todos estão de acordo em considerar o suposto **fenómeno do latifúndio vitivinícola como algo de singular e perfeitamente delimitado no espaço (península Itálica) e no tempo (séculos II e I a. C.).**

Por outro lado, a suposta ruína da agricultura itálica, lamentada pelos autores da época do principado, e ingenuamente glosada por muitos investigadores modernos, deve ser também devidamente matizada.

A península Itálica manteve-se, durante todo o período da existência do Império Romano, uma região densamente povoada, pontuada por inúmeros centros urbanos bastante populosos, que dependiam essencialmente do produto agrícola local. Supõe-se que, no século I d. C., cerca de 30% da população da península (estimada em dois milhões de habitantes) vivia nas cidades — pesando, naturalmente, de um modo especial o milhão de almas que a própria cidade de Roma albergaria. Uma **tal concentração de população urbana só é aceitável se devidamente apoiada por uma agricultura eficiente**, mesmo considerando o peso dos abastecimentos exteriores.

A moderna arqueologia tem também documentado a continuidade de um próspero povoamento rural nas diferentes áreas estudadas. Assim, parece inquestionável a necessidade de não tomar demasiado à letra o fatalismo do discurso moralista de certos autores clássicos, parecendo inquestionável a **vitalidade e eficácia da agricultura itálica.**

A fazer fé na tratadística agrária romana, e mesmo em outras fontes literárias, mais concretamente nas produções já da época imperial as que explicitamente condenam

o latifúndio, **a exploração ideal deveria reservar 50 ha aos diferentes cultivos (cereais, hortícolas e outros), 25 à vinha e 60 ao olival**. Deste modo obtinha-se e conjugava-se, de um modo equilibrado, a **típica policultura mediterrânea**, sem esquecer as **importantes componentes hortícolas e o indispensável herbário de condimentos**, também usado na farmacopeia.

Esta exploração ideal tinha ainda a grande virtude de ser susceptível de uma **administração controlada pelo proprietário**, mesmo que o fizesse por interpostas pessoas. É assim que se verifica, uma vez mais pelos textos, já que tal questão é dificilmente perceptível através de outras fontes, a constituição de grandes patrimónios fundiários pelo recurso a inúmeras propriedades de pequena/média dimensão em diferentes regiões. Esta **diversidade geográfica das propriedades** era, inclusivamente, considerada útil, pela pluralidade de recursos disponíveis que proporcionava.

Há que sublinhar, contudo, que dispomos também, tanto em fontes literárias como epigráficas, de indícios de latifúndios em outros âmbitos cronológicos e em diferentes regiões do Império, como a Sicília ou o Norte de África, por exemplo.

Tudo indica que **o processo de constituição dos patrimónios fundiários durante o período romano terá conhecido uma permanente interacção de factores contraditórios**. Por um lado, há inquestionavelmente **tendências de crescimento/concentração dos domínios rurais**, afectadas por diversos fenómenos que as limitavam, como os processos de herança e transmissão de propriedade, que frequentemente a fragmentava, e as periódicas confiscações imperiais, por diferentes razões conjunturais. Por outro, **a acção do Estado** pode considerar-se tendencialmente **favorável à constituição de pequenos patrimónios fundiários**, até por motivos políticos e ideológicos, pela distribuição de terras aos veteranos do exército e pela *deductio* de colónias de cidadãos romanos nos espaços provinciais, prática desenvolvida com carácter sistemático logo no reinado de Augusto, ou ainda por outras acções administrativas, de que constitui um bom exemplo a chamada «lei manciãna», dos finais do século I, mas confirmada e reforçada sob Adriano, que concedia isenções e privilégios como incentivo ao cultivo de terras deixadas ao abandono.

Mas, naturalmente, **factores de índole ideológica, social e cultural pesavam no processo de aquisição e constituição destes patrimónios**. Em primeiro lugar, porque o **nível social**, aferido pelos censos, **se baseava na avaliação da riqueza fundiária**.

Assim, quem aspirava à ascensão social tinha necessariamente de possuir **bens de raiz**, variando a sua quantidade, dimensão e localização com as aspirações pessoais de cada

um. Por exemplo, para ingressar no Senado, em época imperial, era necessário possuir uma fortuna avaliada em, pelo menos, um milhão de sestércios; um membro das élites municipais que aspirava à condição de senador deveria possuir propriedades na península Itálica, de preferência nas proximidades da capital, e o arquétipo do rico terratenente, decalcado, diga-se, da própria figura do imperador, era o do homem que possuía terras em todas as províncias do Império.

Estas particularidades de índole social e cultural ajudam a compreender as razões da diversificação dos patrimónios fundiários, as significativas variações nos preços da terra (embora tenhamos de reconhecer a enorme escassez de dados sobre tal questão), bem como a constante mobilização dos recursos financeiros para a aquisição de bens fundiários.

Como não poderia deixar de ser, estes indicadores podem igualmente sustentar a **tese do «subdesenvolvimento»**, isto é, o **sistemático encaminhamento da riqueza**, gerada eventualmente em outras actividades, **para o sector agrícola e um bloqueio cultural ao desenvolvimento de uma efectiva teoria económica**, ambos justificados por quadros mentais que enfatizavam a relevância social e política da condição de terratenente e o consumo em detrimento do investimento produtivo.

Independentemente das diferentes leituras que as fontes sobre a ruralidade na época romana suscitam, parece evidente que **constituirá um exagero supor que não existiam, de todo, preocupações económicas**, empiricamente delineadas, nas explorações agrárias. Aparece claramente explicitado o objectivo do **enriquecimento pela agricultura**, expresso em normas simples, e tais como a de vender e não comprar, isto é, procurar a autossuficiência e a produção de excedentes comercializáveis, preferir uma boa localização para a exploração agrária, de preferência nas proximidades dos centros urbanos, no litoral, junto a cursos de água navegáveis ou a eixos viários; numa palavra, garantir uma implantação propícia ao eficaz escoamento dos excedentes.

O **ideal da autarcia** que perpassa por toda a literatura agrária latina constituiria um objectivo de toda e qualquer exploração rural. No entanto, há que situar devidamente esta noção, já que **não faltam indícios de aquisições de bens e serviços à escala local ou regional, bem como claros indicadores de unidades ou regiões produzindo claramente para mercados distantes**. Apenas a título de exemplo, cite-se o caso da **aquisição de alimentos para a mão-de-obra rural**, por exemplo, os preparados de peixe, referida nos «tratados» de agricultura e amplamente documentada no registo arqueológico; ou **um interessante contrato de trabalho**, conservado num papiro egípcio do século III d. C., pelo qual um oleiro é contratado para fabricar contentores para

o vinho produzido numa dada propriedade, comprometendo-se o proprietário a fornecer-lhe todos os elementos necessários, desde as argilas, às tâmpas cerâmicas, ao forno e à lenha — o respectivo pagamento é feito em dinheiro e em géneros.

No que respeita às **produções para mercados distantes**, para além do já citado caso do **vinho itálico** da época tardo-republicana, pode acrescentar-se o não menos célebre **azeite da Bética**, exportado para todo o Império, com particular destaque para a cidade de Roma, e para as fronteiras militares e, a partir dos finais do século III d. C., o **azeite africano**, exportado também em grandes quantidades; ou ainda o **vinho das Gálias**, amplamente difundido a partir do século I d. C., em concorrência, diga-se, com os do Mediterrâneo Oriental e da própria Hispânia; para não falar da Sicília, Egipto e Norte de África, os sucessivos «**celeiros**» de Roma.

Refira-se ainda que, **no mundo clássico, as pedreiras, barreiros, fornos, salinas ou minas constituíam bens de raiz estreitamente relacionados, portanto, com o mundo rural**. Um proprietário poderia retirar importantes dividendos da exploração deste tipo de recursos. Sabemos, por exemplo, da existência de grandes unidades de produção de materiais de construção na península Itálica propriedade de membros das elites. No entanto, pelo recurso às categorias conceptuais da época, não podemos considerar tais actividades como indiciadoras de um considerável sector manufactureiro. Em boa verdade, algumas das querelas historiográficas actuais repousam na dificuldade em ajustar os conceitos modernos às categorias funcionais da Antiguidade.

Não estamos também muito melhor informados sobre as formas de exploração, sua relevância regional e variações ao longo do tempo. Uma exploração agrária podia ser gerida por **administração directa do seu proprietário, com recurso a mão-de-obra servil ou livre**, e temos suficientes indícios para saber que a condição jurídica de um indivíduo não tinha uma expressão directa no seu grau de riqueza ou, inclusivamente, na sua posição hierárquica no interior de uma exploração. Contudo, sabemos também que muitas outras soluções existiam, genericamente englobáveis na categoria do **colonato**.

O colono instalava-se numa parcela de propriedade de um grande terratenente ou nas terras do próprio imperador mediante **contratos de arrendamento bastante variáveis**: conhecemos exemplos de **pagamentos em géneros ou em numerário**, com base em **renda fixa preestabelecida, ou em percentagem sobre o produto da exploração**, ou ainda, no caso das propriedades do imperador, designadamente as do Norte de África, com **pagamentos em géneros e dias de trabalho**.

Havia ainda os **colonos «mancianos»**, isto é, instalados ao abrigo desta lei, que **beneficiavam de direitos e regalias especiais**, nomeadamente de **isenção do**

pagamento da renda nos primeiros cinco ou dez anos de arrendamento e direitos efectivos de posse e transmissão hereditária das mesmas, embora as não pudessem vender, desde que não cessasse a sua laboração.

Tradicionalmente, tem sido defendido que a **tendência geral, na península Itálica**, teria evoluído **de uma situação de exploração baseada na mão-de-obra servil**, supostamente dominante na época tardo-republicana, no contexto do mencionado latifúndio vitivinícola, **para uma situação de generalização do colonato**. Tal processo seria fruto da acção conjugada do declínio do afluxo de escravos a Roma, em consequência do abrandamento das guerras de expansão territorial, e do crescente desinteresse dos grandes terratenentes pela exploração dos seus domínios. Deve sublinhar-se, porém, que **as fontes disponíveis não são suficientes para confirmar tal hipótese**, e no que respeita aos territórios provinciais muito menos informação existe.

Uma outra ideia feita, que a investigação moderna se encarregou já de rectificar, era a da **existência de uma evolução, no tempo, dos contratos que estabeleciam pagamentos em numerário para a generalização do pagamento em géneros**. Hoje sabemos que **a prática dos pagamentos em géneros existia desde épocas remotas**, pelo menos desde os inícios do Principado, e **não temos qualquer indício seguro de que tal tendência tenha crescido significativamente com o tempo**.

Estreitamente relacionada com esta última ideia está a generalizada afirmação de que, no Baixo Império, se teria registado um **crescente desinteresse das élites pelos espaços urbanos e uma progressiva fixação das mesmas nos seus domínios rurais**. Tal fenómeno teria conduzido à deslocação dos poderes das cidades para os campos, um desenvolvimento da autarcia dos grandes domínios agrários, uma maior dependência dos colonos face aos grandes proprietários e a quebra das tradicionais solidariedades das cidades e seus campos. Em suma, a génese das sociedades de tipo feudal.

Uma vez mais temos de reconhecer que nos **faltam informações sólidas para documentar este processo**. Como se viu, o desejo de autarcia constituiu, desde sempre, um objectivo do grande proprietário romano e, para além do mais, deve sublinhar-se que os prósperos domínios rurais do século IV d. C. continuam a obedecer aos mesmos padrões de implantação das épocas anteriores, isto é, as proximidades das cidades, do litoral e dos cursos de água navegáveis. Finalmente, a moeda circula ali em abundância comparável à que se verifica nas cidades e a distribuição de certos artigos de luxo importados, designadamente cerâmicas, vidros e metais — aqueles que melhor se conservam no registo arqueológico —, sugerem **a continuidade de muitas das velhas relações cidade-campos**.

Naturalmente, o mundo rural e urbano da Alta Idade Média, nos diferentes espaços anteriormente integrados no Império Romano, é diferente do que existia sob o Principado ou mesmo no chamado Baixo Império; contudo, **o processo de transformação não foi seguramente homogéneo à escala do Império, nem linear de um ponto de vista cronológico**. Parece manifestamente forçado tentar valorizar alguns dados em detrimento de outros, transformando-os em tendência geral, pelo simples facto de configurarem situações mais próximas com as normas detectadas em épocas posteriores.

2.4 AS CIDADES E O ARTESANATO

O **fenómeno urbano** na Antiguidade tem também suscitado inúmeras polémicas, que se relacionam quer com os seus significados e funções, quer com a sua evolução ao longo dos tempos. Uma vez mais será importante sublinhar que, **no respeitante ao Império Romano**, lidamos com um **fenómeno plural e complexo**.

Desde logo, **Roma constitui um caso à parte**, tanto pelas suas dimensões e relevância, como pelo efectivo demográfico que albergava, como se disse, cerca de um milhão de habitantes — é importante recordar que, no mundo ocidental, só no século XVIII a cidade de Londres alcançou de novo um tal quantitativo demográfico.

Centro político, ideológico e administrativo de um vastíssimo império, a Urbe viveu, pelo menos desde o período tardo-republicano, **dependente dos abastecimentos de regiões distantes**, já que as suas áreas mais próximas eram manifestamente incapazes de prover às necessidades da sua população — o que não quer dizer de modo algum que não tenham continuado e mesmo acrescentado a sua capacidade produtiva e de abastecimento, como acima se disse.

O poder central garantia a satisfação das mais básicas necessidades através das distribuições de alimentos: cereais, permanentemente, mas também azeite e vinho, com menor regularidade, para não falar de outras distribuições, **em dinheiro e outros géneros**, em ocasiões excepcionais, mas não muito raras...

No Baixo Império, certamente em menor escala, **outras cidades**, então elevadas a novas categorias políticas e administrativas, **terão visto crescer o seu grau de dependência em relação aos abastecimentos de tipo institucional**, mas, sublinhe-se, no contexto do vasto Império estas situações constituem, sem dúvida, a excepção.

Na metade oriental, nas regiões «helenizadas», as relações entre as cidades e os seus territórios não se teriam modificado substancialmente após a conquista

romana, visto que existiam já longas tradições locais de controlo territorial e político, empreendidos, a partir dos centros urbanos.

Terá sido, sobretudo, no Ocidente, nas novas áreas conquistadas pelos Romanos, que se terão feito sentir as principais modificações, uma vez que as velhas colónias gregas ou púnicas que pontuavam alguns destes espaços mantiveram sempre relações diferentes com as populações locais, para além de não disporem das capacidades de efectivo domínio territorial impostas por Roma.

No Ocidente assiste-se a um **primeiro grande esforço de urbanização empreendido sob Augusto**, na esteira, aliás, de algumas iniciativas anteriores, de alcance bem mais modesto. Este movimento de promoção do fenómeno urbano parece ter obedecido a dois critérios complementares.

Por um lado, a **dedução de colónias**, que consistia na instalação de um núcleo de cidadãos romanos, frequentemente veteranos das campanhas militares de conquista e ocupação, explorando um determinado território que lhes era distribuído, gozando de privilégios fiscais e de apoios concretos do poder central verifica-se, por exemplo, o custeamento pelo próprio imperador da construção das portas e muralhas destes novos centros urbanos.

Por outro, **promoveram-se antigos núcleos de povoamento indígena à categoria urbana**, aparentemente tirando partido das élites locais, que se enquadravam, deste modo, nos novos modos de vida, ganhando também os privilégios e prerrogativas inerentes à cidadania romana, pelo exercício das magistraturas nas novas cidades.

O processo de constituição de uma densa rede de centros urbanos, cobrindo e enquadrando, progressivamente, a totalidade do território do Império, **não deixou de se verificar**, com **algumas épocas de incremento mais significativo, como sob os Flávios**, com a constituição de inúmeros novos municípios, **não sendo**, por isso mesmo, **um fenómeno circunscrito no tempo**. Por outro lado, a instalação dos diferentes equipamentos indispensáveis à sua dignidade e a sua constante beneficiação, num claro processo de emulação das cidades vizinhas, faziam das cidades romanas pólos dinâmicos, fervilhantes de actividade, e não propriamente os grandes espaços cenográficos e estáticos que usualmente concebemos quando as encaramos como realidades acabadas.

As constantes necessidades de materiais e de mão-de-obra, com que se fazem os grandes edifícios e equipamentos, públicos e privados, e a sua manutenção confere às cidades um **dinamismo e complexidade** que em muito ultrapassam a simples noção de centros de representação do poder, captação de receitas e lugar de consumos.

De um ponto de vista político e ideológico, os principais agentes destes processos parecem ter sido as **élites locais**, no âmbito de uma atitude frequentemente definida como de «auto-romanização», já que o estímulo/imposição do poder central não parece ter ultrapassado os primeiros decénios do Principado e, mesmo assim, apenas em algumas regiões e em determinadas circunstâncias.

Como é óbvio, **as funções políticas, fiscais e ideológicas constituiriam a própria razão de ser da cidade, mas ela possuía outras virtualidades não desprezíveis.**

Um centro urbano não era um local densamente construído, mas antes um espaço onde se harmonizavam as áreas monumentais de carácter público, as habitações privadas, as diferentes actividades comerciais, havendo ainda lugar para a agricultura no interior do espaço urbano, à semelhança, aliás, do que se verifica nas cidades de outras épocas mais recentes.

Recorrendo uma vez mais ao bem conhecido exemplo de Pompeia, pode citar-se o caso que não é único da chamada «taberna dos gladiadores», que possuía a sua própria cuba de fermentação para o vinho que vendia, ao que tudo indica produto dos vinhedos da própria área urbana.

A cidade gerava também proventos peculiares para as suas elites, designadamente em operações de especulação imobiliária, bem conhecidas em alguns locais e situações, designadamente na própria capital do Império, **ou em actividades de prestamista, ou ainda em outras práticas especulativas, como, por exemplo, as possibilitadas pela colecta, retenção e utilização das rendas tributárias.**

Não devemos, porém, circunscrever às diferentes formas de especulação ou ao usufruto e gestão dos rendimentos rurais os ganhos das elites urbanas. As **actividades comerciais**, quer as resultantes da venda dos produtos das suas explorações agrárias, quer as provenientes da redistribuição dos artigos importados, constituiriam, sem dúvida, uma parcela não desprezível destes rendimentos, **mais importantes nas cidades flúvio-marítimas**, que receberiam directamente os artigos exóticos, mas também não desprezível em outras que funcionariam como **intermediárias desta redistribuição.**

Nas cidades do litoral, designadamente na Península Ibérica, mas não só aqui, a **exploração e transformação dos recursos marinhos** fornecia outra considerável fonte de rendimentos, possibilitando até uma inversão da tradicional relação de produção-consumo entre cidades e campos. Uma vez mais, neste particular, os dados arqueológicos permitem conhecer toda a extensão de uma actividade apenas afluída na maioria das fontes escritas. A situação particular da exploração deste tipo de recursos constitui uma

boa ilustração da **complexa teia de relações estabelecida entre os campos e a cidade**.

Nos centros urbanos ou nas suas proximidades instalavam-se os equipamentos de transformação do pescado, produzindo peixe salgado ou condimentos de peixe, muito apreciados e consumidos na Antiguidade pela sua forte componente salina. Estas actividades produtivas, para além de ocuparem um importante contingente de mão-de-obra, geravam muitas outras, tanto a montante como a jusante: produção de madeiras para a construção naval (barcos para pesca e para o transporte do produto acabado), extracção de sal marinho, exploração de barreiros para a produção dos diferentes artefactos cerâmicos usados no fabrico e transporte dos preparados piscícolas, para não falar do cultivo e transformação das fibras vegetais com que se teciam as redes, ou no trabalho dos metais com que se faziam anzóis e pesos (chumbadas). Por sua vez, o produto acabado era consumido no próprio local ou comercializado para regiões mais distantes ou, simplesmente, para as zonas rurais adjacentes, onde conhecia um consumo diversificado, que não apenas o circunscrito à mesa dos grandes proprietários.

Infelizmente, não dispomos de informações concretas sobre o regime de laboração da maior parte destas unidades de transformação dos recursos marinhos, mas parece admissível que a fórmula de constituição de sociedades arrendatárias e detentoras da exploração destes recursos em regime de monopólio, como a que existiu em Cartagena, na Hispânia, para a exploração do sal e pescarias locais, tenha sido mais a excepção do que a regra. Provavelmente, a maior parte das unidades transformadoras pertenceria a particulares.

Pelo simples facto de existir, **a cidade constitui-se**, assim, **num importante pólo gerador de complexas interacções com as áreas rurais envolventes**. É certo que delas recebe, ou delas drena, importantes recursos, como a água, necessária aos múltiplos e diversificados consumos urbanos, ou os frutos da agricultura e pecuária, frequentemente armazenados ali em detrimento das próprias zonas produtoras.

Mas constitui também, em primeiro lugar, **o núcleo organizador dos espaços rurais e, simultaneamente, o centro que atrai a comercialização dos seus frutos e o pólo donde irradia a redistribuição de artigos manufacturados localmente e das importações**.

Finalmente, não devemos esquecer que **uma parte das receitas geradas pelas cidades era «reinvestida» nos campos**, já que as élites urbanas constituíam o grosso dos grandes proprietários rurais das suas áreas envolventes.

Mais complexa se afigura, todavia, a avaliação da relevância e peso que os sectores manufactureiros teriam nas cidades antigas. Uma vez mais, pelo simples facto de existirem, **as cidades geravam necessariamente um conjunto numeroso e diversificado de actividades artesanais**, muitas vezes transformando matérias-primas do mundo rural, designadamente as necessárias para a construção, manutenção e embelezamento dos edifícios, os têxteis de diferentes tipos e qualidades, etc.

Mas muitas destas actividades manufactureiras de carácter especializado e intensivo processavam-se em locais que não possuíam propriamente o estatuto de cidades, designadamente algumas das mais famosas e difundidas cerâmicas finas.

No domínio dos artigos artesanais, algumas **cerâmicas de mesa e as lucernas** merecem uma especial atenção dos investigadores, quer pelo grau de padronização que alcançaram, quer pelo gigantesco âmbito de difusão que conheceram, embora pareça claro que um tal sucesso se deveu mais a uma utilização «parasitária» dos fluxos de distribuição de bens alimentares.

Isto é, mais do que pelo exercício de um comércio livre, estas actividades manufactureiras de grande difusão beneficiaram sempre das actividades de distribuição, protagonizadas, é certo, por produtores e mercadores «privados», para usar um termo moderno não desprovido de alguma ambiguidade quando aplicado às realidades do mundo romano, mas onde a componente institucional teve sempre um papel relevante.

Resulta interessante, contudo, tentar apurar as **formas de organização da produção** que estes artigos artesanais conheceram na Antiguidade. No caso concreto das **cerâmicas finas**, usadas como serviços de mesa, verificam-se algumas regularidades dignas de menção. Em primeiro lugar, resulta verdadeiramente notável o **enorme âmbito de difusão dos produtos de alguns centros oleiros, com artigos difundidos praticamente por todo o Império**. Por outro lado, há suficientes indícios de **efectiva concentração de produtores** em locais que adquirem características de centros de especialização produtiva, onde se concentram as oficinas de oleiros com os seus servos e outros colaboradores, mais ou menos especializados, que poderiam ter um estatuto social diferente.

Ainda assim, e bastante por falta de investigações sistemáticas, não é possível ter ideias claras sobre a sua verdadeira natureza, já que o enorme âmbito de difusão, que sugere bem sucedidos dinamismos, se choca com outros factores não desprezíveis.

Por um lado, verifica-se que a tendência para a concentração das actividades artesanais é relativamente comum em todas as sociedades pré-industriais e parece igualmente inegável a possibilidade de montar um centro de produção cerâmica artesanal de relativa

qualidade sem grandes investimentos e manter o seu funcionamento com proprietários e artesãos vivendo quase no limiar da sobrevivência, pelo que não devemos presumir que o sucesso da produção-difusão de certas cerâmicas finas seja um indicador de uma particular pujança de um sector manufactureiro.

Finalmente, alguns pormenores, digamos, de mercado parecem sugerir justamente a fragilidade deste sector produtivo. Por exemplo, os centros oleiros itálicos, depois de dominarem praticamente todos os mercados das cerâmicas de mesa, inclusive os provinciais, terão aberto sucursais, sucessivamente, no Norte daquela península e na Gália, aparentemente com o intuito de ir ao encontro das maiores concentrações de consumidores.

Os centros gauleses acabaram mesmo por suplantarem os seus congéneres itálicos, numa aparente demonstração da incapacidade existente para vencer o obstáculo das distâncias.

No que respeita à **produção de ânforas**, os contentores cerâmicos utilizados para transportar alimentos, e, por isso mesmo, um bom exemplo da forte interpenetração do sector agrícola com as actividades artesanais especializadas, a situação parece ter sido mais diversificada.

Na falta de elementos mais precisos, os melhores indicadores disponíveis são as marcas que algumas ostentam e, justamente por isso, as que foram utilizadas para transportar o azeite da Bética adquirem particular interesse, pela sua abundância e diversidade.

No conjunto, é possível identificar um primeiro momento, anterior ao século II d. C., em que predominam as inscrições com *tria nomina* identificando deste modo o proprietário do centro oleiro como um cidadão romano, provavelmente também proprietário da exploração rural em que era produzido o azeite.

Num segundo momento, parece reduzir-se o número de centros produtores, sendo admissível uma maior especialização, surgindo, inclusivamente, a menção ao centro oleiro (*figlina*) como entidade fabricante do contentor, fornecendo, ao que parece, diferentes produtores; não faltam, inclusivamente, as marcas com referência aos imperadores romanos, na época das expropriações promovidas por Septímio Severo, na viragem do século II para o século III d. C.

No entanto, uma vez mais, o caso não pode ser considerado como um bom exemplo da existência de um sector manufactureiro autónomo, já que as ânforas se destinavam somente a transportar um alimento, o azeite, sendo também significativa a aparente identificação dos proprietários dos centros oleiros como terratenentes locais. Já para

não dizer que toda esta prosperidade oleícola da Bética parece ter repousado mais na procura institucional do que propriamente no dinamismo e capacidade empreendedores dos seus produtores.

Praticamente na fronteira entre o mundo rural e o urbano situa-se um outro importante sector de actividade, que é aquele a que chamaríamos hoje o das «**indústrias extractivas**», designadamente as **pedreiras e minas**.

No que diz respeito às **pedreiras**, poderemos falar, com alguma segurança, de um sector de actividade que, embora servindo também as áreas rurais, fornecendo os necessários materiais de construção para as sumptuosas casas senhoriais, tinha como finalidade o abastecimento dos centros urbanos. Apesar do grande desconhecimento que temos sobre os sectores artesanais ligados à produção de cantarias e ornamentos de todos os tipos, incluindo a estatuária, afigura-se plausível supor que o grosso do «valor acrescentado» se processava em âmbito urbano, já que as zonas das pedreiras se limitariam à extracção da matéria-prima.

No que concerne ao **sector mineiro**, lidamos com realidades peculiares, por diversos motivos. Em primeiro lugar, porque **os principais centros mineiros pertenciam, de facto, ao imperador ou ao «povo de Roma»**, entenda-se, **eram geridas pela própria casa imperial**, através dos seus legados, ou pelo Senado, através dos seus representantes.

Foi fundamentalmente na **Hispania** que o poder de Roma se confrontou, pela primeira vez, com gigantescas jazidas mineiras de interesse económico vital. Nos primeiros momentos da conquista, **entre os finais do século III a. C. e o primeiro terço da centúria seguinte, as fabulosas riquezas mineiras hispânicas foram drenadas para Roma em tributos e saques às populações locais**.

No entanto, ao que parece, logo **no segundo terço do século II a. C. começaram a surgir novas fórmulas de exploração**, que passavam pelo **arrendamento a sociedades**, em moldes semelhantes, aliás, aos que vigoravam para outros bens públicos, ou a particulares, enquanto tal. Terá sido no âmbito destas sociedades ou em busca das oportunidades oferecidas por estes arrendamentos que se terá instalado na Hispania uma **primeira vaga de imigrantes itálicos**, fundamentalmente nos centros urbanos.

Os registos dos autores greco-latinos referem, então, a existência de **grandes contingentes de escravos trabalhando nestas ricas jazidas mineiras**. Com a progressiva consolidação do poder imperial e com a subsequente normalização da vida provincial parece generalizar-se a **tendência para o arrendamento a particulares** e, provavelmente, a uma **progressiva diminuição da mão-de-obra servil, substituída**

por migrantes de condição livre, vindos de outras regiões da Península Ibérica, como a epigrafia de índole funerária das regiões mineiras parece demonstrar.

O sector mineiro constitui, inclusivamente, um bom exemplo da **crescente sofisticação tecnológica nos métodos extractivos**, contrariando claramente a habitual visão imobilista e avessa à inovação tecnológica que se costuma dar da Antiguidade Clássica.

Os documentos epigráficos de **Aljustrel** (*Vipasca*), embora truncados, oferecem-nos, para além das importantes informações de carácter jurídico, um quadro vivo do quotidiano num **centro mineiro hispânico sob a alçada do imperador, na época de Adriano.**

Um **procurador imperial** governava a região mineira e arrendava, mediante leilão, **a exploração dos poços de exploração a particulares, a título individual ou associados, ou ainda aos seus representantes**, o que explica as fórmulas pelas quais as élites urbanas se mantêm envolvidas nestas actividades.

Estes, para além do **pagamento do arrendamento** — maior ou menor em função do tipo de minério extraído (prata ou cobre) —, eram obrigados a **fornecer metade do produto de exploração**, sob penalizações que, sendo variáveis em função da condição social do prevaricador, incluíam sempre a expulsão, para sempre, de toda e qualquer área mineira.

O procurador arrendava também os diferentes ofícios do povoado mineiro: desde os banhos públicos aos ofícios de banqueiro, pregoeiro, barbeiro, cordoeiro.

As tábuas de Aljustrel fornecem-nos, assim, um interessante apontamento sobre o quotidiano de um aglomerado populacional que, não tendo um estatuto urbano — não se tratava de uma cidade, mas de um *vicus*—, apresenta uma **considerável concentração de população maioritariamente envolvida no conjunto de actividades que a exploração dos recursos mineiros necessariamente implicava**, onde cabe, naturalmente, a actividade extractiva propriamente dita, mas também todo um conjunto de outras, de cariz essencialmente artesanal, bem documentadas pelas investigações arqueológicas ali efectuadas — cordoaria de esparto, para o fabrico de cordas, sapatos, gorros e cestaria; carpintaria para as madeiras de entivação dos poços (uma obrigação legal dos seus proprietários), para as escadas e outros apetrechos, para além das actividades de tratamento e fundição dos minérios.

Como não poderia deixar de ser, uma tal concentração de mão-de-obra especializada em ofícios não relacionados com a produção de alimentos, implicaria a **existência de um território anexo vocacionado para a produção dos necessários víveres.** Deste

modo, **as relações estabelecidas entre este centro mineiro e o seu território envolvente não seriam muito diferentes das que se geravam entre as cidades e os seus espaços rurais dependentes.**

Como é óbvio, o caso de *Vipasca* não é singular, constituindo antes um exemplo do que se passaria em todos os outros grandes centros mineiros, inclusive os da Bética, que, embora pudessem ter regimes jurídicos diferentes por estarem sob a égide do Senado, não apresentariam um panorama social e profissional muito diferente.

Uma vez mais, não estamos bem informados sobre o destino do produto das explorações mineiras, mas é de supor que o grosso da transformação das matérias-primas, produção de artefactos vários, joalheria, etc., se processasse também no âmbito urbano, provavelmente em centros relativamente distantes dos lugares de extracção. A arqueologia subaquática tem fornecido abundantes indícios da exportação dos metais, em lingotes, para regiões distantes.

2.5 COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO

Pelas razões referidas não resulta fácil estabelecer as diferenças e fronteiras entre um comércio livre inter-regional no Império Romano e as distribuições coordenadas pelos diferentes poderes. É certo que haveria **pequeno e médio comércio a níveis local e regional**, como haveria situações, pontualmente documentadas pelas fontes escritas, de trocas de presentes entre membros das elites e importações de produtos exóticos utilizados em consumos sumptuários, em circunstâncias especiais, que poderiam não ser assim tão raras.

No entanto, o grosso da deslocação a distância de mercadorias teria no poder central o seu principal mentor, embora com naturais benefícios para produtores e operadores «privados», chamemos-lhes assim...

Como é óbvio e próprio de sociedades pré-industriais, a maior limitação do comércio no mundo romano era imposta pela dificuldade em **vencer com eficácia e em pouco tempo as distâncias**. O **domínio do Mediterrâneo**, convertido em «**mar interior**» e praticamente livre de pirataria sob o Império, facilitava muitas das relações entre regiões, limitadas, todavia, pelas condições de navegabilidade que aconselhavam um período de paragem (***mare clausum***) de Novembro a Março ou Abril. O controlo da **fachada atlântica**, quer **norte-africana**, quer europeia, a partir de meados do século I d. C., **ampliou substancialmente as áreas de circulação**. **A utilização dos rios navegáveis e da densa rede de estradas construída complementava as possibilidades de comunicação.**

Deve sublinhar-se, contudo, que mesmo a conjugação de todos estes recursos relegava para situações periféricas amplas áreas do Império, para além de haver **evidentes assimetrias** entre a acessibilidade de locais instalados no litoral ou servidos por cursos de água navegáveis e os outros, somente servidos por vias terrestres nestes casos, faziam-se sentir as limitações impostas pela topografia dos terrenos, pelos animais de tiro disponíveis e as formas de atrelagem conhecidas.

Não devemos porém insistir em demasia nestes constrangimentos, visto que os dados literários e epigráficos assinalam uma **relativa eficácia das comunicações**, pelo menos ao nível dos grandes centros, e o registo arqueológico documenta consideráveis deslocações de bens no interior do Império.

Uma vez mais devemos sublinhar o **carácter singular de Roma, cujo abastecimento constituía incumbência do poder imperial**. Este abastecimento, ao qual estavam ligados inúmeros **operadores privados**, com íntimas e profundas cumplicidades com a administração imperial e as élites locais, somente entrevistas aqui ou ali por desgarradas citações nos textos ou por documentos epigráficos, tinha, no entanto, os seus condicionamentos, que incidiam nos **preços praticados**, nas **fórmulas contratuais utilizadas** e, naturalmente, nas próprias **formas de captação dos artigos transportados**.

Estes, por sua vez, nem sempre resultavam de situações de compra, obedecendo a mecanismos de mercado, já que temos indícios de situações impostas aos produtores. **Os abastecimentos militares constituíam um outro caso de intervenção institucional sobre o «mercado»**, para usarmos uma vez mais termos modernos sem uma absoluta coincidência com as realidades do mundo antigo.

Estas distribuições institucionais geravam, como é natural, importantes fluxos de mercadorias que afectavam diferentes regiões, designadamente a zona de Roma, dotada de importantes estruturas portuárias e de armazenagem, em Óstia, construídas em 42 d. C., no reinado de Cláudio, ampliadas sob Nero e reconstruídas por Trajano, que substituíram em relevância o velho porto de Puteoli, o mais importante na península Itálica durante a República. Mas implicaram igualmente a construção de estruturas similares nos locais de expedição, designadamente no Egipto e Norte de África. **O abastecimento aos exércitos**, por seu turno, **implicou a dinamização de várias rotas**, como a do Reno-Ródano, para provimento dos exércitos do *limes* germânico, mas também a do istmo gaulês-Garona e mesmo a atlântica, contornando a Península Ibérica, para apoio aos estabelecimentos mais setentrionais desta fronteira e à Britânia.

Operando nestas diferentes rotas, ter-se-ão constituído diversas associações (*collegia*) de *navicularii*, de carácter autónomo e gozando de privilégios especiais, já que trabalhavam ao serviço do Império.

A arqueologia pôs a descoberto no porto de Óstia um fórum das corporações, que regista a presença de 60 destas sociedades ali sediadas, todas relacionadas com as actividades de abastecimento a Roma, mas não faltam também, em outros locais, como ao longo do Reno-Ródano ou no porto de *Burdigalia* (Bordéus) — terminal do eixo do Garona —, inscrições epigráficas que atestam sociedades análogas, relacionadas com o transporte e distribuição.

Tradicionalmente, costuma defender-se a tese de que estas corporações teriam perdido a sua importância e independência ao longo do século III d. C., absorvidas por uma maior centralização das suas actividades pelo poder central. No entanto, uma vez mais há que reconhecer a ausência de fontes que demonstrem categoricamente esta tese ou a sua contrária.

Parece evidente, todavia, que estas redes institucionais foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento e animação de determinadas regiões, cuja produção cresceu muito para além das necessidades locais ou regionais, logrando âmbitos de difusão de amplíssima escala.

2.5.1 Inter-regional dentro do Império

A primeira questão a colocar quando se encara o fenómeno da difusão de produtos no Império Romano é, naturalmente, a de saber se alguma vez ele constituiu, de facto, um «mercado unificado». A resposta a esta questão não se afigura fácil e pode mesmo ser contraditória, segundo o ponto de vista ou, melhor dizendo, o produto ou região considerados.

Atendendo a um primeiro nível, que é, naturalmente, o das grandes distribuições institucionais, parece verificar-se uma **efectiva articulação do todo imperial**, que passaria, naturalmente, pelos arquivos da administração central.

No registo arqueológico da cidade de Roma, do seu porto, Óstia, ou dos estabelecimentos do *limes* germânico e áreas com ele conectadas como a cidade de *Lugdunum* (Lyon), verificamos, em primeiro lugar, **a ocorrência de produtos alimentares transportados em ânforas provenientes quer da metade oriental do Império quer das zonas ocidentais.**

Por outro lado, os ritmos de importação e os lugares de origem registam variações ao longo do tempo, relacionáveis com o que poderíamos chamar uma **racionalidade de abastecimento**, que elege, de uma forma sistemática e progressiva, a região menos distanciada para a captação dos alimentos desejados, mas também, aparentemente, com questões de índole administrativa.

As recentes investigações arqueológicas proporcionam o seguinte quadro de abastecimento para a cidade de *Lugdunum*, extrapolável com as necessárias cautelas para boa parte dos estabelecimentos militares da fronteira germânica.

Na época de Augusto, a Península Ibérica fornece preparados de peixe, vinho e azeite, do Oriente chegam vinhos, a península Itálica ainda é fornecedora de vinhos, azeite e conservas de frutos e já se nota a presença dos vinhos gauleses; sob os Flávios, cresce significativamente a aquisição de vinhos gauleses, a Península Ibérica está ainda bem representada, mas já só com o azeite e os preparados de peixe; do Oriente continuam a chegar vinhos e a península Itálica desaparece como fornecedora de produtos alimentares; na segunda 2.^a do século II d. C., embora ainda se registem abastecimentos de origem oriental, o panorama é dominado pelos vinhos gauleses e pelo azeite hispânico; estas tendências permanecem na centúria seguinte, havendo a registar, contudo, o aparecimento dos artigos africanos; estes últimos dominam nos finais do século IV, embora se mantenha o abastecimento do vinho gaulês, do azeite hispânico e dos artigos orientais.

O registo arqueológico da cidade de Roma, embora de uma forma menos clara, parece denotar tendências análogas, embora documente, como é natural, uma permanência dos fornecimentos originários da própria península Itálica, demonstrando, portanto, a vitalidade da sua agricultura, a que já aludimos.

Mas este panorama de abastecimento de produtos alimentares, sublinhe-se de âmbito eminentemente institucional, que parece sugerir **a existência de um verdadeiro mercado unitário à escala do Império, contrasta vivamente com o que se pode observar na distribuição de outros artigos, como as lucernas ou algumas cerâmicas finas**. Reportando-nos exclusivamente às produções que ostentam impressas as marcas dos fabricantes, verifica-se que existem tendências regionais de abastecimento, isto é, um determinado produtor surge muito mais representado em determinadas regiões do que em outras, sugerindo, assim, a existência de mercados preferenciais.

As **cerâmicas finas de grande difusão**, particularmente as que eram usadas para servir à mesa, fornecem interessantes indicadores sobre a natureza e sucessos de alguns sectores manufactureiros do mundo romano. Numa primeira fase, são as produções itálicas que nos aparecem um pouco por todas as áreas dominadas por Roma, acompanhando

o processo de conquista, mas também o fenómeno da exportação do vinho itálico. Com o estabelecimento da fronteira militar da Germânia, assiste-se à instalação de sucursais das oficinas itálicas nos territórios gauleses, como acima se referiu. Estas oficinas acabam por suplantar em difusão os produtos itálicos.

Processos análogos se verificam em outras regiões do Império, sendo notória a relação entre a difusão de produtos alimentares de determinadas áreas e o sucesso da difusão das cerâmicas finas originárias dessas regiões.

Como não poderia deixar de ser, o fenómeno suscita interpretações contraditórias. Para alguns autores, documenta o vigor e relevância dos sectores manufactureiros. Para outros, pelo contrário, constitui prova da sua debilidade, incapaz de superar a dificuldade das distâncias — razão pela qual as oficinas gaulesas teriam superado as itálicas — ou de se impor por si só, sempre dependente, por isso mesmo, dos sucessos dos transportes de produtos alimentares.

A circulação de produtos no interior das fronteiras do Império não se circunscrevia, porém, aos bens alimentares e aos artigos «parasitários» destes tráfegos. Estão igualmente bem documentados o transporte de metais em lingote, como já se referiu, ou os cavalos de corrida, mas também os materiais de construção quer as pedras ornamentais, por vezes já transformadas, por exemplo, em fustes de colunas, como a arqueologia subaquática demonstra, quer as simples telhas (*tegulae*) — ou os sarcófagos ricamente decorados.

Uma vez mais é impossível saber qual terá sido o peso dos diferentes poderes na animação destes tráfegos, mas parece evidente que, para além das **élites locais**, particularmente os **magistrados urbanos**, os **próprios imperadores** terão patrocinado este comércio, sendo disso prova as rochas ornamentais de procedência oriental que decoram os edifícios públicos com que Adriano premiou a sua cidade natal *Italica*, nas imediações de Sevilha.

2.5.2 Com regiões exteriores

Os intercâmbios comerciais mantidos pelo Império Romano extravasavam as suas fronteiras. Assim, é possível determinar, quer por referências literárias, quer pelo registo arqueológico, a existência daquilo a que chamaríamos hoje um **comércio externo**.

Das **regiões do mar Negro** chegavam ao espaço romano **escravos e diversas matérias-primas**, entre as quais as **madeiras** para construção; do **Báltico** chegava

o **âmbar**, e do **Oriente (Arábia, Índia e China)** vinham **exóticos produtos de luxo**, designadamente as **especiarias e sedas**, através das **rotas caravaneiras que ligavam a Síria à Ásia Central, ou por via marítima, pelo mar Vermelho, até Alexandria**.

Sobretudo este comércio com o Oriente de caras mercadorias exóticas, era referido na literatura latina moralizante como um perigoso comércio, que provocava uma considerável «sangria» aurífera nos recursos do Império. Refira-se, contudo, que, segundo os cálculos apresentados por Plínio, *o Velho*, justamente um dos autores que se preocupa com este esbanjamento de recursos, resulta manifestamente exagerado considerar um tal intercâmbio como algo de especialmente gravoso para os imensos recursos auríferos do Império.

Refira-se ainda que este mesmo comércio oriental proporcionava um considerável lucro, quer aos comerciantes, quer às finanças imperiais, que taxavam pesadamente estas mercadorias, com *vectigalia* na ordem dos 25% sobre o seu valor.

A existência deste comércio externo, por pouco significativo que fosse, em termos relativos, parece suficiente para rebater as teses de **I. Wallerstein** sobre **o isolamento do Império Romano**, que, por alegadamente viver **fechado sobre o seu próprio espaço, não teria gerado uma economia-mundo digna desse nome**.

De facto, **encontramos sob a égide de Roma não só uma primeira grande articulação inter-regional política e económica à escala europeia e mediterrânica**, com apontamentos que sugerem a existência de especializações regionais, **mas também, de facto, a criação do esboço de uma primeira economia mundial**, que relacionava os espaços dominados política e economicamente pelo Império Romano com as restantes realidades imperiais asiáticas e as periferias europeias e africanas.

2.6 UMA VISÃO DE CONJUNTO ...

Embora em termos um tanto grosseiros, é possível afirmar que **o poder imperial romano promoveu um efectivo incremento da exploração dos recursos provinciais, proporcionando simultaneamente o enriquecimento das diferentes regiões**. Os nexos de interdependência mantidos entre a administração imperial e as élites locais, bem como a necessidade de garantir a estabilidade política, geraram uma **certa racionalidade na drenagem dos recursos**, que, de algum modo, não onerava excessivamente nenhuma província, embora as mobilizasse a todas para a manutenção do Império — entenda-se, a máquina da Administração, a capital do Império e os seus exércitos.

Esta «sensibilidade» àquilo a que chamaríamos um «bom governo do Império» quererá dizer que existiu uma qualquer política imperial criteriosamente delineada com este intuito?... Tudo indica que não.

Aparentemente, as políticas imperiais eram ditadas fundamentalmente pelos interesses particulares e ou conjunturais de cada soberano e a norma era, como se disse, a de possibilitar o autogoverno de cada região. O que não impediu, obviamente, a existência de medidas políticas de grande alcance com reflexos na economia e, inclusivamente, esboços daquilo a que chamaríamos uma **especialização regional à escala do Império**, cujas fórmulas de estabelecimento, todavia, nos escapam.

Em primeiro lugar, aquilo a que poderemos chamar a «construção do Império», isto é, o lançamento dos grandes projectos de obras públicas, como a rede viária ou as estruturas necessárias para os abastecimentos institucionais, designadamente as grandes obras portuárias, para as quais, frequentemente, foram mobilizados recursos locais com carácter obrigatório.

No entanto, muitas vezes as próprias regiões beneficiavam destas grandes obras, pelo que não será lícito encará-las como uma imposição sem contrapartidas e, inclusivamente, sobretudo a partir de meados do século I d. C., tudo indica que muitas obras públicas de interesse iminentemente local ou regional fossem decididas e efectuadas a esses níveis, sem uma intervenção directa do poder central.

Neste processo de construção do Império entram também, como não poderia deixar de ser, as **deduções de colónias de cidadãos romanos e as distribuições de terras a veteranos militares**, outros importantes elementos de constituição da nova realidade política, indissociavelmente ligados ao conceito de liberalidade imperial. Uma vez mais, aqui, a intervenção de Roma parece circunscrever-se à fase da instalação.

Estes procedimentos essencialmente locais, associados à evidência da efectiva ausência do que se poderia chamar um mercado à escala do Império e à omissão generalizada de textos literários de índole «económica», sustentam a convicção, partilhada por muitos autores, da **inexistência de uma organização económica complexa no Império Romano**. Outros, porém, argumentam que a prática da regular manutenção dos censos, as necessidades de abastecimento institucional, bem como a política monetária, constituem motivos suficientes para pressentir uma **organização económica e financeira suficientemente complexa para garantir o efectivo bom governo do Império**.

Não dispomos, é certo, de muitos exemplos de directrizes políticas de alcance económico. As várias **expropriações** parecem dever-se sempre mais a razões de ordem conjuntural,

de natureza política, do que a efectivas medidas de «racionalização» da economia, chamemos-lhe assim...

Quanto às supostas **medidas proteccionistas**, vislumbradas em acções legislativas mais ou menos isoladas, designadamente a interdição aos gauleses do plantio de oliveiras e vinhas, estabelecida sob a república, ou os dois éditos de Domiciano, promulgados no último decénio do século I d. C., limitando a extensão da vinha, quer em âmbito rural, quer nos espaços urbanos, em detrimento dos campos cerealíferos, tudo indica que corresponderiam a acções desgarradas, obviamente relacionáveis com poderosos interesses das élites itálicas, mas de alcance e aplicação bastante limitadas.

Outros exemplos frequentemente invocados pelos defensores da existência de uma efectiva política económica à escala do Império são normalmente mal conhecidos e suscitam interpretações contraditórias. **O patrocínio do chamado «porto franco» de Delos**, sob a república, supostamente em concorrência com o domínio comercial de Rodes, resultará mais da política de alianças de Roma, embora com evidentes benefícios para alguns sectores das suas *élites*, do que propriamente de uma vontade explícita e criteriosamente delineada de controlo efectivo do comércio oriental. A intenção de controlo efectivo ter-se-á circunscrito aparentemente a certos bens de importância vital, designadamente os metais, cujo processo de fundição e decantação estava sujeito à supervisão de representantes do poder central.

Parece, todavia, plausível supor que a **partir dos finais do século II d. C., com Septímio Severo, o poder imperial procurou uma maior centralização de funções, designadamente as que se relacionavam com os abastecimentos institucionais**. O poder central, para além de ter expropriado na Bética vários proprietários de olivais e oficinas de produção de ânforas, passou a garantir também o seu transporte para Roma. Tal situação permitiu um substancial enriquecimento aos Severos, possibilitando, simultaneamente, aumentar as distribuições públicas de alimentos e de dinheiro.

Esta **tendência centralizadora e intervencionista** procurou impor-se com um carácter sistemático, reduzindo deste modo boa parte dos mercadores à mera condição de transportadores por conta do Estado, tendo, contudo, como principal limitação a variável capacidade de afirmação dos diferentes imperadores. Esta intervenção mais actuante sobre os «mercados», aliada à instabilidade política da 2.^a metade do século III, gerou evidentes desequilíbrios.

O conhecido édito, dito «do máximo», de Diocleciano constitui um significativo indicador, simultaneamente fruto da conjuntura dos finais daquela centúria, mas também resultante de uma tendência de mais longa duração. O édito, de aplicação «universal», isto é, à

totalidade do Império, estipula os preços máximos a que podem ser vendidos os diferentes géneros, já que se multiplicavam os fenómenos inflacionistas.

Os limites e a aplicação do édito de Diocleciano são, em boa verdade, mal conhecidos. Alguns apontamentos, porém, podem ajudar a entender muitos dos desequilíbrios sociais e económicos das etapas finais do Império Romano. Sabemos, por um lado, por diferentes fontes literárias, que, apesar das intenções, a sua aplicação terá sido um fracasso, entenda-se, a sua aplicação para a sociedade em geral. Contudo, sabemos também que, para efeitos de abastecimento institucional, o poder central o aplicava ainda nos inícios do século IV d. C., quando os preços reais se encontravam já bem desfasados dos estipulados no édito.

Há que reconhecer, contudo, que políticas de controlo de preços, aplicadas a artigos vitais, como os metais, ou às aquisições de âmbito institucional, não constituem, de forma alguma, um apanágio do Baixo Império. Inscrevem-se, de facto, numa **longa tradição de intervenção sobre o mercado, como hoje se diria, de que o poder central nunca abdicou.**

Paralelamente a este condicionamento institucional dos preços, teria existido também aquilo a que hoje chamaríamos um «mercado livre»; onde se podiam obter pingues proventos, embora com os riscos inerentes a todo o investimento empresarial. A este respeito parecem significativos dois apontamentos legados pelos textos clássicos.

O primeiro, certamente o mais citado, é o que se refere os investimentos do liberto Trimalquião, personagem do *Satiricon*, de Petrónio, que se gabava de ter feito **grandes investimentos no comércio de vinhos em época em que este produto se vendia a preços elevados**, tendo, no entanto, visto todo o seu investimento desbaratado por uma tempestade que fez naufragar os barcos que transportavam o produto.

Outro, também frequentemente mencionado, é o da **comparação que Diodoro faz entre as riquezas mineiras hispânica e ática**. A primeira, tida como um seguro investimento, que garante o enriquecimento de quem o faz, enquanto a segunda se mostra mais avara, levando muitas vezes à ruína dos seus exploradores, que «não só não encontram o que procuram, como perdem o que nas pesquisas gastaram».

É certo que estes dois casos, a que se poderiam juntar outros, não constituem um seguro atestado de existência de grupos sociais de empreendedores, num sentido moderno, no mundo romano e, inclusivamente, não deixa de ser significativa a condição social do personagem de Petrónio. No entanto, por anedóticas e isoladas que sejam estas referências, parecem suficientes para demonstrar a **efectiva existência de**

investimento de risco no mundo romano, bem como a **efectiva possibilidade de um enriquecimento por particulares em áreas que não as agrícolas ou as dependentes dos investimentos públicos**.

Um último aspecto, tradicionalmente tido como característico do «subdesenvolvimento» da economia romana, merece referência: o que se relaciona com a **ausência de inovação tecnológica digna de registo** ao longo de todo o período que consideramos.

Aparentemente, de facto, as inovações tendentes a gerar «economias de escala» não só quase não se verificam no mundo antigo, como inclusivamente, em alguns casos, parecem ter sido explicitamente recusadas. São célebres os casos da chamada «ceifeira mecânica» gaulesa, que nunca se difundiu para outras áreas do Império, ou de alguma maquinaria para grandes trabalhos públicos de construção, categoricamente recusada, justamente porque possibilitava uma economia de mão-de-obra, tida como inconveniente.

Tudo indica que o principal «obstáculo», se assim se pode chamar, à inovação se relacionava justamente com a **ausência real de necessidades de redução na força de trabalho**, amplamente disponível quer pelas grandes massas servis captadas no decurso das diferentes épocas de conquista territorial, quer pela utilização social das plebes urbanas nas grandes obras públicas.

Assinale-se, porém, que tanto no sector mineiro e metalúrgico, como nos domínios agrícolas, ou nos diferentes sectores artesanais, é notório uma crescente sofisticação técnica, que faz da sociedade romana e do seu «sector económico» uma realidade bem mais dinâmica e inovadora do que se tem pretendido.

Actividades

Depois de ter estudado este capítulo, responda às questões que se seguem de forma a auto-avaliar a sua aprendizagem.

1. Indique os vários tipos de fontes para o estudo da história económica de Roma.
2. Atente nas associações entre os impostos referidos, o tipo a que pertencem e sobre o quê e quem incidiam que a seguir se apresentam e assinale depois com um **X** a resposta que considere apropriada para definir a fiscalidade romana:

- A.** *Tributum*: imposto indirecto — sobre pessoas e bens;
Vectigalia: imposto directo — sobre o aluguer de pastos, portagens, etc.
- B.** *Tributum*: imposto directo — sobre o aluguer de pastos, portagens, etc.;
Vectigalia: imposto indirecto — sobre pessoas e bens.
- C.** *Tributum*: imposto directo — sobre pessoas e bens;
Vectigalia: imposto indirecto — sobre o aluguer de pastos, portagens, etc.
- D.** *Tributum*: imposto indirecto sobre o aluguer de pastos, portagens, etc.;
Vectigalia: imposto directo sobre pessoas e bens.

3. Mencione os factores que facilitaram a constituição das grandes explorações agrárias do século III a. C.

4. Identifique as principais produções romanas para mercados distantes.

5. Enuncie as três ideias tradicionais sobre o mundo rural romano que a moderna investigação tem vindo a rectificar.

6. Assinale com um **V** as afirmações verdadeiras e com um **F** as falsas de forma a caracterizar apropriadamente o papel económico das cidades do Império Romano:

- ___ **1.** A cidade romana era um importante pólo gerador de complexas e complementares relações entre os campos e a cidade.
- ___ **2.** Foi no Oriente, nas cidades «helenizadas», que se processaram as maiores modificações nessas relações entre cidade e territórios rurais.
- ___ **3.** Uma parte considerável das receitas geradas pelos campos era reinvestida nas actividades urbanas.
- ___ **4.** Entre as actividades artesanais urbanas típicas do mundo urbano romano destacam-se as cerâmicas finas, as lucernas e a produção de ânforas.
- ___ **5.** Os principais centros mineiros pertenciam ao imperador e eram geridos directa ou indirectamente pela casa imperial.
- ___ **6.** As grandes jazidas mineiras com interesse económico situavam-se na península Itálica.
- ___ **7.** Com a consolidação do poder imperial generaliza-se a tendência para o trabalho de escravos nas minas imperiais.

7. Assinale com um **X** a alternativa de resposta que indica os principais constrangimentos ao comércio no mundo romano:

- A.** O apertado controlo imperial e as rivalidades entre as élites locais.
- B.** As distâncias, as dificuldades de comunicação e as assimetrias regionais.
- C.** A pirataria e as irregularidades do relevo.
- D.** Não se conhecem constrangimentos especiais ao comércio no mundo romano.

Respostas às actividades

1. Na sua resposta devia ter referido: **os textos (de diversa índole), os papiros e epígrafes e os dados arqueológicos.**
2. A alternativa de resposta correcta que devia ter assinalado era a **C. *Tributum*: imposto directo — sobre pessoas e bens; *Vectigalia*: imposto indirecto — sobre o aluguer de pastos, portagens, etc.**
3. Os factores que deveria ter mencionado na sua resposta eram: **a expansão de Roma; as anexações de terras aos aliados itálicos; uma suposta rarefacção da população (motivada pelas guerras, pelo serviço militar ou simplesmente pela emigração para as novas províncias); a abertura de amplos «mercados» de consumidores nos novos territórios conquistados ou em curso de conquista (pelo afluxo de importantes contingentes de escravos, aprisionados nos novos espaços ocupados), e a difusão e produção dos mais antigos tratados de agricultura.**
4. Na sua resposta devia ter destacado: **o vinho itálico, o azeite da Bética (exportado para todo o Império e em particular para a cidade de Roma e para as fronteiras militares), o azeite africano (a partir dos finais do século III d. C.), o vinho das Gálias (a partir do século I d. C., em concorrência com os vinhos do Mediterrâneo Oriental e da própria Hispânia) e os cereais (da Sicília, do Egipto e do Norte de África).**
5. Da sua resposta deviam constar:
 1. **A evolução de uma situação de exploração directa baseada na mão-de-obra servil para uma situação de generalização do colonato;**

2. **A evolução dos pagamentos contratuais em numerário para a generalização do pagamento em géneros;**
3. **No Baixo Império, o crescente desinteresse das elites pelos espaços urbanos e uma progressiva fixação das mesmas nos seus domínios rurais.**

6. Devia ter assinalado como verdadeiras as afirmações 1, 4 e 5. As afirmações 2, 3, 6 e 7 deviam ser consideradas falsas, na medida em que:

No caso da afirmação 2, onde se processaram as maiores modificações nas relações entre cidade e territórios rurais foi no Ocidente, e não, como a afirmação sugere, no Oriente.

A afirmação 3 pretende indicar que uma parte considerável das receitas geradas nas actividades agrárias era reinvestida nas actividades urbanas, quando historicamente sabemos que era precisamente o contrário: uma parte considerável das receitas geradas nas actividades urbanas é que era reinvestida nas actividades rurais.

As grandes jazidas mineiras que a afirmação 6 refere como situadas na Península Itálica situavam-se, sim, na Península Ibérica, na Hispânia.

No que se refere à afirmação 7, a tendência que se generaliza não é o trabalho de escravos nas minas imperiais, mas antes o arrendamento a particulares, de condição livre.

7. A alternativa de resposta que devia ter assinalado era a **B. As distâncias, as dificuldades de comunicação e as assimetrias regionais.**

Depois de confrontar as respostas esperadas para estas actividades com aquelas que efectivamente deu, se subsistirem dúvidas, deve voltar a estudar os subcapítulos que referem a matéria relativa a essas actividades de forma a consolidar a sua aprendizagem.

Bibliografia

As obras de conjunto, clássicas, sobre a economia do Império Romano são, basicamente as de:

FRANK, T. (ed.)

1933-1940 *An Economic Survey of Ancient Rome*, 5 vols. + 1 de índices, Baltimore, Johns Hopkins Press (há uma reimpressão de 1975).

ROSTOVTSEFF, M. I.

1957 *The Social and Economic History of the Roman Empire*, 2.ª ed., Oxford, Oxford University Press (aconselha-se a consulta da tradução francesa, 1988 — *Histoire Économique et Sociale de L'Empire Romain*, Robert Laffont, com uma utilíssima introdução de J. Andreau).

As principais obras que definem as tendências de chamada Escola de Cambridge são:

FINLEY, M. I.

1985 *The Ancient Economy*, 2.ª ed., Londres (há tradução portuguesa, publicada pela Afrontamento, Porto).

Sendo esclarecedora a exposição de:

HOPKINS, K., *Introduction*, in: GARNSEY, P.; HOPKINS, K. e WHITTAKER, C.R. (eds.)

1983 *Trade in Ancient Economy*, Londres, Chatto & Windus, pp. VIII-XXV.

Este mesmo volume inclui vários estudos monográficos de grande interesse.

De grande interesse são também:

DUNCAN-JONES, R.

1982 *The Economy of the Roman Empire. Quantitative Studies*, 2.ª ed., Cambridge University Press.

DUNCAN-JONES, R.,

1990 *Structure and Scale in the Roman Economy*, Cambridge University Press.

O primeiro com carácter geral e o segundo com vários estudos monográficos.

Da mesma escola, mas com uma atitude mais moderada, pode ver-se:

GARNSEY, P. e SALLER, R.

1987 *The Roman Empire. Economy, Society and Culture*, Londres, Duckworth (há tradução espanhola, publicada pela Editorial Crítica).

Com perspectivas diferentes, menos «primitivistas», podem ver-se:

De MARTINO, F.

1980 *Storia Economica di Roma Antica*, 2 vols., Florença, La Nuova Italia (há tradução espanhola, publicada pela editora Akal, Madrid).

NICOLET, C.

1988 *Rendre à César. Économie et Société dans la Rome Antique*, Paris, Gallimard.

A perspectiva arqueológica pode ver-se em:

GREENE, K.

1986 *The Archaeology of the Roman Economy*, Londres, Batsford.

3. A SOCIEDADE ROMANA

RUI M. S. CENTENO

ÍNDICE

Objectivos de aprendizagem

3.1 A sociedade arcaica

3.2 A sociedade romana durante a República

A Lei das XII Tábuas

A evolução da sociedade até ao início das Guerras Púnicas (264 a. C.)

O sistema social até ao final da República

3.3 A estrutura social durante o Império

A ordem senatorial

A ordem equestre

A plebe

Os escravos

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

Objectivos de aprendizagem

O estudo deste capítulo deve permitir ao aluno:

- Indicar a forma arcaica de organização social do povo romano na época monárquica;
- Mencionar as principais competências da assembleia das 30 cúrias (*comitia curiata*);
- Explicar a organização social do povo romano atribuída a Sêrvio Túlio pela história tradicional;
- Referir as principais competências da assembleia das centúrias (*comitia centuriata*);
- Reconhecer a família como célula base da sociedade romana;
- Definir e caracterizar a *gens* romana;
- Explicitar as várias teses quanto às origens dos patrícios e plebeus;

- Reconhecer na tradicional divisão dos cidadãos romanos em patrícios e plebeus uma divisão social essencial da Roma arcaica;
- Identificar a Lei das XII Tábuas como o primeiro ensaio de codificação jurídica e prática efectuado pelos Romanos;
- Enunciar a versão lendária dos acontecimentos que estiveram na base da redacção das leis inscritas nas doze tábuas;
- Apontar as áreas contempladas e as matérias omissas na Lei das XII Tábuas;
- Justificar de que forma a Lei das XII Tábuas favorece os plebeus;
- Avaliar a importância das *leges Valeriae Horatiae* para a plebe;
- Enumerar os condicionalismos inerentes ao período de agitação social do século IV a. C.;
- Distinguir as três propostas (*rogationes*) dos tribunos G. Licínio Estalo e L. Séstio Laterano de alteração da estrutura económico-social da República romana;
- Referir as grandes consequências das leis Licínio-Sestianas (*leges Licinia Sextiae*);
- Enunciar as realizações e a política de reformas em prol da cidade de Roma empreendidas pelo censor Ápio Cláudio Ceco;
- Destacar a importância social da *Lex Hortensia*;
- Distinguir a tradicional organização censitária romana estabelecida por Sérvio Túlio;
- Relacionar o sistema das ordens (*ordines*) com os grupos censitários de Sérvio Túlio;
- Caracterizar a ordem senatorial e a ordem equestre como as *primi ordines* da sociedade romana;
- Identificar as várias camadas da população cívica urbana e rural de Roma e as suas actividades económicas típicas;
- Definir as condições de vida dos escravos urbanos e rurais;
- Enunciar as principais fontes de escravos em Roma;
- Referir as três formas de libertação da escravatura contempladas no direito romano;
- Reconhecer o peso sócio-demográfico dos *liberti* durante a República;
- Traçar o quadro de evolução dos vários grupos sociais (ordem senatorial, ordem equestre, plebe e escravos);
- Salientar o período inicial do Império (até ao século III) como particularmente favorável à ordem senatorial;
- Compreender a entrada dos provinciais romanizados no Senado, com Tibério;
- Destacar o «emburguesamento» da ordem senatorial após a subida ao poder de Vespasiano, em 69 d. C., com o aumento do número dos senadores provinciais, os *novi homines*;

- Referir a perda de importância política da ordem senatorial e do Senado ao longo do séc. III, em detrimento do reforço do prestígio e do poder da ordem equestre;
- Apontar a inversão das funções sociais no reinado de Constantino I com o aumento de importância social dos senadores e o declínio da ordem equestre;
- Indicar a nova hierarquia na ordem senatorial estabelecida pelos imperadores Valentiniano I e Teodósio I;
- Demonstrar que, como no caso da ordem senatorial, também a ordem equestre conheceu a integração dos *equites* oriundos das províncias mais romanizadas, ao longo dos séculos I e II;
- Perceber que a promoção e o declínio das ordens senatorial e equestre durante o império são indirectamente proporcionais;
- Indicar dois tipos distintos de elementos que integravam a ordem equestre no século III;
- Apontar o século IV, com Constantino I, como a época do ocaso da ordem equestre;
- Mencionar os dois grandes grupos em que se dividia a plebe da cidade de Roma no período imperial;
- Identificar e caracterizar os estratos superiores (ordem dos decuriões e ordem dos curiales) e os estratos inferiores (plebe urbana e plebe rural) da hierarquia social das províncias romanas;
- Destacar a diminuição do número de escravos e a multiplicação das libertações como características do período imperial.

3.1 A SOCIEDADE ARCAICA

Como já se referiu no capítulo 1, durante a **época monárquica** o povo romano (*populus romanus*, também referenciado por *quirites*, designação que estará relacionada com o Quirinal ou, mais provavelmente, com *couirites*, «homens das cúrias») encontrava-se dividido em **três tribos genéticas** — *Tities* (ou *Titienses*), *Ramnes* (ou *Ramnenses*) e *Luceres* —, que podemos considerar como uma **forma arcaica de organização social** que permitiu um melhor controlo da população urbana e rural.

Cada uma das tribos dividia-se em **10 cúrias**, constituindo o conjunto das 30 cúrias **uma assembleia** (*comitia curiata*), cujas decisões (*leges curiatae*) estariam confinadas aos campos religioso e da família, mas também teria competências, aparentemente, em assuntos de Estado e na investidura dos mais altos cargos da comunidade (*lex curiata de imperio*).

A história tradicional atribui a **Sérvio Túlio** a criação de **4 tribos urbanas** e, provavelmente, **16 rurais**, onde estaria inscrito todo o povo romano, que, por sua vez,

foi dividido, com base em critérios censitários, em **cinco classes**. Da aplicação desta reforma resultou também a constituição de **193 centúrias** (unidades militares, cada uma com 100 homens), fornecidas pelas cinco classes censitárias, segundo um esquema estabelecido.

As centúrias, por sua vez, **deram origem a uma nova assembleia** (*comitia centuriata*) com competência para eleger alguns magistrados, declarar a guerra ou firmar tratados de paz e de aliança; como as centúrias da primeira classe representavam a maioria na assembleia, pode concluir-se que a constituição serviana, apesar de tudo, continuou a permitir aos antigos grupos dirigentes, os mais abastados, o controlo dos negócios de Estado.

A célula base da sociedade era a família, uma unidade social, religiosa e económica à cabeça da qual estava o *pater familias*, que disfrutava de uma autoridade ilimitada sobre a mulher, descendentes, outros dependentes e bens da família (*res familiaris*).

A um nível superior encontrava-se a ***gens***, que **agrupava famílias descendentes de um antepassado comum**; como entidades sagradas, cada *gens* celebrava os seus próprios ritos (*sacra gentilitia*). **Originalmente, apenas existiam gens de patrícios**, que, constituindo uma aristocracia fundada no nascimento e na posse de terra, eram a **élite da sociedade romana; posteriormente aparecerão gens plebeias**, formadas à imagem das patrícias.

A tradicional divisão dos cidadãos romanos em patrícios e plebeus tem origens ainda mal conhecidas. Para alguns autores, os patrícios seriam os descendentes dos chefes de família que nos tempos mais recuados integravam o conselho de anciãos (*senatus*), cujos membros eram designados por *patres*. Mas uma melhor explicação para o patriciado estará na aristocracia equestre que se desenvolveu no período da monarquia etrusca, como resultado do papel fundamental da cavalaria no exército da Roma arcaica; os cavaleiros (*equites*), que constituíam a guarda montada do rei, para além da preponderância em termos militares, eram o grupo dominante sob o ponto de vista social e económico.

O outro grupo da sociedade romana era a plebs, o povo comum, constituída por homens livres, nos tempos mais recuados maioritariamente camponeses; os membros da plebe gozavam do direito de cidadania, tal como os patrícios, mas não tinham os mesmos privilégios.

Quanto às suas origens, que remontam ao período monárquico, as opiniões não são unânimes: alguns autores crêem que os plebeus seriam os descendentes das antigas populações, anteriores à chegada dos indo-europeus, que teriam sido dominadas; outros

autores identificam os plebeus com os Sabinos, povo considerado como pré-indo-europeu, em contraponto com os patrícios que representariam os Latinos; enfim, outras teses procuram as raízes da plebe em antigos *clientes* — homens livres sem recursos que se colocavam numa relação de dependência, baseada na lealdade (*fides*), de um *patronus* em troca da sua protecção — ou em estrangeiros que vieram para Roma em busca de melhores condições de vida.

3.2 A SOCIEDADE ROMANA DURANTE A REPÚBLICA

A Lei das XII Tábuas

Após a queda da monarquia, segundo a tradição **em 509 a. C.**, o **novo regime** instaurado em Roma, **a República**, disfrutou de um período de prosperidade económica que favoreceu a transformação da sociedade romana.

A **Lei das XII Tábuas**, o **primeiro ensaio de codificação jurídica e prática efectuado pelos Romanos**, é apresentada pelos diferentes autores latinos como o resultado de um conflito que opôs patrícios e plebeus; estes queixavam-se de não ter «direito» e do desconhecimento das regras jurídicas em que se apoiavam os magistrados, que, não estando escritas, podiam ser aplicadas de modo arbitrário.

Segundo a tradição romana, em 462 a. C., um tribuno da plebe faz uma primeira proposta para a nomeação de uma comissão para redigir um código de leis especiais para a plebe que seriam reconhecidas pelos patrícios. Após mais uns anos de conflitos, em 455 a. C., o Senado deliberou mandar redigir um conjunto de leis comuns aos dois grupos sociais que se opunham, nomeando, para o efeito, uma comissão de três membros encarregada de visitar a Grécia ou a Magna Grécia para recolher leis-modelo.

Em 451 a. C. não foram eleitos côsules, tendo sido nomeado em sua substituição e investido do poder consular um colégio de decenviros para redigir as leis (*decemviri legibus scribundis*); os 10 membros da comissão, todos patrícios, apresentaram como resultado do seu trabalho um conjunto de leis inscritas em 10 tábuas, que foram votadas na assembleia das centúrias (*comitia centuriata*).

No ano seguinte foi um segundo colégio de decenviros, patrícios e plebeus que redigiu duas tábuas com legislação complementar; esta comissão, que governou de forma tirânica e procurou perpetuar-se no poder em 449 a. C., foi dissolvida por imposição popular e restabelecido o regime consular; neste mesmo ano, as duas tábuas com a legislação mais recente foram votadas pelos comícios.

A nova lei, considerada por Tito Lívio como «*a fonte de todo o direito público e privado*», foi afixada no Fórum em 12 tábuas de bronze, que terão sido destruídas em 390 a. C., aquando do saque de Roma pelos gauleses, mas logo substituídas.

Esta versão lendária dos acontecimentos foi muito questionada por historiadores modernos, que pretenderam ver até nos textos fragmentados da Lei das XII Tábuas, que conhecemos, fórmulas jurídicas do século II. Contudo, **é actualmente reconhecida a existência de uma lei comum a patrícios e plebeus em meados do século V a. C. e a autenticidade dos fragmentos desta lei que chegaram até nós, bem como a veracidade dos colégios de decênviros que redigiram esta legislação.**

Ao contrário do que se poderá pensar, **a redacção da Lei das XII Tábuas não se destinou a estabelecer a igualdade entre patrícios e plebeus, nem será uma codificação pura e simples do direito civil então em vigor; este código legislativo institui o *jus civile* ou, parafraseando J. Ellul, «*laiciza o direito*».** Por outro lado, em face ao direito existente, **esta lei regula os problemas novos e atribui ao direito uma orientação independente.**

A Lei das XII Tábuas em nada se assemelha a um código moderno, constituindo apenas um **conjunto de respostas a problemas jurídicos da vida quotidiana**; por outro lado, o texto não apresenta um tratamento uniforme e os diferentes temas nem sempre estão redigidos de forma compreensível. As **principais áreas contempladas neste código** estão relacionadas com: a família, o casamento, o divórcio, as heranças; a posse e transferência da propriedade; os assaltos e injúrias contra pessoas e bens; as dívidas, a escravatura, a sujeição por insolvência com acordo das partes (*nexum*). Outros tópicos limitam-se a procedimentos, como as formalidades nos processos judiciais, ou a regulamentações de carácter religioso, como é o caso das regras estabelecidas para os funerais.

Porém, **a lei é omissa em assuntos importantes** como as instituições da cidade, as magistraturas, a repartição da propriedade e a vida económica, não parecendo admissível que tais lacunas sejam um esquecimento da parte dos legisladores. Pelo contrário, tais «deficiências» poderão derivar do facto de este código ser uma lei de complemento, não procurando uma codificação de todo o direito, e de se tratar de um texto legislativo comum a patrícios e plebeus que contemplava apenas os aspectos onde os desentendimentos entre estes dois grupos sociais seriam mais graves.

Apesar de não estabelecer uma igualdade jurídica entre os diferentes grupos sociais, **este código favoreceu a situação da plebe**, por exemplo, ao não lhe interditar legalmente o acesso às magistraturas. Pode considerar-se que a República encontrou um novo rumo, assente em bases que eram mais satisfatórias para os plebeus.

Por outro lado, a plebe beneficiou de **um conjunto de novas leis** (*leges Valeriae Horatiae*), aprovadas após a dissolução do segundo colégio de decenviros **em 449 a. C.**, que **deram um reconhecimento estatutário à organização plebeia**: consagrando a existência legal dos tribunos e dos edis com o seu carácter de inviolabilidade; aprovando um novo estatuto orgânico dos tribunos, agora em número de 10; reconhecendo a existência do *concilium plebis* e da sua capacidade legislativa, passando os plebiscitos a ter valor legal para todo o povo romano após o assentimento do Senado.

A evolução da sociedade até ao início das Guerras Púnicas (264 a. C.)

Durante a **República**, a sociedade romana viveu num ambiente de guerra quase permanente, que irá propiciar a transformação da sociedade romana com a gradual dissolução do sistema arcaico. Apesar das alterações operadas sobretudo a partir de meados do século V a. C., **Roma era ainda uma cidade-estado com uma estrutura social arcaica**, caracterizada pela **existência de uma aristocracia dominante oposta à maioria do povo política e economicamente subordinado**.

Após um período de abrandamento das tensões sociais, decorrente da aprovação da Lei das XII Tábuas e de outra legislação que contemplou algumas das reivindicações da plebe, o **século IV a. C.** vai ser marcado por um **novo agravamento da situação**. A política expansionista empreendida por Roma sobretudo a partir de meados do século V a. C., apesar de aumentar consideravelmente a sua área de influência, não resolveu o problema daqueles que não possuíam terras, cujo número era cada vez maior devido ao natural crescimento da população. Na verdade, **os novos territórios anexados ao Estado Romano** não eram divididos pelos que nada tinham, mas, pelo contrário, **eram repartidos pelos grandes proprietários rurais**.

Por outro lado, o **papel** muitas vezes decisivo **da infantaria plebeia, nomeadamente da infantaria hoplítica**, constituída pelos plebeus mais ricos, em muitas das vitórias que Roma obteve sobre os seus vizinhos, **incentivou a plebe a reivindicar um maior protagonismo político**. Finalmente, em 390 a. C., a catástrofe provocada pelos Gauleses, que saquearam a cidade de Roma e semearam a destruição nos territórios envolventes, fez com que muitas famílias romanas, ao perderem os seus bens, ficassem na miséria, agravando-se deste modo o **problema do endividamento que reduziu muitos plebeus à condição servil**.

Estes condicionalismos estarão na origem de um período de agitação social que se prolongará durante os primeiros decénios do século IV a. C., só abrandando após a **aprovação das leis licínio-sestianas (*leges Liciniae Sextiae*) em 367 a. C. que permitiram uma reforma da Constituição, o surgimento de uma nova classe governante e, conseqüentemente, a transformação da estrutura económica e social da República romana.**

Segundo Tito Lívio, foi em **376 a. C.** que dois tribunos, **G. Licínio Estalo** e **L. Séstio Laterano**, apresentaram à plebe **três propostas (*rogationes*)**: uma para tentar minorar a questão das dívidas, outra para limitar os direitos de ocupação do *ager publicus* (terra que era propriedade do povo romano por direito de conquista) e a terceira sobre a admissão dos plebeus ao consulado.

Estas propostas originaram uma **forte oposição**, mas, apesar da **intransigência patrícia** e da **obstrução** de alguns dos seus colegas, os dois tribunos mantiveram-se firmes na defesa dos seus intentos. O conflito então criado arrastou-se por 10 anos, durante os quais Licínio e Séstio foram consecutivamente reeleitos, tendo mesmo, entre 375-371, impedido com o seu veto a eleição dos magistrados supremos, provocando uma situação de anarquia (*solitudo magistratum*). **A crise terminou em 367 a. C., quando as rogationes, assumidas pela plebe e aceites pelos patrícios, foram aprovadas pelo Senado.**

Mas a restauração do consulado como principal magistratura anual e a sua abertura à plebe foi articulada com outras alterações nas magistraturas que retiraram algum poder aos cônsules. Para compensar a renúncia dos patrícios ao monopólio do consulado foi criado o cargo de **pretor**, que tinha sobretudo funções judiciais, antes da competência dos cônsules, podendo também ser nomeado para chefias militares; **esta magistratura esteve reservada unicamente aos patrícios até 337 a. C.**, ano em que foi eleito o primeiro pretor plebeu.

A eleição anual de dois ***edis curules*, exclusivamente patrícios até 364 a. C.**, seguindo o modelo dos dois *edis* da plebe já existentes, que asseguravam a organização dos jogos, o abastecimento e o policiamento da *Urbs*, foi outra das inovações introduzidas.

Também é provável a criação, em 367 a. C., dos **censores** como magistrados autónomos, dado que, nos primeiros decénios da República, o recenseamento seria confiado aos magistrados supremos e, mais tarde, a tribunos consulares. Finalmente, o **colégio de dois magistrados** encarregados das cerimónias religiosas foi alargado para dez membros (*decemviri sacris faciundis*), integrando **cinco patrícios e cinco plebeus.**

Logo em 366 a. C., Sestio Laterano tornou-se no primeiro plebeu a ser eleito cônsul juntamente com o patrício Lúcio Emílio Mamercino. Contudo, apenas a partir de 342 a. C. é que foi garantida a presença ininterrupta de um plebeu no colégio consular. Só muito mais tarde, em 173 a. C., é que foram eleitos (para o ano 172 a. C.) pela primeira vez dois cônsules plebeus.

A estrutura política do Estado Romano foi transformada com a aplicação das leis licínio-sestianas. Ao acabar com todas as formas de discriminação a que estavam sujeitos os plebeus, esta reforma deu origem a uma assimilação de todos os cidadãos não patrícios, que passaram a ser designados genericamente por *plebs*, ou seja, **a divisão de todo o corpo social romano em dois grupos bem distintos (patrícios e plebeus) foi uma consequência, e não uma causa, da luta pela aprovação destas leis.**

O fim do carácter revolucionário do movimento plebeu, que deixou de ser um Estado dentro do Estado, foi outro dos resultados desta reforma, dado que **as instituições da plebe foram integradas na estrutura governativa.** É o caso do tribunado e da edilidade que se tornam magistraturas abertas a todos menos ao patriciado, cada vez mais ocupadas por todos aqueles que pretendiam progredir no *cursus honorum*, servindo de trampolim para chegar ao consulado.

Por último, a assembleia dos plebeus (*concilium plebis*) foi assimilada à assembleia do povo (*comitia populi*) e as suas resoluções (*plebiscita*) passam a ter praticamente a categoria de leis (*leges*).

Entre 312 e 308 a. C., durante o seu mandato como censor, Ápio Cláudio Ceco vai empreender uma série de realizações e uma política de reformas de grande importância para o desenvolvimento futuro da cidade. Uma das vertentes da sua acção foi a **implementação de uma política de grandes trabalhos públicos**, materializada na construção da Via Ápia, estrada que ligava Roma a Cápuia, e do primeiro aqueduto de Roma (*Aqua Appia*), que permitiu o abastecimento de água trazida dos montes Sabinos.

Entre as **medidas de carácter político** deve-se destacar: a permissão dada a cada cidadão de se inscrever numa das 27 tribos então existentes, decisão que possibilitou sobretudo a repartição por todas as tribos dos cidadãos mais pobres (os *humiles*) os que estavam concentrados nas quatro tribos urbanas criadas no reinado de Sêrvio Túlio; a alteração da lista dos senadores, permitindo a inscrição dos filhos de antigos escravos (*liberti*).

No início do século III a. C. o processo de uniformização dos direitos civis de patrícios e plebeus estava praticamente concluído, apesar de continuarem a

subsistir algumas diferenças, que se manterão até à época imperial. Por exemplo, só um plebeu podia ser tribuno ou edil da plebe, ou ainda os cargos de flâmines de Júpiter ou Marte continuaram a ser uma prerrogativa dos patrícios. No entanto, as guerras contra os Etruscos e Samnitas vão originar uma crise económica profunda, que afectou sobretudo os mais desfavorecidos, culminando numa última secessão da *plebs* cerca de 287 a. C., para exigir novas reformas.

Para evitar a guerra civil, o ditador de origem plebeia Q. Hortêncio, civil, acedeu a satisfazer as reivindicações dos revoltosos com a **publicação da *Lex Hortensia***. Para além de tentar resolver alguns dos problemas económicos, sobretudo o endividamento, que estiveram na génese do movimento, **esta lei consagrou os plebiscitos como leis aplicáveis a todos os cidadãos sem necessidade de uma sanção prévia do Senado (*auctoritas patrum*)**.

Em resultado das profundas modificações político-sociais operadas no primeiro século do regime republicano e dos novos interesses económicos surgidos da expansão territorial romana **ao longo do século IV a. C., constituiu-se uma nova elite dominante, designada por *nobilitas*, que agregou patrícios e plebeus**; até aos finais do século III a. C., «nobres» eram todos os indivíduos com um antepassado directo que tivesse exercido uma magistratura curul, mas no século II a. C. esta designação tem um sentido mais restrito, reservando-se praticamente aos descendentes de cônsules.

Ao contrário do patriciado, **a *nobilitas* era em teoria uma classe aberta: o critério de acesso não era o nascimento, mas sim percorrer com êxito a carreira política, o que só era possível a quem fosse detentor de uma fortuna considerável**. Este grupo aristocrata acolheu novos membros, os *novi homines*, alguns deles pertencentes às aristocracias indígenas dos territórios recém-conquistados por Roma, cuja prosperidade económica favoreceu a sua integração na elite plebeia.

Foi contra os *nobiles* (os «ilustres») que se insurgiram não só as famílias patrícias mais conservadoras, mas sobretudo as camadas mais desfavorecidas da sociedade romana — onde se incluíam pequenos proprietários e soldados —, vítimas das dívidas e de uma injusta repartição das terras, que formaram o primeiro *movimento democrático* romano.

O sistema social até ao final da República

Como já foi referido, a população cívica romana estava organizada em diversas categorias, estabelecidas a partir dos dados fornecidos pelos censos. Sendo uma tarefa reservada aos censores, **os recenseamentos eram efectuados de cinco em cinco anos, proporcionando, periodicamente, ao Estado Romano a possibilidade de avaliar**

os seus recursos militares e, sobretudo, determinar uma escala de fortunas dos cidadãos com nítidos objectivos fiscais.

Os números que nos são fornecidos pelos censos mais não representam que uma fracção da população cívica, dado que apenas seriam recenseados os cidadãos masculinos adultos e, provavelmente, as viúvas e os órfãos, quando possuidores de património sujeito ao fisco. Segundo estudos recentes, as cifras constantes dos censos poderão representar entre 28% e 35% da população cívica total.

Apesar de, na sequência das lutas sociais dos primeiros séculos da República, todos os cidadãos serem, em princípio, iguais perante a lei, a verdade é que a sociedade romana permaneceu impregnada de todo o tipo de desigualdades, quer de ordem económica, quer social, entre os indivíduos ou grupos nela inseridos.

A própria organização censitária então vigente é bem um espelho desta discriminação. **Das cinco classes censitárias estabelecidas por Sérvio Túlio sobressaem três grupos hierarquizados, que permanecerão determinantes até ao final da época republicana: os *equites*, também referidos nos textos por «os melhores», com um censo fixado arbitrariamente pelos censores até meados do século II a. C. e, a partir de então, igual a 400 000 sestércios; os *pedites*, os que eram detentores de um património suficiente para servir como soldados de infantaria nas legiões; os *capite censi* (os recenseados apenas pela sua pessoa) e os *proletarii* (os que têm filhos), com um censo que variou em conformidade com as necessidades do Estado, sendo de 5000 sestércios cerca de 200 a. C. ou de 1600 e 600 sestércios, respectivamente, em 150-123 a. C. e por volta de 107 a. C.**

Os dois primeiros grupos formavam o corpo dos mobilizáveis, os *adsidui*, ou seja, os que tinham posses suficientes e qualificações de ordem moral e cívica para servir no exército; o último grupo albergava todos aqueles com recursos inferiores ao limite fixado como mínimo para poder ser recrutado para as legiões.

Outras categorias vêm agregar-se à tradicional organização censitária romana. A maioria destas novas categorias, cujas listas também eram estabelecidas pelos censores, são **designadas por ordens (*ordines*)** e não pelo termo tradicional de «classes» (*classes*). **Os membros destes novos grupos sociais, controlados e reconhecidos oficialmente pelos censores e outros magistrados, procediam, quase em exclusivo, da primeira classe censitária.** Uma boa parte das 27 categorias que durante o período alto-imperial gozavam do direito ao título de *ordines* surgiram na época republicana, representando os seus membros cerca de 5% da população cívica. **Ainda durante a**

República, em especial a partir dos finais do século II a. C., começa a manifestar-se uma tendência hereditária na constituição destes grupos.

No topo das ordens romanas encontrava-se a ordem senatorial e a ordem equestre, consideradas como as *primi ordines* aparecendo as outras a um nível inferior, como é o caso da ordem dos escribas, entre a qual se recrutavam os oficiais para apoio aos diferentes magistrados, ou da ordem dos publicanos, constituída por membros (*socii*) das sociedades anónimas a quem o Estado concedia contratos para colecta de impostos ou para construções públicas.

Até ao tempo de Augusto, o primeiro imperador romano, a **ordem senatorial** era **exclusivamente composta pelos membros do Senado,** passando desde então a incluir oficialmente os membros das suas famílias. Em 80 a. C., a ordem senatorial agrupava apenas 300 membros, subindo para 450 a 600 até 49 a. C. e para um milhar no decurso das guerras civis e no período dos triunviratos. Mais tarde Augusto irá fixar o seu número em 600 membros. À imagem da ordem senatorial, constituiu-se nos diferentes municípios romanos a ordem dos decuriões (senadores municipais), cujos membros, no final da República, deviam possuir uma fortuna superior a 100 000 sestércios.

Quanto à **ordem equestre,** sabemos que, nos primeiros tempos, incluía todos os que eram considerados como dignos pelos censores e que haviam servido na cavalaria, tendo direito ao uso do título de «**cavaleiro romano**». Contudo, a partir de cerca de 120-90 a. C., os filhos dos cavaleiros são também assimilados a esta ordem. O número de «cavaleiros romanos» era bastante superior ao dos senadores, atingindo os 2500 membros nos últimos anos do século II a. C., mas esta cifra aumentou substancialmente após a guerra social, com a integração gradual dos membros das aristocracias e burguesias itálicas.

Estas duas principais ordens tinham um traço comum: os seus membros tinham uma mesma qualificação censitária, pertencendo ao estrato social de maior fortuna, que, por sua vez, assentava predominantemente na posse de terras, quase sempre localizadas na península Itálica. Contudo, os senadores e cavaleiros dedicavam-se a **outras actividades,** que lhes traziam grandes proventos, como o **empréstimo de dinheiro a juros,** em Roma e nas províncias, ou a **celebração de contratos para a recolha de impostos provinciais ou para a realização de obras públicas,** apesar de legalmente interditas aos primeiros.

A grande maioria da população cívica, comumente designada por *plebs*, dedicava-se às actividades mais diversificadas. Sobretudo a partir do século IV a. C., Roma transformara-se num centro económico de importância considerável bem atestado no dinamismo das **actividades portuárias,** do **comércio** e do **artesanato.** Na

realidade, a vida económica da *Urbs* assentava na produção artesanal, na construção civil e no comércio, que implicavam a **existência de uma multiplicidade de profissões**, detectando-se nos diferentes sectores económicos grupos e hierarquias bem definidas.

O topo do grupo dos comerciantes e financeiros era ocupado pelos *negotiatores*, que estavam ligados ao empréstimo de dinheiro ou eram banqueiros (*argentarii*), mas também se dedicavam ao comércio do trigo ou à importação de produtos de luxo do Oriente. Muitos destes grandes comerciantes possuíam um património fundiário considerável, pertencendo o seu estrato superior à ordem equestre.

A um outro nível situa-se o conjunto de pequenos comerciantes e artesãos ou ainda uma infinidade de mercadores e de armadores, proprietários de um ou dois barcos, normalmente **de condição modesta**, apesar de as suas actividades lhes proporcionarem, por vezes, ganhos consideráveis. Os membros desta categoria da sociedade romana eram detentores de uma especialização económica, de uma técnica ou mesmo de instrumentos de produção, mas, de um modo geral, a cidadania romana era a maior fortuna que possuíam.

A camada inferior da população cívica, denominada na literatura da época por *infima plebs*, **albergava homens livres que nada tinham, vivendo apenas do seu trabalho ou então das distribuições, públicas e privadas, de dinheiro e trigo.** **De origem rural**, a acreditar nalgumas fontes clássicas, **os membros deste grupo social trabalhavam como assalariados**, em concorrência com os escravos, nas mais diferentes actividades, como a construção civil, o artesanato e o comércio; o rendimento anual destes assalariados rondaria os 400 e os 800 sestércios que contrastava com 1 000 000 sestércios que um senador modesto podia usufruir.

Abaixo da *infima plebs* está ainda referenciada uma parcela considerável da sociedade, designada vulgarmente por «**classes perigosas**» e **composta por delinquentes**, que, na ausência de uma polícia organizada em Roma e noutras grandes cidades, era de difícil controlo, constituindo um grande problema para a segurança urbana.

No mundo rural existia também uma plebe com camadas equivalentes às da plebe urbana. Formada por pequenos proprietários cidadãos e soldados e pela mão-de-obra livre sem terra (os *coloni*), espalhada por toda a Itália, a plebe rústica tinha as suas condições de vida agravadas pelo problema das dívidas — já atenuado com a publicação da *Lex Poetelia Papiria*, que aboliu a servidão por dívidas cerca de 326 a. C. — e pela falta de terra para cultivar, em resultado de uma política

injusta de loteamento do *ager publicus* crise que, a partir de 133 a. C., os irmãos Graco vão tentar resolver.

Apesar do afluxo de população para a cidade desde o século II a. C., motivado pela crise que apoquentava os pequenos proprietários e trabalhadores rurais, no século I a. C. **o campo agrupava ainda uma população rural livre em número considerável, mas esgotada de recursos ou com um nível de vida muito baixo.** Este grupo social, de baixa condição, irá desempenhar um papel significativo nas revoltas servis que estalaram na Itália e na Sicília ao longo do século II a. C.

Sem pertencerem à população cívica, os **escravos** eram o grupo social com as condições de vida mais terríveis, em particular os que trabalhavam no campo. **Apesar de existir em Roma desde a monarquia, a escravatura vai aumentar significativamente o seu peso na sociedade romana no período seguinte à Segunda Guerra Púnica (218-201 a. C.).** Por esta ocasião, verificou-se uma crescente procura de escravos, que constituíam uma fonte de trabalhos altamente rentável, sobretudo por parte dos grandes latifundiários, dado que a mão-de-obra livre, além de mais dispendiosa, já não seria muito abundante.

Em Roma, tal como no mundo antigo em geral, uma das **principais fontes de escravos** eram **os prisioneiros de guerra;** a redução dos vencidos à escravatura era um procedimento normal, calculando-se que os Romanos, entre 250 e 56 a. C., terão feito cerca de meio milhão de prisioneiros de guerra. Uma segunda fonte seria **o comércio de escravos,** que, apesar de legalmente permitido, era considerado pouco digno (*inhonestum*, segundo Plauto); a julgar pela referência de Estrabão (*Geographica*, XIV, 2, 5), que noticia a venda diária de 10 000 escravos no mercado de Delos, este tipo de actividade atingiu proporções gigantescas ainda durante a República.

A reprodução natural dos escravos seria a terceira principal fonte; Varrão aconselhava a autorização de casamentos de escravos como forma de obter nascimentos, ou seja, novos servos. Outras fontes, se bem que de menor importância, seriam **a escravatura por dívidas,** que continuou a persistir em Roma mesmo após a abolição do *nexum*, com a publicação da *Lex Poetelia Papiria*, ou **a redução voluntária à escravatura,** possível quando um homem livre decidia fazer-se gladiador ou até vender-se.

Os escravos, que Catão considerava como instrumentos agrícolas e Varrão definia como «*instrumenti genus vocale*» (*De re rustica*, 1, 17, 1), **tinham por norma condições de vida miseráveis, que, porém, variavam de acordo com o sector económico onde eram utilizados.** Os mais desfavorecidos seriam os que trabalhavam nas **minas,** onde a quase totalidade da mão-de-obra era servil.

O trabalho escravo também foi utilizado em grande escala na **agricultura**. Na sua maioria não desempenhavam qualquer actividade especializada e, por isso, também estavam sujeitos a um tratamento muito duro; quando tinham aptidões para exercer tarefas especializadas, a sua situação melhorava substancialmente, podendo mesmo comparar-se à de alguns *coloni*.

Os escravos urbanos, em regra, usufruíam de melhores condições de vida e tinham mais possibilidades de passar ao estatuto de *liberti*. Na verdade, a manumissão em Roma e noutras cidades dirigia-se prioritariamente aos servos urbanos.

No início do século II a. C., a julgar pelas comédias de Plauto, a quantidade de escravos domésticos não seria muito grande. Os mais qualificados gozavam mesmo de um papel preponderante no governo da casa, havendo mesmo alguns que, em virtude das suas funções, conseguiam enriquecer à custa do seu patrão; **são numerosos os exemplos de escravos a exercer cargos de administradores de negócios, de secretários, de contabilistas e caixeiros**. Acreditando na fidelidade de alguns escravos e para evitar imprudências, vários chefes políticos republicanos serviram-se de servos para assegurar a execução de tarefas de grande relevância: Pisão utilizou escravos na cobrança de impostos na Macedónia e Júlio César colocou escravos da sua confiança à frente da casa da moeda de Roma.

A um nível social inferior também se utilizou o **trabalho servil**, como é o caso das **actividades artesanal e comercial**, onde a presença de escravos, além de indispensável, era particularmente numerosa. Vários estudos mostram que, em alguns centros produtores de cerâmica os escravos representavam mais de 75% da mão-de-obra disponível. O próprio Estado também aproveitava o trabalho escravo com alguma especialidade em muitas obras públicas. Por outro lado, muitos escravos trabalhavam fora da casa ou da oficina do seu patrão, conseguindo mesmo uma situação de privilégio.

Já referimos mais atrás que, do ponto de vista jurídico, **um homem livre podia passar à condição de escravo, ou a uma situação próxima da escravatura, seja pelo não pagamento das suas dívidas, ou mesmo voluntariamente**. Reciprocamente, **também era possível a passagem de escravo a homem livre, isto é, a escravidão nem sempre seria uma situação definitiva, bastando, muitas vezes, uma boa conduta para se obter a libertação**.

Estes novos homens livres, designados por libertos (*liberti*) no mundo romano, eram maioritariamente antigos escravos urbanos, sabendo-se, pelos estudos epigráficos e fontes literárias, que as probabilidades de libertação dos escravos rústicos

seriam muito mais reduzidas; **durante a República, uma parte significativa dos *liberti* eram antigos escravos domésticos e escravos ligados aos sectores do artesanato e comércio.**

O direito contemplava três formas de libertação de escravos: pelo recenseamento, ou seja, o senhor autorizava a sua inscrição perante os censores, podendo assim obter o estatuto de cidadão; **pela reivindicação de um homem livre perante um pretor**, quando o senhor recusava a um escravo a sua libertação, e, enfim, **por testamento**, que seria a forma mais frequente nos finais da República e também durante o Império.

Perante a lei, o liberto era um cidadão de pleno direito. Contudo, mantinha uma situação particular em relação ao antigo senhor: por norma, adoptava o seu nome e, até ao final do século II a. C., devia-lhe uma **série de obrigações** (o *obsequium*).

Nos últimos tempos da época republicana, o movimento de libertação de escravos atingiu grandes proporções, chegando o próprio Estado a conceder manumissões como forma de recompensa; segundo alguns cálculos, entre 85 e 49 a. C., foram libertados cerca de meio milhão de escravos do sexo masculino. Sob o Império, Augusto vai impor uma série de medidas limitadoras, na tentativa de contrariar esta situação.

3.3 A ESTRUTURA SOCIAL DURANTE O IMPÉRIO

Foi sob o regime imperial, durante o período do Alto-Império, que os territórios dominados por Roma atingiram a sua maior extensão e que se viveu o mais extenso período de paz (*pax romana*) de toda a história romana. Contudo, **até ao século III, as alterações do sistema social do mundo romano não foram muito significativas**, dado que a estrutura económica pouco se modificou relativamente aos últimos tempos da República.

Surgem apenas dois factores novos, que, de certa forma, contribuirão para o desenvolvimento social: a **instituição da monarquia imperial**, que introduziu algumas alterações nas diferentes camadas sociais e provocou uma mudança no topo da pirâmide social, agora ocupado pelos membros da casa do imperador; a **integração da sociedade provincial no sistema social romano** que favoreceu a constituição de uma aristocracia imperial homogénea nas províncias e a unificação das élites locais, em conjunto com a assimilação de amplos estratos da população.

A ordem senatorial

Os primeiros tempos do Império vão ser particularmente benéficos para a ordem senatorial, que se tornou, desde então e ao contrário do ocorrido na época republicana, mais permeável, renovando-se com maior rapidez, quase sempre por escolha do imperador (*adlectio*) que procurava introduzir no Senado homens da sua confiança.

No reinado de Tibério, **os provinciais começam a entrar no Senado**, se bem que ainda em número reduzido; vindos sobretudo da Hispânia e da Gália Narbonense, estes novos senadores são já homens muito romanizados e detentores de fortunas imensas, constituídas fundamentalmente por grandes latifúndios localizados nas suas províncias de origem.

Em termos gerais, os membros da ordem senatorial viviam muitas vezes acima das suas reais possibilidades, uma vez que, sendo as suas fortunas essencialmente fundiárias, não usufruíam de rendimentos condizentes com o seu tipo de vida e estavam impedidos legalmente — em particular desde a publicação da *Lex Claudia*, em 218 a. C. — de exercer actividades mais lucrativas, como o comércio.

Após a subida ao trono de Vespasiano, em 69, verifica-se um «**emburguesamento da ordem senatorial, com o aumento do número de senadores provinciais**», pertencentes à «burguesia» dos municípios italianos e das colónias hispânicas, gaulesas e orientais: entre 68 e 96 diminui de 83% para 76% a percentagem dos senadores itálicos, enquanto os provinciais crescem de 17% para 23%.

No século II, esta tendência mantém-se, continuando a crescer o número de senadores provinciais, oriundos principalmente da Grécia e do Oriente grego, por iniciativa de Trajano e Adriano.

A partir do reinado de Trajano, estes *novi homines*, que tinham como característica comum serem **grandes latifundiários**, estavam **obrigados a possuir em Itália um terço ou um quarto dos bens fundiários**, medida que, ao procurar de alguma forma ligar materialmente a classe dirigente à península Itálica, fez disparar o preço das terras ao longo do século II.

Ao longo do século III, a ordem senatorial vai perder a sua importância política, mantendo, todavia, parte do seu poder económico. Os seus membros, designados por *clarissimi* desde a centúria anterior, no período da anarquia militar vão ser afastados das chefias das tropas e mesmo de cargos administrativos em favor da ordem equestre. **O poder do próprio Senado entra em declínio**: a assembleia deixa de ter autoridade sobre as províncias e os senadores apenas ocupam as magistraturas tradicionais da *Urbs* e poucas funções administrativas.

Esta situação vai-se inverter no reinado de Constantino I, que, entre 312 e 326, confiou aos *clarissimi* a maior parte das funções até então desempenhadas pelos cavaleiros (então denominados *perfectissimi*), provocando a **derrocada quase total e irremediável da ordem equestre**; cargos importantes como os de prefeitos do pretório, prefeituras da anona e grande parte dos governos das províncias regressam à órbita dos *clarissimi*.

Por outro lado, a ordem senatorial irá absorver os *perfectissimi* mais antigos e influentes e mesmo elementos das burguesias municipais, compensando assim o desaparecimento gradual das antigas famílias, fenómeno que se acentuará com a criação do Senado de Constantinopla.

Em 372, para efeitos da aplicação do imposto sobre as propriedades fundiárias dos *clarissimi* (o *follis senatorius*), **uma lei de Valentiniano I vai estabelecer uma nova hierarquia na ordem senatorial, que foi dividida nas categorias de *illustres*, *spectabiles* e *clarissimi***, os membros dos dois primeiros grupos tinham assento nos Senados de Roma e de Constantinopla. **Teodósio I, em 393, acrescentou mais uma categoria, que pagava um imposto inferior ao das restantes**. Estas categorias, instauradas para responder a necessidades fiscais, correspondiam de algum modo à hierarquia da administração imperial, em cujo topo se encontrava o cargo de cônsul ordinário.

A ordem equestre

Durante o período alto-imperial, especialmente desde os fins do século I, a ordem equestre vai ter um percurso bem diferente da ordem senatorial, encontrando-se em plena ascensão.

Os cavaleiros haviam-se tornado **grandes comerciantes** e também possuidores de **consideráveis fortunas fundiárias**, infiltrando-se ainda em actividades mais lucrativas, como a **cobrança de impostos** por conta do Estado ao participarem nas sociedades de publicanos, o **empréstimo de dinheiro a juros** ou a **gerência dos domínios imperiais**.

Nos primeiros tempos, tal como aconteceu durante o regime republicano, os elementos desta ordem seriam oriundos de Roma, na sua maioria, e de alguns municípios italianos. Detentores de grandes fortunas, por vezes superiores às de alguns senadores, **muitos equites conseguiram ingressar, no decurso do reinado de Augusto, na ordem senatorial (*adlectio*)**, o que, aliado ao recrutamento de novos elementos nos meios militares e municipais, fez com que a ordem estivesse em constante renovação.

À semelhança do que aconteceu na ordem senatorial, o peso dos *equites* oriundos das províncias mais romanizadas era cada vez maior, registando-se o ingresso na ordem de gentes procedentes da Hispânia Narbonense, África e Oriente grego. Com esta entrada em massa de sangue novo, **a ordem equestre, no final do século II, já não apresentava grande homogeneidade quer na origem social quer na origem geográfica dos seus membros**

Ao eclipse sofrido pela ordem senatorial nos **últimos anos do Alto-Império** correspondeu uma **promoção da ordem equestre**, notória sobretudo a partir da anarquia militar, quando os *equites* começam a suplantam os *clarissimi* na ocupação de altos cargos administrativos e militares sem abandonar a sua ordem.

Em termos genéricos, **no decurso do século III, a ordem equestre integrava elementos de dois tipos distintos: os civis com formação jurídica**, tendo alguns chegado à prefeitura do pretório e exercido grande influência no conselho imperial; **os militares que foram gradualmente ocupando os lugares de comando no exército**, até então na posse dos senadores.

O século IV, sobretudo por acção de Constantino I, marca o ocaso da ordem equestre e o «ressurgimento» da ordem senatorial. Dos antigos cavaleiros sobreviveu apenas uma pequena parte, os *perfectissimi*, que desempenharam cargos modestos: o governo de pequenas províncias e algumas funções administrativas inferiores.

Em suma, **os membros das ordens senatorial e equestre representaram o topo da hierarquia do sistema social romano ao longo da época imperial, constituindo, juntamente com as «burguesias» municipais da ordem dos decuriões, a categoria dos *honestiores*, o estrato superior da sociedade**, em contraponto com a dos *humiliores*.

A plebe

Na cidade de Roma e durante os primeiros tempos do Império a **plebe** manteve um estatuto e composição similares às da etapa final da República. Com o avançar dos anos, o fosso entre ricos e pobres foi aumentando, assistindo-se então a um quase total desaparecimento de uma classe média na *Urbs*.

Em pleno **regime imperial**, a maior parte deste sector da população cívica residente **na capital** encontrava-se dividido em **dois grandes grupos: a *plebs frumentaria***, que integrava os cidadãos romanos que tinham direito às distribuições gratuitas de trigo (*frumentationes*), sendo detentores, para o efeito, da *tessera frumentaria*, e que, entre

outras regalias, usufruíam também de entradas gratuitas nos diversos espectáculos que se realizavam em Roma; tanto ou mais numerosa que o grupo anterior era **a *infima plebs* ou *sordida plebs***, albergando os estratos mais desfavorecidos da sociedade — muitas vezes com condições de vida próximas das dos escravos —, que viviam do rendimento de uma modesta profissão, actividades ilícitas ou da protecção de um *patronus*.

No **mundo provincial** a realidade social era diferente da verificada na capital. A nível local, o Império mais não era que um conjunto de *civitates*, circunscrições administrativas compreendendo um território, um centro urbano e instituições; em conformidade com o seu grau de romanização, estas *civitates* podiam receber o direito latino ou mesmo romano. **Nas cidades emergirá uma elite, composta por latifundiários e grandes homens de negócios, que controlará o acesso às magistraturas e instituições locais.**

O grau mais elevado na hierarquia desta sociedade provincial era ocupado pelos membros da **ordem dos decuriões**, que **tinham assento no senado municipal**. Para aceder à ordem era exigido um **censo de 100 000 sestércios**, quantia que, ao contrário do que acontecia para as ordens senatorial e equestre, podia ser inferior, não chegando aos 50 000 sestércios em algumas regiões. Na verdade, a posse de uma fortuna considerável era imprescindível a todo aquele que tivesse ambições políticas; as necessidades da cidade eram asseguradas pelos decuriões, quer sob a forma de *summae honorariae*, realizadas por ocasião do acesso ao senado municipal ou a alguns sacerdócios, quer sob gastos a que estavam obrigados os magistrados (*munera*), quer, enfim, através de verdadeiras generosidades.

O esforço financeiro exigido aos membros da ordem dos decuriões, que contribuiu para o florescimento da vida municipal durante o período alto-imperial, e a crise económica, social e política que se viveu no **decurso do século III**, conduziram à sua **crecente descapitalização** e, conseqüentemente, ao seu **declínio político**, deixando mesmo de pertencer à categoria dos *honestiores*.

No Baixo-Império a burguesia municipal agrupa-se na **ordem dos curiales**, que assume em parte as funções dos membros da ordem dos decuriões; para o Estado era indispensável assegurar o desempenho de algumas tarefas, como a recolha de impostos e o abastecimento de trigo, ou o funcionamento das instituições municipais. Em cada cidade, **esta nova ordem integrava todos os proprietários fundiários** — em 342, a posse de 25 *iugera* de terra (cerca de 6,3 ha) era suficiente para se ser qualificado como *curialis* — e fornecia os magistrados locais, decuriões e sacerdotes.

Dificuldades surgidas no recrutamento dos seus membros, ao longo do século IV estarão na origem de algumas medidas então decretadas pelo Estado, como **a imposição da hereditariedade ao seu estatuto** ou **a exigência de uma permissão do governador para um *curialis* poder abandonar a sua cidade.**

O estrato inferior da sociedade imperial romana apresentava uma composição muito heterogénea, resultante, em parte, da diversidade económica, social e cultural das diferentes regiões do Império. Ao contrário do que se verificava nos estratos sociais superiores, nas camadas mais baixas a hierarquização dos vários grupos nem sempre é muito nítida.

Uma primeira **divisão da camada mais baixa da sociedade em *plebs urbana* e *plebs rustica*** é bem evidente, dadas as diferenças claras que existiam entre as gentes da cidade e do campo, ao nível da actividade económica, oportunidades para subir na vida, cultura, tradições e estilos de vida.

A **plebe das cidades** era, apesar de tudo, mais uniforme e gozava de uma posição social melhor que a população rural equivalente. **Constituída por trabalhadores livres (*ingenui*) e libertos**, este grupo social desempenhou um **papel muito activo na vida municipal de todo o Império.**

Os membros desta camada da população urbana podiam organizar-se em associações (*collegia*), controladas pelo Estado ou pelo governo da cidade, que reuniam indivíduos da mesma profissão ou devotos de um mesmo deus; algumas associações não obedeciam a qualquer preocupação social ou religiosa, como é o caso dos *collegia funeraticia*, que agregavam gentes muito humildes com o objectivo mútuo de assegurar uma sepultura digna.

Para além de pequenos comerciantes, artesãos e outros com ofícios mais modestos, na plebe urbana também encontramos a «intelectualidade» do Império Romano, isto é, doutores, artistas, músicos, actores, pedagogos, escribas, engenheiros, etc., cujas actividades eram consideradas do mesmo nível dos artesãos.

Os *liberti*, grupo bem definido dentro da plebe, **tiveram um papel importante na sociedade, sobretudo no primeiro século do regime imperial**, apesar das medidas restritivas de Augusto e Tibério sobre a libertação de escravos. A profissão, riqueza e condição social dos libertos era muito variada; todavia, manifestavam uma vocação mercantil bem evidente, sendo muitos os exemplos de comerciantes, armadores, transportadores, e banqueiros pertencentes a este grupo social.

Papel de relevo tiveram alguns *liberti* imperiais (*familia Caesaris*) até ao reinado de Cláudio I, sendo utilizados pelos primeiros imperadores na administração dos seus bens, ocupando mesmo posições importantes nos negócios do Estado, mas a partir do reinado de Vespasiano vão sucessivamente perdendo os seus postos de direcção em benefício dos cavaleiros.

A plebe rural, que **integrava a maior parte da população do Império**, apresentava também uma **composição muito diversificada**. Em termos gerais, podemos considerar que **agrupava: camponeses livres**, que viviam em pequenas aldeias dispoñdo de terras próprias ou arrendadas para cultivo e assim garantiram a sua subsistência; **trabalhadores agrícolas** que desenvolviam a sua actividade em grandes *latifundia*, muitas vezes em condições próximas da escravatura; **libertos**, ainda que em número bem inferior ao das cidades, que exerciam actividades similares às dos outros homens livres (*coloni*) que viviam no campo.

A partir da crise do século III as condições de vida da plebe rústica vão-se agudizar de forma constante. Os camponeses são vítimas de exigências desumanas e de abusos dos grandes proprietários, situação que, apesar de algumas intervenções para impedir excessos, estará na origem de algumas rebeliões: os levantamentos de camponeses no decurso do século III na Gália; a revolta dos trabalhadores agrícolas sazonais em África durante o século IV, conhecidos por *circumcelliones*; finalmente os movimentos dos «bagaudas» na Gália, ainda no século IV.

Os escravos

Durante o Alto-Império o número de escravos diminui, devido à baixa natalidade, ao clima de paz que então se vivia — a guerra era uma das principais fontes de escravos — e à libertação de escravos. Por outro lado, cada vez se difunde mais a ideia de que um escravo é um homem, começando a surgir algumas medidas para a sua defesa: com Adriano o escravo passa a estar protegido contra as violências do seu senhor e no reinado de Antonino Pio o assassinato de um escravo é considerado um homicídio.

Ao contrário dos centros urbanos, onde o trabalho servil ainda era muito considerável, **a utilização de escravos nos campos foi diminuindo de modo contínuo. No período baixo-imperial**, por influência das correntes filosóficas igualitárias e do cristianismo, **a escravatura parece ter retrocedido, multiplicando-se as libertações e limitando-se cada vez mais o seu recrutamento**.

Actividades

Realize as actividades que a seguir se propõem como forma de auxiliar a consolidação de alguns aspectos da sua aprendizagem.

1. A Lei das XII Tábuas foi o primeiro ensaio de codificação jurídica e prática efectuado pelos Romanos. Assinale com um **X** a alternativa de resposta que **NÃO** CARACTERIZA esta legislação:

- A.** Lei comum a patrícios e plebeus.
- B.** Importante lei sobre as instituições e magistraturas de Roma.
- C.** Conjunto de normas em resposta a problemas jurídicos da vida quotidiana.
- D.** Código que favoreceu a situação político-social da plebe.

2. As leis licínio-sestianas (*leges Licinae Sextiae*) provocaram uma transformação da estrutura político-económico-social da República romana. Assinale com um **X** a alternativa de resposta que indica apropriadamente as alterações introduzidas por essas *rogationes*:

- A.** A criação do cargo de pretor, eleição anual de 2 *edis curules*, a criação de censores e de um colégio de 10 magistrados.
- B.** Criação dos cargos de cônsul, pretor e edil e de um colégio de 2 magistrados.
- C.** Eleição dos pretores e *edis curules*, abolição dos cargos de censores e cônsules e criação de um colégio de 10 magistrados patrícios.
- D.** Abolição dos cargos de cônsul e pretor, criação dos cargos de *edis curules* de eleição de um colégio de 10 magistrados plebeus.

3. Assinale com um **V** as afirmações Verdadeiras e com um **F** as Falsas para caracterizar a sociedade romana de acordo com as principais propostas legislativas do período republicano:

- ___ **1.** A Lei das XII Tábuas favoreceu a situação dos patrícios romanos.
- ___ **2.** As *leges Valeriae Horatiae* deram um reconhecimento estatutário à organização plebeia.

- ___ 3. As leis licínio-sestianas contribuíram para o processo de uniformização dos direitos civis de patrícios e plebeus.
- ___ 4. A divisão da sociedade romana em patrícios e plebeus foi a causa da luta pela aprovação das leis licínio-sestianas.
- ___ 5. A *Lex Hortensia* consagrou os plebiscitos como leis cuja aplicação necessitava da sanção prévia do Senado.
- ___ 6. Em 326 a. C., a *Lex Poetelia Papiria* aboliu a servidão por dívidas.
4. Refira as três formas de libertação de escravos contempladas no direito romano.
5. Mencione as cinco principais fontes de escravos na Roma antiga.
6. Caracterize os grupos e camadas sociais da população cívica e não cívica, urbana e rural, de Roma a partir das afirmações que se seguem, assinalando com um **V** as Verdadeiras e com um **F** as Falsas:
- ___ 1. As ordens senatorial e equestre, chamadas *primi ordines*, procedem da primeira classe censitária de Sêrvio Túlio, a *equites*.
- ___ 2. Os *pedites* tinham um património suficiente para servirem como soldados de infantaria nas legiões romanas.
- ___ 3. Os membros da ordem senatorial deviam possuir uma fortuna superior a 1 000 000 sestércios.
- ___ 4. Os membros da ordem senatorial podiam usar o título de «cavaleiro romano».
- ___ 5. A grande maioria da população cívica era designada por *plebs*.
- ___ 6. A camada inferior da população cívica, a *infima plebs*, albergava os homens não livres que habitavam em Roma.
- ___ 7. Apesar de trabalharem a terra, os *coloni* pertenciam à plebe urbana.
- ___ 8. Os escravos faziam parte da *infima plebs*.
- ___ 9. Os *liberti* eram sobretudo ex-escravos urbanos.

7. Caracterize os dois grandes grupos em que se dividia a plebe da cidade de Roma no período imperial.
8. Indique as duas ordens sociais que constituíam a elite da sociedade provincial.

Respostas às actividades

1. A alternativa de resposta que devia ter assinalado era a **B. Importante lei sobre as instituições e magistraturas de Roma.**
2. A alternativa de resposta que devia ter assinalado era a **A. A criação do cargo de pretor, eleição anual de 2 *ediles curules*, a criação de censores e de um colégio de 10 magistrados.**
3. Como afirmações verdadeiras deveria ter assinalado as afirmações 2, 3 e 6. Deveriam ser assinaladas como falsas as afirmações 1, 4 e 5, na medida em que:

A afirmação 1 propõe que a Lei das XII Tábuas favoreceu a situação dos patrícios, quando, na realidade, favoreceu a situação dos plebeus.

A afirmação 4 fala na divisão da sociedade romana em patrícios e plebeus como uma causa, quando foi uma consequência da luta pela aprovação das leis licínio-sestianas.

A afirmação 5, porque a aplicação dos plebiscitos consagrados na *Lex Hortensia* não necessitava da sanção prévia do Senado.

4. Na sua resposta devia ter referido: **Pelo recenseamento (um senhor autorizava a inscrição do escravo perante os censores, obtendo assim o escravo o estatuto de cidadão), pela reivindicação de um homem livre perante um pretor (quando o senhor recusava a um escravo a sua liberdade) e por testamento (indicação expressa do senhor que libertava o seu escravo. Foi a forma mais frequente nos finais da República e durante o Império).**
5. Na sua resposta devia ter mencionado: **Prisioneiros de guerra; comércio de escravos; reprodução natural dos escravos; escravatura por dívidas e redução voluntária à escravatura.**

6. Devia ter assinalado com um V (verdadeiras) as afirmações 1, 2, 3, 5 e 9. Devia ter colocado o F de falsas nas afirmações 4, 6, 7 e 8, na medida em que:

A afirmação 4 refere que o título «cavaleiro romano» era usado pelos membros da ordem senatorial, quando, na verdade, ele era usado pelos membros da ordem equestre;

A afirmação 6 considera que a *infima plebs* albergava os homens não livres que habitavam em Roma. Ora os membros da *infima plebs* eram homens livres, cidadãos de Roma;

A afirmação 7 é efectivamente falsa, pois os *coloni* (mão-de-obra livre sem terra) pertenciam naturalmente à plebe rústica rural;

A afirmação 8 propõe que os escravos faziam parte da *infima plebs*. Como vimos no caso da afirmação 6, essa camada inferior da população cívica englobava homens livres e, por isso, os escravos não lhe pertenciam. Como população não cívica, os escravos estavam ainda abaixo dessa camada da população cívica.

7. Deveria ter caracterizado os dois grupos da seguinte forma:

A *plebs frumentaria*: integrava os cidadãos romanos que tinham direito às distribuições gratuitas de trigo e a entradas gratuitas nos diversos espectáculos;

A *infima plebs* ou *sordida plebs*: integrava os estratos mais desfavorecidos da sociedade, que viviam do rendimento de uma modesta profissão ou da protecção de um *patronus*.

8. A sua resposta devia indicar: **Ordem dos decuriões e Ordem dos curiales.**

Bibliografia

ALFÖLDY, G.

1988 *The social history of Rome*. (Trad. inglesa de D. Braund e F. Pollock), ed. revista, Baltimore, The John Hopkins University Press (há trad. castelhana da ed. inglesa de 1985, Madrid, Alianza Editorial, 1987).

CHARLES-PICARD, G.; ROUGÉ, J.

1969 *Textes et documents relatifs à la vie économique et sociale dans l'Empire Romain*. (Col. Regards sur l'Histoire, 6), Paris, SEDES.

ELLUL, J.

1972⁴ *Histoire des institutions. 1-2/ L'Antiquité* (Col. Thémis — Sciences Politiques, 3), Paris, PUF.

GAGÉ J.

1964 *Les classes sociales dans l'Empire Romain*. (Col. Bibliothèque Historique), Paris, Payot.

GARNSEY, P.; SALLER, R.

1987 *The Roman Empire. Economy, society and culture*. London, Duckworth (há trad. castelhana, 1991 — Col. Crítica/Arqueología, Barcelona, Ed. Crítica).

HARMAND, L.

1976 *Société et économie de la République romaine*, (Col. U2, 232), Paris, Armand Colin.

MAC MULLEN, R.

1974 *Roman social relations (50 BC-AD 284)*, Yale, University Press.

NICOLET, Cl.

1976 *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. (Col. Bibliothèque des Histoires), Paris, Ed. Gallimard.

1977 *Rome et la conquête du Monde Méditerranéen. 1/Les Structures de l'Italie romaine*. (Col. Nouvelle Clio, 8/1), Paris, PUF.

ROUGÉ, J.

1969 *Les institutions romaines de la Rome royale à la Rome chrétienne*. (Col. U2, 73), Paris, Armand Colin.

4. A RELIGIÃO ROMANA

AMÍLCAR GUERRA

ÍNDICE

Objectivos de aprendizagem

4.1 O fundo indo-europeu

4.2 Características gerais

Conservadorismo

Pragmatismo

Abertura e tolerância

4.3 A religião romana tradicional

Os numina

Rituais agrários e de fecundidade

Religião familiar

Culto dos mortos

Prodígios e adivinhação

4.4 As tradições que marcaram a religião romana

Etrusca

Latina

Greco-oriental

4.5 As religiões do Império

Augusto, restaurador da tradição

O Culto imperial

Incertezas do quotidiano e religiões de salvação

O Cristianismo

4.6 Panorama religioso provincial: o caso do Ocidente peninsular

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia fundamental

Objectivos de aprendizagem

O estudo deste capítulo deve permitir ao aluno:

- Perceber as dificuldades e limitações de uma história da religião romana face às necessidades óbvias de simplificar e generalizar, à escassez de dados para determinados períodos, ao grau de fiabilidade das fontes clássicas, à raridade e carácter fragmentário de outras fontes, à natureza subjectiva da interpretação das fontes, à diversidade cultural do império e à consequente falta de unidade dos cultos;
- Compreender a razão pela qual é mais apropriado em relação à religião romana falar-se em «religiões»;
- Reconhecer a influência indo-europeia no domínio religioso dos povos latinos da Península Ibérica;
- Identificar o conservadorismo, o pragmatismo, a abertura e a tolerância como as grandes características gerais da religião romana;
- Saber que os primeiros habitantes do local que veio a ser Roma respeitavam e veneravam os *numina*;
- Definir *numina* e avaliar a sua importância na vida quotidiana das primeiras populações do local que veio a ser Roma;
- Mencionar a profunda vinculação à terra da Roma primitiva;
- Referir as principais festividades associadas às actividades agrícolas e ao ciclo das estações;
- Identificar as divindades/entidades domésticas a quem os Romanos prestavam culto nas suas próprias casas;
- Indicar as atitudes de cariz religioso dos Romanos ligadas com o culto dos mortos;
- Enfatizar o carácter profundamente supersticioso dos Romanos, bem manifesto nas crenças e nas práticas de adivinhação e de interpretação dos prodígios;
- Apontar as várias tradições que marcaram a religião romana;
- Distinguir os três grupos de livros que constituíram a herança etrusca no domínio religioso;
- Constatar as afinidades religiosas entre Roma e o contexto latino;
- Reconhecer a confrontação e influências entre a mentalidade religiosa dos mundos grego e romano;
- Destacar as evidências da introdução dos cultos originários da Grécia e do Oriente;
- Avaliar como Augusto se encarregou de fomentar a ligação entre a religião e a vida pública e como procurou recuperar a tradição religiosa;
- Apreender os contornos religiosos do culto imperial;
- Apontar os contrastes entre os cultos tradicionais romanos e os cultos de «importação» oriental;

- Destacar os principais territórios de origem das divindades «importadas» pelos Romanos;
- Descrever as características gerais comuns às religiões de salvação;
- Perspectivar o Cristianismo como a religião oriental que mais se distinguiu em Roma;
- Distinguir períodos de perseguição dos cristãos, de relativa acalmia e, finalmente, de reconhecimento oficial (em 312, com Constantino) da difusão do Cristianismo no Império Romano;
- Referenciar as produções críticas e as produções apologéticas em torno dos cristãos e das suas doutrinas;
- Avaliar o impacte da religião romana na Península Ibérica em geral e na sua fachada atlântica em particular;
- Indicar as fontes epigráficas como essenciais para a caracterização religiosa do Ocidente hispânico;
- Enumerar as fortes limitações das fontes epigráficas;
- Associar os *suouetaurilia* à vinculação indo-europeia da religião do Ocidente peninsular;
- Mencionar os cultos locais peninsulares autóctones e as concepções religiosas oriundas do mundo romano;
- Apontar os meios urbanos peninsulares como mais receptivos às concepções e práticas romanas, bem como aos cultos orientais.

Remontar às origens de Roma, percorrer as múltiplas e complexas transformações ao longo de mais de um milénio até à desagregação do império, reduzindo tudo aos seus traços essenciais, é uma tarefa que, pela complexidade das questões envolvidas, corre o risco dar uma visão distorcida dos resultados da investigação neste domínio.

É necessário, por isso, ter em conta que, ao traçarem-se as linhas gerais de uma história da religião romana, se procede a **simplificações** e **generalizações**, e considerar que a condensação num breve texto da uma tão vasta matéria produz, para além das conhecidas dificuldades, inevitáveis distorções. As limitações do texto não se confinam apenas aos problemas muito concretos de limitação do espaço de escrita, mas decorrem igualmente das dificuldades da própria investigação, nomeadamente da **escassez de dados** e das questões de interpretação dos que dispomos.

No que diz especialmente respeito às origens da cidade — ao período monárquico e aos primeiros séculos da república —, deparamos com limitações significativas. As **fontes clássicas**, essenciais para a caracterização da religião antiga, estão, tanto do ponto de vista temporal como do das mentalidades, **muito distanciadas dos acontecimentos**

e perguntamo-nos por isso qual o **grau de fiabilidade** que poderão ter em relação a factos de que se perdeu a memória, ou que se cristalizam em narrativas mais ou menos coloridas.

O mais importante conjunto de fontes para esta fase remonta ao reinado de Augusto, período marcado no plano religioso por uma revalorização da tradição, que nos legou um importante repertório de textos, onde sobressaem o monumento histórico erguido por Tito Lívio (*Ab Urbe Condita*, «Desde a Fundação de Roma»), a epopeia virgiliana (*A Eneida*) e *Os Fastos*, uma notável obra de Ovídio. Embora esta não tenha atingido a celebridade das duas primeiras, pode justamente considerar-se como um dos mais ricos repertórios de festividades e ritos tradicionais que nos legou a literatura latina.

As obras literárias devem ser complementadas com as fontes de natureza arqueológica e epigráfica, que têm a vantagem de ser documentos coetâneos da realidade em análise. Por outro lado, a **raridade** deste tipo de fontes e o seu **carácter** frequentemente **fragmentário**, para além da **natureza fortemente subjectiva da sua interpretação**, são características que podem limitar o seu valor.

No que diz respeito à epigrafia, refira-se como exemplo digno de menção especial a inscrição gravada no *Lapis Niger*, procedente do Fórum, um dos mais antigos documentos em língua latina, precisamente um texto de natureza sacra e jurídica.

Do ponto de vista arqueológico sobressaem alguns vestígios dos templos antigos ou da arte que a estes se associava, importantes não apenas na perspectiva de poderem completar outro tipo de documentação, nomeadamente de natureza literária, mas sobretudo pelo seu valor como vestígios materiais da vertente religiosa do homem romano.

A documentação aumenta significativamente para o período imperial, de tal modo que podemos traçar para essa época um quadro mais complexo, correspondente à grande **diversidade cultural do império**, de que a própria *Urbs* era o centro e o modelo. Mas, nesta fase, o caminho percorrido por Roma conduziu a tal ponto que o protótipo do antigo romano, pacato e conservador, com dificuldade se poderá reconhecer nos súbditos do imperador. Estes, por sua vez, já não se identificam com tradições cuja memória, em quase todos os casos, há muito se perdeu.

Pretende-se, por isso, transmitir **uma perspectiva das modificações registadas no domínio concreto da religião e dos cultos que foram abarcados ao longo do tempo pelo domínio romano e cuja diversidade imporia que falássemos com maior propriedade em *religiões***, em vez de usarmos uma terminologia que poderá dar uma ideia de uma unidade que realmente não existia.

4.1 O FUNDO INDO-EUROPEU

Os povos latinos, isto é, os que em momento histórico encontramos fixados num território do centro da península Itálica — o Lácio —, pertencem ao grande conjunto dos povos indo-europeus. Esta integração de Roma e dos seus vizinhos reconhece-se em primeiro lugar nas características da língua, que remonta a um arquétipo — o indo-europeu — hipoteticamente reconstituído. As realizações concretas, progressivamente diversificadas, difundiram-se por uma vasta área, que vai da Índia à Península Ibérica. Mas para além de uma afinidade linguística, os estudiosos alargaram o âmbito da comparação a outros domínios, sendo por isso natural que se tivesse reconhecido em todos eles um conjunto de traços comuns, com reflexos também no domínio religioso.

Um passo importante nesta direcção foi dado por **Vendryes**, que, no início do século, assinalou a **extraordinária semelhança de alguns aspectos do vocabulário religioso de diversas línguas indo-europeias**, especialmente muito distanciadas — em concreto entre línguas do Ocidente (do pretenso grupo ítalo-celta) e do Oriente (grupo indo-irânico).

Mas foi sem dúvida **G. Dumézil** quem mais se distinguiu neste afã de buscar **paralelismos entre os povos falantes de línguas indo-europeias**, insistindo especialmente **nas esferas religiosa e social. A tripartição funcional da sociedade e a sua correspondência no plano religioso** tornou-se uma das ideias básicas. Estas constantes reconhecer-se-iam concretamente, tanto na mais antiga tradição védica, como nos elementos que se podem reportar às origens remotas de Roma.

A **tríade Júpiter, Marte e Quirino** aparece, neste contexto, como o quadro básico das divindades da Roma primitiva, a qual cede mais tarde lugar ao agrupamento de Júpiter, Juno e Minerva, divindades associadas no grande templo de tríplice *cela* do Capitólio. Esta última está bem atestada nas fontes, enquanto a mais antiga se pode documentar, indirectamente, em época histórica, como que fossilizada, nos **três sacerdotes maiores, os três flamines: dialis, martialis e quirinalis**.

A tríade pré-capitolina denota evidente paralelismo com a correspondente umbra, referida nas *Tabulae Iguvinae*, registando-se assim uma das mais significativas afinidades no domínio religioso entre os povos itálicos. Mas o parentesco entre eles não se limita ao panteão e à sua estrutura, mas abarca um vasto leque de características, entre elas os rituais (como os de purificação — **lustrationes** — ou os cortejos processionais — *amburbia*) e as atitudes perante o sagrado.

4.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Na globalidade, a religião romana apresenta-se marcada por uma **profunda originalidade**. Esta asserção, inquestionável se visarmos as origens de Roma, seria, para alguns autores, invalidada pela progressiva influência de outras culturas, em especial pelo forte impacto da cultura helenística a partir do século III a. C.

De facto, no âmbito dos estudos clássicos dominou a perspectiva de uma mitologia e de religião comum greco-latina, a qual, em boa parte, teria sido mais uma das facetas da forte influência da Grécia vencida sobre os seus vencedores. No entanto, a originalidade romana está muito para além de uma singular conjugação desta e de outras influências. É a própria mentalidade romana, a sua atitude perante a vida, que marca a diferença deste povo, não apenas na sua origem, mas ao longo da sua complexa história.

Por isso importa pôr em relevo as suas características gerais, sem esquecer, no entanto, o facto de estarmos a remeter acima de tudo para um arquétipo bem conhecido, situável numa época determinada e integrável numa categoria social: o cidadão romano culto do período republicano. Como modelo que é, dificilmente se poderá compatibilizar com a diversidade cronológica e social do mundo romano, que um estudo deste tipo não pode analisar circunstanciadamente.

Conservadorismo

Em primeiro lugar deve acentuar-se a **mentalidade marcadamente conservadora dos Romanos**, para quem o *mos maiorum* («costumes dos antepassados») representa a norma de comportamento. Não se estranhe, por esta razão, que em Roma se encontrem cultos e rituais que denunciam uma **grande antiguidade**, que evocam a **herança indo-europeia** de uma forma mais ou menos evidente, e que perduram quase imutáveis até fases muito tardias.

As suas manifestações mais evidentes podem captar-se nos **ritos tradicionais** (que mantêm todo o seu cunho, mesmo quando convivem com outras tendências religiosas antagónicas) e nas **carreiras sacerdotais**.

No que diz respeito aos actos religiosos, a tradição romana impõe, com frequência, um **estrito ritualismo**: a necessidade de cumprir escrupulosamente os mesmos gestos, repetir, sem o mínimo erro ou ambiguidade, as mesmas fórmulas. Qualquer engano, mesmo que aparentemente insignificante, compromete decisivamente o efeito do rito e obriga à sua repetição integral.

Pragmatismo

Por outro lado, a religião atesta exemplarmente outra notável característica do temperamento romano — o **extraordinário pragmatismo**. No plano religioso, o romano está voltado para a acção, não se limitando a aceitar o que resulta da vontade divina, mas dispondo-se sempre a interferir de algum modo no decurso dos acontecimentos.

Esta atitude é incompatível com a noção de destino, tal como a nossa mentalidade a costuma projectar — algo em relação ao qual o homem nada pode fazer, a que tem de se sujeitar passivamente. Da mente do romano está por norma afastada uma concepção fatalista, uma vez que a ela se impõe um temperamento pragmático, que (re)age nas situações adversas.

No plano prático é necessário garantir permanentemente a *pax deum* («paz dos deuses»), conseguida no plano individual com a *pietas* — **manter o entendimento com a divindade e cumprir as suas obrigações para com os familiares**, tal como a figura modelar de Eneias.

Mas, para além disso, o romano deve saber quais as **precauções** a tomar para não cometer um acto que o torne impuro, uma vez que com isso a contaminação o atinge não apenas a ele, mas a todos os que com ele contactam. Deve, por isso, **distinguir o que pertence à esfera do sagrado**, uma vez que tudo o que aí se encontra está cheio de proibições e é potencialmente perigoso.

No vocabulário romano, o que define esta situação é a palavra *sacer* categoria ambivalente que engloba o benéfico como o maléfico, correspondendo tanto a «sagrado» como a «maldito».

A este termo se associa um conjunto de palavras cujo sentido original por vezes se alterou substancialmente: *exsecrare* («retirar da esfera do sagrado», cf. port. *execrar*), *consecrare* («introduzir no sagrado», cf. port. *consagrar*), *obsecrare* («pedir em nome do que é sagrado», cf. port. *obsecrar*), *sacrilegus* («o que rouba objectos sagrados», cfr. port. *sacrílego*), *sacrificare* («realizar um acto sagrado», cf. port. *sacrificar*).

O romano, eminentemente pragmático, perante um acto sacrílego, procura afastar o elemento infectado do contacto com os outros, qualquer que seja a sua situação, mesmo que seja, como um dos Horácios, o salvador da pátria.

Nestes casos recorre-se à figura da expiação, que se pode conseguir pelos devidos rituais purificadores, ou, como na circunstância concreta atrás referida, a medidas através das quais se reduza a profano o elemento maldito, isto é, *sacer*.

Abertura e tolerância

Embora aparentemente contraditória com o tradicionalismo, uma marca evidente desde o primeiro momento da atitude religiosa dos Romanos é a permanente **abertura a divindades e ritos estrangeiros**.

É um comportamento que, em parte, tem mais uma vez a ver com o pragmatismo que sempre se manifestou desde muito cedo em Roma, inicialmente em relação aos Latinos e aos Etruscos e mais tarde para com os Gregos, Orientais e todos os povos do Império em geral.

Chamar a si as divindades estrangeiras, tê-las do seu lado, dando-lhes uma morada em Roma e um nome latinizado, é a garantia de mais uma protecção divina, cujo poder não se pode negligenciar. Uma das mais antigas manifestações dessa abertura é o antigo ritual da *evocatio*, pelo qual o comandante do exército chamava os deuses do inimigo, convidando-os a instalarem-se na *Urbs*, onde se garantia um culto em templo mais digno.

4.3 A RELIGIÃO ROMANA TRADICIONAL

Os *numina*

Comprender a mentalidade dos primeiros habitantes dos pequenos povoados que se fixaram no local que veio a ser Roma exige o esclarecimento de um termo que se usa para descrever entidades que preenchem a esfera sagrada de um romano — *numen*.

Os *numina* (*numen* parece querer dizer «fazer um movimento», «agir») representam «forças» sobrenaturais de um vastíssimo âmbito: acompanhavam a pessoa nos diversos momentos da vida (do nascimento à morte), presidiam às diversas actividades, personificavam os lugares.

No que toca especialmente ao **acompanhamento do recém-nascido**, a especialização é grande, como se manifesta, por exemplo, nos diferentes *numina*: *Nona* e *Decima*, que presidem aos últimos meses de gravidez; *Numeria*, às dificuldades do parto; *Porrina* e *Postvorta*, às duas posições do nascituro; *Lucina*, ao nascimento; *Alemona* é a que leva o leite ao seio e *Potina* ajuda a criança a beber.

Os Romanos denotam igualmente a **veneração perante os lugares em que a presença de um espírito, bom ou mau, se fazia sentir**. As **fontes**, as **grutas**, os **montes**, os **bosques** apresentavam-se aos seus olhos como marcados por um misterioso poder, por vezes associado a um temor religioso.

Na base do Capitólio estava a mítica Fonte de Carmenta e nas proximidades de Roma brotavam as fontes sagradas das Camenas (ninfas que tinham um templo junto à Porta Capena), de Egéria e de Ferentina.

Uma vegetação particularmente densa era lugar dos espíritos e, por isso, venerava-se a escarpa frondosa do Fatugal ou bosque de Juno, *Lucina*. Por vezes eram mesmo determinadas árvores que se consideravam possuidoras de um poder sobrenatural, como acontecia com a figueira Ruminal (*figus Ruminalis*), a cuja sombra teria aportado o cesto em que Rómulo e Remo tinha sido depositados.

Rituais agrários e de fecundidade

Na visão de um republicano convicto, o homem romano, sobretudo o que simbolizava o espírito tradicional, encontra-se **intimamente ligado à terra**. O modelo mais perfeito dessa mentalidade romana era o agricultor Cincinato, que, tendo sido chamado em 458 a. C. para enfrentar os Équos, largou de imediato o arado, mas logo voltou a retomá-lo assim que o conflito se resolveu a seu favor.

Essa **profunda vinculação à terra** marcou a Roma primitiva, foi exaltada ao longo dos tempos e as reminiscências dessa antiga ligação reflectem-se bem nas narrativas que evocam épocas mais remotas.

O **calendário**, que a tradição atribui a Numa Pompílio — o segundo rei de Roma —, incluía um conjunto de **festividades associadas às diferentes actividades agrícolas**, que começavam logo no primeiro mês, dedicado a **Marte** (e de quem, de resto, recebia o nome — *Martius*).

Esta divindade encontrava-se também, na sua origem, ligada ao mundo agrícola, para além da sua vertente guerreira, que se foi acentuando, a ponto de se tornar quase exclusiva na época clássica — acompanhando esta evolução, o *campus Martius* deixou progressivamente de ser um campo de trigo para se transformar no lugar por excelência para a reunião do povo em armas.

Sem dúvida que, primitivamente, a Marte se vinculava a ideia de começo de um novo ciclo de vida, ao mesmo tempo associado com a produtividade dos campos e com a actividade bélica. Não era apenas a época em que a vegetação vicejava, mas o momento em que se punha fim à paragem marcial do Inverno. Era por isso o momento próprio para os jovens que se iniciavam na vida de adultos guerreiros, numa saída ritual conhecida como o *uer sacrum* («Primavera sagrada»).

As *feriae publicae* (os dias festivos determinados pelo calendário elaborado tradicionalmente pelos pontífices) **reflectiam o ciclo das estações e das actividades agrícolas mais importantes**, bem como a importância que a componente pastoril desempenhou no desenvolvimento económico de Roma.

Entre as **mais conhecidas festividades** estavam os *Palilia*, que tinham lugar a 21 de Abril e se destinavam a propiciar a fecundidade dos rebanhos, realizando-se, nos tempos históricos, no Palatino. Caracterizavam estas festas as cerimónias lustrais do gado (uma purificação com água ou através da queima de resinosas ou enxofre), as libações e a recitação de uma fórmula mágica, tudo isto executado com a tradicional minúcia no cumprimento dos rituais.

Em Agosto e em Dezembro tinham lugar, na depressão entre o Palatino e o Aventino, os *Consualia* (que retiravam o seu nome da divindade Conso, o deus dos silos), nos quais se consagravam os cereais que iriam servir de semente e se celebravam as ceifas e a colheita com sacrifícios e corridas de animais (cavalos e muares) que tinham participado nos trabalhos agrícolas. Estes ritos estariam na base do que vieram a ser os espectáculos de circo, realizados no edifício conhecido como o Circo Máximo, erguido mais tarde no local onde tradicionalmente decorriam estes cerimoniais.

Religião familiar

Na inevitável comparação que se costuma fazer com a Grécia, **as divindades domésticas surgem sempre como uma das marcas da originalidade romana e uma prova da vitalidade dos cultos privados**, promovidos num lugar próprio da casa ou, no que toca às casas de campo (*uillae*), no ponto de cruzamento (*compitum*) do seu domínio com o dos vizinhos. De resto, as encruzilhadas, possuidoras genericamente de um significado mágico-religioso, eram veneradas na figura dos *Lares compitales*, num ritual realizado a 1 de Janeiro.

O centro da casa, ponto de reunião da família, situa-se no *atrium*, em torno da lareira, onde se guarda o fogo sagrado e se veneram os deuses. Só mais tarde esta dupla função de altar de sacrifícios e lugar de fogo é desdobrada, sendo então o *lararium* um nicho com frontão triangular em que se encontra a imagem do *Lar familiaris*.

De facto, a cada família corresponde o seu *Lar familiaris*, o protector dos lugares e da casa em particular, mas também de todos os que estão dentro dela ou do seu domínio — de toda a *familia*, incluindo, portanto, libertos e escravos.

A ele se ligam alguns actos decisivos da vida humana, normalmente associados ao entrar

ou sair do âmbito familiar: ao assinalar-se um nascimento; ao depositar-se um asse no seu altar quando alguém se casa; ao oferecer-se um sacrifício (*piaculum*) quando algum elemento deixa esta vida. São-lhe especialmente dedicados três dias do mês —, precisamente os que têm nomes específicos no calendário (*kalendae, nonae, idus*).

Os Penates são entidades que velam pelo lugar onde se guardam as provisões alimentares da família (*penus*), assistindo uma aos alimentos sólidos outra aos líquidos. Sob a **presidência do *pater familias***, prestava-se-lhes um **culto diário**, que incluía a deposição de oferendas alimentares ou o seu lançamento ao fogo quando, num momento de silêncio, se interrompia a refeição.

Por fim, o **Genius**, cujo nome tem a ver com o verbo *gigno* (ou, melhor, com o antigo *geno*, «gerar, nascer»), anda **ligado à fecundidade**, sendo a força que assegura a **perpetuação da família**, e por isso **a ele era consagrado o leito nupcial (*lectus genialis*)**. Em determinado momento esta entidade aparece individualizada, associando-se a cada um dos indivíduos, que tinham nele o seu protector particular.

Culto dos mortos

Nada melhor para culminar uma vida que receber uma sepultura condigna ou, pelo menos, uma sepultura, qualquer que ela fosse. **Ficar insepulto era, na concepção dos Romanos**, como de outros povos, **uma das maiores condenações que alguém podia sofrer**.

Era aos vivos, portanto, e em primeiro lugar aos seus familiares (especialmente ao **filho mais velho**), que competia garantir uma sepultura, a primeira condição necessária a que o defunto gozasse a merecida paz.

Comprender esta necessidade e promover este acto é a demonstração típica de *pietas*, de que Eneias é modelo, uma vez que manifesta tanto um respeito para com os deuses como um afecto para com os pais. O não cumprimento destas obrigações não prejudicava apenas quem morria, mas o seu espírito atormentado poderia prejudicar os vivos, caindo sobre eles o acto de *impietas*.

A importância de uma sepultura era tão grande que se tem justificado o recurso frequente à adopção, não apenas como forma de obviar à falta de uma descendência que garantisse a continuidade familiar, mas igualmente como um dos recursos a que se deitava mão para garantir as honras fúnebres e os cultos *post mortem*.

De facto, para além de estas obrigações dos vivos sepultarem os seus mortos, o calendário fixava um conjunto de **rituais de purificação**, tanto de natureza pública como privada

(de âmbito familiar), concentrados especialmente em Fevereiro, (*Februarius* vem de *februo*, «purificar, expiar»), sintomaticamente no último mês do ano.

Os *dies parentales* (ou *Parentalia*) pretendiam assegurar aos mortos a **satisfação de necessidades específicas** na existência que, embora diferente, continuavam a ter. Primitivamente eram os jogos fúnebres — bem representados na tradição etrusca e que na Roma antiga continuam ao longo das épocas, perdendo a sua justificação original —, que, por meio do sangue purificador dos combatentes, garantiam essa obrigação dos vivos e ao mesmo tempo asseguravam à comunidade a tranquilidade necessária.

Em épocas históricas esta função era desempenhada em primeiro lugar por sacrifícios, em que se derramava o sangue dos animais, mas também pela deposição de oferendas nos túmulos. Por fim, o **banquete sagrado** (*daps*) era outra das formas de responder às exigências dos familiares falecidos, em especial à necessidade de convívio, de relação afectiva com os vivos, celebrando-se para tal uma refeição em que todos participavam.

Os romanos assumem com frequência, perante os seus defuntos, uma atitude de **temor religioso**, uma vez que a sua presença, embora por vezes benéfica, facilmente se pode tornar perigosa ou até nefasta. Por isso todo o cuidado a lidar com eles é pouco e talvez por essa razão sejam tratados, certamente por precaução, como *Manes* («os Bons»). Numa outra visão tradicional, bem documentada em Ovídio, eles são mais propriamente espectros ou fantasmas (*Lemures, Laruae*), aos quais se dedicam os dias 9, 11 e 13 de Maio (*Lemuria*).

Este autor latino, recolhendo uma remota tradição, descreve um velho ritual que, ao ser escrupulosamente cumprido, permitia afastar as sombras dos antepassados que sentiam a necessidade de visitar os lugares onde viveram.

Prodígios e adivinhação

Os sinais da abertura religiosa do romano manifestam-se, para além dos casos citados, nas **práticas de adivinhação e de interpretação dos prodígios**, que parecem bem antigas em Roma. **Profundamente supersticioso, o romano manifestou sempre uma arreigada crença no poder dos presságios e dos prodígios.**

Os primeiros diziam respeito a acções futuras, exprimindo-se no sentido da sua continuidade ou interrupção. Assumiam essencialmente duas formas:

- A de *omina*, quando **expressos através de palavras que ganhavam ocasionalmente um duplo significado** — um imediato, correspondente à situação em que tinham sido proferidos, outro transcendente;

- A de *auspicia*, porque se exprimiam, como o diz a própria palavra, pela **observação das aves** — do seu voo, do apetite que manifestavam. Contudo, o conceito de *auspicia* tendeu para um progressivo alargamento, incluindo mais tarde também manifestações naturais, tais como relâmpagos e raios.

Os prodígios eram fenómenos terríveis ou tidos como estranhos à natureza (tanto siderais — eclipses, cometas, colorações extraordinárias do Sol — como de outra origem — estátuas que se movem, parecem transpirar ou chorar, nascimentos anómalos, águas que se presumem tingidas de sangue) **que se tomavam como a expressão da ira divina**, marcando a quebra da *pax deum*, **pelo que se constituíam como uma ameaça para um indivíduo, o grupo ou a própria cidade.**

Tanto em relação a uns como a outros os Romanos não se sentiam impotentes, mas organizavam de forma exacta, eficiente e minuciosa o rito adequado para diminuir ou anular os seus efeitos nefastos. Os presságios em si, como esclarece Cícero, *nuntiant eventura, nisi poveris* («anunciam o que vai acontecer, se não se tomarem as devidas providências»). Assim, a anulação dos efeitos maléficos manifestados nos prodígios deveria realizar-se através da *procuratio prodigiorum*, podendo repartir-se entre a consulta dos pontífices, dos livros sibílicos ou dos arúspices, segundo as situações e as épocas.

4.4 AS TRADIÇÕES QUE MARCARAM A RELIGIÃO ROMANA

Etrusca

Estas disciplinas divinatórias são geralmente associadas ao mundo etrusco, que as teria transmitido à cidade do Lácio, num período que corresponderia à presença dos reis toscanos, cujo início os analistas colocam por volta de 700 a. C., e que a mesma tradição prolonga até à expulsão do rei Tarquínio Soberbo, em 509 a. C.

O que conhecemos da componente religiosa com essa origem assenta essencialmente em alguns fragmentos de obras latinas, traduções ou comentários de obras etruscas que se perderam, ou das próprias informações que a literatura latina esporadicamente proporciona. De qualquer modo, quase tudo o que conhecemos hoje destas manifestações nos chegou por intermédio de Roma.

Se bem que seja evidente na civilização etrusca uma forte influência grega, resultante de estreitos contactos, **no domínio religioso** possui uma **originalidade evidente**, que os romanos souberam reconhecer e aproveitar.

O que constituía a herança etrusca em Roma consistia fundamentalmente no que era designado por *disciplina etrusca*, que abarcava três aspectos distintos, como nos informa Cícero (*De divinatione* II, 49), correspondentes a cada um dos três grupos de livros que codificavam as revelações respeitantes a cada uma das especialidades: eram os *libri haruspicini, fulgurales e rituales*.

Os *libri haruspicini* tratavam, naturalmente, da **haruspicina, técnica adivinatória** assimilada e profundamente emersa na vida pública romana, que, em sentido restrito, assentava na **análise e interpretação dos sinais fornecidos pelas vísceras dos animais sacrificados** (*hostiae consultoriae*). A complexidade desta técnica manifestase, por exemplo, no chamado «fígado de Piacenza», um bronze que apresenta um esquema de divisão de um fígado de ovelha em mais 40 zonas, cada qual com o sua mensagem específica.

Os *libri fulgurales* ensinavam a captar o **significado transcendente dos relâmpagos**. Primeiro interpretava-se o alcance de cada uma das 16 zonas celestes donde poderia provir o raio. Depois analisava-se o tipo correspondente, quanto ao seu significado como manifestação da divindade, aos seus efeitos, e às formas de eliminar ou reduzir os perigos e malefícios que poderia causar.

Por fim, os *libri rituales* ocupavam-se de **aspectos tão variados** como os **mortos**, os **prodígios**, os **múltiplos aspectos tocantes à vida pública e privada**.

A tradição analítica coloca nesta época o aparecimento dos *Livros Sibílicos*, assim chamados porque teriam sido adquiridos por Tarquínio, o último rei (etrusco) de Roma, à Sibila de Cumas. Embora se possa pensar numa vinculação ao mundo grego, uma vez que provenientes — segundo a mesma tradição — de terra helenizada, de facto a narrativa e o que conhecemos do seu conteúdo parecem vincular esta obra aos poderosos vizinhos da Toscana e dominadores de Roma nessa fase.

Latina

Na análise das componentes da religião romana importa salientar igualmente, neste período das origens, o enquadramento de Roma no contexto latino, essencial para compreender o **complexo de cultos e rituais** que caracterizam esta primeira fase da sua existência. Como vimos, estão bem documentadas as afinidades dos povos latinos, nomeadamente em certos aspectos da estrutura do panteão, nos rituais e na atitude perante o sagrado.

Inicialmente um conjunto de núcleos habitados nas margens do Tibre, Roma vai-se tornando um núcleo importante, ponto de confluência de populações vizinhas que com ela têm uma comunidade cultural.

Essa afinidade traduz-se, no plano político, na existência de uma confederação — a Liga Latina —, que remontaria aos tempos da monarquia e que se manifestava na existência de uma assembleia de delegados dos diferentes povos reunidos anualmente sob a presidência do *dictator latinus*, um cargo rotativamente ocupado.

No plano religioso esta unidade consubstanciava-se no santuário federal de *Juppiter Latialis*, situado no monte Albano, que retirou o nome de Alba-Longa, cidade que parece ter constituído o centro político da Liga e na qual, segundo o narrativa virgiliana, Eneias se fixou. Para além disso, todos se associavam nas festividades conhecidas como as *feriae latinae*, que impunham uma trégua sagrada, **e no culto prestado a Diana no santuário do bosque de Nemi, junto a Arícia (*Diana Nemorensis*)**, talvez consequência da supremacia que esta cidade passa a exercer, em determinado momento, no interior da Liga.

Este último templo, de há longa data conhecido e objecto de intervenções desde o século XVI, situa-se no lado norte do lago Albano e a ele se associavam curiosas tradições: na área sacra existia uma árvore a que ninguém podia cortar os ramos, a não ser o escravo fugitivo, que, ao fazê-lo, podia converter-se no *rex nemorensis* («rei do bosque»), se conseguisse matar o sacerdote, a quem sucederia.

Roma, como sabemos, **impõe-se progressivamente entre os povos latinos e**, após vários conflitos internos e complexos jogos de alianças, **acaba por dominar integralmente a Liga.**

No âmbito religioso, esta situação reflecte-se, em primeiro lugar, na projecção que tiveram em Roma santuários paralelos aos que existiam em outras localidades preponderantes do Lácio: **Júpiter**, desde cedo cultuado no Capitólio, vai assumindo uma importância crescente; **Diana**, com o seu templo no Aventino, torna-se a divindade protectora da plebe; os **Penates**, que, segundo uma vetusta tradição, Eneias tinha fixado em Lavínio — um grande centro religioso do Lácio —, **assistiram também em Roma ao desenvolvimento do seu culto**, em associação com Vesta.

Greco-oriental

O Lácio, situada entre a Campânia, cuja costa constitui o primeiro destino migratório dos gregos para ocidente, e a Etrúria, que mantinha estreitos contactos com a Grécia, conheceu desde cedo a influência dessa cultura.

Com a conquista do sul da península Itálica (nomeadamente as zonas costeiras da Campânia e da Apúlia) e da Sicília, é **inevitável uma confrontação entre a mentalidade**

religiosa dos mundos grego e romano, acentuada ainda mais com a conquista da própria Grécia e do Oriente. Determinar o ponto a que chegaram as influências em cada momento da história de Roma não é certamente fácil, embora se possam apontar algumas evidências, que as fontes, especialmente as de natureza literária, podem proporcionar.

Apolo aparece desde cedo entre o panteão romano, sendo tomado com frequência como uma das primeiras manifestações dos influxos gregos em matéria religiosa. Contudo é um Apolo muito diferente, com uma função salutífera, o que é invocado em 431, como recurso contra a peste que assolava a cidade. Poder-se-ia talvez tomar este caso com um exemplo do que deve ser uma das formas de introdução dos primeiros cultos originários da Grécia. Em primeiro lugar, a presença resulta de acontecimento importante, neste caso particularmente dramático, como de resto tinha acontecido, segundo a tradição, com a *euocatio* dos Dióscoros (Castor e Pólux), venerados em Túsculo, por ocasião da batalha do lago Regilo, em 499.

Mas, na realidade, **a progressiva introdução de divindades gregas não obedece a uma norma**, mas assume formas muito diversificadas, que inviabilizam as generalizações. É, por outro lado, problemático o estabelecimento de cronologias, tanto para o início do fenómeno como para a implementação de cada um dos cultos particulares. É certo que as fontes nos dão datas muito precisas, mas a sua validade não é unanimemente aceite.

Um dos casos mais complexos, mas igualmente mais esclarecedores, é o de **Hércules** (o nome latino mais generalizado do Héracles grego). Esta divindade, amplamente conhecida na Itália, já desde o período arcaico, tinha em Roma dois lugares de culto muito próximos: um junto à Porta Trigemina, outro na *Ara Maxima*.

Esta duplicidade foi interpretada como o fundamento de uma dupla origem do seu culto: no primeiro local ter-se-ia desenvolvido graças à presença de comerciantes gregos (eventualmente originários da Magna Grécia), uma vez que o *nume* se apresentava como favorecedor das suas actividades; no segundo, tratar-se-ia de um culto privado da *gens Potitia* e ao qual, segundo a tradição, Ápio Cláudio Cego teria dado, depois de o comprar a essa família, um cariz público.

Se esta interpretação pode levantar reservas, **parece indiscutível a grande antiguidade a atribuir à presença de Hércules**, que alguns autores relacionam mesmo com o mundo fenício, recordando a associação frequente entre esta divindade e Melkart. A longa tradição da sua presença em Roma reflectir-se-ia, por exemplo, na imagem de terracota que existia num dos seus santuários e de que nos dá conta Virgílio, na *Eneida*, descrevendo os originais ritos dasua festa.

Mas estes cultos, esporadicamente introduzidos na cidade, mantendo inicialmente o seu carácter estrangeiro e como tal venerados fora do *pomoerium*, passam a estar sujeitos ao **controlo de uma entidade religiosa** especificamente responsável por eles. Os *decemviri sacris faciundis*, segundo as fontes antigas elevados a esse número em 367 a. C. e passados a 15 elementos mais tarde — herdeiros dos *duumviri sacris faciundis*, que Tarquínio teria constituído primeiramente com a responsabilidade pela consulta dos Livros Sibílicos —, representam a **tolerância romana para com as tradições religiosas estrangeiras**, mas ao mesmo tempo o seu **carácter organizativo e disciplinador neste domínio**.

Deles depende, portanto, a **introdução de novos rituais**, que eram uma alternativa às tradições romanas, mais reservadas, muito tradicionalistas e por vezes violentas. Assim surgem, certamente também aqui com responsabilidade para os vizinhos etruscos, cerimónias como os *lectisternia*, em que os cultuantes se reúnem num banquete (*epulum*) oferecido à divindade, perante a sua presença sensível, através de uma representação, no leito que lhe é reservado (*puluinar*). A mais antiga manifestação deste tipo que ocorreu em Roma teria tido como objectivo honrar o tríplice par de Apolo-Latona, Hércules-Diana e Mercúrio-Neptuno, no ano de 399.

A partir das Guerras Púnicas a presença religiosa helenística aumenta significativamente, não apenas reflectida na **presença das divindades do panteão grego**, mas igualmente através de **cultos que vêm do Oriente** e que exprimem uma concepção religiosa muito distanciada da tradicional.

Um dos factos mais conhecidos deste movimento resulta de uma consulta, numa altura de dramática ameaça cartaginesa, dos Livros Sibílicos, que invocava a necessidade de se recorrer à *Magna Mater* (Cíbele).

Trazida então (205) de Selinunte para Roma, sob a forma de uma pedra negra, aqui lhe preparam uma recepção em que participam as grandes famílias patrícias, tendo esta circunstância servido de explicação para o facto de o seu culto, durante um longo período, manter um vínculo à aristocracia.

Esta «importação» não se fez sem algum escândalo, uma vez que os seus rituais orgiásticos ou os sacerdotes eunucos que entravam num convulsivo delírio ultrapassavam os limites do comportamento comedido e racional que a tradição impunha.

Do mesmo modo, muitas vicissitudes acompanharam a **introdução dos cultos báquicos em Roma**. Desde o século IV que se conheciam na Itália, particularmente na helenizada

Tarento, a forte presença destes movimentos religiosos, que inevitavelmente mais tarde ou mais cedo chegariam a Roma, quanto mais não fosse pelo próprio avanço da conquista romana.

Ao longo do século III desenvolvem-se na cidade do Lácio as associações de iniciados nestes cultos místéricos, integradas por indivíduos que, insatisfeitos com o presente e confiados numa vida diferente no além, se deixavam envolver, inebriados pelo vinho, em experiências místicas, que por vezes podiam assumir formas de grande violência.

Foi certamente a profunda incompatibilidade destes rituais com a tradição que levou o Senado a deliberar sobre a **repressão das manifestações**, após a publicação, em 186, do *senatus consultum de bacchanalibus*, cujo texto conhecemos por uma cópia gravada em bronze e pelas informações de Tito Lívio.

A **ferocidade das perseguições** superaram sem dúvida os **excessos dos seus cultuantes**, mas nem por isso se erradicou o culto, de qualquer modo legalmente admitido sob condições muito restritas e sempre sob o controlo das autoridades.

Apesar de reacções mais severas perante as perigosas inovações, mesmo os romanos mais conservadores não puderam evitar uma profunda transformação nas mentalidades, com evidentes reflexos a nível religioso.

O rigorismo e severidade dos ritos presididos pelos pontífices romanos cedem lugar aos ambientes de festividade em que a participação colectiva é essencial. E esta não se traduz apenas numa presença mais ou menos massiva, mas implica uma participação activa e descontraída em cerimoniais bem mais movimentados.

Não admira, pois, que estas manifestações se tenham progressivamente generalizado, nomeadamente as que revestiam a forma de **banquetes** e de **jogos**, perdendo-se progressivamente a noção de que estes últimos tinham, na sua origem, uma íntima ligação com o sagrado.

Para além do choque entre aspectos tão contrastantes das mentalidades religiosas romana e não romana, há igualmente as situações referidas de uma **progressiva assimilação de divindades com características que podem facilmente ser reconhecidas na divindade estrangeira**.

Deste modo, **muitos deuses** já presentes em Roma **são identificados com correlativos gregos**, através de um processo que conhecemos como *interpretatio*. Esta tendência implica ao mesmo tempo que se dê uma **inevitável confusão de atributos das divindades assimiladas**, gerando-se em consequência alterações progressivas mais ou menos substanciais nas suas características.

Por outro lado, os Gregos, dados, contrariamente aos Romanos, ao hábito de tecer complexas narrativas mitológicas em torno dos seus deuses, transmitem à cultura latina essa complexa teia de histórias, que tem na literatura e na arte figurativa um amplo reflexo. Ao mesmo tempo gera-se, por esta via, uma tendência crescente para uma familiarização e para uma antropomorfização dessas entidades.

4.5 AS RELIGIÕES DO IMPÉRIO

Augusto, restaurador da tradição

Quando César, em 44 a. C., morre sob os golpes de Bruto, esfuma-se mais uma vez a esperança de Roma acabar com as lutas internas e encontrar finalmente a paz desejada, mesmo que os seus custos sejam elevados. Não seria fácil na altura imaginar que o projecto do grande político haveria de ser concretizado por um jovem que ele adoptara entretanto. Octaviano, contudo, parece encarnar bem o espírito de César, pelo menos ao compreender a importância da ligação entre a religião e a vida pública e ao saber encontrar a forma de inovar, transmitindo ao mesmo tempo a ideia de um respeito pela tradição.

A compreensão e o aproveitamento do velho espírito supersticioso dos Romanos da crença profunda no significado transcendente dos fenómenos astrais manifesta-se desde logo na interpretação do aparecimento de um cometa (*sidus iulius*), por altura da celebração dos jogos em sua honra, considerado como um sinal da heroicização do ditador, que em breve se tornará *diuus*, e ao qual dedica um templo na área dos *fora* (29 a. C.).

Não descarta igualmente a construção de uma história mítica da família em que entra, a dos *Iulii*, que a tradição liga a Vénus (*Venus Genetrix*, a quem era dedicado um templo no fórum cesariano) e que mais tarde a epopeia virgiliana associa indelévelmente à fundação de Roma, através do filho de Eneias, Iulus.

Uma parte das realizações de natureza religiosa encontra-se, pois, ligada à figura de César — a juntar ao já citado, o templo de Marte Vingador (*Mars Ultor*), divindade que estava acompanhada por Vénus e pelo próprio ditador divinizado.

O *princeps* é, em primeiro lugar, um *diui filius*, um membro da *gens Iulia*, e as divindades protectoras da sua família acabam por ter um culto público que o próprio Augusto se encarrega de fomentar.

Em paralelo com a organização da cidade a sua divisão em *regiones* e *uici* (bairros) criaram-se associações populares que se dedicavam ao culto dos *Lares Compitales*, dos *Lares Augusti* e ao seu génio particular (*Genius Augusti*).

Se, por um lado, se marca a sua condição humana, por outro pensa-se na **construção da imortalidade** através de um culto das virtudes imperiais, de que podem constituir exemplos a construção da *Ara Pacis Augustae*, monumento paradigmático do seu reinado. Nele se explicita boa parte do programa da sua acção e se torna evidente a sua **vinculação às origens de Roma**, através da figura de Eneias e dos seus descendentes.

Quanto à sua própria **vinculação à esfera do sagrado**, teve a preocupação de se ligar a importantes cargos de *decemuir sacris faciundis*, ao de *pontifex maximus* e ao de *augur* cargo para o qual remete também o título de *Augustus*, que passa a usar a partir de 27 a. C.

Para além de uma tradição especificamente romana, **Augusto manifestava uma particular preferência por Apolo**, cujo templo se situava, dada a sua condição de divindade estrangeira, fora do *pomoerium*. Ultrapassando este impedimento, manda construir um templo junto à sua casa, no Palatino, *in solo privato* («em terreno privado»). Manifesta desta forma uma abertura que se enquadra bem na educação própria de um cidadão do seu tempo, habituado a admirar as coisas gregas.

O Culto imperial

Ao longo do período republicano, especialmente na sua última fase, alguns chefes militares conheceram formas particulares de divinização, graças ao contacto directo com o Oriente helenístico. **Pompeio, César e Marco António**, entre outros, **receberam as honras divinas que eram prestadas aos soberanos orientais**, sem contudo terem tido o ensejo de assistir a idênticas consagrações em Roma, onde estas formas de homenagem não se podiam aceitar.

O caminho a percorrer nessa direcção, se bem que pudesse ter sido em parte preparado por estas figuras públicas, veio contudo a ser aberto por **Augusto**. Este, contudo, **nunca aceitou declaradamente um culto pessoal em vida**, situação que aparentemente terá mesmo recusado. **As formas de culto ao soberano são sempre feitas por via indirecta ou orientadas para uma promoção à esfera divina do imperador depois de morto.**

Desta forma, o **culto imperial**, embora tenha na base formas de sacralização que estão presentes no Oriente, assumiu, pelo menos na sua primeira fase, uma notória especificidade. Nesta conformidade, Augusto empenha-se sobretudo na **elevação à condição divina de César**, sendo ele apenas um *diui filius*.

De qualquer modo, mantendo a ambiguidade do termo *augustus* tanto poderia ser um qualificativo genérico, como uma referência à sua pessoa, **promove um conjunto de cultos a entidades abstractas deificadas**: a *Pax Augusta* recebe a consagração de um altar que lhe é consagrado em 9 a. C., sendo levantados monumentos idênticos também a *Iustitia Augusta* e a *Concordia Augusta*. São naturalmente formas de recordar que foi ele que veio trazer aos cidadãos desavindos a concórdia, que encerrou com uma paz duradoura as portas do templo de Jano e que repôs a legalidade e a justiça.

Igualmente ambígua é a situação do **culto ao *genius Augusti*, dirigido em sentido estrito à divindade específica que protege o imperador, mas podendo envolver nele a sua própria pessoa**. O mais claro dos intuitos da sua associação ao divino é, a este respeito, a união que se estabelece entre Roma e Augusto, tornado um único objecto de veneração pública e oficial, que se limita, contudo, às províncias.

Com esta cuidada preparação estavam criadas as condições para que a sua pessoa, passada à condição divina, fosse **objecto de um amplo culto**.

Para concretizar este objectivo por todo o Império existiam ou foram criadas estruturas a nível municipal, conventual e provincial que se encarregaram de o promover sob as mais diversas formas e envolvendo nesta tarefa as diferentes camadas sociais.

Os **templos** dedicados a esse fim específico proliferaram **por todo o Império** e não é ocasional que entre estes estejam os mais importantes templos conhecidos do Ocidente peninsular: por exemplo, os de Mérida e Évora.

Por outro lado cria-se um **amplo quadro institucional de cultuantes, que abarca os diferentes sectores da sociedade**: a estrutura oficial, reservada aos cidadãos romanos livres por nascimento (*ingenui*) — normalmente das mais importantes famílias —, constitui o corpo dos *flamines* e *flaminicae*; os colégios dos augustais, ou *seviri augustales*, uma semimagistratura entre cujos membros se encontram com frequência os mais distintos libertos dos municípios; *sacerdotes*, normalmente ligados ao culto de Roma e Augusto.

Incertezas do quotidiano e religiões de salvação

Com Augusto as fronteiras do Império atingem uma certa estabilidade e o processo de aculturação dos povos integrados dentro das suas fronteiras acentuasse de forma decisiva. **Roma** torna-se o **centro de um imenso território** e **a ela afluem** mercadorias, pessoas e **ideias**.

No **plano religioso** confirma-se normalmente a **tolerância romana para com as divindades e cultos estrangeiros**, mas não apenas para os que se desenvolvem

nas suas regiões de origem. Inevitavelmente, a cidade teve de confrontar-se com uma quantidade de **tradições religiosas**, que são, mais ou menos rapidamente, **trazidas para dentro das suas muralhas**.

Este processo de «importação», contudo, não se pode considerar regular, uma vez que atinge especialmente um conjunto de manifestações religiosas muito concretas, cuja constante é a sua **origem oriental**. A razão desta preferência tem a ver com as necessidades sentidas pelos habitantes da *Urbs* e com o tipo de respostas que os diferentes cultos podem trazer para a sua satisfação. Estes têm a capacidade de suprir em primeiro lugar as **insuficiências dos cultos tradicionais, demasiado rígidos, normalmente distantes do cidadão, nos quais estes, por norma, não participam activamente**.

Ainda que Augusto tenha proporcionado uma acalmia política e militar ao Império, os tempos que se seguiram são bastante irregulares, dependentes muitas vezes do instável comportamento do *princeps* ou das condições políticas e económicas que estes têm de enfrentar. Sente-se uma permanente instabilidade, não apenas de natureza político-social, que afecta os indivíduos e para a qual a religião romana está longe de dar uma solução.

Esta parece estar definitivamente alheada das **novas necessidades espirituais**. Uma **angústia em relação ao porvir e um individualismo cada vez mais marcado** justificam por isso a necessidade de cada um tentar garantir não apenas uma resposta adequada nesta vida, mas, acima de tudo, **a certeza de uma vida além-túmulo plena de felicidade**.

Como vimos anteriormente, é através do contacto com o mundo grego que os Romanos conhecem formas de satisfazer boa parte destas exigências. A própria **filosofia e religião gregas** continham já alguns elementos que se apresentavam como soluções para estes problemas e que acabaram por ter, uns mais que outros, uma aceitação em Roma. Entre estes destacaram-se os **cultos dionisíacos**, mas contra eles se acabou por levantar o Senado, impondo uma drástica limitação ao seu desenvolvimento. A par destes, embora menos populares, desenvolvem-se o **pitagorismo**, o **orfismo** e os **mistérios de Elêusis**, com algumas características comuns entre eles e também mutuamente influenciáveis.

Mas são normalmente outros os cultos, provenientes de regiões mais remotas, que acabam por conquistar progressivamente a grande massa da população, atingindo por vezes o privilégio da sua aceitação oficial.

Da Anatólia procedem Cíbele e Átis, para além dos menos difundidos cultos de **Mabelona, Sabázio e Men**. Como vimos, o primeiro data já um de período bastante

recuado, mas o seu desenvolvimento ao longo do período republicano foi condicionado pela má vontade demonstrada pelo Senado em relação a ele, justificada pela condenação que pedia sobre uma das suas manifestações mais características — o ritual da castração.

Esta situação de adversidade modifica-se substancialmente com os júlio-cláudios (sob Cláudio celebrou-se em Óstia um *taurobolium* morte ritual de um touro com cujo se sangue se procedia a um baptismo purificador) e vai sendo progressivamente enraizada, a ponto de se promover um ritual em 160 d. C. em honra do imperador Antonino Pio.

Mitra, deus solar, era originário da Pérsia e teria chegado a Roma por **intermediação frígia**, estendendo-se por todo o Império os seus lugares de culto (os mitreus grutas que pretendiam evocar o lugar de nascimento da divindade).

Uma das representações mais características destes mistérios reproduz o jovem Mitra, com um gorro frígio, que sacrifica um touro, com cujo sangue se transmite a fertilidade à terra, às plantas e aos animais. Tendo-se desenvolvido especialmente a partir dos Flávios, este culto foi particularmente difundido entre os exércitos, em especial na área do *limes* germânico e na zona danubiana.

Na teologia mitraica entra a ideia monoteísta de um único deus, a de uma salvação e imortalidade, a de uma ressurreição do corpo, elementos que são comuns a outras religiões que se desenvolvem contemporaneamente em Roma.

Entre os cultos provenientes do Egipto ganhou particular difusão o de Ísis (e do seu par, Serápis), também ele objecto de perseguição por parte dos senadores, que por diversas vezes mandam destruir o seu templo, situado junto ao Capitólio, mantendo mesmo durante o início do período imperial um estatuto de religião incompatível com a moral romana.

Esta circunstância deve-se certamente aos seus ritos, que atraíam os indivíduos de moralidade duvidosa, que procuravam neles emoções fortes. Mas **o que caracterizava esta religião eram a ascese, a penitência, o retiro espiritual, talvez mesmo a clausura**. Os sacerdotes levavam uma vida de abstinência e dedicavam-se essencialmente à pregação, descrevendo visões, milagres, profecias.

A sua difusão pelo Império foi grande, especialmente depois de uma modificação substancial da atitude das autoridades, iniciada por Calígula e marcada por Caracala, com a construção de magníficos templos.

Estas divindades e cultos são apenas uma pequena parte de um complexo mundo de crenças, que com frequência se confundem, mas que prometem

todos a imortalidade ao que quiser entrar para o número sempre reservado dos fiéis.

São rituais participativos, iniciáticos, muitas vezes marcados por uma violência física que liberta o sangue purificador. Aos escolhidos está reservada a salvação, que os diferencia e gratifica de privações e sofrimentos nesta vida.

Por fim, regista-se uma **crecente tendência para o monoteísmo**, com divindades que sintetizam em si todas as forças e virtudes divinas, confundindo ao mesmo tempo as suas características particulares. *Pantheus* é, neste contexto, um qualificativo adequado, que vemos aplicado, por exemplo, a Serápis.

A **tendência para o sincretismo** domina com frequência estas **religiões de salvação** e afirma-se como uma tendência do império avançado, como se pode verificar, por exemplo, com Elagábalo, o imperador que reúne num templo dedicado ao seu homónimo deus as mais diversas forças sobrenaturais.

O Cristianismo

Dentro deste vasto grupo das religiões orientais acaba por se distinguir o **Cristianismo**, pela projecção que acabou por ter a partir de determinado momento.

Esta religião, encarada como uma seita judia difundida no tempo de Tibério em território controlado por Roma, teve, ao que parece, um **início difícil** na cidade capital do império. As fontes (Tácito, Suetónio) acentuam, numa primeira fase, as diferentes **invectivas de Nero contra os cristãos**, que no entanto modifica posteriormente a sua atitude, e as **condenações de Domiciano aos membros da aristocracia que professavam essa religião**.

As acusações recaem essencialmente sobre a sua recusa em prestar culto aos deuses de Roma e ao imperador, ateísmo e superstição à margem da lei, características que o torna pouco simpáticos, aos olhos dos principais escritores da época veja-se, por exemplo, Tácito, Suetónio e Plínio, o *Jovem*.

Esta perspectiva, que corresponde essencialmente à visão oficial do fenómeno, acaba por estar de acordo com a atitude dos imperadores coetâneos: o fenómeno deve ser enquadrado dentro da legislação vigente e reprimido de acordo com as normativas legais em vigor. Contudo, as normativas concretas relativamente ao comportamento a adoptar perante os cristãos são, por exemplo entre os Antoninos, substancialmente diferentes. Variam entre os que só procedem a condenações quando há denúncias com provas

concretas que atestem a violação das leis romanas (Adriano) e os que entendem o próprio facto de ser cristão como um crime (Antonino Pio).

O período que começa com os últimos tempos do reinado de Marco Aurélio (finais do século II) parece caracterizar-se por uma relativa acalmia nas perseguições, havendo a registar essencialmente as que assumem um carácter circunscrito, normalmente resultantes do comportamento adverso das autoridades locais.

É certo que nem sempre é difícil avaliar as dimensões que estes fenómeno atingem (mesmo as fontes cristãs diferem na apreciação da atitude dos imperadores), mas parece clara uma mudança substancial, capaz de justificar que se coloque a hipótese de Severo Alexandre (222-235) reconhecer oficialmente o Cristianismo.

De qualquer modo, **perseguições sobrevêm de tempos a tempos,** nomeadamente com **Décio, Valeriano e Diocleciano.** Mas apesar dos sérios esforços deste último imperador no sentido de recuperar a tradição religiosa, é já inevitável uma **alteração substancial, que se dará com Constantino, convertido em 312.**

Para além da atitude oficial, convém ainda ter presente o **conjunto de sentimentos e apreciações do comportamento dos cristãos e das suas doutrinas,** especialmente as que têm a sua origem nos pensadores contemporâneos.

Celso e Porfírio sintetizam bem as principais acusações: numa visão global, o cristianismo é uma **religião de gente pobre e de pouca cultura** e o seu iniciador, **Jesus, é uma figura apagada,** que se pretende autor de milagres obtidos através de práticas mágicas e a quem se atribui, sem qualquer prova, uma ressurreição.

As **escrituras,** para além das suas **contradições internas, não são** muitas vezes **dignas de crédito, porque são elaborações recentes.** Atacam igualmente a ideia de um universo criado e perecível, a ideia da ressurreição dos mortos, da reencarnação como forma redentora.

Mas a ampla **produção apologética** encarrega-se de fornecer os elementos que contrapõem a estes autores, denunciando a injustiça da maioria dos ataques de que são vítimas, sobretudo a negação das acusações de idolatria, de comportamento imoral, de conspiração contra o Estado.

Noutro plano, aborda-se a **relação entre o cristianismo e outras religiões,** aspecto em que, no entanto, a diversidade de orientações é notória: enquanto, por um lado, temos em **Justino** a defesa da ideia de que entre o Cristianismo e a filosofia não cristã (em particular o platonismo) há muitos pontos de contacto, por outro, **Tertuliano** recusa qualquer aproximação entre uma e outra.

É dentro dos condicionalismos de uma situação religiosa incontrolada, uma progressiva crise de consciências, uma profunda incerteza em relação ao futuro, uma instabilidade económica e social, que o Cristianismo acaba por representar, para uma grande parte da população, a forma de situar neste mundo e de garantir no outro uma salvação que é eterna.

4.6 PANORAMA RELIGIOSO PROVINCIAL: O CASO DO OCIDENTE PENINSULAR

Procurámos até aqui dar uma perspectiva da religião de Roma, entendida em sentido restrito, isto é, como o conjunto dos fenómenos religiosos que ocorrem nessa cidade. Como constatámos, o processo de expansão que empreendeu em determinado momento da sua história acabou por condicionar fortemente o seu próprio percurso e produziu alterações significativas na sua estrutura. As consequências desse facto no plano religioso foram decisivas e modificaram completamente o panorama, sobretudo a partir do século I d. C.

Faltou-nos, porém, encarar a outra face do problema verificar **o impacto que a religião romana teve nas províncias**, o que implica caracterizar as realidades pré-existentes e definir as linhas gerais das modificações que se seguiram à conquista.

Simplesmente, na prática, torna-se impossível proceder a esta tarefa, dada a **diversidade de situações** que se nos deparam e a **complexidade de cada uma delas**. Impõe-se, por isso, que nos circunscrevamos apenas a uma realidade que nos diz mais respeito e que, sob alguns aspectos, pode ser encarada como paradigmática.

A Península Ibérica em geral e a sua fachada atlântica em particular podem, de facto, encarar-se separadamente e poderão colocar um conjunto de situações que permitirão pelo menos dar uma ideia do feixe de questões que se podem colocar à análise do fenómeno religioso em outras zonas do Império.

Tanto para efeitos de estudo do processo de romanização em geral, como para este domínio específico, é frequente depararmo-nos com uma **divisão esquemática da Península Ibérica em duas áreas distintas**: por um lado, a **vertente mediterrânica**, entendida, *grosso modo*, como o território costeiro desde os Pirenéus ao cabo de S. Vicente, com áreas de penetração em zonas específicas mais ou menos notórias; por outro todo, o **restante território**.

À primeira se associa uma romanização precoce e intensa, que faz com que aí encontremos essencialmente uma realidade comparável à de Roma ou das cidades

itálicas. Ao contrário, a **segunda apresenta uma situação bem mais complexa, marcada por uma convivência mais ou menos prolongada de divindades e cultos que reflectem o processo de encontro de culturas que a romanização consubstanciou. É precisamente esta última realidade que interessa aqui analisar nos seus traços gerais, com particular incidência no que constitui hoje o território português.**

A ampla região que acima se definiu (mais até por exclusão de partes) não constituiu na Antiguidade uma unidade, nem do ponto de visto étnico, nem linguístico, nem cultural. Mas tem-se verificado que apresenta alguns elementos que permitem falar dela como se de uma entidade única se tratasse, ressaltando depois a especificidade de cada uma das suas componentes.

Para a caracterização religiosa do Ocidente hispânico no período romano contamos essencialmente com fontes de informação de natureza epigráfica. Estes vestígios, relativamente **abundantes e diversificados**, podem contudo ter **fortes limitações**: não sabemos com frequência em que momento preciso os enquadrar e, embora nos possam informar a respeito dos nomes das divindades e dos seus cultuantes, nada adiantam a respeito das suas características ou da natureza do seu culto; acresce que estas falhas só muito pontualmente podem ser completadas pelos escassos dados que a arqueologia ou os textos clássicos proporcionam.

Os povos que os Romanos vêm encontrar no Ocidente peninsular deixam neles uma **sensação de primitivismo**, como assinalam alguns autores ao descreverem alguns rituais mais sangrentos:

os Lusitanos fazem sacrifícios e examinam as vísceras sem as separar do corpo; observam também as veias do peito e, palpando, fazem predições. Observam ainda as vísceras dos prisioneiros, cobrindo-os com os **sagoi**. Quando a vítima cai por meio do **hieroscopos**, fazem uma primeira predição com base na queda do cadáver. Amputam as mãos direitas aos cativos e consagram-nas aos deuses.

Este passo da *Geografia*, de Estrabão (3, 3, 6), é um dos mais esclarecedores a este respeito, reflectindo a existência de sacrifícios humanos e práticas de adivinhação. Tanto uns como outros têm paralelos mais ou menos evidentes na primitiva religião romana, mas é inviável qualquer busca de uma influência directa entre eles. A sua origem, contudo, é difícil de determinar, podendo fazer parte do fundo comum dos povos que designamos genericamente como indo-europeus.

A **vinculação indo-europeia**, certa no que diz respeito às línguas faladas no Ocidente da Península no início da conquista romana, pode no **plano religioso** encontrar um

singular paralelismo no ritual que uma das inscrições em língua lusitana atesta. Trata-se de um **sacrifício múltiplo, envolvendo a imolação de três tipos de animais (porco, ovelha, touro)**, que nos remete inevitavelmente para o confronto com rituais idênticos atestados na religião romana — ***os suouetaurilia***.

Procurou-se igualmente ver na documentação disponível os vestígios de **cultos das forças dos elementos naturais**: seria por isso possível identificar cultos astrais (nomeadamente do Sol e da Lua), adoração dos montes (Larouco), das fontes (especialmente aquelas que possuíam propriedades medicinais —, por exemplo, as das Caldas de Vizela, ligadas à divindade Bôрманico, ou as de S. Pedro do Sul, onde se identificou um voto a Mercúrio *Aquaecus*), de determinados animais (de que os verrascos seriam uma manifestação), etc.

Quanto às divindades conhecidas, parecem prevalecer, pelo menos a julgar pelo seu número, **divindades tutelares, protectoras das comunidades**, normalmente identificadas com o apelativo correspondente. O que se verifica na prática é que tanto as divindades *Reuae e Bandua* (a forma deste teónimo tem algumas variantes) como as romanas *Lares* ou *Tutela* aparecem associadas a epítetos normalmente de cariz tópico ou étnico, tais como *Reua Langanidaecus*, *Bandua Etobricus*, *Lares Burici*, *Tutela Tiriensi*.

O número das divindades específicas até ao momento identificadas no Ocidente peninsular é já muito elevado e não cessa de aumentar. Mas a definição das suas características ou de aspectos do seu culto está na maioria dos casos ainda por fazer, essencialmente devido às dificuldades que se levantam ao seu estudo, como referimos acima.

Uma das vias seguidas foi a de **analisar os teónimos**, procurando, com base no significado dos radicais respectivos, deduzir a sua função. Simplesmente esta metodologia é susceptível de críticas sérias, porque, de facto, a existência de uma relação directa e inalterada entre significado do teónimo e as suas características ou funções é, no mínimo, discutível. Por essa razão, têm-se vindo ultimamente a pôr em causa muitos dos estudos já feitos nestes domínios.

A par dos cultos locais, foram progressivamente introduzidas concepções religiosas do mundo romano não apenas as mais tradicionais, mas todo o amplo leque de influências que ele foi assimilando. A aceitação que estas tiveram variou muito com as regiões, a natureza dos aglomerados, as épocas.

Globalmente, e dentro dos **cultos** que poderíamos considerar **caracteristicamente romanos**, sobressai **o de Júpiter (especialmente sob a invocação de Júpiter Óptimo Máximo)**, pelo menos a julgar pelo elevado número de testemunhos epigráficos

que se conhecem — mais de 100 só no actual território português. No entanto, deve suscitar uma cuidadosa reflexão o facto de esta divindade suprema que pelo menos parcialmente se deve sobrepor a uma divindade homónima já existente — estar atestada em particular nas áreas geográficas mais conservadoras e nos meios rurais.

Nos ambientes urbanos, mais rápida e profundamente marcados pela romanidade, com frequência deparamos com as manifestações de uma **integração plena** nos hábitos dos conquistadores. Por outro lado, a presença de cidadãos romanos e o desenvolvimento de uma administração local cria condições para o surgimento de um culto perfeitamente romano, seja de cunho individual, seja oficial.

As exigências mais ou menos explícitas da ascensão a determinados graus da administração local justificam o aparecimento de templos, a colocação de aras, as homenagens aos imperadores divinizados, o culto às divindades oficiais. Ser promovido à cidadania romana torna-se um motivo de orgulho e uma manifestação de uma ascensão social e económica que os provinciais fazem questão de exteriorizar. É, na nossa perspectiva, um acto religioso, mas que na época assume acima de tudo uma dimensão cívica, intimamente ligada à esfera do sagrado.

Inevitavelmente, **os cultos orientais implantam-se igualmente, em especial nas grandes cidades ou onde se fazia sentir uma presença militar**. Não admira, pois, que em cidades como *Olisipo* (Lisboa), *Pax Iulia* (Beja) ou *Bracara Augusta* (Braga), se tenham constituído núcleos de culto a estas divindades, que deixaram vestígios na documentação epigráfica chegada até nós.

O Cristianismo, que em parte acompanha estes cultos orientais, com os quais apresenta evidentes afinidades, acaba por se generalizar, como tinha acontecido no Império. Contudo, o seu ritmo de implantação é lento e depara, em especial nas zonas rurais do Noroeste, com dificuldades enormes. A tardia cristianização, que alguns autores não se cansam de sublinhar, decorre naturalmente do carácter conservador das populações, repetindo-se o que ao longo de todo o Império Romano já se tinha verificado: um forte apego às tradições dos povos destas regiões.

Constatamos, pois, que o mundo romano, na sua amplitude cronológica e polimorfismo, resiste a uma redução a breves traços. Procurou inicialmente caracterizar-se uma atitude do romano perante o sagrado, mas essa realidade é uma abstracção que a perspectiva do estudioso atribui a um determinado período e a um espaço concreto. As circunstâncias particulares da história de Roma apontam para um quadro que tem como características essenciais a complexidade e a diversidade. No entanto, no final do Império uma modificação substancial vai uniformizar e alterar radicalmente o panorama religioso: do politeísmo ao

monoteísmo, da tolerância e da diversidade de culto à implantação de uma única religião oficial. É, portanto, uma nova época que se inicia, que assenta em estruturas romanas, mas que acompanha precisamente a desagregação das mesmas.

Actividades

Aproveite agora para realizar as actividades que a seguir se propõem, de forma a consolidar os conhecimentos apreendidos no estudo deste capítulo.

1. Mencione as quatro grandes características que se podem reconhecer nas formas religiosas romanas.

2. Identifique as divindades/entidades domésticas a quem os Romanos prestavam culto, assinalando com **X** a alternativa em que se propõe uma resposta correcta:

A. *Palilia, Lar familiaris e Consualia.*

B. *Palilia, Penates e Genius.*

C. *Lar familiaris, Penates e Genius.*

D. *Lar familiaris, Penates e Lupercalia.*

3. Caracterize a religião romana tradicional e as tradições que a marcaram a partir das afirmações que se seguem, assinalando com um **V** as que considere verdadeiras e com um **F** as que julgue serem falsas:

___ **1.** Os *numina* representam «forças» ou entidades sobrenaturais que, lugares segundo a concepção dos Romanos, presidiam a diversas actividades, e momentos da existência.

___ **2.** As *feriae publicae* reflectiam o ciclo das estações e das actividades agrícolas mais importantes.

___ **3.** Apesar dos cultos dos privados, a religião familiar não ocupava um lugar destacado na religiosidade dos Romanos.

___ **4.** O culto dos mortos praticado pelos Romanos atesta um compreensível dos temor religioso pela influência nefasta que aqueles poderiam ter na vida dos vivos.

- ___ 5. Os Romanos consideravam os prodígios naturais como expressões da ira dos deuses.
- ___ 6. O conceito de *auspicia* englobava a observação das aves como forma de expressão da vontade das divindades.
- ___ 7. Os cultos dos deuses Apolo, Hércules e Baco devem-se à forte influência latina na religião romana.
- ___ 8. A tradição romana foi bastante adversa à aceitação de tradições religiosas estrangeiras.
- ___ 9. A presença religiosa helenística em Roma conhece uma diminuição sensível a partir das Guerras Púnicas.
4. Relacione os três grupos de livros, de herança etrusca, com as técnicas e especialidades a que se referiam, fazendo corresponder os itens da **COLUNA B** aos da **COLUNA A**, colocando o número daqueles no espaço reservado para o efeito nestes.

Coluna A	Coluna B
___ <i>Libri Haruspicini</i>	1. Análise dos eclipses.
___ <i>Libri Fulgurales</i>	2. Captação do significado transcendente dos relâmpagos.
___ <i>Libri Rituales</i>	3. Leitura dos múltiplos aspectos relacionados com a vida pública e privada.
	4. Observação das aves.
	5. Adivinhação pelas vísceras de animais.
	6. Interpretação de sonhos.
	7. Análise do movimento das marés.

5. Faça corresponder os deuses «importados» pelos Romanos referidos na **COLUNA A** aos territórios de origem alistados na **COLUNA B**.

Para o efeito, coloque o número do item da **COLUNA B** no espaço reservado para o efeito na **COLUNA A**.

Coluna A	Coluna B
___ Cibele e Átis	1. Palestina.
___ Mitra	2. Mesopotâmia.
___ Isis e Serápis	3. Egípto.
___ Dionísio	4. Anatólia.
	5. Macedónia.
	6. Grécia.
	7. Pérsia.

6. Enuncie as fortes limitações das fontes de natureza epigráfica para a caracterização religiosa do Ocidente hispânico no período romano.
7. Descreva as características comuns às religiões de salvação com que os Romanos contactaram durante o período imperial.

Respostas às actividades

1. Na sua resposta devia ter mencionado: **conservadorismo, pragmatismo, abertura e tolerância.**
2. A resposta correcta era a alternativa **C. *Lar familiaris, Penates e Genius.***
3. Devia ter colocado um **V nas afirmações 1, 2, 4, 5 e 6. São falsas as afirmações 3, 7, 8 e 9.**

A afirmação 3 é falsa porque a religião familiar tinha efectivamente um lugar considerável entre os Romanos, revelando-se bastante original e de extrema vitalidade.

A afirmação 7 é também falsa, na medida em que os deuses mencionados (Apolo, Hércules e Baco) se devem à forte influência grega. São divindades de origem grega e não latina, como propõe a afirmação.

A afirmação 8 refere que os Romanos eram adversos à aceitação de tradições religiosas estrangeiras, díspares. Ora, como terá respondido à pergunta 1 destas actividades, a tolerância religiosa dos Romanos para com as tradições religiosas estrangeiras foi uma característica marcada da religião romana. A afirmação 8 é, portanto, falsa.

Também a afirmação 9 é falsa, na medida em que a presença religiosa helenística não diminui a partir das Guerras Púnicas. Antes pelo contrário, aumenta significativamente.

4. As associações correctas que devia ter efectuado eram as seguintes: **5. Adivinhação pelas vísceras de animais/ *Libri Haruspicini*; 2. Captação do significado transcendente dos relâmpagos/ *Libri Fulgurales* e 3. Leitura dos múltiplos aspectos/ *Libri Rituales.***

5. Neste exercício, as associações correctas que devia ter estabelecido eram as seguintes:
4. Anatólia/Cibebe e Átis; 7. Pérsia/ Mitra; 3. Egipto/ Ísis e Serápis, e 6. Grécia/ Dionísio.
6. Devia ter enunciado: **dificuldade em enquadrar cronologicamente e serem omissas quanto às características das divindades e quanto à natureza do seu culto.**
7. As principais características que devia ter salientado eram: **a crescente tendência para o sincretismo religioso e para o monoteísmo; a generalização da ideia de salvação e de imortalidade; a crença na ressurreição do corpo e a prática de rituais iniciáticos pelos fiéis.**

Bibliografia fundamental

BAYET, J.

1969 *Histoire politique et psychologique de la religion romaine*, 2.^a ed., Paris, Payot.

BLÁZQUEZ, J. M.

1975 *Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania*, Madrid.

BLOCH, R.

1963 *Les prodiges dans l'antiquité classique: Grèce, Étrurie et Rome*, Paris, PUF.

CUMONT, F.

1949 *Lux perpetua*, Paris.

DUMÉZIL, G.

1987 *La religion romaine archaïque. Avec un appendice sur la religion des étrusques*, 2.^a ed., Paris, Payot.

GAGÉ, J.

1955 *Apollon romain. Essai sur le culte d'Apollon et le développement du **ritus graecus** à Rome, des origines à Auguste*, Paris.

GRIMAL, P.

1992 *Dicionário da mitologia grega e romana*, Lisboa, Difel (trad. de 1951 *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*, Paris PUF).

5. A VIDA QUOTIDIANA

MARIA CRISTINA DE CASTRO-MAIA
DE SOUSA PIMENTEL

ÍNDICE

Objectivos de aprendizagem

5.1 Nascer

5.2 Crescer

5.3 Casar

5.4 Morrer

5.5 Comer

5.6 Habitar

5.7 Vestir

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

Objectivos de aprendizagem

O estudo deste capítulo deve permitir ao aluno:

- Indicar o ritual romano de determinação do destino do recém-nascido (*filium tollere ou suscipere/liberum repudiare ou negare*);
- Mencionar as razões que em Roma justificavam a exposição das crianças;
- Referir os festejos e cerimónias do *dies lustricus*;
- Conhecer os mecanismos sociofamiliares associados à atribuição dos nomes (praenomen e nomen) às crianças romanas;
- Salientar os laços afectivos entre a criança e a ama de leite;
- Apreender que os Romanos tinham divindades específicas para todos os momentos e etapas do desenvolvimento;
- Registrar que a taxa de mortalidade infantil era elevadíssima entre os Romanos;
- Distinguir as várias fases do crescimento da criança romana;
- Apontar as actividades características de tais fases do crescimento;

- Referir o papel desempenhado pelos preceptores nas famílias romanas;
- Conhecer a existência e a função dos *paedagogus* e *capsarius* junto dos jovens alunos romanos;
- Distinguir os vários graus da educação escolar romana;
- Indicar os vários agentes de ensino implicados na educação escolar das crianças romanas;
- Destacar os ritos de entrada na vida adulta;
- Apontar a idade legal para contrair matrimónio para rapazes e raparigas e a idade legal para o noivado;
- Descrever a cerimónia romana de noivado (*sponsalia*);
- Comparar os dois tipos de matrimónio celebrados pelos romanos e os seus rituais;
- Caracterizar as três formas jurídicas de casamento *in manum*;
- Aludir às superstições que podiam impedir ou adiar um casamento;
- Avaliar a importância da descendência para as famílias romanas em geral e para as famílias mais prestigiadas em particular;
- Referir a legislação e as medidas de Augusto para incentivar o casamento, promover a natalidade, legitimar os casamentos entre livres e libertos e os seus fracos resultados;
- Saber que a requisição do divórcio e o repúdio do cônjuge eram exclusivos do homem;
- Identificar o final do período republicano como a época em que se generalizou o divórcio, em que a mulher conquistou o direito de o pedir;
- Relacionar a indignação moralista e a lei de repressão do adultério de Augusto (*lex Iulia adulteriis coercendis*) com a modificação das mentalidades e dos comportamentos no fim da República;
- Descrever o destino dos filhos das uniões desfeitas pelo divórcio e dos órfãos de pai;
- Destacar o *concubinatus* e o *contubernium* como ligações mais ou menos reconhecidas pela lei;
- Enunciar os testemunhos relevantes que nos chegaram do entendimento e afecto entre os casais romanos;
- Compreender a necessidade de descendência para garantir e perpetuar o culto fúnebre dos familiares (pais) falecidos;
- Referenciar os rituais fúnebres mais usuais;
- Indicar que as práticas da incineração ou inumação remontam às mais antigas tradições da cidade de Roma;
- Diferenciar os cortejos fúnebres de simples particulares e de personagens importantes;

- Salientar a função ideológica da *laudatio funebris*;
- Mencionar a proliferação e variedade de formas de túmulos;
- Saber que os Romanos veneravam os *Manes*, os *Lemures* e os *Laurae*;
- Reconhecer a relevância dos epitáfios;
- Destacar que os Romanos procuravam «morrer bem»;
- Apreender uma visão da alimentação e da culinária romana;
- Enumerar as fontes para o conhecimento e estudo da alimentação e da culinária entre os Romanos;
- Saber que a maioria da população romana tinha uma alimentação deficiente e que, em consequência, padecia de várias doenças;
- Explicitar a base da alimentação romana;
- Destacar a importância dos cereais nessa alimentação;
- Reconhecer a importância e o significado da prática das *frumentationes*, dos *congraria* e das *uiserationes*;
- Perspectivar as leis sumptuárias como tentativas de alteração dos hábitos alimentares e dos luxos culinários das classes abastadas;
- Explicar as várias qualidades e tipos de pão usados pelos Romanos;
- Identificar as várias refeições realizadas pelos Romanos;
- Enumerar os vários pratos e alimentos que compunham a *cena*;
- Constatar as formas de preparação dos alimentos pelos Romanos;
- Nomear as principais bebidas usadas em Roma;
- Enunciar os frutos e doces variados consumidos pelos Romanos;
- Indicar os vários processos de conservação dos frutos praticados pelos Romanos;
- Isolar a *comissatio* como parte da *cena* em que essencialmente se bebia;
- Alistar algumas das distrações que o anfitrião proporcionava aos convidados durante a *comissatio*;
- Distinguir hábitos e costumes, quanto ao local de realização da *cena* e lugares à mesa, dos primeiros tempos de Roma e do período imperial;
- Associar o uso de toalhas e de guardanapos à ostentação do luxo;
- Referir o uso de louça e de talheres entre os Romanos;
- Apontar a diversificação do pessoal encarregado de preparar e atender às refeições como resultado do crescimento e sofisticação do luxo à mesa;
- Mencionar o papel e as funções dos escravos do anfitrião e dos convidados de uma *cena*;
- Reconhecer alguns dos rituais, das regras de etiqueta, dos tabus e das superstições associados à *cena*;

- Saber que a interpretação de sonhos entre os Romanos contemplava alguns alimentos e situações relacionadas com a mesa;
- Descrever as casas primitivas dos Romanos;
- Referir as influências etrusca e helenística na habitação romana;
- Enunciar os principais componentes do *atrium*;
- Enumerar as principais divisões da casa romana;
- Caracterizar as *insulae*;
- Estabelecer as diferenças entre a *domus* e a *insula*;
- Apontar as diferenças entre as *villae rusticae* e as *villae urbanae*;
- Indicar as características do mobiliário, do aquecimento e da iluminação da habitação dos Romanos;
- Identificar a *toga* como a marca distintiva ao longo da história de Roma;
- Descrever a evolução da *toga* ao longo da história de Roma;
- Indicar os vários tipos de *toga* que existiram em Roma, de acordo com quem as envergavam e com o tipo de tecido de que eram feitas;
- Apontar outras vestes interiores e exteriores usadas pelos Romanos e pela Romanas;
- Enumerar as principais matérias-primas do vestuário dos Romanos ao longo dos tempos;
- Referir os tipos, os materiais e as formas do calçado feminino e masculino entre os Romanos;
- Mencionar alguns adereços da *toilette* masculina e feminina;
- Indicar os principais cuidados de beleza dos Romanos, nomeadamente no tratamento da barba e dos cabelos.

Tarefa árdua é considerar os hábitos e usos dos Romanos num muito breve olhar. Mais de 12 séculos de história tornam difícil contemplar a evolução e as diferenças entre os vários estratos sociais, entre a capital e as províncias, bem como a marca específica de identidade que cada povo anexado ou submetido imprimiu no modo de ser e estar romano.

Optámos, assim, por observar **quatro etapas fulcrais (nascer, crescer, casar, morrer) e três actividades básicas (comer, habitar, vestir)** na vida de qualquer ser humano. Para observar «como era entre os Romanos». Para ver como eram iguais e diferentes de nós.

5.1 NASCER

Quando uma criança nascia, colocava-se de imediato no chão, em gesto simbólico que a punha em contacto com a terra-mãe que a gerara e para onde voltaria no dia da sua morte. Seguia-se o momento fulcral em que lhe decidiam o **destino**: se o *pater familias* a levantasse nos braços, tal gesto (*filium tollere* ou *suscipere*) significava que a **reconhecia e recebia na família**, que a fazia *suus heres* e assumia o compromisso de a criar e educar. Se, pelo contrário, lhe virasse as costas (*liberum repudiare* ou *negare*), a criança tinha de ser **abandonada**. Se o pai estava ausente e não nomeara representante legal ou determinara previamente qual a sua vontade (por exemplo, pela expressão *quod erit gnatum me absente tollito*), o julgamento sobre o destino do recém-nascido suspendia-se até que ele voltasse.

O *pater familias* tinha poder absoluto sobre os que dele dependiam (*patria potestas*). Em relação aos filhos, o *ius vitae necisque* abrangia a decisão de o rejeitar ou assumir: decidir da morte deles (bem como vendê-los, dá-los em adopção ou casamento) é autoridade que o correr dos tempos não lhe retira a não ser em situações excepcionais.

Uma lei atribuída a Rómulo (também ele exposto com seu gémeo Remo) obrigava o pai a aceitar todos os filhos varões mas apenas a primeira filha, a menos que nascessem disformes, circunstância em que, reunido um conselho de cinco vizinhos que verificavam a malformação, cabia ao pai abandonar ou mesmo matar a criança.

Além destas causas, a da **malformação congénita** ou a de **excesso de raparigas**, que se traduzia num acréscimo de despesas, como a do dote, as crianças podiam ser **expostas** se o pai tivesse **dúvidas quanto à sua legitimidade**.

Em Roma, diante do templo à *Pietas*, havia um local onde se abandonavam as crianças, a *Columna Lactaria*, embora se pudessem deixar em qualquer encruzilhada. Aí morriam de fome e de frio, a menos que alguma mulher impedida de dar filhos ao marido as fosse buscar ou que, como acontecia frequentemente, os «empresários» da mendicidade, os mercadores de escravos (*mangones*) ou os *lenones* que as reservavam para a prostituição as recolhessem para os fins que se adivinham.

Se, no entanto, o pai a reconhecia, uma **grande festa** tinha início na família, envolvendo amigos e vizinhos, a quem logo se comunicava o evento. Toda a casa se embelezava, enfeitava-se a porta com flores, à semelhança do que todos os anos se fazia na celebração desse *dies natalis*.

No 8.º dia após o nascimento, para as raparigas, e no 9.º para os rapazes, decorrido o período mínimo que garantia a viabilidade da criança, festejava-se o *dies lustricus*, em que mãe e filho, perante familiares e convidados, eram purificados com a água lustral.

Colocava-se então ao pescoço da criança a *bullā*, espécie de bola em ouro, prata, cobre, bronze ou mesmo couro (*scortea*) para os mais pobres, cheia de amuletos, que a protegeriam do mau-olhado. Davam-se-lhe também os primeiros brinquedos, rocas por exemplo, em forma de pequenos animais (*crepundia*).

Também no *dies lustricus* a mais velha das mulheres da família fazia votos para o futuro da criança (que todos a amassem, que reis e rainhas a quisessem para genro ou nora, que à sua passagem brotassem flores...) e afastava o mau-olhado por meio de práticas como passar o dedo médio humedecido na própria saliva pela testa, lábios e olhos do recém-nascido.

Era ainda nesse dia que a criança recebia o nome (*praenomen*) que a distinguiu dos restantes membros da gens e do ramo específico a que esta pertencia (circunstâncias consagradas, respectivamente, no *nomen* e no *cognomen*). **Os *praenomina* romanos não eram muito abundantes:** a criança tinha quase sempre o nome de um avô ou mesmo o do pai, a menos que se recorresse a práticas como a que nos conta S. João Crisóstomo e que consistia em atar a várias tochas os diferentes nomes e optar pelo da que, em augúrio de longevidade, demorasse mais tempo a apagar-se.

A lista dos *praenomina* rondava os 15 e, quando seguidos do *nomen*, usavam-se em abreviatura. Assim, M. é Marcus, C., Gaius, L., Lucius, P., Publius, T., Titus, Ti., Tiberius, A., Aulus, Q., Quintus, Sex., Sextus, D., Decimus, os três últimos em clara reminiscência de tempos remotos em que os filhos eram denominados segundo a ordem do nascimento.

As raparigas recebiam um único nome, o da *gens* a que pertenciam no feminino, que conservavam toda a vida e mesmo depois do casamento.

Assim, a filha de qualquer Cornelius Scipio seria Cornelia, tal como a filha de M. Tullius Cicero se chamava Tullia. Caso houvesse mais de uma filha, distinguiam-se acrescentando um ordinal (por exemplo, Fabia Tertia, abreviado em Tertia), diferenciando a mais velha da mais nova (Maior e Minor) ou, em prática que depois se vulgarizou, dando-lhes um segundo nome baseado no da mãe ou no de alguma tia.

Cabia ao *pater familias* registar oficialmente esse nome. Até certa altura, era durante o censo, realizado de cinco em cinco anos, que o pai inscrevia os filhos

entretanto nascidos (declarava ter sido *auctus filio* ou *filia*, «aumentado» de um filho ou filha). Mais tarde, essa inscrição passou a ter de ser feita **nos 30 dias após o nascimento**. Se se tratava de **filhos ilegítimos, cabia à mãe realizar o registo**.

Nas **famílias com posses**, a criança era confiada aos cuidados de uma **ama de leite**, muitas vezes uma escrava da casa. Noutros casos, porém, era a **própria mãe quem amamentava o filho**, em prática desde a Antiguidade reconhecida fundamental para o equilíbrio emocional da criança e o estabelecimento de laços afectivos entre mãe e filho. A verdade é que esse uso era excepcional nas classes mais favorecidas: só assim se compreende o realce dado em alguns epitáfios a mães que criaram os filhos *propriis uberibus*.

Os laços mais fortes nasciam, pois, entre o *alumnus* e a *nutrix*, depois muitas vezes transformada em *assa nutrix*, a ama-seca que lhe ensinava as primeiras palavras, lhe mastigava a comida antes de lhe pôr na boca na altura do desmame (ou lhe preparava o biberão de tetina de pano com leite de cabra ou vaca), lhe amparava os primeiros passos e lhe via os primeiros sorrisos, embora também lhe contasse histórias de «papões» femininos e vampirescos (*Lamiae*) ou de seres maléficos que o viriam buscar se não se portasse bem (*Maniae*). E daí nasciam também fortes laços de amizade entre o jovem livre e os *uernae*, seus irmãos de leite, quantas vezes consagrados em epitáfios e traduzidos na *manumissio* com que aquele amiúde libertava, na idade adulta, o servo que com ele crescera e brincara.

A escolha da ama requeria cuidados especiais. Quintiliano lembra que deve **falar com correcção** (com ela aprenderá a criança a falar), mas que é também indispensável **ter saúde e boa índole**. Na Antiguidade há ainda quem chame a atenção para o papel formador do comportamento e carácter dos pais. Juvenal lembra que é desrespeitar a influência dar-lhe exemplos negativos de conduta.

Além dos pais e das amas, outras «forças» protegiam e acompanhavam cada gesto ou conquista da criança no processo de crescimento. **Os Romanos tinham uma divindade específica para todos os momentos e etapas do desenvolvimento.** Assim, por exemplo, *Leuana* presidia ao momento em que o pai levantava o filho do solo, *Vaticanus* aos primeiros vagidos, *Cunina* guardava o berço (*cunae*), *Carna* endurecia os músculos, *Ossipagina* assistia ao romper dos dentes, *Statilinus* ao momento de ficar de pé e ensaiar os primeiros passos, *Fabulinus* às primeiras palavras, *Potina* e *Educa* ao beber e ao comer, *Rumina* dava bom leite a quem o amamentava... Estes *numina* não eram propriamente objecto de culto: invocavam-se nas fórmulas das orações (*indigitamenta*), neste caso próximas do esconjuro, que se entoavam para proteger a criança.

Tais medos tinham boa razão de ser: **a taxa de mortalidade infantil era elevadíssima (entre 20% a 40%)** e a *mors acerba* (designando a morte das crianças pelo adjectivo do fruto não maduro) **tocava todas as casas e famílias, mesmo as mais ricas.**

5.2 CRESCER

Até aos sete anos, enquanto era *infans* («que não fala»), **a criança ficava confiada à(s) ama(s) e à mãe e passava o tempo sobretudo a brincar.** As meninas entretinham-se com bonecas (*pupae*) de pano, osso, cerâmica ou madeira, algumas articuladas, com a sua roupa e jóias, o seu mobiliário e utensílios em miniatura. Os rapazes jogavam ao eixo e à bola, empurravam rodas, círculos com guizos ou pequenos animais de madeira, atiravam o pião, jogavam ao *par impar*, às nozes (fazer pontaria para um recipiente ou para derrubar uma noz colocada em cima de outras três), às moedas («cara ou coroa», em Roma «rosto de Jano ou navio», *capita et nauis*), aos dados e ossinhos (*tali*), etc.

Alguns destes jogos transformavam-se, vida fora, em autênticos vícios, como o *par impar*, que consistia em tentar adivinhar o número de nozes, moedas ou pedrinhas que o adversário escondia atrás das costas, e a que Augusto não resistia mesmo durante as refeições. Numa variante deste jogo, tentava adivinhar-se quantos dedos o adversário estenderia, em gesto rápido e repetido. Os meninos mais abastados possuíam carrinhos puxados por cabrinhas, póneis, cães e também animais de estimação.

Aos sete anos, a menina (*puella, uirgo*) e o rapaz (*puer*, até aos 17 anos) iniciavam-se nas primeiras letras. O pai é figura primordial ao ensinar ao filho tudo o que é básico, ler, prestar culto aos deuses, ouvir e admirar os grandes oradores, nadar, lutar, saber defender-se. O papel da **mãe** evidencia-se junto da filha, ensinando-a a fiar e a governar a casa.

A Antiguidade legou-nos o exemplo carismático de alguns pais que marcaram decisivamente a educação dos filhos. Lembre-se apenas **Catão Censor**, que se encarregou de tal tarefa ao ponto de escrever os «manuais» que entendeu necessários, e **Cornélia**, mãe dos Gracos, mulher de superior cultura e coragem, que sempre esteve ao lado dos filhos.

Em meados do século III a. C., porém, por influência dos costumes gregos, as crianças começam a ter um preceptor, em geral escravo ou liberto de origem grega, que lhes ensina essa segunda língua e os conhecimentos julgados indispensáveis. O primeiro desses mestres foi **Lívio Andronico**, capturado em Tarento, mestre na família de Lívio Salinator.

A instrução inicia-se, assim, por uma de duas vias: com esse **magister particular**, sobretudo nas **famílias mais abastadas**; indo a uma **escola pública**, em geral situada numa rua perto do *Fórum*, sob a orientação de um **professor** que, numa sala apertada ou numa *pergula*, se ocupa de um grupo de cerca de três dezenas de crianças.

O jovem aluno ia para a escola acompanhado do *paedagogus*, que o esperava enquanto tinha aulas e mais tarde, em casa, o orientava e lhe ampliava os conhecimentos. **Às vezes acompanhava-o também o *capsarius***, escravo que transportava a *capsa* com o material escolar, basicamente as tabuinhas enceradas (*cerae*) em que escrevia com o *stylus* de marfim ou metal, pontiagudo de um lado e achatado do outro (para apagar os enganos), e às vezes uma merenda ligeira, em geral comprada no caminho.

Os alunos também podiam escrever em papiro ou pergaminho (no verso de obras que haviam tido pouco sucesso junto do público e que se vendiam expressamente para este tipo de «reciclagem» ou para embrulhar peixe e outros alimentos), utilizando então uma pena (*calamus* ou *harundo*) molhada em tinta (*atramentum*) de origem vegetal ou animal (por exemplo, do polvo).

Na escola (*ludus*), o 1.º grau era ministrado pelo *litterator*, que ensinava a ler, escrever e contar (neste caso às vezes ajudado pelo *calculator*, especializado em explicar as contas realizadas no ábaco e o complicado sistema duodecimal).

Os meninos sentavam-se em pequenos bancos (*subsellia*) e escreviam sobre os joelhos. O mestre ficava num banco (*sella*) colocado num estrado ou numa cadeira mais alta (*cathedra*). Em geral o *ludus* ficava separado da rua por uma simples cortina e as condições de trabalho não eram as melhores. Qualquer pessoa podia entrar, a começar pelos pais que quisessem verificar a competência do professor ou o avanço dos filhos.

O *litterator* era mal remunerado: os pais regateavam o pagamento e descontavam os dias em que os filhos não compareciam; não ganhava nas férias, que duravam todos os meses de Verão; era ele quem tinha de procurar alunos, alugar e equipar a sala, já que **o Estado não intervinha na educação dos jovens e o ensino não era obrigatório**. Para sobreviver, procurava amiúde outros trabalhos, como redigir testamentos.

Os meninos também não se divertiam muito na escola, presos cerca de seis horas diárias com um intervalo para almoço, com um só dia de folga de nove em nove dias (*nundinae*), excepto quando era «feriado» para festivais públicos. Além disso, nas diferentes etapas que percorriam, enquanto eram *abecedarii*, *syllabarii* e *nominarii*, consoante aprendiam as letras, a juntar sílabas ou a ler e escrever palavras, ou quando passavam à análise de *sententiae*, **os exercícios eram monótonos e repetitivos**, muitas vezes acompanhados de **castigos corporais**, nas mãos ou nas nádegas, com a *ferula* ou o *uerber*. Sabemos,

todavia, que houve algumas tentativas pedagogicamente curiosas para amenizar esse estudo, como a dos «brinquedos» em formas de letras, por exemplo, de marfim, ou até de bolos e guloseimas com a mesma forma do abecedário.

Por volta dos 11 anos, o aluno estava em condições de passar ao *grammaticus*, junto de quem permanecia até cerca dos 15 anos: aí lia, comentava e memorizava os autores clássicos, gregos (Homero, Hesíodo, Menandro, etc.) e depois latinos (Cícero, Vergílio, Salústio e Terêncio eram o «programa-base» no início da nossa era).

A explicação dos textos (*enarratio*) incluía os necessários esclarecimentos semânticos, mitológicos, astronómicos, geográficos, históricos. Frequentavam este nível muito poucas raparigas, nesta idade muitas delas já casadas, outras em casa a aprender como se tornariam *matronae*.

O jovem de famílias abastadas seguia depois os estudos junto de um *rhetor*, com quem aprendia a ser eloquente e persuasivo, conhecimentos que completava, se possível, numa estada em cidades como Atenas, Rodes, Antioquia, Alexandria ou Pérgamo: aí aperfeiçoava o grego e apurava as técnicas oratórias que lhe permitiriam falar com elegância, ganhar causas em tribunal, conquistar votos.

Nesta última etapa da formação, os jovens exercitavam-se em *suasoriae* (género deliberativo, uma personagem histórica ou mitológica reflecte sobre os prós e os contras antes de tomar uma decisão) e *controversiae* (género judicial, imitação de causas reais, com defesa de pontos de vista opostos).

Cerca dos 17 anos, o puer tornava-se *adulescens*, etapa que durava até aos 30 anos (seria então, até aos 46 anos, *iuuenis*, e poderia enfim aceder às magistraturas).

O *adulescens* era mobilizável e tinha direito de voto. Uma cerimónia carregada de valor simbólico marcava o momento em que o jovem romano se tornava adulto: o *puer* depunha a *bullae*, que usava desde o *dies lustricus*, bem como a *toga praetexta*, branca e com uma barra púrpura, que os pontífices e magistrados usavam, e que o distinguia a ele, nascido livre, dos de condição servil.

Toga e *bullae* eram consagradas aos *Lares*, **o jovem vestia a *toga virilis***, de lã branca e sem qualquer ornamento, **e, acompanhado de toda a família, dirigia-se como novo *ciuis* ao Fórum.** Esta festa, em que família e Estado se regozijavam conjuntamente, realizava-se de preferência em **17 de Março**, durante os *Liberalia* em honra de Baco.

Um **outro rito representava a entrada na idade adulta: o da *depositio barbae*, momento em que o jovem fazia pela primeira vez a barba e oferecia aos deuses esses sinais da sua virilidade.**

5.3 CASAR

Em Roma, a idade legal para contrair matrimónio era de 14 anos para os rapazes e 12 para as raparigas, altura em que se considerava serem já púberes. Raros eram, todavia, os jovens que casavam antes de tomar a *toga uirilis* (cerca dos 17 anos), sendo muito mais comum que tomassem esposa (*uxorem ducere*) perto dos 30 anos. Quanto às jovens romanas, se aguardavam geralmente os 14/15 anos, a verdade é que muitas casavam com a idade mínima legal, e chegar aos 20 anos sem ter encontrado marido era situação rara e até preocupante.

Um casamento tão precoce entre as Romanas tinha causas várias e muitas vezes funestas consequências. Para as famílias envolvidas, sobretudo quando pertencentes à «nata» da sociedade, era fundamental **garantir o mais cedo possível uma aliança conveniente**. Nesse sentido, e embora a **idade legal para o noivado** fosse de **7 anos**, para que, pelo menos, os futuros esposos entendessem o que se combinava em seu nome, sabemos de casos em que jovens foram prometidas em casamento quando mal tinham aprendido a andar.

Além disso, contribuía para tão precoces uniões o facto de as raparigas terem, como vimos, menos hipóteses de sobreviverem que os rapazes, bem como a ideia de que, sendo muito nova, a noiva se «adaptaria» mais facilmente à vontade do marido e seria com certeza virgem.

Casar tão cedo, quando muitas vezes a puberdade não tinha chegado e ainda com o processo de crescimento bem longe de terminado, foi sem dúvida a causa de tantas **jovens romanas morrerem antes dos 20 anos de parto ou complicações por ele geradas**, como testemunham inúmeros epitáfios.

Neste aspecto, as raparigas oriundas de famílias menos abastadas tinham a vantagem de casarem mais tarde, uma vez que nem sempre era fácil arranjar-lhes o dote (*dos*) necessário. O facto de por vezes o futuro marido «arranjar» ele próprio esse dote para resguardar a dignidade da família da noiva só vem provar que a escassez de raparigas era problema preocupante para quem queria uma *coniux*.

Escolhida a futura esposa, **uma cerimónia reunia as duas famílias para celebrar o noivado (*sponsalia*) e combinar as cláusulas a que ambas as partes se**

comprometiam, por exemplo, o montante do dote. **O noivo oferecia presentes à *sponsa***, entre eles um anel, em geral de ferro, sem pedras nem ornamentos, que ela colocaria no anelar da mão esquerda, dedo que os Antigos pensavam estar directamente ligado por um nervo ao coração. Tais presentes, se o noivado fosse interrompido pelo noivo sem uma razão válida, não seriam devolvidos. O casamento tinha lugar quase sempre uns meses a um ano depois.

Primeiramente, o casamento colocava a mulher sob completa dependência do marido. Pelo **matrimónio in manum (*cum manu*)**, a mulher passava directamente da alçada do pai para a do marido, abandonando a família de origem e integrando a do esposo. A *manus* do marido colocava-a assim numa situação igual à que a *patria potestas* significava em relação aos filhos e aos libertos e a *dominica potestas* aos escravos. Tal significava que a mulher ficava *loco filiae* do marido, uma espécie de irmã, sob o ponto de vista legal, dos seus próprios filhos, e que o uir tinha sobre ela o direito de vida ou de morte.

O casamento *cum manu* foi pouco a pouco dando lugar a outro tipo de união, o do matrimónio *sine manu*. Com ele, a mulher continuava sob a tutela do pai ou tutor, os bens não deixavam de lhe pertencer, em caso de divórcio o dote não ficava totalmente com o marido, podia receber heranças da família de origem. Na prática, o casamento *sine manu* era vantajoso para a família da noiva e talvez por isso o montante dos dotes tenha crescido com a vulgarização desse tipo de *matrimonium*.

Havia três formas jurídicas de casamento *in manum*: a *confarreatio*, a *coemptio* e o *usus*.

A *confarreatio* era o rito mais solene e também o único praticamente impossível de dissolver (a não ser pelo rito contrário da *diffarreatio*, de que pouco ou nada sabemos, talvez justamente por ser tão raro). Caiu em desuso excepto entre as famílias mais tradicionalistas. Também os principais sacerdotes, o *rex sacrorum*, o *flamen Dialis* (de Júpiter), o *flamen Martialis* (de Marte) e o *flamen Quirinalis* (de Rómulo), só podiam ser escolhidos de entre os filhos de casamentos por *confarreatio*, e eles próprios apenas podiam casar-se segundo esse rito.

A solenidade da *confarreatio* vinha ainda de ser o único matrimónio a que assistiam sacerdotes, o *pontifex maximus* e o *flamen Dialis*, este representando Júpiter, que presidia à união, enquanto era Juno quem o fazia nos outros casos.

Assim, na presença desses sacerdotes e de 10 testemunhas, os noivos sentavam-se, lado a lado e com a cabeça coberta, em bancos cobertos com a pele de uma vítima imolada em sacrifício propiciatório, ouviam as fórmulas solenes que os colocavam sob protecção

dos dii nuptiales, davam uma volta, pelo lado direito, ao altar e partilhavam um pouco de sal e o *libum farreum*, uma espécie de bolo de espelta (*far*), gesto simbólico que deu nome ao rito e traduzia a união de dois seres para toda a vida. O contrato matrimonial constava das *tabulae nuptiales*.

No casamento por *coemptio* conservava-se a memória de um tempo em que a mulher era comprada (*emere*, comprar). Na presença de cinco testemunhas, o pai da jovem recebia do noivo uma moeda de prata ou bronze colocada na balança (*libra*) que um *libripens* segurava.

O casamento *per usum* resultava do usucapião: se durante um ano houvesse coabitação ininterrupta, a mulher ficava sob a *manus* do homem e o casamento era legal. A lei dizia, no entanto, que bastava a mulher interromper a coabitação por três noites (*trinoctio; usurpatio trinoctii*), desde que não fossem as últimas desse ano, para continuar sob a *manus* do pai e não «definitivamente» casada.

O casamento *sine manu* tinha também os seus rituais próprios, muitos dos quais comuns aos do *cum manu*. Na véspera do casamento, a jovem consagrava a *bullae* e os brinquedos da influência aos *Lares*. Tirava a *toga praetexta*, que usara até então, e envergava a *tunica recta* (ou *regilla*), de cor branca, tecida na vertical e numa só peça, que caía até aos pés e se apertava na cintura com um cinto (*cingulum*) de nó especial e só usado na ocasião, o *nodus herculeus*. O cabelo era separado em seis madeixas (*sex crines*) com a ponta de uma lança [ou pente em forma de lança (?)], a *hasta caelibaris*. Sobre essas madeixas, presas com fitas (*uittae*) de lã, colocava-se um véu alaranjado, o *flammeum* (daí que seja *nubere*, pôr o véu, o verbo utilizado para designar a acção de casar, quando se trata de uma mulher). Sobre o *flammeum*, uma coroa de flores, verbena e manjerona, mais tarde flor de laranjeira.

De manhã, a casa enfeitava-se toda com flores e ramos de árvores sempre verdes. Especial cuidado era posto na decoração de portas e umbrais. Se a noiva era de família nobre, retiravam-se dos *armaria* as máscaras de cera (*imagines*) dos antepassados, que assim estariam presentes e sancionariam a vetusta dignidade da família.

Depois do sacrifício aos deuses do *Lar* e dos auspícios tomados pelo *auspex*, que garantia serem os deuses propícios ao enlace, a *pronuba*, uma *matrona* casada uma só vez e não viúva, juntava as mãos direitas dos noivos (*dextrarum iunctio*). Era talvez a seguir a este gesto (que o casamento cristão conservou) que a jovem proferia a fórmula solene *ubi tu Gaius, ego Gaia*, símbolo da igualdade dos esposos e da fusão absoluta dos dois seres. Há todavia quem pense que tal frase era pronunciada quando a noiva chegava à sua nova casa.

Seguia-se a cena *nuptialis*, para todos os familiares e convidados, que durava até ao anoitecer. O noivo simulava então arrancar a jovem dos braços da mãe e das amigas (*deductio*), em memória do rapto das Sabinas, quando Rómulo e os companheiros tomaram esposas pela força.

Organiza-se depois o cortejo, que, à luz de archotes, leva a jovem a casa do marido. Acompanham-na três meninos que tenham pai e mãe vivos (*patrimi* e *matrimi*). Dois dão-lhe a mão, o terceiro vai à sua frente, empunhando um archote de espinheiro-alvar (*spina alba*) aceso no fogo do lar da noiva. Os restos desse archote, considerados de bom augúrio e portadores de longevidade, distribuíam-se depois entre os participantes. Diz-se, porém, que se era a noiva quem guardava algum pedaço e o escondia debaixo do leito nupcial, conseguiria que a morte levasse bem depressa o marido que lhe haviam escolhido.

Atrás da noiva, jovens [ou a própria noiva (?)] transportavam uma roca e um fuso, símbolos da vida que a *puella* se preparava para abraçar: a de *matrona*, cuja principal e mais respeitada actividade seria a de fiar e tecer a roupa da família. Lembre-se que Augusto fazia questão de vestir sempre o que a mulher, Lívia, a filha e a neta para ele fiavam, e que vários epitáfios homenageiam a mulher *lanifica*.

Os que seguiam ou viam passar o cortejo gritavam «*Thalasse*» ou «*Thalassio*», ao que parece invocando uma divindade semelhante ao Himeneu grego, protector do casamento, e diziam graças picantes ou mesmo obscenas, numa *Fescennina iocatio* de funções apotropaicas que garantiria a fertilidade do casal. Também como apelo à fecundidade atiravam-se nozes, que as crianças apanhavam.

O marido, que se adiantara para receber a sua *uxor*, esperava-a à porta e oferecia-lhe a água e o fogo, símbolos da vida em comum e do culto familiar. A noiva ungia com azeite e gordura animal os umbrais da porta da sua nova casa.

Os acompanhantes (ou o marido) pegavam-lhe então ao colo para que não tropeçasse ao entrar, o que seria de muito mau agouro para a sua vida futura.

A jovem esposa prestava pela primeira vez culto aos deuses familiares do marido, e este conduzia-a ao *lectus genialis*. Desfazia-se então o *nodus herculeus*, gesto obviamente simbólico da iniciação sexual da mulher, reforçado pelo adjectivo *herculeus*, que apontava para a fecundidade do herói mitológico, pai de 70 filhos etc.

No dia seguinte, as duas famílias voltavam a reunir-se para um banquete (*repositia*), a que a jovem *matrona* comparecia pela primeira vez com a *stola* adequada à sua dignidade.

Esta cerimónia tinha lugar apenas no primeiro casamento da mulher. Se se tratava de uma viúva ou divorciada, a simplicidade e a discrição faziam regra, já que nunca foi muito bem visto que a mulher contraísse novas alianças e renunciasse a ser dignamente *uniuira*, mulher de um só marido, louvor que os epítáfios consagram amiúde.

O casamento era um momento fulcral na vida das mulheres, um acto imprescindível para os homens e para a continuação de Roma. Por isso uma série de **superstições** impediam a sua realização em determinadas circunstâncias.

Em primeiro lugar, havia que escolher a **data**. **Teria de ser um *dies hilaris*, de bons auspícios.** Ficavam assim interditos os dias entre 13 e 21 de Fevereiro, entre 1 e 15 de Março (por causa do culto dos mortos e dos ritos de purificação), os dias fixos de cada mês (*Kalendae*, *Nonae* e *Idus*), os *dies religiosi* (24 de Agosto, 5 de Outubro e 8 de Novembro), em que o *mundus* («entrada» para o mundo dos Infernos situada no vale do *Circus Maximus*, entre o Aventino e o Palatino) se abria para os mortos saírem. Especialmente funesto seria casar no mês de Maio, em que se celebravam os *Lemuria*, festas dedicadas aos *Manes*, espíritos dos antepassados.

A altura mais auspiciosa para casar era a 2.^a metade de Junho, em clara associação ao apogeu da natureza no solstício de Verão. De um modo geral, todas as *Feriae* eram de rejeitar, uma vez que seria difícil reunir um grande número de convidados, «desviados» pelo apelo das festividades. Tais dias eram, ao invés, os mais indicados para segundas núpcias, que assim poderiam ser mais discretas e a que só iriam os muito íntimos.

A realização da própria cerimónia poderia ser posta em risco se o *auspex* entendesse que os **presságios** não eram favoráveis à união ou se, por exemplo, ribombasse um trovão (manifestação de Júpiter) ou a terra tremesse. Em face de tal *omen*, havia que interromper e recomeçar a cerimónia.

Que tudo corresse bem na celebração das *nuptiae* levava ainda a que cada instante fosse colocado sob a **protecção eficaz de um deus**, como acontecia em outros actos essenciais à vida (nascer, crescer, cultivar os campos, etc.).

Esses *dii nuptiales*, invocados pelo *flamen Dialis* no rito da *confarreatio*, eram os que conduziam a noiva a casa do marido (*Domiduca* e *Iterduca*), nela a faziam entrar (*Domitius*) e retinham junto do cônjuge (*Manturna*). *Cinxia* e *Virginiensis* desatavam-lhe o *nodus herculeus*, enquanto o acto sexual era presidido por *Subigus* (que a mantinha sob o homem) e *Pertunda* e *Perfica*, que o consumavam.

Do casamento esperavam-se, obviamente, filhos. Num rito mais ou menos misterioso como os *Lupercalia*, em 15 de Fevereiro, os sacerdotes *Luperci* percorriam seminus o Palatino, fustigando com chicotes feitos de pele de cabras recém-sacrificadas todos os que encontravam no caminho. Entre eles colocavam-se as mulheres estéréis, que por essa expiação criam tornar-se fecundas e afastar o fantasma de uma união *orbata*, privada de filhos.

No tempo de Augusto, contudo, a situação era alarmante no que respeitava à **descendência das famílias mais prestigiadas. Três factores contribuíam para tal rarefacção demográfica:** sobretudo desde as guerras civis do fim da República, cada vez *menos se contraíam iustae nuptiae, o divórcio aumentara e a duração dos casamentos diminuía; os casais procuravam não ter mais de um a dois filhos*, para evitar o fraccionamento de fortunas e a desvalorização social que tal implicava (lembre-se que pertencer ao *ordo senatorius* ou ao *ordo equester* dependia de se provar possuir, respectivamente, 1 milhão ou 400 000 sestércios em bens); por último, a **própria fertilidade dos casais** era posta em causa pela água que se bebia, transportada em canalizações de chumbo, bem como pelos cosméticos usados pelas mulheres, em cuja composição entrava igualmente o chumbo. As mulheres recorriam também cada vez mais às medidas contraceptivas que conheciam, desde poções abortivas ou supostamente inibidoras da gravidez, até uma espécie de pessários em lã embebida em mel ou azeite, ou ainda ao próprio aborto, que não raras vezes lhes ceifava a vida.

Augusto legislou assim para incentivar o casamento e promover a natalidade entre os estratos sociais dominantes. Com a *lex Iulia de maritandis ordinibus* (18 a. C.), seguida da *lex Papia Poppaea*, apresentada em 9 a. C. (por dois cônsules celibatários...), Augusto penalizou os que, pertencendo às duas primeiras ordens do Estado, e tendo entre 25 e 60 anos (os homens) e entre 20 e 50 anos (as mulheres), se mantivessem sem casar. Mesmo as viúvas não poderiam exceder os dois anos (e as divorciadas 18 meses) sem contrair novo matrimónio.

As medidas punitivas abrangiam por exemplo, o impedimento de herdarem legados a não ser da sua própria família. Os casados sem filhos recebiam metade. As determinações de Augusto davam, paralelamente, privilégios civis e políticos aos senadores e cavaleiros que casassem e tivessem filhos (só esses recebiam a totalidade das heranças), acentuados pela criação do *ius trium liberorum*, o mais alto privilégio de estatuto jurídico pessoal, que baixava a idade mínima para aceder às magistraturas, diminuía os anos de intervalo exigidos entre elas e dava prioridade em consegui-las aos pais de três ou mais filhos legítimos.

Às mulheres, o *ius trium liberorum* dava a possibilidade de gerir os bens próprios, livres de qualquer tutela do marido ou pai, a capacidade de legar e herdar, bem como o direito a usar uma *stola* especial que as distinguiu das outras *matronae*.

Augusto tornou ainda legítimo o casamento entre *ingenui* (os nascidos livres) e libertos, excepto no caso de senadores, seus filhos e filhas, que, se o fizessem, seriam irradiados da ordem senatorial.

Tais medidas não tiveram grande efeito. Os Romanos oscilaram entre a oposição e a busca de formas de contornar a lei. Se era preciso casar, simulavam-se sucessivos noivados, que se iam desfazendo, uma vez que os *sponsi* não estavam abrangidos pelas penalizações... e assim por diante. O *ius trium liberorum* depressa se tornou um privilégio «de gabinete», atribuído como recompensa por serviços relevantes: homens como Marcial, Plínio, o Jovem, Suetónio receberam as deferências sem terem os filhos.

O divórcio era, como dissemos, cada vez mais frequente. A princípio, só o homem podia querê-lo. Uma lei atribuída a Rómulo estabelecia que a mulher não podia abandonar o marido mas que ele podia repudiá-la em três casos: se «envenenasse» os filhos; se se apropriasse das chaves (que lhe dariam acesso ao vinho); se cometesse *adulterium*.

A primeira situação respeita obviamente ao aborto provocado pela mulher sem o consentimento do marido, uma vez que o privava da descendência que só a ele competia aceitar ou rejeitar. O aborto em si mesmo não era um crime se a mulher não era casada ou se, sendo-o, o marido estivesse de acordo: o embrião não era considerado um ser vivo independente da mãe.

No segundo caso, lembre-se que o vinho era em princípio interdito às mulheres casadas, porque a sua ingestão traria consequências maléficas. Bebendo vinho, a mulher poderia conceber segundo as imagens distorcidas que via: a criança nasceria disforme e, «espelho» moral da mãe, com princípios pouco recomendáveis. Além disso, o vinho facilitaria o adultério: dizia Valério Máximo que a intemperança de Baco conduzia às desordens de Vénus. Ora, como veremos, o adultério submetia a mulher a um princípio de vida que lhe era estranho e lhe maculava o sangue, com as consequências intoleráveis que tal traria para o marido. A mulher não podia, assim, beber vinho.

O controlo do respeito a tal interdição ia, em tempos mais antigos, ao chamado *ius osculi*: a mulher estava obrigada a beijar os seus parentes e os do marido até aos primos e de por eles se deixar beijar na boca todos os dias, mal se encontravam, para que os homens pudessem verificar pelo hálito se tinha ou não prevaricado. Curiosamente, nas festas místicas em honra da *Bona Dea*, e em que só participavam mulheres, o vinho

(eufemisticamente designado de «leite») era-lhes permitido: sendo esses ritos propícios à fertilidade, o efeito do vinho daria um maior apetite sexual à mulher e a concepção resultaria mais fácil.

Finalmente, o adultério era razão para o homem repudiar a esposa e, até Augusto, poder inclusive matá-la, bem como ao cúmplice. Tratava-se de um crime contra a família, porque nela introduzia um sangue estrangeiro e subvertia («adulterava») as relações dos homens com os antepassados e com os deuses. A situação não era obviamente a mesma para o homem, que podia ter quantas relações extramatrimoniais quisesse (desde que, claro, não as tivesse com alguma *matrona* casada em *iustae nuptiae...*). A *uxor* podia assim contar com a concorrência de escravas e libertas, que ocupavam a cama e as atenções do marido sem que ela o pudesse impedir, ainda que o quisesse.

A verdade é que, por adultério ou por outras razões, **o divórcio** (*diuortium*, *repudium*) **tornou-se moeda corrente. No fim da República, também a mulher conquistou o direito de pedi-lo** e, porque dispunha quase livremente dos seus bens (algumas são excelentes mulheres de negócios, como Terentia, mulher de Cícero), podia tomar a iniciativa de voltar a casar-se com quem muito bem quisesse.

Para mais, **o divórcio era extremamente fácil**. Bastava que um dos cônjuges dissesse, na presença de testemunhas, a fórmula *tuas res tibi habeto* («fica com o que é teu») ou *i foras* («sai da minha casa») para que houvesse divórcio. Mais ainda, este «ponto final» no matrimónio podia ser escrito e entregue por um liberto (antes de Augusto, também por um escravo). Nem era preciso reunir o *iudicium domesticum* (ou o *consilium propinquorum*) para apreciar e sancionar as causas do repúdio.

Se os cônjuges se fartavam um do outro (ou se surgia uma aliança política ou económica mais vantajosa), separavam-se. Se se desentendiam, já não pensavam em sanar os problemas recorrendo a Vénus *Viriplaca* («que acalma os maridos»), em cujo templo, no Palatino, marido e mulher resolviam outrora os diferendos pela simples terapia de se explicarem ambos e de tentarem chegar a acordo e fazer as pazes.

Abre-se então caminho para a **indignação moralista** que levará **Séneca** a denunciar as mulheres que contavam os anos não pelos cônsules (eleitos anualmente) mas pelos maridos que iam tendo. Lembra-se a pureza dos velhos tempos em que Lucrecia, tomada pela força, se matou, incapaz de suportar a desonra do marido muito mais que a sua. Recorda-se que o primeiro divórcio só acontecera cerca de 230 a. C. e por uma razão de peso: a esterilidade da mulher e a necessidade de o marido assegurar descendência legítima. Tal não impede que outras notícias nos revelem a dureza de alguns motivos de divórcio nos tempos da República: um marido repudiou a mulher porque a viu na rua

com a cabeça descoberta, outro porque, nos jogos públicos, a esposa se sentou entre os homens sem seu consentimento...

Augusto reprimiu duramente o adultério na *lex Iulia de adulteriis coercendis*.

Proibiu que as mulheres de classe nobre tivessem qualquer relação fora do casamento e que os homens mantivessem relações criminosas (*stuprum*) com qualquer mulher dessa mesma classe. Na prática, a lei deixava-lhes «livre» quase só a hipótese das escravas e das prostitutas. A reacção a esta determinação foi tal que algumas mulheres protestaram inscrevendo-se junto dos *ediles* como prostitutas, obrigando Tibério, mais tarde, a proibir que as mulheres, filhas ou netas de cavaleiros ou senadores pudessem fazer tal registo.

A mesma lei punia duramente os adúlteros. O marido viu, todavia, restringido o *ius occidendi*: só pode matar o amante da mulher caso o surpreenda em flagrante em sua própria casa, e sempre que se tratasse de um escravo ou *infamis* (gladiador, actor, bailarino, prostituto) deixa de poder matar a esposa. É, no entanto, obrigado a repudiá-la: se o não fizer, ele próprio será acusado de conivência, de *lenocinium* (proxenetismo). Os poderes do pai da mulher adúltera, ao invés, são mais amplos: pode matar a filha e o amante desta se os surpreender em sua casa ou na do genro; não pode, porém, matar o amante e poupar a filha, sob pena de ter de responder por homicídio.

O castigo para o adultério era, em geral, o exílio em ilhas inóspitas e a confiscação da totalidade ou de grande parte dos bens. A mulher adúltera via-se ainda obrigada a usar a toga que a marcava como culpada de tal crime e ficava legalmente impedida de contrair novo matrimónio.

Augusto teve de aplicar estas medidas duríssimas na sua própria família, exilando a filha na terrível ilha de Pandataria (e matando-lhe o amante, filho de Marco António). Mais tarde, também a neta foi exilada pelo seu comportamento imoral, e o imperador mandou que um filho que ela dera à luz alguns anos depois de enviuar fosse exposto. Duras decisões, que Augusto considerava como ter de cortar os próprios membros, admiráveis de coerência, ainda que não possamos esquecer que ele, tal como César, usou a própria filha casando-a sucessivamente ao sabor das suas necessidades políticas.

E os filhos das uniões desfeitas pelo divórcio, que lhes acontecia? Ficavam com o pai e a família deste, à qual legalmente pertenciam. Muitas vezes o contacto com a mãe resumia-se a nada ou a muito pouco, embora seja significativo que Scribonia, 37 anos depois de separada de Augusto, tenha querido acompanhar Iulia, a filha de ambos, que fora criada com o pai, nas terríveis condições de exílio em Pandataria.

Os filhos que perdiam o pai viviam também com a família deste. A mãe ficava com eles se e enquanto não voltasse a casar. Se o fizesse, obviamente não os levaria consigo.

Lembre-se que, **em caso de viuvez, o homem podia casar de imediato. A viúva teria de esperar 10 meses** (com Augusto, 12) para que não houvesse *turbatio sanguinis* e pudesse dar à luz algum filho concebido do matrimónio anterior e considerado *filius iustus* (se fosse rapaz, chamar-se-ia Postumus). Se, todavia, a criança nascesse antes de expirado esse prazo, o casamento podia realizar-se de imediato.

Registemos por fim que, **até 445 a. C.** (com a *lex Canuleia*), **o casamento entre patrícios e plebeus era proibido.** Só aqueles possuíam o *ius conubii*, o direito de se casarem em *iustae nuptiae*. Com essa *lex*, porém, o *ius conubii* é alargado (e reservado) aos *ciues*, aos cidadãos de pleno direito.

Ora, a par das *iustae nuptiae*, houve sempre toda uma hierarquia de «casamentos», de ligações mais ou menos reconhecidas pela lei. Falemos apenas do *concubinatus* e do *contubernium*.

O *concubinatus* era a **situação em que viviam por exemplo, os milites**, impedidos de casar (até 197 a. C.) antes de concluídos os 25 anos de serviço e de receberem, como recompensa, a cidadania romana.

O *concubinatus* unia também uma liberta e o seu *patronus*, o governador ou alto responsável da administração de uma província e uma natural dessa província... Tratava-se de uma forma durável de ligação, que, baseada na *consuetudo* e em tudo semelhante à vida matrimonial, unia duas pessoas livres, não parentes entre si (o que seria *incestum*) nem casadas em *iustae nuptiae* com outras pessoas (tal seria *adulterium*), que não podiam legalmente contrair matrimónio. **Os filhos do concubinatus eram spurii, naturales: seguiam a condição da mãe e ficavam com o nomen dela. O pai não tinha sobre eles a patria potestas.**

O *contubernium* era a **união entre dois escravos (ou entre escravo e liberta).** O *dominus* tinha de dar o seu consentimento, e fazia-o amiúde porque tal ligação revertia em seu benefício: os filhos nascidos eram *fructus* que o serviriam. De qualquer modo, a *dominica potestas* permitia que o senhor interrompesse em qualquer momento a união, por exemplo, se quisesse vender algum dos escravos. Os epitáfios são testemunho comovente de muitos desses *contubernia*, em que a harmonia conjugal só foi quebrada pela morte. Uma das poucas vantagens que os pobres tinham sobre os ricos era poderem escolher por amor com quem partilhariam a vida e de quem teriam filhos. Entre as classes abastadas, os sentimentos eram raramente uma razão prioritária.

Tal não quer dizer que a maioria dos casais não fosse feliz. As vozes de poetas satíricos, como Juvenal, ou de filósofos, como Séneca, contribuíram muito para que se cristalizasse a imagem da dissolução dos costumes que afectaria sobretudo o casamento. Para corrigir essa ideia, há que conhecer o reverso da medalha.

Leiam-se, pois, **epitáfios** e contemplem-se **baixos-relevos** e **mausoléus** para avaliar do entendimento de homens e mulheres que às vezes mal se conheciam no dia do casamento. Conheça-se o **exemplo das mulheres que quiseram morrer com os maridos**, como Paulina, mulher de Séneca, **ou que** (como Arria, mulher do estóico Caecina Paetus) **se adiantaram na morte para dar coragem aos companheiros no momento do suicídio**.

Leia-se a denominada *laudatio Turiae*, gravada por um marido que lembra a esposa desaparecida, a sua abnegação nos momentos adversos, a intenção de deixar a casa para dar lugar a outra mulher que desse ao marido os filhos que o seu ventre estéril não gerara.

E **pense-se em Iulia, filha de César, casada sem amor com Pompeio, para selar o entendimento entre seu pai e os outros dois triúnvios**. Ela tinha pouco mais de 20 anos, Pompeio rondava os 50. Dessa união política nasceu o amor: mal se separavam. Plutarco diz até que Pompeio descuroou um pouco os seus deveres. Um dia, no Campo de Marte, um grupo de desordeiros foi morto tão perto de Pompeio que a toga deste ficou manchada de sangue. Um dos escravos que o acompanhavam foi a casa buscar uma toga limpa. Iulia viu-o entrar com a veste ensanguentada e ainda tão perturbado que julgou que o marido morrera. A emoção fê-la desmaiar e perder a criança que esperava. E, não fora ter morrido no ano seguinte ao dar à luz uma filha, talvez o amor de Iulia tivesse impedido a cisão entre César e Pompeio e a consequente e sangrenta guerra civil que desencadeou.

5.4 MORRER

Quando alguém morria, iniciava-se um longo ritual (*funus*), que deveria ser rigorosamente cumprido. **Ter exéquias e uma sepultura digna era direito de todo o ser humano, do mesmo modo que era dever dos parentes prestar-lhe ritualmente homenagens fúnebres**. Tal necessidade assentava na ideia de que os *insepulti* não encontravam repouso e viriam incomodar os vivos, sobretudo aqueles que haviam faltado ao dever para com os parentes.

Deste modo, **era essencial que cada família assegurasse com descendência a perpetuação do culto**: muitos recorreram à adopção ou encarregavam os libertos (pertencentes à *familia do patronus*) de assumir esse compromisso. Com a mesma preocupação criaram-se em Roma os *collegia funeraticia*, associações de pessoas mais humildes e em geral com a mesma profissão que se quotizavam ao longo da vida para, de um fundo comum, garantirem exéquias e sepultura dignas a cada «filiado».

Registe-se ainda que, mais que a condenação à morte, era **castigo supremo ficar insepultus**, pena adicional que sofriam por exemplo, os profanadores de templos e os autores de certos crimes mais graves como o parricídio. Também o suplício da cruz, já de si o mais aviltante e tremendamente cruel, acrescentava duas «penas» à morte, que podia demorar largas horas a chegar: não morrer em contacto com a terra-mãe e não receber sepultura (por isso os soldados guardavam dia e noite os cadáveres expostos na *crux*).

Quando alguém estava prestes a morrer, deitavam-no no solo, para que ficasse em contacto com a terra que o gerara e esta o recebesse para dele criar novas existências. Um parente muito próximo recolhia num beijo o último suspiro do moribundo (*extremum spiritum ore excipere*), já que uma crença antiga dizia que a alma se escapava pela boca.

Quando morria, os presentes chamavam-no por três vezes, em alta voz e pelo nome (*conclamatio*), para verificarem que estava já longe do alcance dos vivos. Preparava-se então o cadáver: lavava-se com água quente e ungia-se com bálsamos e perfumes que retardariam a putrefacção, vestia-se com a *toga*, se era um *ciuis*, a *praetexta*, se era magistrado, e colocava-se no *atrium* da casa sobre o *lectus funebris*, rodeado de lâmpadas onde ardiam óleos odoríferos, com flores sobre o corpo e os pés virados para a porta, para que lhe fosse mais fácil sair da vida e para que usufruísse uma última vez de ar e luz. Sob a língua ou na mão colocava-se uma moeda, com que pagaria a Caronte a passagem na barca do rio dos Infernos, o *Styx*.

A exposição prolongava-se em geral por três dias (sete para os imperadores), **para que parentes e amigos prestassem homenagem ao desaparecido**. Em sinal de luto, apagava-se o fogo do lar. As mulheres da casa choravam, lamentavam-se, rasgavam as vestes, batiam no peito e nas coxas.

Tais manifestações de dor, proibidas na Lei das XII Tábuas, foram depois assumidas pelas *praeficae*, carpideiras profissionais cuja presença coexistia com a dos *libitinarii*, contratados para assegurar o serviço fúnebre, profissão lucrativa mas marcada de infâmia (quem a exercia sofria a *minima capitis deminutio*, privação de parte dos direitos civis).

Entre os *libitinarii* contavam-se os *pollinctores*, que preparavam o corpo para ser exposto, os *uespillones*, que transportavam à *pyra* ou à fossa os pobres e os escravos, e os

dissignatores, que organizavam e dirigiam o cortejo fúnebre dos mais abastados. Se o morto era um simples particular, a família pagava esse *funus priuatum*. Se se tratava de alguém com serviços relevantes prestados à pátria ou algum alto magistrado, o *funus* (dito *indictium* ou *publicum*) ficava a cargo do erário público.

À porta da casa onde a morte ocorrera colocavam-se ramos de cipreste (a árvore da tristeza, consagrada a Plutão), para que quem passasse soubesse do sucedido e também para que o *Flamen Dialis* e o *pontifex maximus* evitassem a mácula do contacto interdito com aquela casa e a *familia funesta* (no duplo sentido de «enlutada» e «manchada, contagiada»). O mesmo se passava com os que se dirigiam a qualquer sacrifício.

Findo esse prazo (afastada a hipótese de morte aparente), o corpo era conduzido ao local onde seria **incinerado ou inumado**. Os dois ritos sempre coexistiram em Roma, baseados na crença de que o morto deve voltar à terra donde saiu (inumação) e de que o fogo purifica e liberta a alma do corpo (incineração). **De início, todavia, preferia-se a inumação. Depois**, segundo Plínio, porque as guerras ameaçavam a integridade das sepulturas e cadáveres, **a incineração prevaleceu**, excepto nos casos de crianças em tenra idade ou escravos e gente muito pobre. **No século II a. C., é de novo a inumação** que se generaliza, sem dúvida **por influência dos cristãos**, que consideravam a cremação incompatível com a crença na ressurreição.

Se o morto era um simples particular, a família participava o sucedido a amigos e conhecidos. Se era um *funus indictium*, um arauto (*praeco*) percorria a cidade e anunciava quem morrera e quando se realizaria o cortejo fúnebre, empregando uma fórmula fixa (o nome do defunto seguido de *Quiris leto datus est*).

De início, todos os cortejos fúnebres eram de noite, uma vez mais para evitar aos sacerdotes e magistrados a visão do cadáver. Depois, só eram sepultados de noite os pobres e os atingidos por *mors acerba*, crianças e jovens mortos antes de tempo. De resto, no *funus plebeium* (ou *tacitum*) o morto não ficava exposto mais que um dia e era transportado às valas comuns do Esquilino numa *sandapila* ou *arca* alugadas, envolto numa simples mortalha ou vestido com uma *tunica* ou a única e gasta *toga* que possuía.

O cortejo fúnebre (*pompa*) organizava-se de forma fixa: à frente iam os *tibicines*, tocadores de flauta, e os *cornicines*, de tuba; em seguida vinham escravos com tochas (reminiscência do tempo em que o cortejo se realizava de noite mas também presença purificadora do fogo), as *praeficae*, que, entre lamentos e choros, entoavam *neniae* de louvor ao defunto. Seguiam-se as *imagines*, as máscaras dos antepassados ilustres que desfilavam aplicadas sobre o rosto de homens que exibiam também as insígnias do que haviam sido (cônsules, etc.), para dar a ilusão de que os espíritos dos desaparecidos

acolhiam o recém-chegado ao mundo dos mortos e também para ostentar a dignidade da família a que pertencia.

Vinha depois o esquife com o corpo, transportado por oito escravos ou libertos do morto (estes usando o *pileus*) ou, em casos especiais, como os de César ou Augusto, aos ombros de altos magistrados. O cadáver vinha descoberto ou dissimulado sob um manequim, que o representava em atitudes de quem ainda vive, por exemplo, reclinado sobre o cotovelo. Seguiam-se os familiares, de luto, envergando a *toga pulla* (ou *sordida*), de cor escura, as mulheres com os cabelos soltos e sem qualquer ornamento.

Por vezes incorporavam-se no cortejo mimos que imitavam ou ridicularizavam o que o defunto fora, num costume semelhante ao dos *carmina triumphalia*, entoados pelos soldados durante o triunfo do general vitorioso. Assim se lembrava que, por muito ilustre ou glorioso que se seja, o ser humano é imperfeito. Nos funerais de Vespasiano, um *archimimus* representou o imperador defunto e pôs a ridículo a sua proverbial avareza: perguntando quanto custava toda aquela *pompa*, propunha que lhe dessem uma parte da quantia e o atirassem ao Tibre...

Se o morto era importante, o cortejo dirigia-se ao Fórum, onde parava: aí, um filho ou parente próximo pronunciava a *laudatio funebris*, louvor das qualidades e evocação de cargos e feitos do desaparecido, bem como dos seus antepassados.

É óbvia a importância que estes discursos tinham na propaganda política de famílias e vultos: veja-se o exemplo de Júlio César, que, ao pronunciar o louvor de sua tia, lembrou que pelo lado paterno ela descendia de Eneias (através de Iulo, filho do herói troiano), o que equivalia a dizer que ele próprio era meio-divino (Vénus era mãe de Eneias), meio-herói e fundador de Roma.

As *laudationes* eram também importantes lições de história viva dada aos Romanos, que se aglomeravam para participar das exéquias. Os discursos, guardados pelas famílias, eram ainda fontes consultadas por analistas, se bem que sempre com a desconfiança que merecem os documentos parciais. Desde sempre que de *mortuis nihil nisi bene*.

O cortejo chegava então ao local da cremação ou inumação, que já a Lei das XII Tábuas determinava fosse fora do *pomerium*, o limite religioso em torno da cidade, sulco sagrado e inviolável que Rómulo traçara com a charrua aquando da fundação de Roma e se delimitava no momento de estabelecer qualquer cidade (*sulcus primigenius*).

Essa linha separava o mundo dos vivos e o dos mortos: enterrar fora do *pomerium* resultava de preocupações com a salubridade, mas também da *religio*, que considerava o contacto, visão ou vizinhança do cadáver como origem de mácula. Ser sepultado dentro do *pomerium* era honra reservada a casos excepcionais, como o das Vestais, ou Trajano, cujas cinzas foram guardadas numa urna de ouro na base da coluna com o seu nome. Igual honra testemunham o Mausoléu de Augusto e o Arco de Tito, monumentos funerários.

O local onde se levantava a *pyra* chamava-se *bustum* (ou *ustrinum*, se situado em terreno público e não perto do sítio onde as cinzas seriam depositadas). Um dos processos consistia em cavar uma fossa que se enchia de lenha (e papiros, para melhor arder) sobre a qual se punha o cadáver. As cinzas e ossos que ficavam depois de queimado o corpo cobriam-se com terra. O uso mais comum, porém, tinha dois momentos, em sítios diferentes: no *bustum* ou *ustrinum* fazia-se a *pyra* (que, uma vez acesa, se designava por *rogus*); no *sepulcrum* guardavam-se as cinzas.

Na *pyra*, amigos e parentes deitavam objectos, vestes, ornamentos, armas que tivessem pertencido ao morto. Plínio, *o Jovem*, fala-nos de um adolescente que foi queimado com os muitos animais de estimação que possuía. Fazia-se um último chamamento, um amigo próximo acendia a pira, virando os olhos e a cabeça, e os presentes lançavam bálsamos e flores para as chamas.

Enquanto o fogo consumia o cadáver, faziam-se libações de leite, vinho, sangue. Acreditava-se que o sangue agradava aos *Manes*, por isso se imolavam vítimas que, em tempos recuados, seriam prisioneiros ou escravos. Essa é também a origem dos combates de gladiadores (*bustuarii*), que lutavam junto ao *rogus*. Em 264 a. C., os filhos de D. Iunius Brutus apresentaram no *fórum boarium* três pares de *gladiatores* em memória do pai. César foi o primeiro a oferecer ao povo jogos fúnebres em honra de uma mulher, sua filha Iulia, morta alguns anos antes.

Até ao princípio do Império, esses *munera* estiveram sempre ligados à homenagem a um defunto, oferecidos pelos parentes ou por decisão testamentária do desaparecido. Só depois se tornaram jogos profanos.

Quando as chamas do *rogus* se extinguíam, as brasas apagavam-se com vinho (depois água). O parente mais próximo recolhia os ossos, lavava-os em vinho, leite, secava-os num pano de linho e, com as cinzas, guardava-os, misturados com flores, unguentos e plantas aromáticas, numa *urna* (de terracota, alabastro, mármore, metal ou vidro), que depois seria depositada no *sepulcrum*.

A família retirara previamente um osso, quase sempre de um dedo (*os resectum*), que se enterrava num rito (*humatio*) que satisfazia a antiga obrigação da *iniectio glebae*,

a entrega à terra-mãe que a incineração não permitia. Terminada a cerimónia, os intervenientes purificavam-se (pela água lustral e pelo fogo, talvez passando sobre a fogueira recém-extinta) e regressavam a casa.

No dia seguinte, a família e os amigos reuniam-se para partilhar uma refeição, o *silicernium*, precedida do sacrifício de uma *porca* a Ceres. Comiam ovos, legumes, favas, lentilhas, sal e aves de capoeira.

Iniciava-se assim o período de nove dias considerado como prolongamento do *funus*, denominado *feriae denicales*. A família estava impura (*funesta*) e os seus membros dispensados de cumprir funções públicas ou militares; por respeito para com o morto, não se alienavam os seus bens nem os eventuais credores cobravam dívidas aos herdeiros.

Ao nono dia, a família reunia-se de novo para a cena *nouendialis*, junto do *sepulcrum*. Com a purificação da casa, que se varria com uma vassoura de verbena e onde se oferecia um sacrifício aos *Lares*, terminavam enfim os ritos dos *funera*. A família respeitava, todavia, um período de luto, em média de 10 meses. Era a altura em que os homens deixavam, em sinal de desgosto, crescer a barba e o cabelo. Evitavam-se festas e divertimentos.

O *sepulcrum* onde o corpo ou as cinzas repousavam (num *loculus* ou numa *urna*, respectivamente) **era como que a morada do desaparecido**. Nele se guardavam amiúde objectos relacionados com o morto ou com fins profilácticos, por exemplo, figurinhas de divindades ou de animais, como cães e pássaros, vasos e recipientes [para a comida (?)], lucernas, símbolo da luz necessária à continuação da vida, rocas e fusos (se era mulher), brinquedos (se era uma criança).

Os túmulos espalhavam-se ao longo das principais *viae* que saíam da cidade e apresentavam as mais variadas formas. Basta percorrer a *Via Appia* antiga para reconhecer **a grandiosidade de uns e a simplicidade de outros**. Em forma de templos, casas, torres, fossas individuais com uma estela gravada, simples *columbaria* (espécie de nichos numa só câmara sepulcral, cada um com uma *urna* ou *olla* e o nome do defunto inscrito por baixo), túmulos subterrâneos ou orgulhosos mausoléus, em volta deles reservava-se uma área sagrada pertencente ao morto (e não passível de ser legada aos herdeiros), muitas vezes um jardim ameno, onde a família se reuniria para lhe prestar as devidas homenagens, particularmente em dias como o do aniversário da morte ou do seu nascimento, bem como nas festas consagradas aos desaparecidos.

Nesses dias, os familiares ofereciam alimentos aos seus mortos e tomavam eles próprios refeições simples junto dos túmulos. Sobre a terra derramavam vinho puro, leite, sangue,

água fresca, mel, espalhavam flores, que são símbolo de renovação e imagem de repouso. Muitos *sepulcra* apresentavam um tubo de barro ou chumbo ou uma simples abertura por onde se «davam» os alimentos aos desaparecidos.

Também o Estado se encarregava, no calendário oficial, de prestar culto aos mortos. Entre 13 e 21 de Fevereiro (o mês de todas as purificações, que antecede o recomeço do ciclo da Natureza com a chegada da Primavera), realizavam-se os *Parentalia*, que tinham início com um sacrifício oferecido pela Grande Vestal.

Durante esses dias (*dies parentales*) cessavam todas as actividades públicas e privadas, não havia casamentos, os magistrados não usavam as insígnias dos cargos. Terminavam com os *Feralia*, ritos públicos em que todas as famílias levavam aos *sepulcra* oferendas de sal e pão embebido em vinho puro, flores, sobretudo violetas (*uiolae*).

A festa terminava realmente no dia 22, com os *Caristia* ou *Cara Cognatio*, reunião de toda a família, desta vez virada apenas para o convívio entre os vivos e em que se reconciliavam todos os que andassem desavindos.

Estas festividades baseavam-se no entendimento de que os *Manes*, os espíritos dos mortos, deviam ser homenageados sob pena de se transformarem em *Lemures*, ou, pior ainda, em *Laruae*, espectros e fantasmas que regressavam para perseguir e atormentar os vivos.

Os *Manes*, literalmente «os bons», «os ilustres», são, em princípio, benévolos para os descendentes. Se, todavia, os ritos não são devidamente cumpridos, os *Manes* ressentem-se e as suas queixas reflectem-se em sonhos angustiantes, doenças mais ou menos misteriosas.

Os *Lemures*, menos próximos da natureza divina que os *Manes* mas menos terríveis que as *Laruae*, **voltavam em certos dias à casa dos parentes e ao seio da família.** Para evitar que tal acontecesse, cada família celebrava anualmente os *Lemuria*. Nos dias 9, 11 e 13 de Maio, à meia-noite, o *pater familias* levantava-se e, descalço, dava a volta à casa, fazendo estalar os dedos para afugentar os espíritos. Lavava as mãos em água de uma nascente, pegava em favas, que atirava para trás das costas (e que os espíritos apanhariam), enquanto dizia alto, por nove vezes, que o fazia para esconjurar as almas dos mortos e fazê-los abandonar a casa. Em seguida lavava de novo as mãos e batia com objectos de bronze, pedindo ainda nove vezes aos espíritos dos antepassados que abandonassem a casa. Só então olhava para trás, cumprido o rito.

As *Laruae* eram as almas daqueles que no mundo haviam tido uma vida infeliz ou sofrido uma desgraça. Abandonando a vida em amargura, regressavam para se

vingarem dos homens, em especial dos que os tinham feito sofrer. Eram fantasmas nocturnos, que aterrorizavam com visões quase enlouquecedoras. O *laruatus* tinha de ser tratado com *lustrationes*, oferendas propiciatórias, ritos, como dar voltas a um templo e oferecer vítimas expiatórias.

Entre os espíritos maléficos contavam-se os dos *insepulti*, os que tinham sofrido *mors acerba*, os que se tinham suicidado ou sido assassinados. O caso dos suicidas por enforcamento e dos atingidos pela cólera de Júpiter (fulminados pela sua arma, o *fulmen*) era particularmente cruel. Os primeiros não recebiam honras fúnebres e a árvore em que se enforcavam era maldita: nela se penduravam pequenas máscaras (*oscilla*) para purificarem o lugar do crime por fixação do mal nesse objecto. Os segundos também ficavam privados de sepultura: os restos mortais dos atingidos por um raio deviam ser deixados no lugar, declarado *sacer*, e só tarde se permitiu que se cobrissem com terra.

Recorde-se que o *mundus*, abertura que estabelecia a comunicação entre o mundo dos vivos e o dos mortos, era aberto três vezes por ano (24 de Agosto, 5 de Outubro e 8 de Novembro) pelas autoridades religiosas. Levantava-se a tampa que o cobria (*mundus patet*) para dar livre passagem aos *Manes*, que durante esse tempo podiam reencontrar-se com a vida terrena. Toda a actividade cessava durante esses dias.

A relação entre mortos e vivos estava também patente nas inscrições que os Romanos faziam gravar nos sepulcros. Os **epitáfios** correspondiam ao desejo de deixar memória, de lembrar o que fizera o desaparecido, as funções que exercera, os títulos recebidos.

No caso de gente mais modesta, outros factos eram considerados relevantes: dizia-se, por exemplo, as qualidades de que dera provas, a harmonia em que vivera com os seus, a saudade que deixara. Se era uma criança, a dor dos pais traduzia-se amiúde na revelação dos meses, dias e horas exactas com que morreria. Os epitáfios podem ainda ser uma forma de denúncia, por exemplo, quando um assassinado revela quem o matou, um aviso-ameaça a quem profanar o local (*v. g.* satisfazendo as necessidades físicas ou sepultando ali outra pessoa), um modo de deixar claro a quem compete cumprir as vontades testamentárias do sepultado.

Muitas vezes o epitáfio consagra um diálogo entre a *umbra* e o *uiator*, como quando aquela avisa quem junto do sepulcro repousa de que não deve admirar-se se uma sombra começar de repente a falar com ele. Outras vezes essa *umbra* lembra que já foi o que o *uiator* é e que este se tornará no que ela se tornou (*uiator, uiator, quod tu es, ego fui, quod nunc sum, et tu eris*). Alguns são verdadeiros poemas. Não se estranha, assim,

que os túmulos bordejem as *uiae*: eles estão ali para serem vistos, não para serem esquecidos.

Os Romanos procuraram sempre morrer bem, isto é, encontrar a morte com tranquila dignidade. Os escritores latinos que mais escreveram sobre a morte (Séneca, Lucrecio, Plínio) fizeram-no sobretudo para libertar o homem do medo de morrer ou da dor de perder os seus.

Particularmente significativa é a *meditatio mortis* de **Séneca**, o filósofo estóico que considerava o suicídio como a expressão máxima da liberdade humana, já que, se não era possível escolher como e quando se entrava na vida, o momento e a forma de abandonar podiam depender tão-só do livre-arbítrio de cada um.

Dizia ainda Séneca que a vida não se compra a qualquer preço; que ninguém vive muito ou pouco, vive-se bem ou mal. E, se se vive bem, isto é, se se vive cada dia como se fosse o último, de bem com todos mas sobretudo connosco, se se está preparado para morrer, então viveu-se não quanto se pôde mas quanto se devia.

5.5 COMER

A imagem que em geral se tem da alimentação no tempo dos Romanos é repulsiva, planturosa e desmedida. Todos conhecemos os lugares-comuns de vomitar para comer e comer para vomitar (crítica que devemos a Séneca) e muitas vezes apontam-se como pratos típicos as célebres línguas de flamingo e rouxinol ou as vulvas de porca, que só alguns excêntricos, como Apício ou Heliogábalos, propunham. Tal imagem deturpada e fragmentária foi-nos dada pelos próprios Romanos, sobretudo os moralistas e satíricos, como Juvenal, Séneca, Marcial e sobretudo Petrónio, no *Satíricon*.

Ora, é preciso dizer desde já que, se **excessos houve**, centraram-se **numa estreitíssima faixa da população, a dos ricos e muitos ricos**, que tudo podiam comprar e nunca se saciavam, sempre desejosos de novos gostos e de criar modas. Além disso, **mesmo entre esses privilegiados, não eram muitos** os que diariamente se entregavam ao luxo e à exuberância alimentar. Não esqueçamos ainda que só depois das conquistas (e sobretudo no Império) Roma pôde ter à sua mesa toda a quantidade de alimentos exóticos que foi conhecendo, importando ou aclimatando à *Italia*.

Uma **visão da alimentação e da culinária romana** tão correcta quanto possível não esquecerá as **fontes literárias** (Énio, Plauto, Horácio, Virgílio, Pérsio, Plínio *o Jovem*, o *De agricultura*, de Catão, o *De re rustica*, de Varrão), incluindo os autores técnicos como o agrónomo Columela, o enciclopedista Plínio *o Velho*, a literatura médica (Celso) e culinária

(o *De re coquinaria*, compilação sob o nome de Apício). Há que considerar ainda os **dados fornecidos por mosaicos, frescos e pinturas, sarcófagos, cerâmica, bem como as informações arqueológicas** (restos de alimentos nos túmulos e acampamentos militares, conteúdo do estômago de múmias, ossos de animais, raízes e sementes).

Os Romanos conheceram praticamente todos os alimentos que hoje consumimos, exceção feita obviamente aos que as Américas proporcionaram (açúcar, feijão, batata, tomate, chá, café). Alguns alimentos tinham, todavia, emprego bem diferente do que hoje lhes damos. É o caso do arroz, caríssimo e importado da Índia, usado em tisana ou papa com fins medicinais ou na culinária, para espessar e ligar molhos. No entanto, a maioria da população tinha uma **alimentação deficiente**: a paleopatologia revela que os Romanos sofriam de **doenças** de malnutrição, escorbuto, raquitismo, avitaminose, osteoporose.

O alimento base era a puls, papa de cereais (trigo ou espelta) ou mesmo de fava (*puls fabata*), torrados, moídos e cozidos em água, depois em leite. O constante medo, partilhado pelo povo e pelo Estado, dos desastres naturais, como as más colheitas ou as tempestades (*calamitates*) ou de que as remessas de *frumenta*, vindas em especial do Norte de África, se perdessem nos naufrágios, revela bem a **importância que os cereais tinham em Roma.**

Prover ao abastecimento da Urbe e a que não faltassem os cereais e outros alimentos de primeira necessidade foi, desde Augusto, tarefa do *praefectus annonae*, escolhido entre os *equites*. Lembre-se ainda a **prática das *frumentationes***, distribuição mensal de cereais a preços controlados à plebe romana. Criada em 123 a. C. por Gaio Graco, tornada gratuita em 58 a. C. pelo tribuno da plebe Clódio, a prática das *frumentationes* prolongou-se no Império.

A distribuição de outros alimentos, como o vinho, o azeite, o sal (nos *congiaria*), ou mesmo de carne (*uiscerationes*), que a generalidade dos Romanos não comia senão em ocasiões festivas, **garantia as condições mínimas de subsistência** a todos os que, perdidas ou abandonadas as terras, iam afluindo à capital em busca de melhor vida. No entanto, *congiaria* e *uiscerationes* aconteciam apenas em momentos especiais e por benesse de algum grande senhor, muitas vezes o próprio *princeps*.

Além dos cereais, a alimentação dos primitivos Romanos, dos pobres e dos que sempre recusaram o luxo da mesa, consistia em **legumes (*holera*) como a couve (*brassica*), as favas (*fabae*), as lentilhas (*lentes*), o grão-de-bico (*cicer*).** Nas zonas junto ao mar ou aos rios, peixe salgado ou seco para melhor conservação e dias

de maior carência. E os frutos que a terra dava, pêras, maçãs, nozes, figos, azeitonas.

Que os **hábitos alimentares dos Romanos** eram, de início e para todos, **muito frugais** prova-nos o *De agricultura*, de Catão, que nos dá a conhecer algumas receitas, inclusive de bolos (*liba*) em que os ingredientes pouco mais são que farinha, queijo, mel e ovos. Ora é justamente na época de Catão que os primeiros sinais de mudança se fazem sentir. É ele censor quando surge a **primeira lei sumptuária** destinada a reprimir o luxo da mesa.

Vinte anos mais tarde, nova lei regulava quanto se podia gastar numa refeição (não mais que 30 sestércios, excluídos os legumes, a farinha e o vinho), proibía que se bebesse vinho estrangeiro, que se servisse qualquer criação a não ser galinhas (e estas não expressamente engordadas). Limitava-se ainda os convidados a um máximo de cinco e o número de *cenae* com hóspedes a três por mês.

A enumeração destas medidas mostra bem o que se procurava reprimir: a reacção a tais proibições revelará como era já impossível controlar a mudança de costumes da gente abastada. De facto, os que viviam ou estavam fora de Roma entenderam que a lei não se lhes aplicava. E, já que não se podia engordar galinhas, engordavam-se frangos.

Vinte anos depois, nova lei abrange com idênticas penalizações convidados e anfitriões e especifica que as medidas se aplicam a toda a *Italia*. A luta estava, todavia, perdida. Sula ainda fixa preços muito baixos para as mercadorias de luxo, ciente de que o que está ao alcance de todos depressa perde o interesse. Nenhum dos seus sucessores lhe seguiu o exemplo. César chegou a mandar os soldados aos mercados tomar pela força os géneros proibidos. Lembre-se que, além das sucessivas conquistas que abriam novos mercados e davam a conhecer novos produtos, também o número crescente de escravos contribuía para facilitar os luxos culinários: havia gente para tudo, cada pequena tarefa tinha o seu especialista.

De manhã, mal se levantavam, os Romanos comiam o *ientaculum*, constituído por pão, queijo, ovos, leite, às vezes apenas água (por conselho médico e sobretudo no Império). Apreciavam também pão embebido em vinho aquecido ou regado com azeite e depois esfregado com sal e alho. O **leite** mais consumido era o de cabra ou de ovelha e, mais tarde, o de vaca, de que se fazia queijo e que entrava em muitas receitas. O leite de burra e de égua reservava-se quase exclusivamente para fins medicinais e de beleza.

O pão era muito variado. Basicamente **havia três qualidades**: o *panis mundus* (*candidus*), pão de primeira; o *panis secundarius* (*sequens*), de farinha de segunda com mais farelo, mas de que Augusto muito gostava; o *panis sordidus* (*ater, durus*,

niger, cibarius), pão escuro, dito também *plebeius* ou *rusticus*, porque era aquele a que os pobres podiam chegar.

Havia ainda **pães especiais**, como o *ostrearius*, para comer com ostras, um pão com leite, outro com ovos, outro para os cães (*panis fufureus*). Para melhorar o sabor do pão cobria-se-lhe a côdea, já depois de cozido, com ovo e salpicava-se com sementes aromáticas (de dormideira, de anis, de funcho...). Os figos, que se comiam frescos ou secos mas não como sobremesa, acompanhavam o pão: por isso Catão propõe que, quando abundam, se reduza a ração de pão a dar aos escravos.

De início, o pão era feito em casa pelas mulheres. No séc. III a. C., porém, surgem os *pistores*, com as suas *pistrinae*, onde se coze e vende o pão. Em Roma, há notícia de 258 padarias repartidas pelas 14 regiões. Era nelas que, a caminho da escola, as crianças compravam um bolo (*crustulum*) que comeriam a meio da manhã.

O aumento de consumo do pão (com o fabrico quase industrial) fez diminuir o uso da *puls*: só nos campos e nas classes mais desfavorecidas as «velhas» papas de cereais não caíram em desuso. E também as *frumentationes* passam a ser preferencialmente de pão e não de cereal para moer.

Cerca do meio-dia, quase sempre em pé (*sine mensa*), os Romanos tomavam o ***prandium***: carnes frias, restos do dia anterior, queijo, fruta, um pouco de *mulsum* (vinho misturado com água e mel).

Depois da *meridiatio* (breve sesta) e da ida às *thermae*, chegava a hora da *cena*, a principal refeição do dia, que se iniciava cerca da hora décima (lembre-se que os Romanos contavam as horas a partir do nascer do Sol) **e se prolongava até ao anoitecer.**

Havia, por vezes, uma ***merenda* entre o *prandium* e a *cena***, sobretudo para os que, no campo, aproveitavam o máximo da luz solar, ou então quando a *cena* era mais tarde. Se, ao invés, a *cena* era cedo e leve, o que acontecia sobretudo nos primeiros tempos, os Romanos tomavam **antes de se deitarem uma refeição ligeira, a *uesperna*.**

A *cena* constava de três partes: *gustatio* (*gustus, promulsio*), *cena* e *secundae mensae*. A *gustatio* era constituída por saladas, cogumelos, rábanos, ostras, couve ou alface (*lactuca*), de que se louvavam as propriedades medicinais, quase sempre ovos. Acompanhava-se com *mulsum*, que se dizia abrir o apetite, facilitar a digestão e prolongar a vida.

Seguia-se a **cena propriamente dita**, com **três serviços diferentes** (*prima cena*, *secunda cena*, *tertia cena*). Cada um dos pratos denominava-se *ferculum* e nos banquetes chegava a haver seis ou sete.

Comia-se de tudo: os Romanos conheciam cerca de 150 espécies de peixes comestíveis e, como carne, apreciavam porco (e leitão, o *porcellus*, de preferência *lactens*), javali (*aper*), borrego, lebre (*lepus*), coelho (*cuniculus*), galinha, tordo, faisão, ganso, pato, pombo, pavão, até avestruz, urso, camelo (um petisco eram as suas patas), flamingo e rouxinol (sobretudo as línguas), leirão (engordado na escuridão dos *gliraria* com nozes, avelãs, bolotas, servido cozido em mel e salpicado com sementes de dormideira).

Na *cena* comiam-se ainda moluscos e mariscos, desde as ostras à lagosta, além de grande variedade de legumes e cogumelos (cozidos em mel). Os enchidos (preferiam-se os ibéricos e gauleses) surgiam amiúde como «reforço» de um prato, por exemplo, no *porcus troianus*, em que o animal era sabiamente recheado com salsichões e chouriços.

A carne de bovino, em contrapartida, consumia-se pouco: desde muito cedo era carne de sacrifícios, que, depois de imolado o animal, se distribuía entre os ofertantes. Matar um bovino era, de início, tabu: quem o fizesse sofria a morte ou o exílio. Além disso, os bovinos foram sempre considerados excelentes animais de tracção, essenciais nos trabalhos agrícolas.

Os alimentos eram preparados de forma bastante diferente da nossa: os sabores salgados associavam-se aos doces, os condimentos usavam-se com excessiva generosidade (pimenta, cominhos, alho, salsa, orégãos, cebola e mel faziam parte da maioria das preparações culinárias).

No entanto, o aspecto mais significativo desta cozinha de contrastes era a utilização, até em doces, do **garum**, o «molho» **resultante da maceração pelo sol dos intestinos de peixes, principalmente atum e cavala**. O melhor provinha de *Gades* (Cádiz), embora o de zonas como Tróia, na península de Setúbal, fosse também excelente. Uma vez espremido o *garum*, o resíduo sólido que ficava (*hallec*) era alimento consumido com agrado e proveito, dada a sua riqueza vitamínica.

Os diferentes pratos eram acompanhados com uinum, que se bebia diluído com água do mar ou água morna. Bebê-lo puro era impossível, já que o processo de vinificação foi sempre deficiente na Antiguidade. Misturado com resina ou pez para se conservar, havia que filtrá-lo através do *sacculus linteus* ou do *colum uinarium*, aquele de linho, este de metal ou vime, no fundo dos quais se colocava gelo ou neve para purificar e refrescar o vinho.

Os vinhos de *Italia* eram muito apreciados. Os melhores conservavam-se pelo menos 10 anos nas ânforas, para lhes enriquecer o *bouquet*. Entre os mais célebres conta-se o *Falernum* (da Campânia) e o *Caecubum* (do Lácio). **Também os vinhos gregos desde cedo colheram o favor dos Romanos.**

Em geral consumidas fora da cena (por exemplo, nos *thermopolia*) e de preferência pelos habitantes das províncias, havia **outras bebidas**, como a *ceruisia*, o *camum* (bebida fermentada de cevada), o *hydromeli*, o *cydoneum*, feito com marmelo, o *zythum* (espécie de cerveja feita com cevada ou trigo) ou ainda a *posca*, bebida refrescante de água e vinagre, muito apreciada por soldados e gente de poucos haveres.

Na terceira parte da *cena* (*secundae mensae*) comiam-se frutos e doces variados. Também as conquistas aumentaram a escolha de **frutos**: o melão, a melancia, os citrinos, as cerejas (*cerasa*, introduzidas por Lucullus, conhecido mais pelas extravagâncias culinárias do que por ser o vencedor de Mitridates), o alperce, o marmelo, a ameixa, as amoras e o pêsego vieram pouco a pouco juntar-se às pêras, às maçãs, às uvas, aos morangos, às framboesas e às groselhas.

Os **frutos secos** eram apreciados simples ou na composição de pratos e guloseimas: sob o termo genérico de *nux* (qualquer fruto de casca dura de que se come o miolo), os Romanos conheciam a noz (*nux*, por restrição semântica), a amêndoa (*amygdala*), a avelã (*auellana*), a castanha (*nux castanea*), o pinhão (*nux pinea*). As tâmaras (*palmae*, depois *dactyli*), vindas sobretudo do Egito, e o pistácio (*pistacium*), introduzido pelo pai do futuro imperador Vitélio, integravam o leque de frutos consumidos.

Nos **doces e pastéis**, o mel (de abelhas ou de tâmaras), o vinho doce ou os frutos secos, como as *uuae passae* ou as tâmaras, davam o tom da guloseima.

Para garantir que todos estes frutos pudessem consumir-se fora de época, os Romanos utilizavam **processos vários de conservação**: envolvidos em folhas secas de plátano e guardados sobre palha, distantes uns dos outros, em compartimentos da *uilla* frescos e arejados (*oporothecae*); secos ao sol (por exemplo, as maçãs e as pêras, em geral cortadas em dois ou três bocados); em compotas (marmelo) e geleias (amoras); em «barrica», como faziam aos figos, prensados em grandes vasos até obter uma pasta (*caricae pressae*); guardados em mel ou em recipientes tapados e enterrados numa fossa ou na areia.

Quanto às uvas, além de secas ao sol ou em fumeiro, conservavam-se em cachos pendurados no celeiro: o pó dos cereais ajudava a secá-las e dava a essas *uuae pensiles*

um sabor requintado. Diga-se ainda que a calda de mel em que se fazia a compota de marmelo era bebida doce (*melomeli*), apreciada pelo «perfume» que conservava do fruto.

Se havia convidados, **era frequente que a *cena* se prolongasse noite fora, na *comissatio*, em que essencialmente se bebia**. Escolhia-se um *rex conuiuii* (*magister* ou *arbiter bibendi*), o anfitrião ou algum conviva especial, que determinava quanto se bebia, em que proporção se misturava o vinho e a água, a quem se brindava. Havia o costume de *bibere nomen*, isto é, beber um número de taças correspondente ao número de letras do nome da pessoa a quem se brindava.

Se pensarmos nos *tria nomina* de cada *ciuis* e multiplicarmos por todos os presentes, veremos que não era fácil a tarefa dos escravos que aguardavam os senhores para os conduzir a casa...

No Império, obviamente, era obrigatório *bibere nomen do princeps*. **Durante a *comissatio* comiam-se guloseimas e petiscos (*bellaria*) para entreter o estômago e retardar a embriaguês**. A amêndoa amarga, utilizada com fins medicinais, mastigava-se antes destes excessos, porque se acreditava evitar a bebedeira.

Durante a *comissatio*, o anfitrião proporcionava aos convidados **algumas distrações**, umas de cariz intelectual, outras mais ligeiras. Aquelas consistiam na *leitura de poesia ou passos filosóficos* (por um escravo, *lector anagnostes*, por algum jovem autor mais ou menos promissor ou até da autoria e pelo próprio anfitrião, quantas vezes com enfado e desinteresse dos ouvintes), em *música e canto*, por *lyristae* e *choraules*.

Em tempos recuados entoavam-se **cantos patrióticos** (*carmina conuiualia*). Entre as segundas, vinham os **acrobatas** (*petauristarii*), as **dançarinas** (especialmente desejadas as *puellae Gaditanae*, com seus movimentos sensuais), as **tocadoras de uma espécie de castanholas** (*crotalistriae*), os **derisores e scurrae**, que contavam **anedotas e histórias divertidas enquanto faziam palhaçadas**, os **moriones**, bobos anões ou com outras deformidades físicas que eram ou se faziam meio-parvos.

Também se procedia muitas vezes ao **sorteio de presentes (*xenia*) entre os convidados**. Marcial deixou-nos um livro de dísticos destinados a acompanhar estes presentes, quase sempre guloseimas e outros alimentos.

Não podemos ainda esquecer que era lícito aos *comissatores* o **desregramento sexual**: amiúde estavam entre eles cortesãs e encontravam-se à disposição dos presentes os *pueri a cyatho*, belos e perfumados escravos, de cabelos compridos e encaracolados, túnicas

coloridas e curtas, que iam preparando e servindo o vinho (tirado de um *crater* com a *trulla* ou o *cyathus* para os *pocula* individuais).

Além de escanções, cabia-lhes atender ao mais pequeno desejo dos convivas, desde deixarem-se admirar pela juventude e beleza, enxotarem moscas e abanarem calores, até ajudarem-nos quando queriam vomitar ou urinar, e saciarem-lhes os sentidos, como Ganimedes fazia com Júpiter.

Nos primeiros tempos, a *cena* tomava-se no *atrium*. Depois, por influência grega, criou-se o *triclinium* para esse fim. De início, os Romanos comiam sentados. Mais tarde, generalizou-se o costume de *accumbere*, comer deitado num *lectus*, com o cotovelo esquerdo apoiado numa almofada (*puluinar*).

As *matronae*, que inicialmente não se deitavam para comer, não participavam da *comissatio* nem bebiam vinho, acabaram por aderir a todos esses costumes. No império, já só as crianças comiam sentadas. E, claro, os pobres.

No *triclinium* existiam três *lecti*, designados (da direita para a esquerda da *mensa* em volta da qual se dispunham) ***lectus summus, medius e imus***. O lugar de honra era o *locus consularis*, que (embora haja informações contraditórias) parece ter sido o *locus imus in medio*, isto é, aquele em que se estava mais à vontade para receber mensagens. O anfitrião ocupava o *locus summus in imo*. **O número mínimo de *conuiuiae* era, assim, de três** (como as Graças) **e o máximo de nove** (como as Musas).

No entanto, e embora o provérbio *septem conuiuiae, conuiuium; nouem, conuicium* mostre que **sete era o número ideal de participantes** e que, excedê-lo, gerava confusão e não prazer, **nas *domuse uillae* de gente abastada havia grandes salões que comportavam até doze *lecti* de três lugares em torno de várias mesas.**

Na época imperial, os *triclinia* começaram a ser substituídos por um leito único semicircular, com seis, sete ou oito lugares, o *stibadium* ou *sigma*. Neste caso, os melhores lugares situavam-se nos extremos (*cornua*). Na mesa central colocava-se a comida, um recipiente com vinho (*lagoena*), o saleiro (*salinum*) que mesmo nas casas pobres devia ser de prata, e o *acetabulum*, com vinagre. Os recipientes com os diversos pratos colocavam-se num móvel especial, o *repositorium*, onde os escravos partiam e serviam cada um.

Só tarde (século I) se começou a usar toalha (*mantele*): antes, os escravos *scoparii* limpavam a mesa com uma esponja ou escova entre cada prato. **Quanto aos guardanapos (*mappae*), era costume cada conviva levar o seu,** que lhe servia

durante a refeição para limpar mãos e boca e, no fim, para guardar os *xenia* ou os restos da refeição, que não era má educação levar para casa.

Marcial põe a ridículo os parasitas que arrecadavam esses restos não para comer mas para vender no dia seguinte. A partir de Adriano, todavia, o uso de toalhas e guardanapos tornou-se mais uma forma de ostentar o luxo. Criaram-se *serui a mappis* só para tratar desses adereços da mesa imperial.

A louça usada era, de início, muito simples. Com o tempo e os luxos gregos, porém, era imprescindível possuir uma **baixela de prata** (*argentum escarium*) e um sem-número de **pocula de cristal, de ouro ou de murra**, pedra opaca e caríssima que se dizia conferir um *bouquet* especial ao vinho.

Os pobres contentaram-se sempre com **louça de barro**, na melhor das hipóteses os considerados *uasa Saguntina*. Alguns *pocula* usados nas *cenae* representavam esqueletos (que surgiam também nos mosaicos dos *triclinia*), para lembrar o preceito do *carpe diem*, fazer pensar na fugacidade da vida e na necessidade de aproveitar o tempo, que se escapa sem regresso.

Não se usava nem conhecia o garfo. A comida era partida previamente pelo *scissor* (ou *carptor*) e disposta pelo *structor* de forma artística e agradável aos olhos. **Usava-se apenas a colher** (*cochlear* para ovos e mariscos, *ligula* para doces). Havia palitos (*dentiscalpia*) feitos de folha de lentisco.

À medida que o luxo da mesa crescia, também **o pessoal encarregado de preparar e atender às refeições se foi diversificando**. A princípio, só para ocasiões especiais se contratava um cozinheiro no mercado (*macellum*). A evolução culmina no momento em que cada casa tem um «exército» de *coqui*, todos sob a superintendência do *archimagirus*, este ajudado pelo *uicarius supra coquos*, e em que o «chefe» é pago a peso de ouro.

Reconhece-se-lhe como arte superior o saber tornar irreconhecível o aspecto dos alimentos, por exemplo, fazendo só com abóbora os diferentes pratos de uma *cena* ou «encenando» caçadas, esculpindo animais, recheando porcos ou javalis com tordos vivos. Convém ainda que haja um ou vários *pistores dulciarii*, especializados em sobremesas, um *tricliniarcha*, que, durante a *cena*, vigie o rigoroso cumprimento da etiqueta e o serviço dos *serui*.

Aos cozinheiros e ajudantes compete ainda conhecer as especialidades de cada região (por exemplo, que o melhor rodvalho é o de Ravena, as melhores moreias do estreito da Sicília), saber aproveitar e valorizar os recursos de cada casa: os ricos Romanos tinham viveiros próprios que lhes permitiam dispor sempre de algumas iguarias. Havia *uiuaria* de moreias e outros peixes (*piscinae*), ostras (*ostrearia*), aves de capoeira (*auitaria* ou

ornithones), lebres (*leporaria*), caracóis (*cochlearia*). O já referido Lucullus fez construir um canal ao longo de toda uma cordilheira só para transportar água do mar directamente para a sua piscina de peixes de água salgada.

Cada convidado fazia-se acompanhar de pelo menos um dos seus escravos, para lhe transportar a *uestis cenatoria* (ou *synthesis*), bem como as *soleae*, que envergava durante a *cena*. Esse escravo esperava como *seruus ad pedes*, pronto a acorrer a alguma necessidade e alumiar depois o caminho de regresso.

Os escravos do anfitrião cumpriam outras funções: antes de começar a *cena* (e entre cada serviço), traziam água perfumada para os *conuiuae* lavarem as mãos. Perfumavam-lhes os cabelos (e, por «moda» de Nero, a planta dos pés), limpavam-lhes as unhas, punham-lhes coroas ou colares de flores na cabeça ou no pescoço, porque se pensava que as flores e folhas usadas preveniam da embriaguês e purificavam o ambiente. O *triclinium* também se ornamentava com hera, lírios, açucenas, rosas, violetas, açafraão, verbena.

O cúmulo do requinte foi marcado por Nero, que na *Domus Aurea* tinha uma sala de banquetes concebida à imagem do universo: redonda, girava sobre si mesma sem parar e do tecto, em placas móveis de marfim, caíam perfumes e flores sobre os convidados.

A *cena* obedecia a um ritual, respeitando regras de etiqueta e alguns tabos. Tal acontecia porque a mesa era um lugar onde se cumpria o **dever sagrado da hospitalidade**. Mal chegava, o *conuiuia* tirava a *toga* e os *calcei*, para enverggar uma *synthesis* colorida de leve musselina e umas sandálias.

À mesa, só o imperador podia conservar a *toga* e, mesmo assim, sabe-se que o não fazia. Parece até que durante a *cena* se ficava descalço, já que uma superstição impedia que se tivesse qualquer espécie de nó ou cinto: o círculo fechado era presença nefasta, que interrompia a circulação da corrente mágica que percorre o universo e em que o homem participa durante a refeição. Por isso também a *synthesis*, usada apenas em festins e nos *Saturnalia*, era obrigatoriamente *sine cinctu*, e se evitava o uso de anéis.

Toda a *cena* estava subordinada ao número perfeito três. Os *conuiuae* são três ou múltiplos de três, a *cena* tem três partes, a segunda das quais em geral com três serviços... Evita-se ainda reunir um número par de convivas, o que será, para o último a acabar de comer ou a levantar-se da mesa, presságio de que será o último a casar-se. Levantar-se da mesa antes de a *cena* acabar era como abandonar a vida antes do termo natural: por isso quem o fizesse poderia morrer no prazo de um ano.

Não se entrava no *triclinium* com o pé esquerdo e só se pegava na comida com a mão direita. A etiqueta mandava que se tomassem os alimentos com a ponta dos dedos e que jamais se sujasse a cara ou a mesa.

Outros tabus associados à mesa consistiam em não entornar o saleiro, o que era presságio de morte; picar a carne com a ponta da faca era interdito porque se estaria a ferir os próprios mortos. Durante a *cena*, não se deveria falar de coisas tristes nem pronunciar certas palavras. Se alguém inadvertidamente falasse de incêndio, logo se deveria deitar água sobre a mesa, para apagar simbolicamente o fogo e afastar o presságio. Um silêncio repentino e geral anunciava mal para algum dos presentes, dado que o silêncio se associava aos ritos fúnebres, nomeadamente ao banquete em honra dos defuntos (*silicernium*).

Depois de comer ovos ou caracóis, havia que partir de imediato as cascas, para que ninguém pudesse servir-se delas para urdir malefícios contra quem os comera. A comida que caísse no chão do *triclinium* não podia ser apanhada nem varrida, pois pertencia aos mortos presentes na sala. Talvez por razões higiénicas, para que se pudesse varrer, o chão de mosaico representava amiúde os detritos de uma refeição.

De qualquer modo, jamais durante a *cena* se varria ou limpava o chão para onde os convidados atiravam o que não queriam. Também as naturezas mortas dos frescos dos *triclinia* não se destinavam apenas a agradar aos olhos e abrir o apetite: eram alimento simbólico para os espíritos presentes na sala.

O culto dos desaparecidos e a presença da morte associava-se a outros ritos e superstições: a mesa, imagem da Terra que produz os alimentos, nunca se deixava vazia; após a *cena*, não se apagavam *candelae* e *lucernae*, deixando que o fogo se extinguísse por si, já que o lume simbolizava o ser vivo e havia que respeitar-lhe a existência.

Finalmente, é curioso saber que, na Antiguidade, **a interpretação dos sonhos contemplava alguns alimentos e situações relacionadas com a mesa**. Artemidoro diz, por exemplo, que sonhar beber água fresca era um bom presságio, mas beber água quente era anúncio de doença. Também sonhar que se bebia azeite augurava envenenamento ou doença, tal como sonhar comer cebola ou alho era um sinal negativo (a não ser que se estivesse doente e se sonhasse que se comia muito desses dois alimentos com virtudes medicinais). Já o escravo que sonhasse comer carne de bovino sabia que seria torturado (correias e chicotes faziam-se da pele desses animais). Talvez esse escravo, diremos nós, sonhasse apenas com o estômago vazio, já que a sua alimentação era bem deficitária.

Catão propõe que o *seruus* receba cerca de 1 kg de cereal, que ele próprio moía para fazer a *puls*, um bocado de peixe seco, sal, azeite, azeitonas (de preferência as que caíam antes da apanha e não serviam para fazer azeite), vinho em quantidade proporcional ao trabalho.

Só durante os *Saturnalia* os escravos comiam à mesma mesa e da mesma comida que os senhores. Talvez apenas nesses dias pudessem dizer, como os abastados Romanos, que tinham «comido como um pontifex» ou «uma cena digna de colégio sacerdotal», expressão antepassada directa do nosso «comer que nem um abade».

5.6 HABITAR

As **casas primitivas** dos Romanos não passavam de *cabanas*, geralmente de **planta circular ou quadrada**, com uma **abertura para a saída do fumo nos tectos de colmo**. Embora, na época clássica, se mostrasse no Palatino a cabana que se dizia ter pertencido a Rómulo (*casa Romuli*), é apenas através das urnas onde guardavam as cinzas dos mortos e que reproduzem esse formato, encontradas em Roma, nos montes Albanos ou na Etrúria, que conhecemos essa primitiva habitação dos Romanos.

Parece ter sido por **influência dos Etruscos** que se divulgaram as primeiras **casas de atrium, com plano rectangular e construídas de pedra**. Pensa-se que, de início, o *atrium* não era mais que uma relativamente ampla dependência, onde homens e animais se abrigavam e no centro da qual existia um tanque que recolhia a água das chuvas e onde os animais bebiam. Em torno desse espaço ter-se-iam depois aberto e distribuído os compartimentos específicos para as pessoas da casa, mantendo-se todavia a **função do atrium como centro da habitação**. Aí se convivia, cozinhava e comia. Uma das etimologias propostas na Antiguidade relaciona até a designação *atrium* com o adjectivo *ater*, «escuro», em virtude das paredes que o fumo enegrecia.

Com o passar do tempo e a evolução dos costumes, sobretudo **por influência helenística, o atrium perdeu a função de centro aglutinador da vida doméstica**, transformando-se sobretudo no espaço onde amigos, visitas e clientes aguardavam ser recebidos pelo senhor da casa, estes últimos para a cerimónia diária e matinal da *salutatio* em que o *patronus* lhes dava a *sportula*.

No atrium conservavam-se, porém, alguns testemunhos das antigas funções. A abertura no tecto, de forma quadrangular ou rectangular, deixava sair fumos, permitia o arejamento da casa, a entrada da luz e o aproveitamento da água da chuva. **Chamava-se compluuium**, correspondendo-lhe no chão o *impluuium*, tanque onde

as águas eram recolhidas e aproveitadas, escoadas para um depósito subterrâneo para posterior utilização, ou, quando o abastecimento de água não constituía problema para os proprietários da casa, para fins ornamentais em pequenas cascatas e repuxos que refrescavam e alegravam o ambiente.

No *atrium* mantinha-se também o *lectus genialis*, o leito matrimonial, para onde a noiva era conduzida na noite do casamento. Depois, temos notícia de que a *matrona* aí se instalava para orientar e vigiar o trabalho das servas, tendo os aposentos matrimoniais em outras dependências da casa.

No *atrium* conservava-se ainda o *cartibulum*, pequena mesa geralmente de mármore: representava a lareira ou fogo doméstico, onde em outros tempos se preparavam os alimentos. Nunca utilizado para comer, **o *cartibulum* tinha um valor mais simbólico que ornamental.**

No primitivo *atrium* encontrava-se sempre o *lararium*, o **altar consagrado aos deuses domésticos**, que amiúde se apresentava como um pequeno templo. Aí, nas datas fixas de cada mês, as calendas, as nonas e os idos, com a oferta de incenso, flores ou alimentos, prestava o *pater familias* culto às divindades do lar: os *Lares*, que protegiam todos os habitantes da casa, e os *Penates*, divindades tutelares das provisões domésticas. **Com a evolução da casa romana, o *lararium* passa frequentemente a encontrar-se no *tablinum* ou mesmo no *peristylum*.**

O *tablinum* era inicialmente o compartimento reservado ao *pater familias*: ficava ao fundo do *atrium*, no extremo oposto ao da entrada da casa, tendo de ambos os lados as *alae*, espaços de utilização não completamente clara. No *tablinum* guardavam-se, numa *arca*, os documentos da família e alguns dos seus bens. **Mais tarde, transformou-se numa divisão para o convívio dos familiares e íntimos da casa.**

Ora, **quando Roma toma contacto com o esplendor da Grécia, as casas sofrem uma mudança radical**. Os Romanos encantam-se com os amplos espaços verdejantes e rodeados de colunas que vêem nas casas gregas e, assim, à primitiva casa em que pequenos *cubicula* rodeavam o *atrium* e que terminava com um *hortus* destinado ao cultivo de legumes e hortaliças para consumo familiar, acrescentam como que uma **segunda casa em torno de um jardim**, quase sempre exclusivamente ornamental, **com uma pequena fonte ao centro e um pórtico de belas colunas em todos ou alguns dos seus lados.**

Em volta desse espaço, o *peristylum*, abrem-se **compartimentos mais amplos, arejados e luminosos: e é nessa «segunda casa» que a família passa verdadeiramente a viver**, recolhida do bulício das ruas, afastada da parte «oficial»

da casa, o *atrium* e as divisões circundantes, então quantas vezes transformadas em pequenos escritórios ou casas de arrumos.

O *tablinum*, divisão que separava *atrium* e *peristylum*, era fechado de ambos os lados por cortinados ou tabiques corrediços de madeira. Abertos, a casa apresentava-se muito mais ampla, com a visão do *peristylum* verdejante, enquadrado por várias colunas de mármore finamente trabalhadas.

A passagem entre os dois espaços fazia-se por um **pequeno corredor** situado ao lado do *tablinum*, o **andron**, nome que na casa grega se dava às dependências reservadas aos homens mas que, na casa romana, perde por completo essa acepção.

No extremo oposto ao *tablinum*, no *peristylum*, a casa romana tinha muitas vezes um **compartimento espaçoso, a exhedra, reservado a reuniões mais alargadas de amigos**, quantas vezes associadas à actividade intelectual do senhor da casa. Junto da *exhedra* podia ainda encontrar-se o **oecus, sala em geral consagrada a festins maiores** do que os permitidos pelas dimensões do *triclinium*, sala onde se tomava a cena.

Os primitivos Romanos, como vimos, comiam no *atrium*. O **triclinium, introduzido por influência grega, situava-se em geral ao lado do tablinum, comunicando com o atrium**. Aí se colocava uma *mensa*, redonda ou quadrada, em torno da qual se dispunham três leitos, cada um com três lugares (*triclinia*) e as respectivas almofadas, para que os convivas se apoiassem enquanto comiam. O lado livre destinava-se ao serviço da refeição.

Os alimentos preparavam-se na **culina**, que, na maior parte das casas de Roma, não passava de uma **pequena, escura e pouco arejada divisão, com um forno, sem qualquer saída para fumos e cheiros. A casa romana não tinha chaminé**. Nas habitações dos mais ricos e sobretudo nas *uillae*, as *culinae* eram bastante mais amplas, permitindo confeccionar refeições e banquetes complicados e exigentes.

Tudo quanto vimos até aqui respeita evidentemente à casa dos que tinham bens suficientes para possuir uma **domus, a residência de uma estreita faixa da população em Roma**.

A habitação dos menos afortunados localizava-se, em Roma e em centros populosos como Óstia, o porto marítimo que servia a capital, em **blocos de apartamentos, os cenacula, compreendidos num único edifício a que se chamava insula (ilha), uma vez que estavam rodeados de ruas por todos os lados**.

As primeiras *insulae* surgiram em Roma no século III a. C. e o seu número aumentou vertiginosamente à medida que a população da capital aumentava. Em meados do século IV, os planos da cidade mostram que havia cerca de 46 000 *insulae* e pouco mais de 1750 *domus*.

As *insulae* constituíam rendoso negócio para os proprietários, pois as rendas em Roma eram altíssimas, cerca de quatro vezes superiores às que se pagavam nas províncias. Muitas vezes, um grupo de famílias «remediadas» comprava uma *insula* e habitava-a de forma semelhante à dos actuais condomínios: se não se podia ter uma *domus*, ao menos tinha-se casa própria.

As diferenças entre a *domus* e a *insula* são significativas. Naquela aloja-se uma única família, nesta podem viver centenas de pessoas, amontoadas em pequenos apartamentos ou simples divisões subalugadas.

A *domus* dispõe-se segundo um plano horizontal, quase sempre com um único andar (algumas vezes, em famílias abastadas e numerosas, surge um andar superior, mas que não abrange toda a extensão da casa). **Os compartimentos têm um destino e uso fixos.**

Na *insula*, as divisões não têm uma função específica, cada inquilino usa-as como lhe convém. E, porque em Roma o espaço urbano é escasso e precioso e também porque a especulação dos proprietários não se preocupava com a segurança mas com o lucro fácil, **a *insula* cresce na vertical, chegando a atingir sete e oito andares, numa altura de 30 m.**

A altura das casas em Roma, o facto de serem construídas muito perto umas das outras (Marcial diz que podia tocar o vizinho da frente para o cumprimentar), os materiais usados na construção (o mais barato possível, pedra apenas nos andares inferiores e sobretudo madeira nos andares mais elevados, por razões de leveza da estrutura), contribuía para dois dos dramas mais frequentes e temidos pelos habitantes das *insulae*: os **incêndios** e os **desabamentos**.

Outros factores faziam com que o fogo surgisse amiúde e se propagasse veloz: **as *insulae* não tinham água canalizada** (a não ser excepcionalmente no andar térreo); as condições de higiene eram precárias (as instalações sanitárias eram inexistentes ou havia uma, comum, no rés-do-chão); a comida era confeccionada ou (se tinha sido comprada já feita nas *popinae*) aquecida em pequenos fogareiros, dado que **não havia *culinae***; o aquecimento de tão inóspitas habitações fazia-se por meio de **pequenas braseiras**.

Assim, **os incêndios eram frequentes** e, se deixavam numa miséria ainda maior os que já eram pobres, agradavam bastante aos especuladores, que «arrematavam» por tuta e meia os salvados e o terreno, para logo construírem uma nova *insula*, com rendas mais elevadas e, se possível, com maior altura e mais *cenacula*. O riquíssimo triúviro Crasso foi um dos que ganharam fortunas à custa de incêndios e desabamentos.

Algumas medidas foram tomadas para prevenir tais desgraças. **Augusto**, que dividiu a populosa Roma (cerca de 1 milhão de habitantes) em 14 regiões, **criou, em 6 d. C., o primeiro corpo de polícias e bombeiros, as *Cohortes Vigilum*, compostas por libertos a quem era dada a plena cidadania após seis anos de serviço**. Cada *cohors* de **1000 homens** tinha a seu cargo a **guarda das ruas** e o **combate aos incêndios** em duas dessas regiões.

Augusto legislou ainda no sentido de que as *insulae* não ultrapassassem os 70 pés (cerca de 20 m), medida que, mais tarde, se determinou que descesse até 60 pés (cerca de 17 m). Nero, depois do grande incêndio de 64, que destruiu por completo 3 das 14 regiões e só deixou intactas 4, mandou reconstruir as zonas afectadas usando mais a pedra, conservando uma distância maior entre as casas e mantendo um traçado geométrico das ruas para permitir um mais fácil combate aos incêndios.

A *domus* possuía ainda uma estrutura fechada para fora e aberta para dentro, bem ao contrário da *insula*, em que, para aproveitar o espaço, os pátios interiores eram inexistentes ou, se absolutamente necessários para a iluminação ou arejamento, estreitíssimos.

A *domus* tinha, como vimos, um *atrium* aberto e um *peristylum* amplo, que lhe forneciam luz e ar. Para o exterior não havia janelas, mas apenas, e nem sempre, simples fendas, para melhor arejar certos compartimentos. Assim se precavam os ricos contra os ladrões e evitavam o barulho das ruas cheias de gente.

A *insula* abria-se em inúmeras janelas para a rua, algumas vezes com varandas (*maeniana*): essa era a única forma de receber luz e ar (mas também o imenso barulho e os intensos cheiros da Urbe!). Desejosos de algum verde e alguma alegria, impossibilitados de terem os jardins que às vezes entreviam por alguma porta aberta de qualquer *domus*, os pobres enfeitavam janelas e varandas com vasos de flores e plantas.

O acesso à *domus* fazia-se por uma porta (*ianua*), junto da qual se mantinha dia e noite o ***ianitor*, escravo porteiro**, encarregado de ver quem chegava e de vigiar qualquer eventual perigo de assalto. Essa porta, porém, nem sempre ficava imediatamente em contacto com a rua.

À *domus* chegava-se subindo um ou dois degraus (*gradus*) que davam acesso a um primeiro e curto corredor, o *uestibulum*, às vezes decorado com estátuas e colunas, seguido da porta propriamente dita, que se fechava à chave e se reforçava com trancas durante a noite.

As portas tinham em geral dois batentes (*ualuae*). Algumas estavam divididas em duas partes, no sentido horizontal, para que se pudesse fechar a parte de baixo, impedindo a entrada de animais, mas deixar a superior aberta, para que entrasse ar e luz e os transeuntes pudessem espreitar as riquezas com que apenas sonhavam.

Registe-se como curiosidade que em Roma, e ao contrário do que acontecia na Grécia, as portas abriam para o lado de dentro das casas. Poder abrir a porta para fora, com o conseqüente benefício de não roubar espaço à própria casa (mas com o evidente risco de quem passasse no momento), parece ter sido privilégio concedido a quem se distinguiu por relevantes feitos, como aconteceu com P. Valerius Publicola, em recompensa dos serviços prestados à pátria na luta contra os Sabinos.

Ultrapassada essa *ianua*, o corredor prolongava-se nas *fauces*. O espaço que ficava de ambos os lados do *uestibula* e *fauces* era ocupado por *tabernae*, independentes da casa mas exploradas ou alugadas pelo proprietário da *domus*. Nesta existia ainda uma **porta secundária, o *posticus***, que dava para as traseiras ou para algum *uiculum* lateral, e se destinava aos escravos, ao abastecimento e também a algumas entradas e saídas mais «discretas», nem que fosse a do próprio senhor para escapar a visitas importunas...

Na *insula*, os acessos faziam-se por uma ou mais escadas comuns, exteriores ou interiores, que davam acesso a cada um dos andares. Junto à rua também havia *tabernae* exploradas pelo dono do «complexo habitacional».

Vimos já que **os habitantes das *insulae* não possuíam *lauatrina*, nem muito menos *balnea***: os banhos tomavam-nos nas termas públicas e as necessidades fisiológicas satisfiziam-nas nas *latrinae* públicas ou nos recipientes que tinham em casa para o efeito e que amiúde despejavam das janelas para a rua, durante a noite, para grande perigo de quem tivesse a desdita ou a coragem de passar no momento. Juvenal lembra que louco era o romano que se aventurava a sair à noite sem antes ter feito testamento...

Nada disso acontecia na *domus*: se os pobres tinham de se abastecer nos fontanários, **ter água canalizada**, embora fosse dispendioso, pois as «puxadas» dos aquedutos determinavam o preço consoante o tamanho e a extensão dos canos necessários, **era um luxo de que nenhum romano abastado se privava**. Com a água canalizada tornava-se naturalmente fácil ter ***balnea* privados**.

Na *domus*, porém, tais instalações não eram usualmente muito grandes, ao contrário do que acontecia nas *uillae*, onde os banhos podiam ter todas as dependências de umas autênticas termas: o *apodyterium*, onde se tiravam e vestiam as roupas; o *caldarium*, para o banho quente; o *tepidarium*, para o morno; o *frigidarium*, para o frio; a *piscina*, para nadar ao ar livre; o *gymnasium*, para exercitar o corpo; o *sphaeristerium*, para jogar à bola.

De facto, **era nas propriedades que tinham fora de Roma que os ricos senhores elevavam ao expoente máximo o requinte, o luxo, as comodidades e os privilégios.** O espaço não faltava e valia a pena investir em locais onde se passavam largas temporadas.

A uilla apresentava dois tipos, a uilla rustica e a uilla urbana. A primeira era uma exploração agrícola, uma quinta que o *uilicus*, feitor e representante do senhor, tinha a seu cargo. **A segunda constituía uma residência de campo** em que o rico romano se recolhia, para descansar ou fugir do calor da capital, onde recebia os amigos ou fazia escala quando viajava.

Os mais abastados possuíam não uma mas **várias uillae urbanae**, em lugares escolhidos criteriosamente pelas condições de salubridade e pela beleza da paisagem. Preferiam assim sítios aprazíveis, perto do mar, de um rio ou de um lago, no sopé de montanhas.

Não descuravam a facilidade de comunicações e muito menos as condições climatéricas: zonas como a baía de Nápoles, com clima ameno durante todo o ano, transformaram Pompeios, Herculano, Estábias, Baias (famosa pelas águas termais) em lugares de eleição. Se o calor apertava, escolhia-se um fresco refúgio numa *uilla suburbana* dos arredores de Roma, por exemplo, em Tibur ou Tusculum.

Alguns destes nomes associam-se de imediato a alguns dos acontecimentos e personagens de maior relevo na Antiguidade. Em Tibur (Tivoli) construiu Adriano a sua *uilla*, em que reproduziu de forma magistral muito do que vira de belo em muitos anos de viagens pelo vasto mundo romano. Recorde-se ainda que Cícero possuía nada menos que nove *uillae*, uma das quais em Tusculum.

A maior parte das informações que temos sobre as **uillae urbanae** vem-nos de Pompeios e Herculano, cidades sepultadas pela erupção do Vesúvio em 24 de Agosto de 79. Aí podiam os senhores permitir-se luxos como o de terem uma **bibliotheca particular**, orientada a levante, para usufruir bem cedo da luz solar, *cubicula* virados a norte, para dormir no Verão, e outros a sul, para o Inverno, *triclinia hiberna* e *triclinia aestiva*, abertos sobre a paisagem, *balnea* completos, *cubicula diurna* para repousar, meditar, ler

ou ouvir ler, escrever ou ditar no *lectus lucubratorius*. Aí podiam ter pórticos extensos para passear longamente a pé (*ambulationes*) ou, mais amplos ainda, para percursos de liteira (*gestationes*), a cavalo ou de biga (*hippodromi*).

A decoração destas *uillae* era esplendorosa, apurando o requinte das *domus da capital*. O mármore nas mais belas e preciosas variedades, revestia colunas, tecto e chão, as paredes cobriam-se de pinturas a fresco, com motivos escolhidos (naturezas mortas, episódios mitológicos, cenas de caça ou do quotidiano) e executados com fina técnica: lembre-se o estilo arquitectónico em que a pintura *trompe l'oeil*, representando em perspectiva casas, templos, jardins, ruas, simulava profundidade e dava a ilusão de que a sala era mais ampla.

Nas paredes das *uillae* surgem ainda os *emblemata*, espécie de quadros feitos em mosaico, verdadeiras obras-primas representando em geral episódios mitológicos. O chão cobria-se de mosaicos, simples e com desenhos geométricos nos lugares de passagem, belíssimos e complicados em temas e cores variadas nas zonas nobres (mas também mais resguardadas de passos e facilmente admiradas), como o espaço do *triclinium* entre os três *lecti*.

Curiosamente, é perto de Pompeios que se encontram os belos restos arqueológicos da *uilla rustica* de *Boscoreale*: três quartos da sua vasta superfície são dedicados às tarefas agrícolas, mas tal não impede que aí se tenha encontrado uma preciosa baixela de prata lavrada, que hoje se pode apreciar no Museu do Louvre.

A *uilla rustica* vivia do trabalho dos escravos. Quando o senhor aí permanecia, havia dependências que lhe eram reservadas ou, então, uma casa à parte da dos servos. **A *culina* era ampla e o autêntico coração da casa:** aí se cozinhava e comiam, aqueciam-se e repousavam os escravos.

Perto dela ficavam as **dependências que beneficiavam do seu calor: os banhos, os *bubilia* e os *equilia*, estábulos para os bois e cavalos.** Para que, ao invés, não sofressem com a humidade, era **longe da *culina* que se situavam os *granaria* e *horrea*, para guardar cereais e outros produtos agrícolas, e a *oporothea*, para armazenar frutos.** Havia áreas consagradas à preparação do vinho e do azeite (*cella uinaria* e *olearia*).

Na *uilla rustica* encontrava-se também um *ergastulum*, por vezes subterrâneo e debaixo das dependências do *uilicus*, **prisão para os escravos castigados, que trabalhavam com os pés acorrentados (*serui compediti*), bem como um *ualetudinarium*, enfermaria onde se tratavam os escravos doentes.**

Importa ainda abordar **três aspectos relacionados com a habitação** dos Romanos: o **mobiliário**, o **aquecimento**, a **iluminação**.

As casas romanas, mesmo quando de gente abastada, tinham **poucos móveis**. Mais que a quantidade, o luxo e o requinte revelavam-se na **qualidade**.

Nos **quartos de dormir** (*cubicula*, da Raiz *cub-*, deitar-se), pouco mais havia que o **lectus** e uma **arca para guardar roupa**. **O mobiliário da casa resumia-se aos necessários lecti** (os *cubiculares*, os *lucubratorii*, os *tricliniaries*), **algumas arcae, mensae, uns quantos assentos...**

Acima de tudo, importava o material de que esses móveis eram feitos: madeiras preciosas, marfim, bronze, incrustações em madre-pérola, pedras preciosas, prata, ouro. Tal preocupação quase assumia foros de doença, como no caso da loucura colecionista que alguns homens tinham por **mensae em madeiras raras**: Cícero tinha imensas mas, ainda assim, despendeu uma fortuna para obter uma pequena *mensa em thuya*, madeira preciosa do Norte de África. Diz-se que Séneca tinha cerca de 500 *mensae*!

Obviamente, **também em termos de mobiliário a simplicidade dos primeiros tempos se foi perdendo à medida que os Romanos se tornavam senhores do mundo**: no fim do século I, sobretudo nas zonas destinadas a receber visitas, as casas estavam já cheias de pequenos objectos e pequenos móveis, caros e muitas vezes inúteis. O mesmo acontecia com mantas, «reposteiros», almofadas, cobertas, de início reduzidas ao indispensável, depois cada vez mais abundantes, trabalhadas e dispendiosas.

Lembre-se um pormenor interessante: os Romanos não guardavam a louça, roupa e utensílios domésticos em armários ou prateleiras, como hoje fazemos. Usavam **compartimentos** para o efeito, com todos os inconvenientes que tal prática acarretava sob o ponto de vista higiénico.

Para o **aquecimento**, os romanos ricos recorriam, além das **braseiras**, quase sempre em bronze finamente trabalhado, a **fornos portáteis**, grandes recipientes onde se queimava a lenha e que se acendiam no *atrium* ou no *peristylum* até sair quase todo o fumo, para depois se levarem para o compartimento que se queria aquecer (usavam-se geralmente no *triclinium*).

Grande número de domus estava equipada com um sistema de aquecimento central e subterrâneo (hipocausto). O pavimento assentava em pequenos pilares de tijolos, alinhados paralelamente a uma distância de cerca de 30 cm. Por esse espaço livre circulava o ar quente, que provinha de um forno em que se queimava lenha. As paredes tinham também no seu interior tubos de terracota para a circulação vertical do calor.

O calor, no entanto, era difícil de conservar. Lembremos que as janelas e fendas que *insulae* e *domus* possuíam não ficavam jamais vedadas: **o vidro só tarde foi usado** e o isolamento fazia-se por finas lâminas translúcidas de alabastro ou por simples portadas de madeira. A luta contra o frio tinha a sua contrapartida na falta de arejamento, sobretudo no Verão: não é por acaso que Plínio recomenda que se queime pão para disfarçar os maus cheiros e a atmosfera abafada da casa!

A iluminação fazia-se por três formas: a mais primitiva, através de **fachos e archotes** (*taedae, fasces*), conservou-se depois sobretudo em cortejos, cerimónias e saídas nocturnas. Usavam-se ainda **candeias** (*candelae*) e **lucernas** (*lucernae*) de azeite. Estas, amiúde finamente trabalhadas, eram as mais usadas, dada a abundância do azeite e o bom cheiro que desprendia ao ser queimado.

Suspendiam-se muitas vezes em número elevado de candelabros com formas originais (tronco de árvore de que pendiam os frutos-lucernas, um corpo humano, uma coluna) e assim garantiam mais luz. Nas saídas nocturnas, usavam-se ainda lanternas, transportadas pelos escravos que acompanhavam os senhores.

5.7 VESTIR

No início, os Romanos usavam **peles** para se protegerem do frio. Logo, porém, as mulheres se encarregaram de fabricar **tecidos de lã** e generalizou-se a **toga, peça de vestuário de origem etrusca**, primeiro rectangular e curta, para não entravar os movimentos.

A toga tornou-se marca distintiva do *ciuis*: os escravos e os estrangeiros não a podiam usar. A mulher, que, de início, também a envergava, trocou-a depois pela *stola*. A partir da República, a *toga* passou mesmo a ser usada apenas como «castigo» pela mulher condenada por adultério e pelas *meretrices*.

A toga sofreu grande evolução ao longo da história de Roma. De rectangular passou a semicircular e o tamanho aumentou desmesuradamente, chegando a atingir cerca de 6m no lado recto e 2m de largura.

Era difícil de envergar, de cuidar, de usar. Vesti-la exigia tempo e paciência, para que as pregas caíssem adequadamente. Além disso, era quente e incómoda: assim, e embora os romanos ricos tivessem um escravo que a preparava com antecedência nas inúmeras pregas e dobras, o *uestiplicus*, o uso dessa peça de vestuário restringiu-se bem depressa ao desempenho de funções oficiais e às cerimónias ou espectáculos públicos. Dentro de casa e no campo nunca foi usada, nas cidades das províncias, o mínimo indispensável.

É significativo que Juvenal diga que, no seu tempo, já só os mortos a usavam, e que, no fim do século I Quintiliano tenha dedicado um passo da *Institutio Oratoria* a explicar a «arte» do drapeado da *toga* e a importância que assumia para o orador. É ainda curioso observar que Marcial, conhecedor como ninguém das obrigações e sacrifícios que um *cliens* devia ao *patronus*, se lhes refira como *opera togata*: os *patroni* faziam questão de, sempre que iam à rua ou surgiam em público, se rodearem dos seus *clientes* impecavelmente vestidos com a *toga*. Quanto mais cidadãos deles dependessem maior era o peso político que tinham (por exemplo, em votos, em apoio nas campanhas eleitorais). E a propaganda da influência passava também por esse cortejo de submissos *ciues*, que viviam sobretudo da *sportula* diária que o *patronus* lhes garantia.

Havia diversos tipos de toga. A toga pura ou uirilís era totalmente lisa, de lã branca, e usava-a o *ciuis* mal atingia a idade adulta. A **toga praetexta** apresentava uma larga banda de púrpura e era atributo dos principais magistrados e sacerdotes, bem como dos jovens de ambos os sexos (elas até casarem, eles até tomarem a *toga uirilís*).

Usavam a **toga candida**, de um branco imaculado, os *candidati* a cargos públicos. A **toga picta ou purpurea** era honra atribuída aos triunfadores e, no principado, ao imperador.

A **toga sordida ou pulla**, escura, era usada pelos pobres (que não podiam cuidar tanto da brancura da roupa), mas também pelo réu que se apresentava em tribunal, para inspirar piedade. Era ainda a veste de luto.

A **toga trabea** era a dos áugures e sacerdotes enquanto cumpriam os ritos: toda em púrpura ou apenas decorada com uma ou mais bandas horizontais dessa cor, com ela se representavam também as divindades.

Embora fosse sempre quente, **a toga apresentava diferenças, consoante se destinava ao Verão ou ao Inverno**: se o tecido era **mais fino**, era a **toga rasa**; se **mais grosso e felpudo**, a **toga pexa**. Em função do **tecido mais ou menos encorpado** distinguia-se a **toga densa** da **toga ralla**.

No fim da República, a toga foi cada vez mais substituída pelo pallium, o manto grego rectangular, mais simples e prático. Embora com grande escândalo na época, foi Cipião Africano quem lançou a «moda» do *pallium*.

Nos primeiros tempos, os Romanos usavam **por baixo da toga apenas uma faixa em torno dos rins, o subligar** (*subligaculum*, campestre ou *cinctus*), depois usado só pelos actores (não fosse suceder algum percalço com a roupa), os que se exercitavam no Campo de Marte, os trabalhadores no campo, os *Luperci* nos *Lupercalia*, e também

os *laudatores temporis acti*, como Catão Censor, que o usava no Verão, ou a família dos Cetegos, que nunca aderiu à moda da *tunica*. **Era também o *subligar* que as mulheres envergavam quando iam aos banhos.**

A *tunica* surgiu inicialmente como veste interior para usar sob a *toga* ou a *stola*: era uma espécie de camisa feita de dois panos cosidos, com ou sem mangas. Usava-se também em casa, nos campos, nas províncias. Por ser mais prática e fresca (em geral era de linho), bem depressa se tornou a peça de roupa mais usada por homens e mulheres, simples ou com outras por cima, às vezes envergando-se mais que uma (*tunica interior* e *exterior*). Augusto, que parece ter sido muito friorento, vestia nada menos que quatro túnicas. Note-se que se considerava sinal de desleixo ou de costumes menos dignos usar a *tunica* muito comprida ou sem cinto (*discincta*).

A *tunica* apresentava uma banda púrpura larga (*latus clauus*) se a usava um senador, estreita (*angustus clauus*), se se tratava de um *eques*. O general triunfador exibia a *tunica palmata* (com a *toga picta*), toda ela púrpura e bordada com palmas douradas.

As mulheres usavam a *stola*, espécie de vestido comprido com pregas e apertado acima da cintura. **Sobre ela, o *ricinium* ou, mais tarde, a *palla*.** O *ricinium* cobria a cabeça e os ombros e punha-se para sair. A *palla*, mais ampla e comprida (chegava aos pés), vulgarizou-se no fim da República.

Entre os *indumenta* (vestes interiores, por oposição ao *amictus*, roupa exterior), as mulheres usavam a *fascia pectoralis* (*mammilia*, *strophium* ou *taenia*), **que lhes protegia o peito, além do *subligaculum*.**

Em viagem, homens e mulheres punham a *paenula*, habitualmente veste de pobres, escravos e de todos os que trabalhavam ao ar livre, mas boa para o frio e a chuva. Apresentava o inconveniente de ser **completamente fechada e sem mangas, enfiando-se pela cabeça.**

Distinguia-se a *paenula scortea* (de couro, impermeável) e a *gausapina* (de pele curtida e com pêlo na parte interior, melhor para o frio).

No entanto, para o frio usava-se sobretudo a *lacerna*, **inicialmente um manto militar.** Era um bom abrigo, mas Augusto considerou-o pouco digno para exhibir em recintos e espectáculos públicos. Por isso legislou proibindo-o nessas circunstâncias, embora pareça ter tido pouco êxito com a medida: Domiciano retomou a proibição décadas depois, mas Marcial demonstra amiúde que o costume era já bem difícil de contrariar.

Outros abrigos eram, por exemplo, a *laena*, de lã com pêlo, **a *abolla***, de tecido duplo, **e a *endromis***, manto grosso que se punha sobretudo nos ginásios, nas palestras e sempre que se terminavam exercícios físicos. Era quente, barato e bom também para a chuva.

Durante muito tempo os Romanos acharam as ***bracae*** próprias dos povos bárbaros, como os Gauleses, os Germanos, os Sármatas ou os Persas. No entanto, quando fizeram guerra em climas frios, os soldados depressa perceberam a vantagem de proteger as pernas do frio e adoptaram-nas, como provam os muitos *militēs* representados na Coluna de Trajano durante as campanhas do Danúbio.

Assim se espalhou o costume destas «calças», **justas às pernas ou mais largas, umas vezes cobrindo as coxas** (*feminalia* ou *femoralia*), **outras até aos tornozelos**. Também parece ter sido entre os soldados que começaram a usar-se os ***tibialia*, espécie de meias ou faixas dos joelhos aos tornozelos**.

Para aquecer as mãos, as mulheres envolviam-nas num mantum de lã. Há ainda notícia de que as «elegantes» exibiam a *pila crystallina*, esfera de cristal com água quente que apertavam nas mãos. Essas requintadas senhoras eram sem dúvida as que, no Verão, refrescavam as mãos com uma *pila succina*, de âmbar.

Não se costumava cobrir a cabeça. As mulheres protegiam-se com a *palla*, os homens apenas a tapavam com uma banda da toga ou do *pallium* quando realizavam sacrifícios. Em viagem, porém, podiam pôr uma **espécie de capuz (*cucullus*)** ou um **chapéu de abas largas, o *petasus***. **A *lacerna* também admitia capuz**. **O *pileus*, espécie de gorro de lã pontiagudo**, só o usavam os libertos como marca do seu estatuto livre e, durante os *Saturnalia*, os participantes nessa festa de igualdade entre todos.

Os soldados envergavam o *sagum*, tal como os oficiais e os *ciues* quando era proclamado o *tumultus*, isto é, quando se corria perigo de invasão ou se vivia em estado de guerra civil. **O general em campanha exhibia o *paludamentum***, púrpura ou escarlata, recamado a ouro, que depois os imperadores adoptaram na qualidade de chefes supremos do exército.

Os **escravos** contentavam-se com as ***tunicae* que os senhores davam com parcimónia**. Catão propunha que recebessem uma *tunica* e um *sagum* de dois em dois anos, altura em que deviam entregar os velhos para deles se fazerem *centones*, mantas ou cobertas em estilo *patch-work* com os retalhos cosidos uns aos outros.

Numa fase mais tardia, outras peças de roupa encontraram favor entre os Romanos. Lembremos o **manto de origem gaulesa**, justo e de mangas compridas, primeiro de uso

militar, que o imperador Aurelius Antoninus adoptou e vulgarizou. Chamava-se **caracalla** e o *princeps* passou à história justamente sob esse nome. Também a **dalmatica, ampla túnica até aos joelhos e com mangas compridas, de lã branca e duas bandas púrpuras verticais**, usou-se desde os tempos de Cómodo, sendo adoptada em especial pelo clero católico. Depois de Diocleciano, o vestuário sofreu significativa mudança: ficou mais justo ao corpo e cada vez com mais ornamentos e cores.

Na época clássica era sobretudo a roupa das mulheres que tinha uma gama mais variada de cores e uma riqueza de enfeites reveladora do gosto e luxo de quem a possuía. De entre as inúmeras cores com que se tingiam *stolae* e *pallae*, duas eram particularmente queridas e dispendiosas: a **púrpura** e o **ouro**. Os tecidos bordados, sobretudo com motivos de flores, plantas ou animais, e também os que se lavravam a fio de ouro, eram obviamente disputadíssimos.

Os homens eram mais sóbrios. Vestes coloridas levantaram sempre suspeita de moleza de costumes ou até de homossexualidade. Marcial lança duras críticas contra os que se vestiam da cor da erva, tal como põe a ridículo os elegantes novos-ricos que invocavam o calor e o suor para se levantarem durante a *cena* e mudarem dezenas de vezes de *synthesis*, a *uestis* fina que se empregava nessa ocasião. É também Marcial quem mais agudamente nos revela um mundo em que os homens são tão vaidosos como as mulheres, usam tantas jóias como elas e, supremo desvio, depilam-se e fazem caracóis com o ferro de frisar (*calamistrum*).

Também a **matéria-prima** foi mudando com o tempo: as **peles primitivas** reservaram-se depois quase exclusivamente para tapetes e cobertores; a **lã** e o **linho** predominaram durante a República, este sobretudo nos *indumenta* e na roupa feminina. O **algodão**, conhecido desde o início do século II a. C., era caríssimo e só usado na *synthesis* e em alguma roupa de casa. No fim da República e sobretudo no Império, a **seda**, conhecida após as lutas contra os Partos, torna-se o tecido mais ambicionado por ricos e elegantes.

Quanto ao **calçado, o feminino e o masculino não diferiam muito em tipos, materiais e formas.** Apenas **o das mulheres** era em **pele mais fina e maleável e admitia mais cores e enfeites**, como bordados de seda, pérolas e pedras preciosas.

Basicamente havia **três tipos de calçado: os calcei, as soleae e os socci. Os calcei**, de uso obrigatório com a toga, **eram mais resistentes**; os dos senadores tinham uma *lunula*, meia-lua de prata ou marfim. **As soleae**, sandálias ou alpergatas, **calçavam-se com a túnica e durante a cena: eram leves e práticas. Os socci usavam-se sobretudo na intimidade do lar.**

Distinga-se um tipo de calçado apropriado para grandes caminhadas e para o campo, **o *pero*, que protegia o pé até ao tornozelo**. Os **escravos e os camponeses usavam uma espécie de socos resistentes com sola grossa de madeira, as *sculponeae***, que Catão também prevê que se substituam apenas de dois em dois anos.

A *toilette* dos homens e sobretudo das mulheres não estava, porém, completa sem alguns **adereços. As senhoras saíam com leque (*flabellum*) e sombrinha (*umbella, umbraculum*)** transportados pela escrava *flabellifera*. Os primeiros eram em forma de folha e feitos de papiro, folhas de lótus, pele ou até metal. Os mais caros e procurados eram em penas de pavão (*pauonia flabella*). Os ricos tinham escravos apenas para os abanarem, os *flabrarii*.

As **jóias** eram também imprescindíveis. **Nos primeiros tempos, os homens usavam apenas um *anulus*, que lhes servia de selo. O *anulus aureus* era ainda a insígnia de senadores e, mais tarde, de cavaleiros.**

Diz-se que foi Cipião Africano o primeiro a usar um anel com uma pedra preciosa encastoadada. **Com o passar dos tempos, todavia, os homens passaram a usar anéis às dúzias e em vários dedos**. O requinte de tais jóias chegou ao ponto de se distinguirem anéis de Inverno, mais pesados, e de Verão, mais leves, e de serem precisos pequenos cofres ricamente decorados para guardar todos os *anuli* que se possuíam (*dactyliothecae*).

As mulheres, ao invés, sempre usaram abundantes jóias: *fibulae*, que prendiam e fechavam a roupa, **ganchos de cabelo (*acus crinales* ou *comatoriae*), diademas, gargantilhas, colares (*monilia*), pulseiras (*armillae*)** tantas vezes em forma de serpente, **argolas nos tornozelos (*periscelides*), anéis, brincos (*inaures*).**

Havia ainda o costume de **usar mais de um brinco em cada orelha**, produzindo um barulho que chamava a atenção quando a mulher passava. Eram **os *crotalia***. A ambição das mulheres de menos posses, diz-nos Séneca, era possuir nem que fosse apenas uma pérola pendente de cada orelha.

As pedras preciosas mais utilizadas eram a esmeralda, a água-marinha, a opala, a ágata. O diamante, que não se sabia lapidar convenientemente, **usava-se sobretudo em anéis**.

Embora possa ser estranho contemplar os cuidados de beleza num capítulo sobre o vestuário, a verdade é que os Romanos foram desde sempre bastante criteriosos com o aspecto físico e, para isso, contribuía, v. g., o tratamento da barba e dos cabelos.

Os homens usavam, de início, o cabelo e a barba compridos. Só em **300 a. C.** os primeiros **tonsores vieram da Sicília**, embora o costume de fazer a barba diariamente se devesse a Cipião Africano. A moda manteve-se até Adriano, que, por ter uma doença congénita de pele que lhe desfeava o rosto, a deixou crescer, sendo prontamente copiado por todo o Império, pelo menos durante cerca de 150 anos.

A barba fazia-se por três processos: cortada com tesoura (*tondere*), escanhoada com *culter* ou *nouacula* (*radere*), arrancados os pêlos com pinças (*uolsellae*). Os *tonsores* também cuidavam das unhas.

Os cabelos masculinos usavam-se curtos e naturais, pelo menos até os mais galantes seguirem a moda do *calamistrum*. Conheciam-se «**loções**» **para o cabelo**, tanto para homens como para mulheres, feitas, por exemplo, à base de gordura de urso.

Os homens mais «delicados» também aderiram ao costume, usual entre as mulheres, da **depilação**. Depilavam braços, pernas, axilas, com grande desprezo dos que os diziam *cinaedi*. Faziam-no com pinças, unguentos de resina e pez (*dropax*) ou outras «ceras» à base de gordura animal.

Até casarem, as mulheres tinham penteados simples, sobretudo apanhando o cabelo na nuca. Durante a República, as *matronae* exibiam o *tutulus* (cabelos apanhados ao alto por uma fita) ou tranças presas também ao alto.

Com a evolução dos costumes, **os penteados vão-se complicando**, até levarem horas a conseguirem-se (sempre com a ajuda de escravas *ornatrices*). Aumentavam os caracóis, cresciam os penteados com madeixas, fitas, tiaras, postiços.

Se a cor do cabelo não agradava, e porque era **moda ser loura, pintava-se ou aclarava-se** com um sapo especial (ou *spuma Bataua*), de origem gaulesa e germânica, à base de cinzas de faia e gordura de cabra. Em alternativa, punha-se uma **peruca** feita com cabelos louros das mulheres germanas.

Parece que as **perucas** não eram completamente desconhecidas **dos homens**, para quem a calvície era uma desgraça. Marcial recorda alguns artifícios para a esconder, como pintar o couro cabeludo com uma espécie de «graxa» negra ou desviar os cabelos das zonas onde sobreviviam, «colando-os» onde já tinham desaparecido, com todo o risco que vento e chuva representavam.

Também havia **dentes postiços, dentífricos** (de pedra-pomes pulverizada, pétalas de rosa desfeitas e mirra), **pastilhas para perfumar o hálito** (de mirto ou bagas de mirra).

Os cuidados com a aparência passavam ainda por **banhos** e **cremes de beleza, maquilhagem e perfumes**. As mulheres nobres esforçavam-se por apresentar a tez branca e sem rugas. Para tal usavam **cremes** feitos, por exemplo, de miolo de pão embebido em leite ou o célebre *lomentum* de farinha de favas misturada com caracóis secos ao sol e reduzidos a pó. Os banhos de beleza mais requintados eram os de leite de burra, costume vindo do Egípto: Popeia, mulher de Nero, fazia acompanhar-se em todas as deslocações de 500 burras para o seu banho diário.

Os produtos empregues na **maquilhagem** eram, em grande parte, feitos de chumbo, e por isso prejudiciais à saúde. Como «base» para tornar o rosto claro usava-se alvaiade ou uma preparação à base de greda. A sombra dos olhos e o realce das sobrancelhas conseguia-se com antimónio em pó ou cinza (*fuligo*). Nas faces e lábios, *blush* e *bâton* de ocre vermelho.

Os **perfumes** fabricavam-se com substâncias recebidas do Egípto, da Arábia, da Índia, também da *Italia*. Empregavam-se raízes, folhas, flores, como o lírio, o narciso, as rosas... A essência misturava-se com óleos, resina, goma, o que os tornava gordos, espessos, de aroma intenso e penetrante. Conheciam-se também perfumes em pó. Guardavam-se em *alabastra*, geralmente de ónix, pequenos frasquinhos acondicionados em preciosos cofres (*alabastrothecae*).

Plínio dizia que os perfumes eram o supremo luxo, o que há de mais supérfluo, já que se evaporavam sem deixar rasto. A verdade, no entanto, é que muitos romanos não hesitavam em gastar fortunas justamente no supérfluo que fazia a moda, lhes dava prazer e os distinguia como senhores do mundo.

Actividades

Realize as actividades que se seguem, aproveitando para consolidar os seus conhecimentos, revendo aqueles que, eventualmente, ainda lhe suscitem dúvidas.

1. Mencione as razões que em Roma justificavam a exposição das crianças.
2. Refira os festejos e as cerimónias associadas ao *dies lustricus*.
3. Descreva sucintamente os ritos de entrada na idade adulta.
4. Leia com atenção as afirmações que se seguem e assinale com um **V** as que considere verdadeiras e com **F** as que considerar falsas, de forma a obter uma caracterização apropriada do **nascimento** e do **casamento** entre os Romanos:

- ___ 1. O *pater familias* tinha poder absoluto (*patria potestas*) sobre todos os membros da família, à exceção dos filhos do sexo feminino.
 - ___ 2. Inicialmente, o registo dos filhos só era feito de cinco em cinco anos, por ocasião dos censos.
 - ___ 3. Era muito frequente nas famílias mais abastadas de Roma ser a própria mãe a amamentar o filho.
 - ___ 4. Os Romanos tinham divindades específicas para todos os momentos e etapas do desenvolvimento.
 - ___ 5. A taxa de mortalidade infantil era elevadíssima (20%-40%) entre os Romanos.
 - ___ 6. Para a mentalidade romana, a altura mais auspiciosa para celebrar casamento coincidia com o apogeu da natureza no solstício de Verão.
 - ___ 7. O imperador Augusto legislou para incentivar o casamento e promover a natalidade entre os estratos sociais mais desfavorecidos.
 - ___ 8. As medidas implementadas pelo imperador Augusto alteraram substancialmente o comportamento dos Romanos face ao casamento, divórcio e adultério.
 - ___ 9. Designa-se por *contubernium* a lei de Augusto que reprimia severamente o adultério.
 - ___ 10. O *concubinatus* era a ligação reconhecida pela lei entre, por exemplo, uma liberta e o seu *patronus*.
 - ___ 11. Os filhos das uniões de *concubinatus* recebiam e seguiam, segundo a lei, a condição do pai.
 - ___ 12. A *lex Canuleia* proibia o casamento entre patrícios e plebeus.
5. Identifique e distinga os três tipos de espíritos dos mortos que os Romanos veneravam.
6. Explícite em que consistia a prática das *frumentationes*, dos *congaria* e das *uiscerationes*.

7. Estabeleça as diferenças entre as *domus* e as *insulae* e as *villae rusticae* e as *villae urbanae*, assinalando com um **D** as características que se referem às *domus*, com um **I** as que definem as *insulae*, com um **VR** as que dizem respeito às *villae rusticae* e com um **VU** as que se relacionam com as *villae urbanae*.

1. Os seus compartimentos tinham um destino e um uso fixo _____
2. Possuíam uma estrutura fechada para fora e aberta para dentro _____
3. Dispunham-se num plano vertical, com vários andares _____
4. A ampla *culina* era o seu autêntico coração _____
5. Dedicada à exploração agrícola, trabalhada por escravos _____
6. Tinham precárias condições de higiene, sem água canalizada nem aquecimento _____
7. Tinham uma requintada e esplendorosa decoração com *emblemata* nas paredes e mosaicos no chão _____
8. Não possuíam *lauatrina* nem *balnea* _____
9. Residência de campo dos romanos ricos _____

8. Associe os vários tipos de toga mencionados na **COLUNA A** com aqueles que as usavam em Roma referenciados na **COLUNA B**. Para o efeito, coloque o número dos itens da coluna da direita no espaço reservado para o efeito na coluna da esquerda.

Coluna A	Coluna B
_____ <i>Toga pura ou uirililis</i>	1. Candidatos a cargos públicos
_____ <i>Toga praetexta</i>	2. Mulheres casadas
_____ <i>Toga candida</i>	3. Escravos
_____ <i>Toga picta ou purpurea</i>	4. Pobres
_____ <i>Toga sordida ou pulla</i>	5. Triunfadores e imperador
_____ <i>Toga trabea</i>	6. Soldados
_____	7. Cidadão em idade adulta
_____	8. Generais do exército
_____	9. Magistrados e sacerdotes
_____	10. Águres e sacerdotes

Respostas às actividades

1. A resposta esperada era: **A malformação congénita, o excesso de raparigas, as dúvidas quanto à legitimidade da criança.**
2. Na sua resposta devia referir que **o *dies lustricus* festejava-se no 8.º dia após o nascimento (para as raparigas) ou no 9.º dia (para os rapazes). Das cerimónias associadas a essa festa destacam-se:**

A purificação com água lustral da mãe e do filho perante familiares e convidados;

Os votos para o futuro da criança feitos pela mais velha das mulheres de família;

A atribuição do nome (*praenomen*) à criança — que a distinguiu dos restantes membros da gens e do ramo específico a que esta pertencia.

3. A sua resposta devia ter contemplado os seguintes aspectos: **Cerca dos 17 anos, o *puertornava-se adulescense* entrava na idade adulta. A esta fase importante da vida do indivíduo estavam associadas várias cerimónias:**

O *puer* depunha a *bullae* e a *toga praetexta* e vestia a *toga virilis*, dirigindo-se ao Fórum como novo cidadão (*ciuis*), acompanhado por toda a família;

Fazia pela primeira vez a barba e oferecia aos deuses esses sinais da sua virilidade (*depositatio barbae*).

4. Devia ter considerado **verdadeiras** as afirmações **2, 4, 5, 6, 10 e 12**. São **falsas** as afirmações **1, 3, 7, 8, 9 e 11**.

Vejamos as razões que justificam que estas últimas afirmações sejam consideradas falsas:

A afirmação 1 é falsa porque o *pater familias* tinha poder absoluto sobre todos os membros da família, incluindo, naturalmente, as filhas.

A afirmação 3 refere que a amamentação do filho pela própria mãe era muito frequente nas famílias mais abastadas, quando, na realidade, tal prática, embora existindo, era excepcional. O habitual, o mais frequente, nessas famílias era a criança ser amamentada por uma ama de leite.

A afirmação 7 é também falsa, pois a legislação de Augusto promovia a natalidade entre os estratos sociais dominantes e não entre os mais desfavorecidos.

A afirmação 8 propõe que as medidas de Augusto tiveram grande efeito no comportamento dos Romanos. Ora, historicamente, sabemos que as medidas do imperador não tiveram grande efeito.

A lei de Augusto que reprimia o adultério era a *lex Iulia de adulterio coercendis*. O *contubernium* era a união entre dois escravos ou entre um escravo e um liberto. A afirmação 9 é, portanto, falsa.

Os filhos das uniões de *concubinatus* recebiam e seguiam, segundo a lei, a condição da mãe, ficando com o *nomen* dela. O pai não tinha sobre eles a *patria potestas*. Por isso, a afirmação 11 é também falsa.

5. A sua resposta devia ter sido: ***Manes, Lemures e Laurae***. Os *Manes*, «os bons», «os ilustres», eram, em princípio, espíritos benévolos para os descendentes. Os *Lemures* eram espíritos que voltavam certos dias à casa dos parentes e ao seio da família, sendo celebrados (nos *Lemuria*) com o objectivo de evitar que tal acontecesse. *Laurae* eram os espectros ou fantasmas, almas daqueles que no mundo haviam tido uma vida infeliz ou sofrido uma desgraça, e que regressavam para perseguirem, atormentarem e se vingarem dos homens, dos vivos, em particular daqueles que os haviam feito sofrer.
6. Ao responder a esta questão devia ter levado em linha de conta que **se tratava da distribuição mensal de alimentos a preços controlados à plebe romana**. Devia também ter mencionado que a prática das *frumentationes* referia-se à distribuição mensal de cereais, tendo sido criada em 123 a. C. por Gaio Graco. Podia ter acrescentado que em 58 a. C., o tribuno da plebe Clódio tornou tal distribuição de cereais gratuita. Quando aos *congiaria*, devia ter mencionado explicitamente que **englobavam a distribuição de outros alimentos, como o vinho, o azeite, o sal**. Em relação às *uiscerationes*, por seu turno, referiam-se à distribuição de carne. Suplementarmente podia ter integrado na sua resposta uma última observação indicando que **os *congiaria* e as *uiscerationes* aconteciam apenas em momentos especiais e por benesse de algum grande senhor ou do próprio princeps**.
7. A grelha correcta de resposta é: **1./D; 2./D; 3./I; 4./VR; 5./VR; 6./I; 7./VU; 8./I e 9./VU**.

- 8.** As associações correctas esperadas eram: **7. Cidadão em idade adulta/ *Toga pura* ou *uirilis*; 9. Magistrados e sacerdotes/ *Toga praetexta*; 1. Candidatos a cargos públicos/ *Toga candida*; 5. Triunfadores e imperador/ *Toga picta* ou *purpurea*; 4. Pobres/ *Toga sordida* ou *pulla* e 10. Áugures e sacerdotes/ *Toga trabea*.**

Bibliografia

ANDRÉ, J. M.

1981 *L'alimentation et la cuisine à Rome*, Paris, Belles Lettres.

CARCOPINO, J.

s.d. *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire*, (tard. port. Livros do Brasil).

COWELL, F. R.

1961 *Everyday life in ancient Rome*, London, Batsford.

ETIENNE, R.

s.d. *La vie quotidienne à Pompéi*, (trad. port. Livros do Brasil).

GOUREVITCH, D.

1984 *Le mal d'être femme. La femme et la médecine à Rome*, Paris, Belles Lettres.

GRIMAL, P.

s.d. *La vie à Rome dans l'antiquité*, (trad. port. Europa-América).

GUILLÉN, J.

1978-80 *Urbs Roma*, Salamanca, Sígueme, 3 vol.

HACQUARD, G.; DAUTRY, J.; MAISANI, O.

1952 *Guide romain antique*, Paris, Hachette.

LAVEDAN, P.

s.d. *Dictionnaire illustré de la mythologie et des antiquités grecques et romaines*, Paris, Hachette.

NÉRAUDAU, J. P.

1984 *Etre enfant à Rome*, Paris, Belles Lettres.

PAOLI, U. E.

1990 *Vita Romana. Usi, costumi, istituzioni, tradizioni*, Oscar Mondadori.

PRIEUR, J.

1986 *La mort dans l'antiquité romaine*, Paris, Ouest-France.

RAWSON, B. (ed.)

1986 *The family in ancient Rome*, London-Sydney, Croom Helm.

ROBERT, J.-N.

1983 *Les plaisirs à Rome*, Paris, Belles Lettres.

1988 *Les modes à Rome*, Paris, Belles Lettres.

SALLES, C.

1993 *L'antiquité romaine des origines à la chute de l'Empire*, Paris, Larousse.

6. UM PANORAMA DA LITERATURA LATINA

ARNALDO M. DO ESPÍRITO SANTO

ÍNDICE

Objectivos de aprendizagem

- 6.1 Periodização
- 6.2 Origens
- 6.3 Substratos
- 6.4 Vestígios
- 6.5 Os primeiros autores
 - Lívio Andronico
 - Névio
 - Plauto
- 6.6 O progresso da Helenização
 - Énio
 - Terêncio
 - Catão
- 6.7 O círculo dos Cipiões
 - Lucílio
 - Ácio
- 6.8 Os oradores
- 6.9 Historiografia
- 6.10 Novas tendências
- 6.11 *Poetae novi*
 - Catulo
 - Lucrecio
 - Cícero
 - César
 - Salústio
 - Cornélio Nepos
 - Varrão
- 6.12 Época de Augusto
 - Virgílio

Horácio

6.13 Poetas elegíacos

Cornélio Galo

Tibulo

Propércio

Ovídio

Tito Lívio

6.14 Época imperial

6.15 Nero e as letras

Sêneca

Pérsio

Lucano

Petrônio

6.16 Época dos Flávios

Plínio, *o Velho*

Quintiliano

Valério Flaco

Sílio Itálico

Estácio

Marcial

6.17 Época de Nerva e Trajano

Tácito

Juvenal

Plínio, *o Moço*

6.18 De Adriano a Marco Aurélio

Suetónio

Floro

6.19 A geração dos *poetae nouelli*

Frontão

Aulo Gélio

Apuleio

6.20 O ocaso da literatura pagã

Actividades

Respostas às actividades

Bibliografia

Objectivos de aprendizagem

O estudo deste capítulo deve permitir ao aluno:

- Enunciar a divisão tradicional da história da literatura latina em quatro períodos;
- Apontar o fascínio pela literatura grega como a grande influência literária a partir do século III a. C.;
- Referir também a influência latino-etrusca na literatura romana da época primitiva;
- Destacar a fusão dos elementos itálicos autóctones com os elementos helénicos na origem de um produto cultural-literário novo, original;
- Mencionar os primeiros vestígios da produção literária romana;
- Saber que as primeiras manifestações da escrita e da literatura latinas andaram associadas ao culto e à perpetuação da memória;
- Indicar a faceta satírica, a farsa de origem osca, a *satura* e os pequenos registos de tipo crónico como inerentes às primeiras manifestações da escrita e da literatura latina;
- Apontar Ácio Cláudio, *o Cego*, o construtor da Via Ápia, como a primeira personalidade definida no campo literário romano;
- Identificar Lívio Andronico, Gneu Névio e Plauto como os grandes autores da época arcaica;
- Saber que se devem a Lívio Andronico os primeiros ensaios técnicos e linguísticos para o posterior florescimento do teatro latino e da época;
- Referenciar Gneu Névio como autor de comédias e de tragédias com características originais;
- Distinguir Plauto como o grande génio da comédia latina;
- Entender as profundas transformações da sociedade, economia, política e cultura depois da Segunda Guerra Púnica, com as inevitáveis consequências na vida literária do século II a. C.;
- Identificar Énio como um dos autores mais representativos da nova mentalidade helenizante;
- Saber que, até Virgílio, Énio era o poeta nacional de Roma;
- Apontar P. Terêncio Afro como o dramaturgo mais representativo da nova geração helenizada;
- Identificar Catão como um autor de espírito arcaizante, conservador, antigrego;
- Constatar, no início do século II a. C., a abertura dos círculos helenizantes romanos, nomeadamente do círculo dos Cipiões, à influência da intelectualidade grega;
- Indicar Lucílio e Lúcio Ácio como intelectuais herdeiros dos ideais e dos modelos literários helenísticos;

- Relacionar a oratória em língua latina com o exercício da actividade política;
- Reconhecer na historiografia romana (primeiro em grego, depois em latim) o carácter de obra literária;
- Distinguir em Quinto Lutácio Cátulo e em Lévio novas tendências literárias, também elas sob a influência helénica;
- Distinguir os principais ideais e traços estilísticos e temáticos dos *poetae novi*;
- Situar as obras de Catulo, Cícero, César, Salústio, Cornélio Nepos e Varrão no âmbito do movimento dos *poetae novi*;
- Relacionar a produção poética de Tito Lucrecio Caro com a introdução do epicurismo em Roma;
- Demonstar os vários tipos da vastíssima obra de Cícero;
- Mencionar o enorme interesse histórico do *corpus* de correspondência de Cícero;
- Realçar a importância da obra de Cícero para a transmissão do conteúdo de obras gregas à civilização ocidental;
- Caracterizar os contributos de César, Salústio, Cornélio Nepos e Varrão para a vida literária romana;
- Sumariar as múltiplas razões que levam a considerar a época de Augusto como a idade de ouro da literatura latina;
- Avaliar o peso e o significado da obra de Virgílio e de Horácio no âmbito da literatura romana;
- Apontar Horácio como o criador de um género literário novo;
- Reconhecer na sátira e na elegia géneros literários tipicamente romanos, não obstante a confluência de outros elementos;
- Identificar os grande elegíacos latinos;
- Destacar o contributo literário de Ovídio, designadamente pela criação de uma nova poética, barroca, requintado e decadente;
- Explicitar a concepção de história de Tito Lívio e os métodos históricos que utilizava;
- Caracterizar a época imperial quanto aos seus ideais estético-literários;
- Comentar as medidas culturais de Nero de revitalização das letras em Roma;
- Compreender a reacção dos grandes autores à reforma cultural de Nero;
- Enquadrar a ruptura de Séneca, Pérsio, Lucano e Petrónio com a estética das gerações anteriores;
- Avaliar os objectivos da política cultural-literária da época dos Flávios;
- Integrar a produção literária de Plínio, *o Velho*, Quintiliano, Valério Flaco, Sílio Itálico, Estácio e Marcial no âmbito dos modelos pretendidos pelos Flávios;
- Distinguir a época dos imperadores Nerva e Trajano como uma época de liberdade de expressão;

- Identificar os grandes autores deste período;
- Reconhecer em Tácito o historiador a quem se deve a maior parte das imagens dos imperadores do século I d. C.;
- Caracterizar as novas tendências literárias do século II;
- Enumerar os géneros literários em que se destacaram Suetónio e Floro;
- Traçar as características da geração dos *poetae nouelli*;
- Integrar Frontão, Aulo Gélio e Apuleio na tendência arcaizante da escola dos *poetae nouelli*;
- Situar cronologicamente o ocaso da literatura pagã e a afirmação do Cristianismo no séculos II-III.

6.1 PERIODIZAÇÃO

Foi consagrado pela tradição escolar o hábito de se dividir a literatura latina em **quatro fases ou épocas**, balizadas por condicionamentos exteriores ao fenómeno literário: guerras, revoluções, crises políticas, mudanças de regime.

Qualquer que seja a profundidade do impacte desses eventos na transformação das mentalidades e na alteração dos condicionamentos objectivos e subjectivos da génese da produção literária, não podemos deixar de ter em conta que, na vida do espírito, as continuidades são mais constantes do que o levaria a pensar um elenco exaustivo dos sinais de ruptura.

Com as reservas daí decorrentes, aceitaremos a **divisão tradicional da história da literatura latina em quatro períodos**:

- **Época primitiva**, ou **período das origens**, que vai **desde a fundação de Roma**, entendida sentido tradicional em meados do século VIII a. C. (754 a. C.) **até ao fim da Primeira Guerra Púnica (241 a. C.)**;
- **Época arcaica**, de **241 até 78 a. C.**, data da morte de Sula ou Sila;
- **Época clássica**, também chamada idade de ouro da literatura latina, **dividida em dois sub-períodos**:
 - Um que vai **da morte de Sula à morte de César (44 a. C.)**;
 - Outro que vai **da morte de César à morte de Augusto**.
- **Época imperial**, que **compreende dois períodos muito distintos entre si**:
 - Da morte de Augusto até à morte de Trajano (117 d. C.)**, também chamada **idade argêntea**;

Da morte de Trajano até 476 d. C. (queda do Império Romano do Ocidente), **ou até 658 d. C.** (invasão da Itália pelos Lombardos), **ou ainda até 735 d. C.** (morte de S. Beda).

Este último período representou simultaneamente a **decadência**, por esgotamento, **da literatura latina pagã** e o **surgir vigoroso de uma literatura nova, a literatura latina cristã**.

Esta síntese abrange apenas a literatura latina pagã, desde a Roma primitiva até finais do século III d. C.

6.2 ORIGENS

Dos primeiros quatro séculos do período das origens são **escassíssimos os elementos** que sobreviveram ao incêndio de Roma, em 390 a. C., quando os Gauleses, que ocupavam o Norte de Itália, por isso chamada Gália Cisalpina, expugnaram e saquearam a cidade.

O que sabemos desta época é deduzido dos elementos, formas e tendências que deixaram as suas marcas, ainda que obnubiladas, na produção literária surgida da influência directa dos modelos gregos.

A partir do século III a. C. a vida em Roma, principalmente a vida intelectual, sofreu uma **grande influência exercida pelo fascínio da literatura grega. As primeiras obras literárias que conhecemos nasceram dessa influência.**

Mas para compreendermos correctamente os limites e o alcance da helenização de Roma, não podemos deixar de ter em conta a importância capital das formas itálicas que dosearam e presidiram à adaptação ao espírito romano de obras concebidas com outro espírito, para outras mentalidades, para outros enquadramentos geográficos, políticos e culturais.

Antes de se expor à influência directa da cultura grega com a conquista da Itália do Sul, cujo ponto culminante foi a tomada de Tarento em 272 a. C., **Roma vivera em contacto já secular com outros povos, que partilhavam o mesmo solo itálico, e que, por sua vez, estavam em contacto directo com a cultura grega.**

Por conseguinte, **numa primeira fase, Roma recebe da civilização grega uma influência mediatizada, que se arrastou por muitos anos.** Foi durante este período que **recebeu dos Etruscos o alfabeto**, que estes haviam recebido e adoptado do grego. A ideia que os autores clássicos nos transmitem de um Lácio agreste atingido de chofre, após a Segunda Guerra Púnica, pela súbita afluência das finuras da civilização helénica,

sem que para isso estivesse preparado, só é válida, e só em parte, se for corrigida com a consideração de outras afluências mais profundas porque mais longas.

6.3 SUBSTRATOS

É esse o caso da farsa popular de origem osco-campana, vulgar no Lácio até ao século I d. C. Foi neste tipo de tradição dramática que os autores de comédias, embora imitadas de modelos gregos, hauriram muito da sua comicidade. Por outras palavras, **os elementos itálicos autóctones fundiram-se com elementos helénicos, dando origem a um terceiro produto, em certa medida original.**

Além disso, a **influência etrusca em Roma** foi longa, prolongando-se para além da sua dominação sobre o Lácio. Não obstante a prosápia das tradições romanas de autoctonia, por um lado, e de descendência troiana, por outro, Roma nasceu etrusca. A adivinhação, a observação das entranhas dos animais, o rito funerário da exposição das máscaras dos defuntos, que se mantiveram na civilização romana, são de origem etrusca, bem como os espectáculos de gladiadores, com a sua feição de carnificina gratuita. Em suma, **muitos aspectos da religião e cultura romanas foram herdados dos Etruscos.**

Simultânea e sucedaneamente, Roma deixava-se fascinar pelos contributos vindos do sul. **Ápio Cláudio** (séculos IV-III), construtor da Via Ápia, escreveu ou traduziu para latim uma compilação de máximas pitagóricas, abrindo ao povo do Lácio a possibilidade de partilhar com os gregos da Magna Grécia, Sul de Itália, uma vivência espiritual comum, um sentido da vida esboçado pelos contornos indefinidos de um certo humanismo que se encontrava nos antípodas da obscura religiosidade supersticiosa herdada da Etrúria.

6.4 VESTÍGIOS

Foram estas as condições culturais que marcaram a época das origens. Da sua produção literária são raras as sobrevivências.

Menciona-se, em primeiro lugar, **a inscrição gravada sobre a fíbula de Preneste**, um adereço feminino que pertenceria ao **século VI**. Hoje há poucas dúvidas de que se trata de **uma falsificação**.

Do **fim do século VI**, é uma **inscrição encontrada no Fórum**, no lugar onde seria o túmulo de Rómulo, **escrita em bustrofédon**, ou seja, alternadamente, da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, **designada *Lapis niger* (Pedra Negra)**, pela cor do cipo em que está gravada. Em escrita contínua, sem separar as palavras, mas

escrita apenas da direita para a esquerda, existe uma **inscrição gravada num vaso de argila, conhecido como *Vaso de Duenos*** pelas palavras com que começa: *Duenos med feked (O Bom me fez)*.

Deste mesmo período são as **Leis das XII Tábuas**, célebres porque não apenas marcam desde muito cedo uma tendência do génio romano, mas também porque efectivamente foram **o primeiro livro de leitura utilizado nas escolas romanas**.

Outras colecções de leis, contratos entre particulares, calendários de festas, listas de magistrados, eram conservados nos templos, que funcionavam ao mesmo tempo como arquivo documental e conferiam ao testemunho escrito valor sagrado.

Os colégios sacerdotais tinham sob a sua protecção formulários de orações e fórmulas augurais para determinar o futuro lido na observação do voo das aves. Restam-nos ainda ecos de **cantos rituais no *Carmen fratrum Arualium* e no *Carmen Saliare***.

O primeiro, como o nome indica (*Arualium*, de *Aruale*, deriva de *aruum* = campo de lavoura), andava associado a cultos de origem campestre. O segundo era uma dança guerreira em honra de Marte. Doze sacerdotes, os *Salii* (ou seja, os «Saltantes», pois *Salii* deriva do verbo *salio* = saltar), transportando um escudo sagrado cada um, executavam uma dança para recordar a protecção de Marte, revelada no tempo do rei Numa Pompílio, ao ser lançado um escudo do alto do céu.

As primeiras manifestações da escrita e da literatura latinas andam associadas ao culto e à perpetuação da memória. A esta última vertente pertence uma produção, mal conhecida porque mal representada nos fragmentos ou nas notícias que até nós chegaram, que leva a supor a existência de colecções de máximas religiosas, princípios de conduta moral, oráculos, elogios, orações fúnebres e prantos que se entoavam por ocasião dos funerais, cânticos de louvor e de escárnio para festejar casamentos e nascimentos ou outras ocasiões solenes da vida humana.

Sob esta amálgama indefinida escondiam-se elementos que se haviam de revelar na cronística, na história, na literatura sapiencial, nos hinos, nos epitalâmios, etc. Mas sobretudo da **faceta satírica de algumas destas composições nasceram os versos fesceninos: diálogo burlesco, acompanhado de danças rústicas, com algumas interferências licenciosas**.

Directamente relacionada com o futuro **desenvolvimento do teatro de Plauto** (254-184 a. C.) está um tipo de **farsa de origem osca, a «Atelana», improvisada a partir de máscaras fixas**: a do *Maccus*, o comilão, a do *Pappus*, o velho simplório, a do *Bucco*, o charlatão, geralmente estúpido, e a do *Dossennus*, o corcunda malicioso.

Desta forma de teatro popular tirou Plauto alguns elementos, que fundiu nas suas comédias de inspiração grega. Foi também deste tipo de tradição que, depois de abandonada a representação dramática, nasceu a **satura, um género literário tipicamente latino** em que, de uma forma estruturalmente informal e mesclada, **o escritor exprime pensamentos e vivências do quotidiano, com referências, às vezes mordazes, a pessoas e situações concretas, ou com diatribes acerbas contra os vícios.** Do mesmo modo, nos *Carmina conuiuialia*, cantados nos banquetes, e nos *Carmina triumphalia* estavam latentes elementos que seriam aproveitados pela **épica**.

Directamente dos pequenos registos guardados nos templos nasceram **os Annales maximi, uma crónica embrionária dos acontecimentos que acabou por ser preciosa para os historiadores dos séculos seguintes.**

Tudo isto existia em Roma antes que a «Grécia vencida domasse o feroz vencedor e introduzisse as artes no Lácio agreste» (Horácio, *Ep.* II, 156-159). É ocioso perguntar o que teria sido a literatura latina sem esse influxo da grega. Podemos conjecturar que outra coisa, sem dúvida, seria. Mas nunca lhe faltaria uma grande afluência de materiais, ideias, tradições itálicas, derivadas de Etruscos, Oscos Umbros e Latinos.

6.5 OS PRIMEIROS AUTORES

Como sempre acontece com os períodos das origens de qualquer literatura, todos estes contributos se dissipam no anonimato. É já para o fim desta época que se identifica uma personalidade definida ligada ao mundo das letras e do pensamento: o censor **Ápio Cláudio**, de cognome *o Cego*. Ele é por si mesmo um sinal da mudança para os novos tempos que se avizinham: abertura à expansão para oriente, culto da personalidade, síntese entre cultura grega e mentalidade itálica, homem de Estado e de letras, como não-de ser muitos dos intelectuais romanos.

Em 280 a. C. pronunciou um discurso no Senado, contra as propostas de paz apresentadas pelos embaixadores de Pirro. Além disso, escreveu uma colecção de sentenças inspiradas nos escritos pitagóricos. Diz-se que encarregou Gneu Flávio, seu escrivo, de proceder a uma recolha das normas do direito processual.

Esta **compilação, conhecida como *Ius Flavianum***, veio a ser de um alcance incalculável para a fixação das normas jurídicas e para o estabelecimento da noção de Estado de direito. Mas a sua grande obra, símbolo do espírito da nova época e da mentalidade expansionista, foi a construção da Via Ápia, de Roma para Brindes, através da Magna Grécia, em direcção à Grécia.

O grande obstáculo à hegemonia de Roma em toda a península Itálica era Tarento, que acabou por sucumbir em 272 a. C. A dominação de Roma ia agora do Rubicão, a norte, até ao estreito de Messina, a sul. Para este vasto território, habitado por uma minoria de cidadãos romanos, impunha-se proceder a uma integração cultural que tornasse efectiva a unificação política. **Deve-se, em grande parte, a Ápio Cláudio, à sua perspectiva cultural integracionista, todo o novo impulso que a literatura latina recebeu na fase imediatamente posterior à Primeira Guerra Púnica (264-241 a. C.).**

Lívio Andronico

É precisamente oriundo de **Tarento** o **poeta dramático que escreveu a primeira peça a ser representada em Roma no ano de 240 a. C., na qual introduzia as formas e os modos da comédia helenística.** Chamava-se **Lívio Andronico.**

Mas assim como Andronico era de Tarento, assim **Névio era oriundo da Campânia, Énio dos arredores de Tarento, Plauto da Úmbria, Pacúvio de Brindes e Terêncio de África. Foi com estes homens,** que escreveram e pensaram em latim, não obstante as suas origens étnicas, geográficas e linguísticas, **que se iniciou um dos períodos fundamentais para a literatura latina.**

Lívio Andronico foi o primeiro que ousou enfrentar o problema da tradução literária, vertendo para latim a *Odisseia*. Utilizou o tradicional verso saturnino, de cariz tipicamente itálico, e um estilo rude e primitivo. Esta tradução destinava-se a fornecer textos para o ensino, que Lívio iniciara em Roma.

Para os *Ludi Romani*, que se celebraram em 240 a. C. para festejar o fim da Primeira Guerra Púnica, Lívio Andronico **compôs uma peça de teatro** de que nem o título sabemos. Conhecemos, todavia, os títulos de **oito tragédias**, onde avultam os temas associados ao ciclo troiano: *Aquiles, O Cavalo de Tróia*, etc. **O modelo seguido foi Eurípides.** Ao contrário do que fizera na tradução da *Odisseia*, serviu-se de metros gregos.

Das comédias que escreveu sobreviveram, os títulos de três. Consta que não tiveram êxito junto de um público mais habituado aos improvisos chocarreiros da farsa itálica.

Em 207 decorria a Segunda Guerra Púnica (218-202 a. C.), quando, por encomenda do Estado, **compôs um hino em honra de Juno, para esconjurar a ameaça cartaginesa.** Por essa mesma altura foi-lhe atribuída uma casa junto do templo de Minerva, onde se reunia a corporação dos dramaturgos e actores, da qual foi nomeado presidente.

Não é seguro que se deva a Andronico a introdução em Roma do palco de madeira desmontável. **Devem-se-lhe, sem dúvida, os primeiros ensaios técnicos e linguísticos para o ulterior florescimento do teatro latino e da épica. Morreu cerca de 200 a. C.**

Névio

Gneu Névio (270-201 a. C.), cidadão romano da Campânia, foi contemporâneo de L. Andronico. Espírito altivo, não poupou aos nobres críticas mordazes, o que lhe valeu ser preso em 205 e posteriormente exilado para Ótica, onde acabou os seus dias em 201 a. C.

Conhecem-se cerca de 35 títulos de comédias que lhe são atribuídas, em que são usados os recursos tradicionais da farsa itálica, da sátira e dos versos fesceninos, mesmo quando imita modelos gregos. Algumas são as originalidades que lhe são atribuídas.

Foi o primeiro a fundir duas ou mais peças gregas numa só, dando início à técnica da *contaminatio*. Foi também o primeiro a recriar nas suas comédias um ambiente itálico, as chamadas *fabulae togatae*, porque os actores se vestiam com a toga romana. Outras das suas comédias desenvolviam-se em ambiente grego, os actores trajavam uma veste grega, o *pallium*, e por isso se chamavam *fabulae palliatae*.

Também na composição de tragédias deixou a umas as suas características originais, gregas (*fabulae cothurnatae*), revestindo outras de traços e ambientes romanos (*fabulae praetextae*).

À categoria das *fabulae cothurnatae* pertenciam toda a série de tragédias cujos títulos nos remetem para temas relacionados com o ciclo troiano, como sucede com Lívio Andronico.

À *praetexta* pertenciam o *Romulus* e o *Clastidium* (sobre a vitória obtida contra os Gauleses por M. Cláudio Marcelo em 222 a. C.). Névio é considerado o *inuentor generis* (inventor do género literário), quer da comédia *togata*, quer da tragédia *praetexta*.

Inuentor generis foi, porém, com maior sucesso ao escrever um **poema épico de carácter nacional** que intitulou *Carmen belli Punici*, ou, simplesmente, *Bellum Punicum*.

De toda a sua obra restam-nos apenas alguns fragmentos. Mesmo assim apercebemo-nos de que pela primeira vez a história de Roma aparece ligada ao passado lendário de Tróia. Como em Virgílio, há um encontro entre Dido e Eneas, uma parte em que se segue o ritmo da *Odisseia*, as viagens, e outra o da *Ilíada*, as guerras.

Esta estrutura é inspirada na épica do período helenístico, particularmente em Apolónio de Rodes. Há ainda aqui uma novidade importante: as narrativas míticas são substituídas pelos acontecimentos da Primeira Guerra Púnica, em que foi combatente.

A importância de Névio no desenvolvimento da língua e da literatura latinas ficou bem expressa num epitáfio que a tradição nos transmitiu: «Se fosse lícito que os imortais chorassem os mortais, as divinas Camenas chorariam o poeta Névio, visto que depois que ele desceu aos recônditos do Orco, em Roma esqueceram-se de falar a língua latina» (A. Ernout, *Recueil de textes latins archaïques*, Paris, 1973, p. 140).

Plauto

O **grande génio da comédia latina** (254-184 a. C.) nasceu em Sársina da Úmbria, na Itália Central. Foi tal o seu êxito como dramaturgo que **mais de 100 comédias lhe foram atribuídas**. No século I a. C. Varrão considerou autênticas um número muito menor, *grosso modo* correspondente àquelas que a tradição manuscrita nos legou: vinte completas e uma fragmentária.

Embora em muitas delas sejam numerosas as situações e os tipos que evocam a velha comédia itálica, não há dúvidas de que **Plauto segue os modelos da comédia nova da 2.^a metade do século IV a. C.** Imitou particularmente Dífilo, Filémon e Menandro, ora recorrendo à simples tradução directa de alguns episódios, ora resumindo e abreviando, ora ampliando outros. Às vezes funde numa só duas ou mais comédias, seguindo o processo da *contaminatio*, já iniciado por Névio.

Mas seja qual for a técnica utilizada, as suas reelaborações são de uma **grande independência e originalidade, tanto no espírito como na comicidade que imprime a situações conhecidas e com que retoca as suas personagens**. Acima de tudo, **o desenvolvimento musical, a variedade métrica, a vivacidade e naturalidade do diálogo, a fluência da frase, fazem da comédia de Plauto um universo dramático que se distancia grandemente dos modelos por ele imitados**.

Num breve prólogo, ou na primeira cena, quando não há prólogo, narra os antecedentes, expõe as linhas gerais do argumento da peça e pede a benevolência e os aplausos do público. A acção é às vezes interrompida por um interlúdio musical. As peças mais recentes são as mais requintadas, abundando em árias ou simples recitativos acompanhados à flauta.

No enredo há um **certo número de elementos quase fixos**. É tema recorrente o jovem que com a ajuda de um escravo consegue ultrapassar os obstáculos que se opõem à realização do seu enlevo amoroso. As situações são em geral muito intrincadas. Na maior parte dos casos a comicidade resulta da confusão de pessoas e do *qui pro quo*.

As personagens, como na farsa itálica tradicional, reduzem-se a caricaturas, a máscaras, sem profundidade psicológica e sem grande diversidade: o escravo espertalhão, o parasita, o jovem apaixonado, o proxeneta, a cortesã, o velho avarento. As peripécias multiplicam-se até que, por artimanha de um escravo, ou por mero acaso, ou pelo tradicional processo do reconhecimento, a situação se esclarece e se desfaz o nó da intriga.

O ambiente é grego, sem nada que possa apontar para referências críticas à realidade política ou social. Mesmo uma suposta alusão à prisão de Névio é duvidosa. **Grego é também o cenário, como gregas são as cidades onde se desenrola a acção e os nomes das personagens que a protagonizam.** Não obstante, e dentro de uma incoerência destinada a provocar o riso, em ambiente plenamente grego as personagens actuam como se estivessem sob a alçada das instituições romanas.

Segundo o critério de Varrão são as seguintes as comédias de Plauto: *Amphitruo*, *Asinaria*, *Aulularia*, *Bacchides*, *Captiui*, *Casina*, *Cistalaria*, *Curculio*, *Epidicus*, *Menaecmi*, *Mercator*, *Miles Gloriosus*, *Mostellaria*, *Persa*, *Poenulus*, *Pseudolus*, *Rudens*, *Stichus*, *Trinummus*, *Truculentus*, *Vidularia*.

Alguns destes títulos remetem-nos para a monotonia das situações da farsa popular: o velho simplório, o jovem enamorado, o escravo mentiroso, o proxeneta ávido de dinheiro e sem escrúpulos, o parasita comilão, a cortesã, a rapariguinha ingénua, são tratados como máscaras da *atellana*. O soldado fanfarrão do *Miles gloriosus* corresponde em grande parte ao esboço do *Maccus*, o escravo mentiroso tem algo do *Bucco* e do *Dossennus*, tal como a figura do pai corresponde, na sua ingenuidade, à máscara do *Pappus*.

O que fez Plauto, genialmente, foi transformar o espírito dos seus modelos, adaptando-os à velha farsa itálica, e constituir, com a imensa variedade de recursos métricos, um espectáculo cómico-musical de grande êxito.

6.6 O PROGRESSO DA HELENIZAÇÃO

Névio e Plauto representam uma época que desaparece com a Segunda Guerra Púnica. Um e outro **escreveram para a classe média popular**, procurando corresponder ao seu gosto, valores e mentalidade.

Mas a Segunda Guerra Púnica provocou profundas transformações na sociedade romana. Diminuem os pequenos proprietários rurais. Constituem-se os grandes latifúndios, onde predominam a criação de gado e o recurso à mão-de-obra barata, a dos escravos. A classe média agrícola entra em profunda crise.

Politicamente, o Senado passa a ser dominado pela classe dos grandes proprietários, que sustentam clientelas ociosas pelas quais distribuem benesses de todo o tipo. A verdade é que, a par das grandes riquezas e do poder político, detêm também a supremacia indiscutível nas coisas do espírito.

Fomentam o culto das letras. Rodeiam-se de intelectuais. Confiam a educação dos seus filhos a mestres de origem grega, acelerando um processo de helenização que vai repercutir-se no modo de viver, nos costumes, nas instituições e na mentalidade em geral.

Apesar da existência de um Catão, de raízes plebeias, sempre reactivo contra o espírito aberto e inovador dos *nobiles*, **é neste ambiente que se desenvolve a vida literária do século II a. C.** No círculo desta aristocracia helenizada, requintada e de bom gosto, movem-se Énio, Cecílio Estácio, Pacúvio e Terêncio, e escrevem em grego as suas crónicas os analistas Quinto Fábio Pictor, Gaio Acílio e Aulo Postúmio Albino.

Énio

Um dos escritores mais representativos da nova mentalidade helenizante é sem dúvida Énio, o *Pater Enius*, como lhe chamaria Horácio. Também ele era natural do Sul, de Rudiae, não longe de Brindes.

A sua formação intelectual foi feita em ambiente osco-grego. Mais tarde há-de vangloriar-se de conhecer três línguas: o osco, o grego e o latim. **Está a par das tendências literárias e do pensamento da época alexandrina.** Ele próprio se considera um *dicti studiosus*, à imagem e semelhança dos filólogos eruditos de Alexandria.

Foi trazido para Roma por Catão, o adversário ferrenho do helenismo, mas uma vez em Roma frequentou o círculo de Cipião Africano e de Fúlvio Nobilior, expoentes máximos das tendências pro-helénicas.

De Énio restam-nos os títulos e cerca de uns 400 versos de **20 tragédias ligadas ao ciclo troiano.** Na maior parte delas **seguiu Eurípides como modelo, com traços pontuais de Sófocles e de Ésquilo.** De resto, mostra uma grande independência na adaptação e na contaminação dos modelos gregos.

Escreveu também **duas** *prae-textae*: *As Sabinas*, na qual punha em cena o lendário rapto das sabinas, e a *Ambrácia*, que girava em torno da tomada da cidade deste nome em 189 a. C. pelo seu protector Fúlvio Nobilior. Foi pouco apreciado como autor de comédias. São-lhe atribuídas duas.

Pelo que revelam de **adesão ao helenismo**, merecem ao menos uma referência: um tratado de gastronomia (*Hedyphagética*); um poema licencioso, entendido também como sátira mordaz (*Sota*); uma exposição das teorias de Evémero de Messina, segundo o qual os deuses teriam sido apenas grandes figuras da história dos povos, posteriormente divinizados em virtude dos seus grandes feitos (*Euhemerus*); uma exposição sobre alguns aspectos do pensamento pitagórico (*Epicharmus*); um livrinho de preceitos morais, provavelmente dirigido à educação da juventude (*Protrepticus*); um poema em louvor de Cipião, para celebrar o seu regresso de África em 201 a. C., no fim da Segunda Guerra Púnica.

A sua grande obra, aquela que o imortalizou e fez dele, até Virgílio, o poeta nacional, foi o poema épico *Annales*. Em hexâmetros dactílicos, que sepultam para sempre o rude verso saturnino, **Énio cantava a história de Roma desde a vinda de Eneias para o Lácio até ao ano 178 a. C.** Trata-se de um **verdadeiro poema épico, com as suas partes lendárias e com a exaltação dos heróis da história de Roma.**

O modelo, como não podia deixar de ser, foi Homero, do qual se considerava uma reencarnação. Aliás, o hexâmetro dactílico, a matriz da linguagem poética, a formação de compostos por decalque semântico, remetem para Homero. Mas, ao mesmo tempo, a sua obra surge enriquecida e actualizada com preocupações filosóficas alheias à epopeia homérica, absorvidas no pitagorismo reinante.

Sob este e outros aspectos, **Énio encarnou o espírito de uma época e teve o mérito de criar uma língua poética**, ainda que rudimentar, **para a posteridade.**

Terêncio

Outros poetas dramáticos marcaram este século, justamente chamado «século dos Cipiões». Fazemos apenas menção de **Pacúvio** (220-230 a. C.), sobrinho de Énio e favorito da casa dos Cipiões, e **Cecílio Estácio** (230-168 a. C.), que de certo modo antecipa Terêncio no aprofundar da caracterização psicológica das suas personagens.

Na realidade, **o dramaturgo mais representativo desta nova geração foi**, sem dúvida, **P. Terêncio Afro** [185 (?) - 159 a. C.], quando mais não seja porque dele nos legou a tradição manuscrita **seis comédias completas**, e muito mais ainda porque

estas revelam a tentativa de exprimir **novos ideais de justiça e de igualdade social entre todos os homens. As suas *fabulae* são ricas de sentimentos de compaixão e de ternura.**

O tema fundamental é o do amor contrariado que acaba por realizar-se. É claro que o argumento é grego. A técnica seguida por Terêncio, que não é nova, foi tomar como modelo Menandro em quatro comédias e Apolodoro de Caristo em duas. Plauto fizera o mesmo, e, no entanto, as comédias de ambos diferem profundamente entre si.

As de Terêncio perderam aquela vivacidade, aquele movimento que levou os antigos a classificar as comédias de Plauto de *fabulae motoriae*, enquanto as suas foram catalogadas como *fabulae statariae*. Toda a acção se desenrola num ambiente sereno e intimista sem a agitação e a correria permanente da comédia plautina, que arrastava multidões ao teatro. Não assim as peças de Terêncio, pelo que ele próprio nos diz. Facilmente o público o trocava por um espectáculo de saltimbancos ou de gladiadores.

Além disso, também não foi do agrado de certos meios intelectuais. Houve quem o acusasse de plágio, quem insinuasse que não era ele o autor das peças que assinava, mas sim os amigos do círculo que frequentava, o dos Cipiões, e quem o censurasse pela falta de imaginação que o levava a recorrer exageradamente à *contaminatio*.

Polémicas desta natureza aparecem nos prólogos, que deixaram de ser uma apresentação do enredo, como em Plauto, para se tornarem justificações de carácter literário, escritas com todo o esmero. Daí resulta que a súplica dos antecedentes da acção seja apresentada nas primeiras cenas e não no prólogo, como em Plauto. Em geral são suprimidas as partes musicais.

A linguagem, mesmo a dos escravos, é sóbria e elegante. Nada das catadupas de palavras de Plauto. **Dir-se-ia que Terêncio escreve comédias para pessoas cultas, com capacidade de entender as subtilezas da caracterização psicológica e da análise minuciosa dos conflitos interiores.**

O teatro de Terêncio está empenhado na **crítica dos costumes e na transformação espiritual da sociedade.** Pedagogicamente assume-se como espaço de mudança das mentalidades e de elevação moral. **Revaloriza o papel da mulher.** Nas suas comédias as qualidades humanas suplantam as condições de nascimento e de riqueza. O casamento não é um simples contrato, mas uma célula social onde a relação entre pais e filhos, e portanto a educação, se fundamenta na confiança e no respeito mútuo.

Terêncio nasceu no Norte de África, donde foi trazido para Roma. **Foi escravo e depois liberto do senador Terêncio Lucano. Mas a sua formação intelectual fez-se em**

Roma e a sua actividade como poeta desenvolveu-se no círculo dos Cipiões.

Com cerca de 35 anos empreendeu uma viagem à Grécia, onde morreu. Deixou-nos **seis comédias**: *Andria*, *Heautontimoroumenos*, *Eunuchus*, *Phormio*, *Hecyra* e *Adelphoe*. A reflexão que nelas propõe é nova para a mentalidade romana. Não tem o acordo de Catão nem do sector tradicionalista da sociedade romana.

Catão

Uma das figuras mais proeminentes desta época é a de Catão: conservador, anti-helénico, apologista acérrimo da velha moral e dos velhos costumes, o *mos maiorum*, que definiam a identidade do povo romano. **Fechou-se a todo o tipo de forças novas, como se ainda fosse possível levantar um dique contra a avalanche da cultura grega que avassalava Roma.**

Dos Cipiões era mais que inimigo político: via neles e na intelectualidade que os rodeava uma ameaça à sobrevivência histórica da nação romana. Contra a tendência geral, que vivia na euforia do imperialismo inicial, pronunciou um discurso a favor dos habitantes da ilha de Rodes, suspeitos de infidelidade a Roma durante a Terceira Guerra Macedónica. Nesse discurso Catão opunha-se vigorosamente ao imperialismo romano, ao culto da personalidade dos seus generais transformados em heróis triunfantes, e defendia a retirada da Grécia.

A sua prosa reflecte esta sua atitude mental: arcaizante, áspera e sem ornamentos requintados. Grande parte da sua obra desapareceu. Dos seus discursos políticos, mais de 150, restam fragmentos de uns 80.

Para seu filho escreveu uma **espécie de enciclopédia** sobre vários ramos do saber: agricultura, medicina, retórica, direito, etc. Esta obra ficou conhecida pelo título de ***Ad Marcum filium***. Também dedicado ao filho chegou até nós um **tratado de agricultura (*De Agri cultura*)**. Trata-se de um manual com conselhos e preceitos que vão desde a forma de semear os campos até ao tratamento a dar aos escravos, passando por um sem-número de pormenores úteis à administração de uma propriedade agrícola. Catão escreveu ainda uma **obra histórica notável sobre as origens de Roma**, de que nos restam apenas alguns fragmentos. Intitulava-se ***Origines***.

Ideologicamente, Catão é um homem sério, **espírito conservador** que rema contra a corrente da história. A invasão do helenismo era avassaladora e por culpa de Roma. Não se podia conquistar a Grécia e ficar imune ao fascínio exercido pelas suas realizações artísticas e pelo grandeza do seu pensamento.

6.7 O CÍRCULO DOS CIPIÕES

No início do século II a. C., um bom número de intelectuais transfere-se da Grécia para Roma, ou fazem uma estada temporária na capital do império. Foi o caso de **Crates de Malo**, que suscitou entre a juventude grande interesse pelos problemas literários, e de **Políbio**, que viveu 17 anos em Roma.

Não obstante a abertura dos círculos helenizantes a este afluxo, houve sectores que reagiram negativamente, vendo nos filósofos e retores a imagem viva da corrupção da sociedade e dos bons costumes. Houve expulsões em 173 e 161 a. C.

Em 155 a. C., enquanto esperavam ser recebidos pelo Senado, **Carnéades**, **Critolau** e **Diógenes da Babilónia**, enviados como embaixadores, fizeram uma série de conferências que suscitaram grande entusiasmo. Mas a dialéctica de Carnéades, eivada de tendências sofisticadas e de um certo relativismo moral, não era de molde a atrair as simpatias da severidade dos romanos bem-pensantes.

De outro tom era a reflexão de **Panécio**, chegado a Roma cerca de 150 a. C. Filósofo estoíco com algumas simpatias platónicas e aristotélicas era o homem destinado a ter boa aceitação nos meios helenizantes. Ligou-se a Cipião Emiliano e, juntamente com Políbio, o historiador, marcou profundamente a geração seguinte. A ambos se deve um certo modelo de comportamento racional e o culto da *humanitas*, no sentido da igualdade essencial de todos os homens e do princípio de que a cultura é essencial para a realização dos indivíduos e para a construção de uma sociedade justa e equilibrada.

Deste ideal, construído e desenvolvido em torno do círculo dos Cipiões (Panécio, Políbio, Énio, Pacúvio, Terêncio, Lucílio e outros), fez-se eco Cícero, que mais que ninguém o transmitiu à sociedade ocidental.

Lucílio

Ligado a Cipião Emiliano por uma sincera amizade, **Lucílio partilhou dos ideais que se viviam em seu redor**. De Panécio herdou, particularmente, a simpatia pelo **estoicismo**, que se tornará nos meios cultos o sustentáculo moral de várias gerações.

Escreveu 30 livros de *Saturae*, de que nos restam apenas uns 1300 versos. Horácio chama-lhe o inventor da sátira. E, de facto, **com Lucílio a sátira afirmou as características do género que se hão-de impor à posteridade: conteúdo moral**, sublinhado pelas diatribes contra os vícios (ambição, avaréza, luxúria), **referências autobiográficas, relatos de viagens, confidências pessoais, discussões políticas e literárias**,

utilização do hexâmetro dactílico, de preferência. Horácio critica-o por ser descuidado com a perfeição formal. Mas Lucílio será sempre um ponto de referência para os cultores desse género literário.

Ácio

Contemporâneo de Lucílio, mas hostil ao círculo dos Cipiões, **Lúcio Ácio** (170-90 a. C.) prefigura o fim da época arcaica. Além das **45 tragédias** de que temos notícia, escreveu uma história literária do teatro romano, profundamente em crise no seu tempo, cujo tema voltou a tratar noutra obra intitulada *Pragmatia*.

De duas outras obras, *Parerga* e *Annales*, pouco mais se conhece que o título. Escreveu ainda uma *Sotadica* de carácter erótico-licencioso. Manifestou grande interesse pelos problemas gramaticais e linguísticos.

Esta proliferação de títulos e multiplicidade de interesses dão-nos a imagem de um **literato de tipo alexandrino**. Durante a sua vida muito coisa mudara. **Ácio é, acima de tudo, o intelectual mais representativo da época dos Gracos e de Mário**, não obstante as críticas mordazes que lhe fez Lucílio.

6.8 OS ORADORES

Grande parte do que sabemos sobre a **oratória romana** deve-se a Cícero, que no seu *Brutus* fez desfilarem um bom número de oradores. Da maior parte deles apenas conhecemos os nomes, já que a sua obra desapareceu por completo ou apenas nos resta um ou outro fragmento.

A oratória romana nasceu ligada ao exercício da actividade política com Ápio Cláudio Cego, e como essencialmente política se conservou nos discursos de Catão e de uma plêiade de personalidades que intervieram activamente na vida do Estado. Quase todos eles tiveram como mestres retores gregos.

A tentativa de **Lúcio Plúcio Galo** de fundar uma escola de oratória para jovens plebeus foi liminarmente combatida pelos defensores das prerrogativas culturais das grandes famílias aristocráticas.

Mas a **ideia de uma oratória em língua latina** não deixou de dar os seus frutos. Sobreviveram dois fragmentos de um **manual da autoria de Marco António**, uma das personagens do *De Oratore*, de Cícero. De autor desconhecido e atribuído por Quintiliano a Cornifício, mas transmitido juntamente com o *De Inventione*, de Cícero, e durante

muito tempo considerada obra sua, possuímos um tratado de retórica, a *Rhetorica ad Herennium*, que parece estar ligado a **Plócio Galo** e às tendências democráticas do regime de Mário.

6.9 HISTORIOGRAFIA

A historiografia seguiu percursos idênticos aos da oratória. Os primeiros analistas, ou cronistas, escreveram em grego e foram personagens com papéis relevantes na vida política e militar.

A **Fábio Pictor** e a **Cíncio Alimento**, ambos do século III a. C., juntam-se no século II a. C. **Acílio** e **Postúmio Albino**: todos eles escreveram em grego. Mas **depois de Catão a tendência é para escrever em latim a história que tem Roma como centro do mundo.**

E, à semelhança de Catão, os historiadores pretendem abranger nas suas obras todo o período que vai da época lendária de Roma até ao ano em que cada um escreve.

São muitos os nomes e muitíssimos os livros de anais que se escreveram e dos quais quase nada resta. De valor desigual entre si, pode dizer-se, numa apreciação de conjunto, que distinguiam mal o maravilhoso e o romanesco da realidade fidedigna.

A concepção corrente era considerar a história como uma obra literária, rica em elementos trágicos e dramáticos, e, por isso, de leitura agradável e atraente. Recorde-se, no entanto, que Célio Antípatro afirma, num fragmento transmitido por Aulo Gélio, que escrever história sem analisar as causas dos acontecimentos «é o mesmo que contar fábulas a crianças e não escrever história» (Gélio, V, 18, 8).

6.10 NOVAS TENDÊNCIAS

O desenvolvimento intelectual da 2.^a metade do século II a. C. foi marcado pela presença em Roma de **Crates de Malo**. Graças a ele **o estudo da poesia e a leitura crítica dos textos conhecem um grande impulso.** Promovem-se **edições críticas**, fomentam-se os **comentários** e institui-se o hábito das **leituras públicas.** **É neste contexto que se movimenta um grupo de literatos que impropriamente se baptizou com o nome de círculo de Lutácio Cátulo.**

Personalidade política de relevo, **Quinto Lutácio Cátulo** escreveu um *Liber de consulatu suo et de rebus gestis suis*, de carácter autobiográfico. Foi também orador de renome e interessou-se por filosofia e literatura. Mas o seu grande contributo para a evolução

da literatura latina foi ter escrito **epigramas de carácter amoroso, numa forma poética nova. A nova temática é o amor**, embora por vezes não passe dos esquemas convencionais dos poetas alexandrinos, imitados com todo o requinte.

Lutácio Cátulo morreu em 87 a. C. Apesar de a sua obra não ter sobrevivido, a sua actividade pioneira impregnou as gerações que se lhe seguiram. Um dos que o seguiu foi **Lévio**, poeta lírico que exerceu a sua actividade no primeiro quartel do século I a. C. **Adaptou ao latim os metros líricos gregos, antecipando-se a uma das inovações de que se vangloriava Horácio.**

Pequenos poemas, pequenos jogos de amor e divertimento, expressão finamente trabalhada, referências ao menos vulgar da mitologia: são estes os parâmetros essenciais de uma poética para ambientes doutos e gostos refinados. Nisso se tornara a velha Roma de gente rude e agreste. **Catão perdera a batalha que travara contra a invasão do helenismo.**

6.11 *POETAE NOUI*

Pelos ideais artísticos de refinamento e erudição pautou a sua actividade um grupo de jovens que desdenham do poema longo e do estilo pomposo, praticam a expressão dos sentimentos individuais, em pequenos poemas de carácter introspectivo e intimista.

Cícero, pejorativamente, chamou-lhes *poetae noui*, *neóteroi* e *cantores euphorionis*, tendo consciência, com esta última designação, de que a sua estética derivava da alexandrina e de que os seus modelos preferidos eram Eufóron e Calímaco, ambos da 2.^a metade do século III a. C.

Cultivavam novas formas, como o epílio e o idílio. A forma de tratar os temas amorosos obedece a um **esquema convencional**: amor à primeira vista, que se transforma em paixão violenta, insuportável, e provoca um sofrimento mortal; análise do processo psicológico introspectivo, que desemboca em confidências e monólogos; excursos secundários que culminam na explicação de um culto, de um nome de uma cidade, ou de uma outra origem (*aitia*) seja do que for, completamente à margem do tema principal.

Poemas deste género, epílios, são o carme 64 de Catulo, a *Io*, de Licínio Calvo, a *Smyrna*, de Hélvio Cina, a *Dyctinna*, de Valério Catão, e o *Glaucus*, de Cornifício. **O tom patético é pouco diferente de uns para os outros; o gosto e o ideal estético, o mesmo.**

Embora, com excepção de Catulo, poucos sejam os fragmentos que nos restam para se poder fazer um juízo mais pormenorizado, tem-se a impressão de se tratar de uma

poesia vanguardista que não conseguiu satisfazer as exigências espirituais do público do seu tempo.

Catulo

O mais lídimo representante dos poetas deste grupo é **Gaio Valério Catulo**, natural de Verona, nascido cerca de 87 e falecido em 53 a. C. O seu universo poético oscila entre o poema de amor de inspiração elegíaca, os tons melancólicos da poetisa Safo e o ímpeto das invectivas próprias de um Arquíloco.

Ficou literariamente célebre o seu amor por Lésbia, nome fictício de Clódia, irmã do tribuno Clódio e mulher legítima de Quinto Metelo Célere. Segundo os momentos registados nos seus poemas, amou-a e odiou-a simultaneamente. Mas por muito de sincero que haja nos seus gritos lancinantes, há muito de convencionalismo poético de fonte grega.

O que nos resta da sua obra não é tudo o que o poeta escreveu: é apenas uma colectânea organizada de acordo com as formas métricas e a extensão dos poemas. Na primeira parte (poemas 1-60) dominam as poesias breves e de metros variados. Na segunda parte (poemas 61-68, nos quais mais se nota a influência da poesia alexandrina) concentram-se as composições de maior extensão: dois epitalâmios ou cantos nupciais (poemas 61 e 62), um longo epílio (poema 64, núpcias de Peleu e Tétis) e elegias (poemas 65-68). Entre estes encontra-se uma tradução da *Cabeleira de Berenice*, da autoria de Calímaco. Finalmente, a última parte é constituída por breves epigramas.

À **grande variedade de temas** corresponde também uma **grande variedade métrica e um vocabulário dúctil e fluente, sensível às menores variações de sentimento**.

Os recursos estilísticos são os da retórica tradicional: aliteração, assonância, rima final, acumulação de sinónimos, anáfora, repetições de palavras, metáforas e arcaísmos. Mas ao mesmo tempo tem-se a impressão, provocada artificialmente, de uma língua de uso quotidiano.

A renovação poética conseguida através de uma atitude renovada quanto aos temas, aos metros e à língua foi um dos grandes contributos dados pela geração dos neotéricos à literatura latina. Sem eles é difícil conceber a perfeição de Virgílio e de Horácio.

Lucrecio

Embora contemporâneo da geração dos *poetae novi* e até relacionado com alguns deles, **Tito Lucrecio Caro** é um caso isolado de um grande poeta sem escola, grande não apenas na sua época mas em toda a literatura latina.

Da sua vida pouco se sabe, além das informações mais ou menos fantasistas transmitidas por S. Jerónimo e pela vida de Virgílio do gramático Donato. Embora estes autores sejam do século IV d. C., as suas informações, pelo menos as de S. Jerónimo, remontam ao *De Poetis*, de Suetónio, século II d. C. O que de certo se retém é que Lucrecio viveu entre 98/96 e 54/53 a. C.

Quanto ao resto, que enlouqueceu por causa de um filtro amoroso (*amatório poculo*), que nos intervalos de lucidez **escreveu o *De Rerum natura***, que levado pelo desespero se suicidou, são afirmações que não se podem confirmar. Parecem nascidas do propósito de criar uma **imagem de poeta maldito para aquele que ousou desafiar o medo dos deuses e o império da morte.**

O que nos pode esclarecer sobre a obra de Lucrecio são dados da história da cultura de outra natureza, particularmente os que se relacionam com a **história da introdução do epicurismo em Roma.**

Cerca de 90 a. C. o epicurista **Fedro de Atenas**, de passagem por Roma, provoca grande interesse, com as suas conferências, num grupo restrito de jovens da alta sociedade, entre os quais se encontrava Cícero. Pouco tempo depois, pelos anos 75 a. C., **Filodemo de Gádara**, outro epicurista, torna-se amigo de Calpúrnio Pisão Cesonino, que lhe oferece uma propriedade em Herculano. Aqui e em Nápoles, em torno de Filodemo e de Siro, constitui-se um grupo de jovens intelectuais atraídos pela doutrina epicurista.

O poema que Lucrecio nos deixou, aliás incompleto, pretende, segundo afirmações do seu autor, divulgar a doutrina de Epicuro (341-270 a. C.), mas de facto tem igualmente presentes outros poemas filosóficos: o de Xenófanes (570-460 a. C.), o de Parménides (cerca de 500 a. C.) e o de Empédocles (século V a. C.). Segundo ele mesmo declara, o seu objectivo principal é libertar a humanidade do medo dos deuses, da superstição e da morte.

O fundamento da doutrina que expõe é que o universo, incluindo a divindade, é composto de átomos, indivisíveis, eternos e imortais, dotados de movimento perpétuo vertical. Desse movimento, que graças a um pequeno desvio provoca a associação dos átomos entre si, surgem todos os corpos existentes.

A alma humana e os próprios deuses são formados de átomos mais subtis. Quando os átomos da alma abandonam o corpo, o indivíduo dissolve-se na morte para sempre. Mas como os átomos são indestrutíveis, continuam em movimento no espaço vazio até encontrarem novas junções, dando origem a novos corpos.

Esta teoria física, um pouco ingénuo, retoma o atomismo de Demócrito (470/60-380/370 a. C.). As incidências que poderia ter sobre a ética não são desenvolvidas por Lucrécio. Insiste, todavia, em algumas questões fundamentais.

Antes de mais, o mundo não é regido por nenhuma força transcendente e muito menos a vida do homem. Os deuses existem, mas vivem afastados das contingências do universo, sem se importarem com as vicissitudes da vida humana. À sua semelhança, os homens devem procurar o sumo prazer que consiste na ataraxia, na tranquilidade suprema, fugindo às ambições políticas e às paixões, principalmente à paixão do amor, a mais funesta de todas.

O *De Rerum natura* tem passos de um grande lirismo. Está escrito em hexâmetros dactílicos, em estilo solene, numa linguagem que deve muito a Énio. São grandes motivos da mais bela poesia o pensamento do nada e da morte, e a grandiosa imagem da vida que evolui perpetuamente na vastidão de um universo sem limites nem de espaço nem de tempo.

Cícero

O editor do *De Rerum natura* parece ter sido o próprio **Cícero**. Era um pouco mais velho que Lucrécio. Marco Túlio Cícero nasceu em Arpino em 106 a. C., no seio de uma família da classe equestre. Fez a sua formação em Roma, estudando Retórica, Filosofia e Direito.

No ano de 78, seguiu em Atenas, juntamente com o seu amigo Ático, as lições dos epicuristas Zenão de Sídon e Fedro. Mas a influência de tais mestres não se sobrepôs à dos **mestres da sua primeira juventude em Roma: o estóico Diódoto e o académico Fílon de Larissa.** Em Rodes **estudou Retórica na escola de Mólón.**

Republicano convicto, grande orador e homem de Estado, defensor e aliado da oligarquia senatorial em crise, Cícero foi questor em 75 a. C., edil em 69, pretor em 66 e cônsul em 63.

A sua vastíssima obra é fundamental para o conhecimento de uma das épocas mais ricas e agitadas da história de Roma. Podemos dividi-la em várias secções.

- *Discursos*

De mais de 100 que escreveu, sobreviveram cerca de 60. Ficaram para sempre célebres os que pronunciou **contra Verres** (70 a. C.) e **contra Catilina** (63 a. C.). Cícero era cônsul. Descobre uma conjuração para derrubar a oligarquia senatorial, orquestrada por Catilina, na qual estavam implicados outros nomes importantes. Com um processo relâmpago, totalmente irregular, Cícero obtém a execução dos conjurados. Mais tarde sofrerá o exílio por causa dessas execuções.

De outro tipo completamente diferente é o discurso que pronunciou em **defesa do poeta Árquias**. Cícero era amigo do réu, acusado de usurpação do direito de cidadania, e esperava que ele viesse a cantar a gesta do seu consulado. Este discurso é uma autêntica magna carta das artes e das letras e do humanismo universalista.

Entre 2 de Setembro de 44, após o assassinato de César, e 21 de Abril de 43 pronunciou **14 discursos contra Marco António**, que pretendia substituir o ditador. Cícero chamou-lhes Filípicas, para evocar os discursos pronunciados por Demóstenes contra Filipe da Macedónia em defesa da liberdade da Grécia. Devido à violência com que se opôs a Marco António, foi assassinado pelos sicários deste a 7 de Dezembro de 43 a. C.

- *Cartas*

O corpus da correspondência de Cícero comporta 931 cartas, das quais cerca de 70 lhe foram dirigidas.

Escreveu-as a Ático, a Bruto, a seu irmão Quinto e aos «familiares». **O seu interesse histórico é incomparável.** Nelas Cícero revela-se em toda a sua plenitude de homem, por vezes fraco e mesquinho, dando-nos uma imagem muito diferente da do orador brilhante e do político corajoso.

Nas cartas vem ao de cima o homem tal como ele é, com o seu quotidiano de tristezas e alegrias, na sua grandeza e na sua pequenez.

Cícero foi o criador do género epistolar latino, imprimindo-lhe um estilo próprio de sabor a autenticidade, variado nos temas, simples no estilo: período breve, proposição curta, vocabulário próximo do *sermo cotidianus* usado pelas pessoas cultas.

- *Teorização literária*

Ainda muito novo, com cerca de 25 anos, deu início a um **tratado de retórica, o *De Inuentione*, que aliás nunca chegou a acabar.** Trata-se de uma obra que provavelmente remonta à mesma fonte de que se serviu o autor da *Rhetorica ad Herennium*.

O seu pensamento mais completo como teorizador está contido na trilogia constituída pelo *De Oratore*, *Brutus* e *Orator*.

O *De Oratore* consta de três livros escritos em 55 a. C. em forma de diálogo.

Discute-se quais são as qualidades necessárias ao orador e se o mais importante são os dotes naturais (*ingenium*) ou a técnica adquirida pela aprendizagem e pelo exercício (*ars*).

A tese de Cícero é que **ambas as coisas são indispensáveis**. O orador deve ter uma sólida formação filosófica, jurídica, histórica e literária. Este é o conteúdo do primeiro livro. No segundo debruça-se sobre as **fases da elaboração do discurso: *inuentio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria*, *actio***. O terceiro trata desenvolvidamente das **técnicas da escrita (*elocutio*) e da apresentação pública (*actio*)**.

O *Brutus*, também em forma de diálogo, foi escrito em 46 a. C. Após uma resenha da história da eloquência grega, traça um **panorama alargado da história da eloquência romana**.

Do mesmo ano que a obra anterior e como ela dedicada a M. Bruto, **o *Orator* ocupa-se essencialmente em definir o orador ideal**. Cícero insiste numa formação integral. Uma parte importante é dedicada às questões do ritmo da prosa.

De menor âmbito e interesse são ainda as *Partitiones oratoriae*, do ano 46, e o *De Optime genere oratorum*, de 45, e os *Topica*, de 44 a. C.

Tanto do ponto de vista das problemáticas abordadas como dos princípios defendidos, a obra retórica de Cícero segue de perto os teorizadores gregos. Há, no entanto, alguns aspectos em que se revela mais romano. Por exemplo, na defesa da função formativa da poesia, que, para ele, vem antes da função lúdica.

É por esta ordem de ideias que se manifesta contra os neotéricos e abomina tudo o que seja arte pela arte, sem conteúdo moral imediato e visível. Mesmo a história é concebida como um repositório de *exempla*. A sua leitura deve proporcionar prazer, mas na perspectiva de elucidar e de orientar os comportamentos.

- *Tratados*

Cícero escreveu um número significativo de tratados sobre os mais variados temas. Quase sempre têm como referência uma fonte grega.

Do *De Republica* resta-nos apenas cerca de um terço da obra. A parte mais célebre,

o chamado «sonho de Cipião», foi-nos transmitida juntamente com um comentário da autoria de Macróbio (século IV d. C.). Ao todo, a obra era constituída por **seis livros em forma de diálogo e versava sobre temas como o estado perfeito, a melhor forma de governo e a figura do governante ideal**. Foi iniciada em 54 a. C. Inspira-se em Platão e nas teorias de Políbio sobre as formas de governo.

O ***De Legibus***, em três livros, foi iniciado em 51, retomado em 46, mas nunca concluído. Trata das fontes do direito, do direito religioso e das magistraturas. Tem grande influência do tratado das leis de Platão.

O ***De finibus bonorum et malorum***, em cinco livros em forma de diálogo, dedicado a Bruto, é dos anos 45-44 a. C. Utiliza fontes estoicas, epicuristas e platónicas. É feita uma exposição das teses destas três correntes filosóficas sobre o critério distintivo do bem e do mal.

As ***Tusculanae disputationes***, em cinco livros, em forma de diálogo, versam sobre o tema da felicidade humana. A tese final é a de que só a virtude pode tornar o homem feliz.

No ***De Officiis***, em três livros dedicados a seu filho Marco, compostos cerca de 44 a. C., faz uma exposição da doutrina estoica sobre o dever.

Também de questões relacionadas com o estoicismo se ocupa o ***Paradoxa Stoicorum***. Foi composto em 46 a. C.

No ***De Amicitia*** defende o valor desinteressado da amizade contra o utilitarismo. É um diálogo escrito no ano 44 a. C.

O ***De Senectute***, também do ano 44 a. C., apresenta a velhice como uma etapa natural da vida, sem motivos para que deva ser detestada.

O ***De Natura deorum***, diálogo em três livros, de 45-44 a. C., é dedicado a Bruto. É essencialmente uma exposição das teses epicuristas e estoicas sobre a natureza da divindade.

A tese do ***De Divinatione*** é a de que a adivinhação é uma impostura. É um tratado em dois livros, escrito em 45-44 a. C.

A relação entre o destino e o livre-arbítrio é analisada no ***De Facto***, escrito em 45-44 a. C. Cícero defende uma tese contrária ao fatalismo dos estoicos.

Os ***Academicici libri*** ou ***Academica*** passaram por duas redacções. Conservam-se o segundo livro da primeira redacção e o primeiro da segunda. A questão discutida é

se é possível ter a certeza da verdade. Cícero adopta o cepticismo moderado da nova academia, ou seja, o probabilismo. Mas em questões de ética defende o dogmatismo prático, aceitando que a verdade provável é critério moral suficiente.

Nenhuma destas obras se distingue por uma grande originalidade. O seu grande mérito, e não é pequeno, foi que através delas se transmitiram à civilização ocidental conteúdos de obras gregas que teriam ficado ignorados. E, mais do que isso, foi através destas obras que se alimentou o humanismo ocidental, baseado no respeito da personalidade do indivíduo e no sentido do bem comum.

Mas, simultaneamente, Cícero não deixou de ser **protagonista da mentalidade conservadora do seu tempo**, incapaz de promover as reformas profundas, sociais políticas e institucionais de que Roma carecia, tanto mais que de pequena cidade se transformara em cabeça de um grande império.

Disso se aperceberam os Gracos, um pouco antes de Cícero, e outras personalidades desse tempo. Cícero fez revivescer nos seus diálogos o círculo político-cultural dos Cipiões, cujas perspectivas e pensamento adoptou como modelo para sempre. Apegado a uma oligarquia um pouco exausta, foi ultrapassado por aqueles que, mais pragmáticos, abriram os olhos para a mudança que os tempos impunham.

César

Se são muitas as dúvidas quanto ao papel desempenhado por Catilina em toda esta crise de mudança, não há a mínima dúvida de que César foi o homem que se revelou à altura das circunstâncias.

Pouco mais novo que Cícero, **Gaio Júlio César** pertencia a uma família nobilíssima, no seio da qual nasceu por volta de 100 a. C. Teve o mesmo tipo de formação que os jovens romanos do seu tempo. Como Cícero, foi aluno de Apolónio Mólón.

Ao contrário de Cícero, apoia-se nos *populares*, o partido democrático, suscitando com isso as iras do ditador Sula. Sempre muito hábil, afasta-se de Roma para fugir às proscricções. Regressa após a morte do ditador.

Obtém o seu primeiro **sucesso oratório** num processo contra Cornélio Dolabela, um poderoso favorito de Sula. **Sobe fulgurantemente o *cursos honorum***. Em 60 a. C. forma o primeiro triunvirato com Pompeio e Crasso. Entre 58 e 51 a. C. conquista a Gália.

Com a morte de Crasso, em 53 a. C., inicia-se um período de desentendimento com Pompeio e o Senado, que acaba na ruptura. Em 49 a. C. desencadeia-se a guerra civil. No ano seguinte César derrota Pompeio em Farsália e submete o Egipto, para onde fugira Pompeio. Desaparecido Pompeio, é nomeado ditador em 47 e ditador vitalício em 45 a. C. Foi apunhalado a 15 de Março de 44 a. C. Mas as reformas que iniciara prosseguiram mesmo depois da sua morte.

A obra de César, de **carácter memorialista**, parece ter-se intitulado *Commentarii rerum gestarum* («memórias dos feitos praticados») **com dois subtítulos: *Bellum Gallicum*** (em sete livros correspondentes a sete anos) e *Bellum ciuile* (em três livros).

No *Bellum Gallicum* a **divisão da matéria por anos**, bem como a **descrição objectiva dos factos na terceira pessoa**, pretendem insinuar **imparcialidade e autenticidade**. Mas a verdade é que deve ter sido composta de seguida e não ano após ano.

O estilo é despojado e a narração sem rodeios, como se se tratasse de um **relatório militar**. Muitos viram nesse despojamento uma intenção de fazer passar por verdade o que não passava de deformação intencional, com claro objectivos de promoção pessoal. De resto, não faltam as **digressões próprias do género histórico**.

O *Bellum ciuile* narra os acontecimentos de uma guerra fratricida, que culminou com a derrota das tropas de Pompeio e do Senado em Farsália e com o assassinato de Pompeio, perpetrado por maquinações de Ptolemeu no Egipto. Tal como nas memórias da campanha da Gália, também no *Bellum ciuile* César **expõe os factos com simplicidade, mas nem sempre com imparcialidade**.

A sua obra é um monumento artístico de grande valor. A língua que utiliza é de um purismo lexical invulgar. Clareza, elegância, adequação do estilo às situações, poucas figuras retóricas, enunciado esquemático, vivacidade e rapidez, e muitas outras qualidades mostram em César um escritor com dotes não inferiores aos do general e do homem político.

Além destes dois comentários tem-se notícia de que César escreveu: um **tratado sobre assuntos gramaticais**, que dedicou a Cícero, **intitulado *De Analogia***; uma **réplica em dois livros, a que deu o título de *Anticatones***, destinados a ripostar ao elogio póstumo que Cícero fez de Catão de Útica; **uma tragédia, *Oedipus***; **umas *Laudes Herculis***; e um ***Iter***. Sabe-se ainda que existiu uma **colectânea de cartas** dirigidas ao Senado, a Cícero e aos «familiares».

Os acontecimentos sucedidos entre 52 (fim do *Bellum Gallicum*) e 49 (início da narrativa do *Bellum civile*) foram narrados por Aulo Irzio, um dos generais de César, tentando imitar o seu estilo e a forma narrativa. Outros sequazes anónimos retomaram a narrativa da continuação da luta de César após a morte de Pompeio, no Egipto (*Bellum Alexandrinum*), na Numídia (*Bellum Africum*) e na Hispânia (*Bellum Hispaniense*).

Salústio

De origem plebeia, **Gaio Salústio Crispo** nasceu na Sabina em 80 a. C. Foi para Roma, onde se formou. Percorreu a carreira política, vindo a ser tribuno da plebe no conturbado ano de 52 a. C., em que Clódio foi assassinado.

Tomou o partido de César durante a guerra civil. Foi governador da Numídia, donde voltou riquíssimo. Após o assassinato de César retirou-se da vida política e **escreveu três obras**, que o imortalizaram: ***Bellum Catilinae*, *Bellum Iugurthinum* e *Historiae***. **Salústio é com toda a justiça considerado o primeiro historiador romano digno deste nome.**

No ***Bellum Catilinae*** dá uma versão dos factos nem sempre coincidente com os pontos de vista de Cícero. Pelo menos este não desempenha o papel providencial que a si mesmo se arroga.

No *Bellum Iugurthinum* Salústio revela-se um historiador consumado: estrutura bem articulada, caracterização penetrante dos protagonistas.

Mas tanto numa como noutra monografia há a mesma **concisão de linguagem**, as **mesmas simetrias**, o **mesmo uso de termos poéticos e de arcaísmos**, processos que caracterizam um estilo por vezes áspero e duro que faz lembrar o do velho Catão.

Ideologicamente em ambas se revela o partidário de César e o adversário ferrenho da oligarquia, o *popularis*, embora igualmente inimigo da anarquia e da demagogia.

Salústio escreveu ainda **cinco livros de *Historiae***, de que restam quatro discursos e duas cartas. São-lhe também atribuídas uma *Empedoclea* (uma reelaboração de um poema de Empédocles de cariz pitagórico) de que nada resta, uma invectiva contra Cícero, e duas *Epistulae ad Caesarem senem de re publica*.

Cornélio Nepos

A tendência que se verifica em Salústio para o culto das personalidades que desempenharam papéis preponderantes no desenrolar dos acontecimentos, uma mentalidade aliás difundida

no passado pelo círculo dos Cipiões, enquadra a obra biográfica de um **escritor de segundo plano**, como foi **Cornélio Nepos**.

Nascido na Gália Cisalpina no princípio do século I a. C. e falecido no tempo de Augusto, amigo de alguns do grupo dos *poetae novi*, particularmente de Catulo, mas também de Cícero e de Ático, Nepos é o protótipo do homem bom, alheio às ambições pessoais e políticas.

Entre as suas obras contavam-se duas hoje desaparecidas: uma **cronologia universal**, com o título de *Chronica*, e uma **recolha de feitos exemplares, os Exempla**. Mas **o seu grande mérito foi ter introduzido em Roma o género biográfico**.

Escreveu as biografias de personalidades ilustres (*De Viris illustribus*) em dezasseis livros, organizados por categorias: reis, generais, jurisconsultos, oradores, poetas, filósofos, historiadores, gramáticos. **Cada categoria constava de dois livros**, ocupando-se o primeiro dos homens ilustres da Grécia e outros países, o segundo dos de Roma.

Desta obra monumental sobreviveram as biografias de dezanove generais gregos, um cário e dois cartagineses (Amílcar e Aníbal), e duas biografias do livro dos historiadores latinos: Catão, *o Velho*, e Ático. Da biografia de Cícero, composta antes do *De Viris illustribus*, nada resta.

A opinião geral é a de que a obra de Cornélio Nepos é de uma **incapacidade crítica quase infantil**. Mas o seu estilo simples, as suas tiradas moralizantes, fizeram dele, desde a antiguidade, o **autor preferido pela escola para o ensino da língua latina e a formação da juventude**. Com mais génio, Plutarco e Suetónio hão-de seguir-lhe a intuição e aproveitar dele a ideia das vidas paralelas.

Varrão

As biografias de Cornélio Nepos dependem, enquanto género literário, da biografia helenística, concebida segundo o esquema do relato do nascimento, juventude, maturidade e morte do biografado, numa perspectiva predominantemente moralizante.

Mas dependem igualmente dos elogios fúnebres das personalidades das grandes famílias romanas e de um género que **Varrão** praticou maravilhosamente, **o género das *Imagines*, um vasto repertório de retratos de homens ilustres de que ele compôs 15 livros**. Esta, como a maior parte da sua obra, não chegou até nós.

Marco Terêncio Varrão teve uma vida longa, a de um sábio. Nasceu em 116 a. C. e morreu em 27 a. C. Foi pompeiano. Depois da derrota de Pompeio, César, com a sua conhecida magnanimidade, encarregou-o de organizar a biblioteca pública de Roma. Tornou-se, com esta oportunidade, o exemplo acabado do filólogo e do erudito com variadíssimos interesses culturais.

A sua obra, calculada em 600 volumes, versava temas históricos, literários, linguísticos, didácticos.

Escreveu sobre as instituições romanas e sobre a religião (41 *Libri antiquitatum*), **sobre filosofia moral**, ilustrando as ideias com os exemplos de personalidades conhecidas (*logistorici*, em 77 livros) **e sobre as artes liberais** (*Disciplinarum libri nouem*).

Da sua obra linguística restam seis dos vinte e cinco livros **sobre a língua latina** (*De Lingua Latina*). **Sobre a agricultura** escreveu um tratado em estilo simples e desprezioso (*De Re rustica*). Saberíamos muito mais sobre a história literária da antiguidade se se tivessem conservado o *De Comoediis Plautinis*, em dois livros, as *Quaestiones Plautinae*, em cinco livros, e o *De poetis*.

Como poeta **compôs as *Saturae Menippeae***, cujo título evoca Menipo de Gádara. Eram **90 livros de composições mistas em prosa e em verso, com uma grande variedade de temas e de metros**. Restam fragmentos. Ficou célebre uma dessas sáturas, em que atacava o primeiro triunvirato, comparado a um monstro de três cabeças.

Em suma, Varrão foi uma figura eminente de erudito, filólogo e escritor de uma época marcada pela liberdade republicana e pelo sentido desenvolvido das responsabilidades colectivas. Uma época que chegava ao fim.

6.12 ÉPOCA DE AUGUSTO

Por múltiplas razões esta é considerada a **idade de ouro da literatura latina**. Caracteriza-a o **ideal de um classicismo** em que se conjugam perfeição formal, clima poético, sentido profundo do equilíbrio, gosto pela clareza e pela simplicidade, sentido do *decorum*, no conteúdo, na expressão das paixões, nos caracteres e na forma literária. Respira-se uma interioridade impregnada de um estoicismo moderado, feito de harmonia e elegância.

A época de Augusto não aspirou a grandes revoluções literárias nem a grandes inovações. Pretendeu e conseguiu **atingir o máximo de perfeição nos géneros literários anteriormente praticados**, situando-se, conscientemente, na continuidade da tradição

grega, imitando não apenas os motivos e as técnicas da poesia clássica, mas ainda os refinamentos a que os levava a poesia helenística.

É este **sincretismo de antigo e moderno** que caracteriza a produção literária dos escritores da época de Augusto.

Mas além de artisticamente bem fundamentada, a **poesia** desta época pretende-se **moralmente séria, consciente da sua missão ética e do seu empenho cívico**. De uma forma ou de outra encontra-se nela o ideário augustiniano, que aponta para tópicos como a missão universal do Império Romano, a fé no destino de Roma, a sua perenidade e a celebração da *pietas* do cidadão para com a pátria e para com a família. Este ideário, menos evidente nos cenáculos oposicionistas ligados a Asínio Polião e Messala Corvino, desafectos ao regime augustiniano, é particularmente notório nos poetas ligados ao círculo de Mecenas.

Daí que **o poeta** se considere como que o **depositário do mistério da arte, espécie de intermediário entre as musas e a humanidade** que cabe à poesia espiritualizar, civilizar.

Roma tornara-se um grande centro de cultura grega. Dezenas de filósofos, retores, historiadores, poetas, preceptores, levados pela miragem (pelo menos alguns deles) da instauração de um reino governado segundo a justiça e a sabedoria, alimentam uma intelectualidade, que cada vez mais se afasta dos níveis de cultura do povo. Os poetas augustinianos praticam uma poesia requintada para ser entendida por uma casta igualmente requintada.

No **estilo**, mesmo no da poesia, pratica-se o **purismo**, a **regularidade**, o meio caminho entre asianismo e aticismo que Cícero defendera para o estilo oratório.

A escola ensina e pratica a imitação, e impõe modelos. Na diversidade das personalidades não é difícil entrever a mesma identidade de ideais e de estilo.

É neste enquadramento geral que se movem **Virgílio, Horácio, Tibulo, Propércio** e, de um modo geral, os poetas da primeira fase do principado de Augusto.

Virgílio

Públio Virgílio Marão nasceu perto de Mântua em 70 a. C. Fez estudos de Retórica em Milão e depois em Roma. Em 45 a. C. frequentava os cenáculos epicuristas de Nápoles. Morreu em 19 a. C., em Brindes. Deixou uma obra a todos os títulos monumental: ***Bucólicas, Geórgicas, Eneida***.

Escritas entre 41 e 39, as **Bucólicas** são propriamente **cantos de pastores**. Constan de 10 églogas em hexâmetros dactílicos, diversas pelo argumento, estrutura, intenção poética e até pelo estilo. O modelo adoptado é Teócrito, poeta alexandrino do século III a. C., considerado o *inuentor generis* (inventor do género).

Dos idílios de Teócrito tomou Virgílio a técnica de composição: faz-lhes várias alusões, imita alguns versos e traduz outros; os nomes dos pastores e das plantas remetem para eles; a caracterização poética das personagens evocam-nos. E, todavia, das **Bucólicas** transparece uma **originalidade indiscutível**, resultante da profundidade do sentimento, da intensidade lírica, de um certo ambiente intimista. O ritmo é lento e calmo. Respira-se uma harmonia messiânica, partilhada pelo mundo inanimado, associada a uma terna melancolia de tonalidade elegíaca.

Na égloga IV, particularmente, configuram-se os ideais de paz e de justiça, e a esperança de um mundo melhor, profetizado no nascimento de uma criança que há-de instaurar um reino de paz e de harmonia em toda a natureza.

Esse sentimento de esperança num futuro melhor, de contornos estóicos e neopitagóricos, que a Idade Média não hesitou em considerar ao mesmo nível que as profecias bíblicas, está igualmente patente num mundo poético ideal, a Arcádia, onde os poetas recebem das musas a missão de conduzir os povos.

Mas também é possível que este cenário não seja alheio aos ideais que Virgílio absorveu nos ambientes epicuristas napolitanos.

Um facto é que **há numerosas reminiscências de Lucrecio, o apóstolo romano do epicurismo, na obra de Virgílio**. A máxima epicurista «vive escondido» parece ter constituído o lema do poeta da interioridade que é Virgílio.

As **Geórgicas** são cronologicamente o segundo poema didáctico de grande nível após o *De Rerum natura*, de Lucrecio. Constan de cerca de **2000 versos em quatro livros**, compostos entre 37 e 30 a. C. **Tratam do cultivo dos cereais** (livro I), **do cultivo das árvores e da vinha** (livro II), **da criação de gado** (livro III) e **da apicultura** (livro IV).

A estrutura do poema é toda ela simétrica. Por um lado, os dois primeiros livros formam um bloco (mundo inanimado) e os dois últimos outro bloco (mundo animado), cada um deles precedido por um grande prómio, de, respectivamente, 42 e 48 versos.

Mas, por outro lado, cada livro tem uma estrutura auto-suficiente e igualmente simétrica, que se verifica na sequência temática: guerra, paz, morte, ressurreição. Da guerra, renunciada com a morte de Júlio César, fala o final do primeiro livro. No segundo faz-se o

elogio da agricultura e da paz, simbolizada na vida inocente do campo. O terceiro termina em ambiente de morte, com a epidemia que dizima os animais. O quarto conclui com o epílio de Aristeu, introduzido para explicar como da morte pode renascer a vida.

Desta estrutura resulta o equilíbrio entre partes didáticas e partes líricas. A parte didáctica torna-se breve, e evita-se a monotonia das longas e enfadonhas preleções.

Ao compor as *Geórgicas*, Virgílio declara seguir como **modelo**, como «pai» ou «inventor» do género, o poeta grego **Hesíodo** (cerca de 700 a. C.). Como ele, **entende o trabalho em sentido religioso, como uma imposição dos deuses**. Mas, por seu lado, Virgílio considera o trabalho como uma fonte de progresso da humanidade: *labor omnia uicit* (I, 145).

Poeticamente as *Geórgicas* não são uma obra para camponeses. Muito à maneira helenística, a variação e a graça introduzida pelos excursos frequentes tornam a leitura atraente. Aos contributos tirados de Hesíodo, juntam-se as sugestões vindas dos poetas da época helenística, como Arato, Eratóstenes e Nicandro, e de autores romanos, como Catão, Varrão e Lucrécio. Mas o espírito da obra, esse é virgiliano: sentido profundamente religioso da natureza e materialização poética dos temas tratados.

A *Eneida* é a narração da mítica aventura da intrépida geração dos heróis que deu origem a Roma e ao império. Virgílio pôde contar com as técnicas já consagradas da epopeia homérica: estrutura do poema, início no meio da acção, símiles, discursos dos heróis, prodígios, aparições, sonhos, profecias, intervenções divinas, descida aos infernos, catálogos, razias, descrição das armas, duelos, etc.

Mas pôde contar também, para exaltar as origens da cidade e a grandeza do império, com o material lendário contido nos anais e com a gesta da história mais recente. Augusto serviu-lhe de instância alegórica e, como trave mestra, o *fatum*, a predestinação divina, que através de vicissitudes várias conduz o herói de error em error através de um mar aventureiro de sofrimentos e trabalhos.

A *Eneida* divide-se em duas partes, que correspondem às duas epopeias homéricas. A primeira parte (I-VI) segue o ritmo da *Odisseia*, o da viagem; na segunda parte (VII-XII) sobressai o ambiente da *Ilíada*, as guerras, as horríveis guerras e as proezas dos heróis.

O poema começa *in medias res*, agarrando o leitor já no meio da acção. Depois virá uma retrospectiva dos acontecimentos. Assim fez Homero e assim se torna mais vivo o interesse da leitura.

Virgílio recusa a narrativa cronológica dos acontecimentos. A acção vai já muito avançada quando começa a narração. As peripécias anteriores são narradas posteriormente nos livros II e III. No livro IV fecha-se o círculo, de modo que daí em diante a narração segue *pari passu* com a sucessão dos factos.

Do conjunto resulta o equilíbrio formal e sobretudo uma grande variedade destinada a prender o leitor. A narrativa simples, predominante nos livros pares, alterna com a densidade poética e a carga de fantástico dos livros ímpares. Como nas *Bucólicas* está patente a procura da simetria, sob vários pontos de vista. É possível entrever uma divisão dos doze livros em três grupos de quatro: o primeiro grupo (I-IV) apresenta Eneias em Cartago; o segundo (V-VIII), Eneias em Itália; o terceiro (IX-XII), a instalação na nova pátria.

É óbvio que a preocupação com o equilíbrio das partes nasce de uma opção estética que caracteriza a época de Augusto. Mas não obstante esta preocupação com a estrutura de conjunto, Virgílio presta atenção aos mais ínfimos pormenores, de acordo com os cânones da poética helenística.

De características tipicamente helenísticas, como se de um epílio se tratasse, é o livro IV, graças ao qual Virgílio introduz no epos clássico o episódio amoroso. As poses heróicas cedem à introspecção, ao desenrolar lento de uma paixão incontrolada. E não falta (à maneira dos *aitia* helenísticos) a explicação profética da inimizade que oporá para sempre Roma a Cartago.

Nas palavras de Dido — *nullus amor populis nec foedera sunt* (IV, 624), «que nenhuma aliança ou pacto seja possível entre os dois povos» — ecoavam já as futuras Guerras púnicas. Afinal Aníbal não era mais que um vingador da rainha Dido, abandonada, no mais acerbo da paixão, por um Eneias compelido pelo destino a deixar as praias de Cartago.

Assim se **interpenetram o heróico e o romanesco. O presente é inserido no passado, o histórico no lendário, a realidade na fantasia poética.**

São estes aspectos, transmitidos através dos episódios menores, que fazem da ***Eneida* o grande poema nacional**. Na descrição do escudo de Eneias antevêm-se episódios da história romana que qualquer leitor identifica sob a sua roupagem simbólica. Na descida aos infernos está subjacente a exaltação da obra de Augusto e da perenidade do império.

Mas é também através dos episódios colaterais que ressalta o que de mais humano e universal se lê na poesia virgiliana. Laocoonte, torturado pelas serpentes monstruosas, tem algo de majestoso e trágico. Trágica é a concepção que Virgílio tem da vida humana,

não obstante o seu herói, o *pius Aeneas*, ser um herói de tipo novo, movido mais pela *pietas* que pelo amor da guerra que caracteriza os grandes heróis de trágicos destinos.

Horácio

Nascido em Venússia, no sul da Itália, entre a Apúlia e a Lucânia, filho de um liberto, **Quinto Horácio Flaco** seguiu o percurso educativo dos jovens das melhores famílias do seu tempo: primeiros estudos com o gramático, o célebre Orbílio, referido em *Epistulae*, II, 1, 71; depois veio Roma e a seguir Atenas.

Quando estudava em Atenas, alistou-se no exército de Bruto e combateu contra as forças de Antônio e Octaviano na batalha de Filipos (42 a. C.). Horácio estava do lado dos vencidos. De regresso a Itália, beneficiando muito embora do indulto concedido pelos vencedores, encontrou os terrenos da família confiscados. Arranjou então um emprego como escrivão e começou a poetar. Tornou-se amigo de Virgílio e de Vário, que o apresentaram a Mecenas, o influente ministro de Augusto (38 a. C.). Ambos se ligaram por uma profunda amizade.

Em 35 a. C. veio a lume o primeiro livro das **Sátiras**, ou **Sermões** («conversas»), como ele lhes chamou. Em 30 a. C. apareceu o segundo livro e os **Epodos**.

Entretanto recusou o lugar de secretário que Augusto lhe oferecia (25 a. C.).

Publica três livros de *Odes* e retira-se para uma vida de recolhimento e meditação. Em 20 a. C. publica as *Epístolas*, onde condensa uma parte das suas reflexões. Em 17 a. C., por incumbência do *princeps*, escreve o *carmen saeculare*, um canto religioso para celebrar os *ludi saeculares*. Depois de 17 escreveu o quarto livro das *Odes* e a *Arte Poética* ou *Epístola ad Pisones*. A sua adesão ao programa de Augusto torna-se cada vez mais decidida. Morreu em 8 a. C., pouco tempo depois do seu grande amigo Mecenas.

Em poucos autores as etapas da evolução interior e as vicissitudes da própria existência deixaram marcas tão visíveis como na produção literária de Horácio. A sátira 6 do livro primeiro é uma exposição autobiográfica. As restantes apresentam reflexões sobre temas variados, movendo-se entre a narrativa, o diálogo, a diatribe filosófica e a invectiva pessoal.

Mas, não obstante a exploração dos tópicos da filosofia moral, estóica e cínica, é Lucílio, o velho pai da sátira latina, que serve a maior parte das vezes de modelo a Horácio, como este servirá a Pérsio e a Juvenal. Até o metro, o hexâmetro dactílico, foi definitivamente fixado por Lucílio.

São muitas as inovações introduzidas por Horácio no que se refere à forma, ao estilo e ao tipo paradigmático da composição. Próprio de Horácio é o tom de aparente negligência, o elemento dialógico que nele assume carácter indispensável, e a importância assumida pelo poeta enquanto interlocutor. **A perfeição formal atinge níveis com que Lucílio nunca se preocupou.** E ao contrário de Lucílio, que não poupou as figuras proeminentes do seu tempo, Horácio surge como o observador das mazelas da humanidade em abstracto e da sociedade do seu tempo, mais do que como escarpelizador das pessoas em concreto.

Os *Epodos* constam de 17 poemas reunidos num único livro. Avizinham-se bastante das *Sátiras*, pelo tom de invectiva: contra um escravo enriquecido, contra os ritos mágicos, contra um poeta maldizente, contra as velhas corrompidas, etc.; outros partilham da tonalidade e da temática das odes: vitória de Ácio, a vida no campo, o amor, a idade de ouro.

Foi nas *Odes* que Horácio pretendeu imitar as tonalidades líricas dos poetas gregos, particularmente Alceu, Safo, Anacreonte e Píndaro. Destes poetas derivam as formas métricas, os temas, os motivos, as imagens e os mitos.

Mas mais do que fazer reviver a obra desses poetas, Horácio actualiza-os ao ritmo da pulsação da musicalidade latina. Essa uma das suas originalidades como poeta lírico. O léxico é de nível superior ao tom de amena conversa das *Sátiras*. Paira uma nota de elegância e distinção — de *urbanitas*. Um pouco à moda de Píndaro, os elementos não essenciais à frase dão lugar à plenitude transparente dos substantivos. Tudo o que é supérfluo cede ao essencial. Mesmo os adjectivos meramente ornamentais desaparecem. Tudo se concentra na simplicidade e na nudez dos meios expressivos, no *decorum* e no rigor das ressonâncias afectivas da linguagem sem artifícios.

No conjunto perpassa um frémido de poesia contido nos limites do *decorum* e no entretecer das belas imagens.

Com as *Epístolas*, Horácio criou um género literário novo: a carta literária em verso. Horácio interessa-se por vários temas: conversão à filosofia, domínio das paixões segundo os princípios do estoicismo, vaidade das paixões humanas, etc. Mas com igual empenho e interesse se voltou para os temas literários.

A primeira reflexão desta natureza manifesta-se pelo ano 20 a. C., na *Epístola a Floro* (19.^a do livro primeiro). Nos versos 108-123 expõe a sua teoria sobre composição literária. A *Epístola a Augusto* (a 1.^a do livro segundo) é quase um relatório sobre a produção literária e seus autores.

São particularmente interessantes as reflexões sobre a relação entre poesia da época e poesia arcaica, entre poesia romana e poesia grega, entre poeta e sociedade. É também tratada a questão do teatro, em que Augusto estava particularmente interessado. É, provavelmente, do ano 14 a. C.

A *Epístola aos Pisões*, a mais longa de todas, liga-se à problemática da *Epístola a Augusto* pela importância dada ao teatro. Globalmente, esta epístola contém muito do que Horácio lera e do que tinha sido escrito sobre poética.

A principal influência vem de um manual da autoria do gramático grego de nome Neoptólemo de Páριο, da escola peripatética. A matéria está dividida entre considerações sobre o poema (1-294) e sobre o poeta (295-476), com numerosos excursos e apêndices. Parece posterior ao ano 13 a. C. Horácio exerceu uma grande influência em toda a teorização literária ocidental.

6.13 POETAS ELEGÍACOS

De **dois géneros literários** reivindicava Quintiliano a **paternidade romana: a sátura** da qual dizia ser toda ela romana, **e a elegia**, na qual, segundo as suas palavras, os Romanos desafiavam os Gregos.

Quanto à elegia, não se pode esquecer, no entanto, que a maior parte dos motivos são provenientes da poesia helenística em geral. Apesar de tudo, a perspectiva de Quintiliano não deixa de estar certa. Com efeito, só na elegia romana é que certos tópicos adquirem representação obrigatória: o poeta apaixonado, a constância indefectível da sua paixão, a fidelidade e submissão à amada, o sofrimento de amor, o serviço de amor.

Na elegia romana confluem elementos pessoais, autobiográficos, tópicos convencionais oriundos do poema erótico de conteúdo subjectivo, traços da elegia helenística e até da elegia grega antiga.

Cornélio Galo

O primeiro que em Roma, segundo testemunhos coetâneos, se dedicou a escrever poesia com estas características foi **Cornélio Galo**. Virgílio refere-o nas églogas VI e X. O livro IV das *Geórgicas*, na edição anterior ao ano 26 a. C., concluída com o elogio de Cornélio Galo.

Galo, natural de *Forum Iulii* (actual Fréjus, Sul de França), foi nomeado por Augusto, de quem era grande amigo, primeiro prefeito do Egipto. Mas depois caiu em desgraça aos

olhos do príncipe, quando ousou aceitar uma homenagem aparatosa dos seus súbditos. Augusto fê-lo condenar por sedição e ele suicidou-se. Estava-se no ano 26 a. C. O seu nome foi votado ao ostracismo. Virgílio apagou-o do final das *Geórgicas*. **Apenas os poetas do círculo de Messala Corvino, em oposição surda ao regime, se lhe referem. Quintiliano recordá-lo-á como um dos grandes elegíacos latinos, ao lado de Tibulo, Propércio e Ovídio.**

Escreveu quatro livros de elegias para Licórides (pseudónimo de Volúmnia, uma liberta actriz de mimos), a que deu o título de *Amores*. **Parece ter escrito também poesia erudita no estilo alexandrino. Da sua produção resta um só verso. Tudo o mais foi banido por ordem de Augusto.**

Tibulo

O que se sabe da obra de Cornélio Galo é suficiente para o ligar a certas tendências da poesia neotérica e fazer dele um elo de transição entre os *poetae novi* e os poetas elegíacos. Verdadeiramente, o **primeiro poeta elegíaco do qual possuímos dados para fazer um juízo literário fundamentado é Álbio Tibulo.**

Para o seu nascimento são propostas várias datas, entre 66 e 54 a. C. Morreu jovem, provavelmente no mesmo ano que Virgílio. Foram, pois, praticamente coetâneos. Pertenceu ao círculo de Messala Corvino, a quem dedicou os seus primeiros poemas.

Segundo as convenções da poesia elegíaca, cantou o amor por duas mulheres por quem se apaixonara sucessivamente, dando-lhes os nomes fictícios (outra convenção) de Délia e Némesis. Consagrou-lhes **dois livros de elegias**. Um terceiro livro, agregado ao *corpus* tibuliano, com grande probabilidade não é da sua autoria.

A poesia de Tibulo, como a dos elegíacos em geral, representa a outra face da poesia augustiniana: a de um grupo que não alinhou na promoção dos projectos políticos e sociais do príncipe, e, por isso mesmo, se refugia no intimismo, na celebração de uma vida mundana, politicamente descomprometida.

Mas nem por isso Tibulo deixa de procurar a perfeição formal, a elegância e a harmonia típicas do aticismo praticado no círculo de Mecenas. Os seus poemas são ricos de fantasia, saltando com grande mobilidade de tema para tema, de sentimento para sentimento. Uma das suas riquezas é ter feito ressoar simultaneamente vários temas.

Propércio

O outro grande representante da poesia elegíaca é **Sexto Propércio**. Nasceu na Ómbria cerca de 50 a. C. e morreu em 15 a. C. Foi amigo de Mecenas. Escreveu um **livro de elegias**, em que celebra os seus amores por Cíntia, no estilo das convenções do género. Foi publicado cerca de 28 a. C. Seguiram-se mais três livros, publicados sucessivamente em 25, 22 e 15 a. C.

O segundo livro é o mais introspectivo, mas não sem alguns esquemas retóricos e eruditos. No terceiro livro diminuem as elegias ao amor de Cíntia e aparecem outros temas. No final anuncia-se a ruptura com Cíntia, o que é interpretado como tendo o poeta decidido abandonar o género elegíaco. E, na verdade, o livro quarto é constituído quase só por poemas, que se aproximam da política de Augusto.

Em III, 4, ensaiara Propércio uma celebração do príncipe. Mas entretanto Mecenas fora afastado. Augusto assumiu a direcção da política cultural do regime. Propércio, depois da morte de Cíntia, se é que existiu tal mulher, escreve as **cinco elegias romanas** (IV, 2, 4, 6, 9, 10) em que trata dos mitos da antiga Roma, um pouco ao estilo da poesia alexandrina.

Contudo, a sua adesão ao programa de Augusto nunca foi muito entusiástica. Ele **era por excelência o poeta do amor**. A sua grande ambição foi ser um Calímaco romano, verter em latim a elegia amorosa, segundo os esquemas do poema erótico alexandrino. As elegias romanas, por mais conformistas que se nos afigurem, não o afastam deste projecto de vir a ser o Calímaco romano, na medida em que seguem de perto o Calímaco dos *aitia*.

O seu estilo é rebuscado, e estruturalmente obscura a exposição do conteúdo. São frequentes as palavras e as construções gregas, ao lado de formas do falar quotidiano. Há uma grande abundância de imagens e de figuras de retórica.

Ovídio

Públio Ovídio Nasão nasceu em Sulmona no ano de 43 a. C. Foi para Roma em 31 a. C., onde frequentou, como era hábito, os estudos de Retórica, donde partiu posteriormente para a Grécia a fim de aperfeiçoar a sua formação. Mas não era o sucesso da oratória nem da filosofia o que o seu génio vislumbrava. Ele próprio confessa a sua tendência irresistível para fazer versos. Desde muito cedo se tornou o **ídolo dos salões mundanos**.

Foi das relações de Messala Corvino e chegou a merecer as honras da casa de Augusto. Mas em 8 d. C. foi por ele exilado para o Ponto Euxino (mar Negro), donde nunca mais

conseguiu voltar, apesar de repetidamente pedir perdão ao imperador. Morreu em 17-18 d. C., três anos depois de Augusto.

A sua primeira obra foi uma série de elegias, os *Amores* (o mesmo título que Cornélio Galo dera às elegias dedicadas à sua Licórides), **cujo tema se concentra em torno de uma figura feminina que trata pelo nome convencional de Corina.** Na versão que chegou até nós são 50 elegias em três livros.

Escreveu uma **tragédia, *Medeia***, de que restam apenas dois versos. Voltou a pegar nesse tema nas ***Heróides***. Discute-se até que ponto a *Medeia* de Ovídio terá influenciado a de Séneca. Mas os dois versos que restam não são ponto de comparação suficiente para se tirarem conclusões.

Da elegia subjectiva dos *Amores* Ovídio passou à elegia objectiva. Ele próprio se vangloria de ter criado um género novo, ao compor as *Heróides*. Constan de 21 cartas fictícias, obviamente dirigidas por heroínas da mitologia aos seus amantes. O tema é o da mulher abandonada que tenta recuperar o amor do seu amado. Há casos em que Ovídio escreveu também as respostas dos amantes às suas amadas.

O estilo é extremamente retórico e a composição faz lembrar um daqueles discursos que os alunos de Retórica compunham sobre um tema dado. Séneca, pai do filósofo do mesmo nome, transmitiu-nos alguns desses exercícios escolares e diz-nos que Ovídio, na sua juventude, era um exímio declamador.

Nesta mesma linha **escreveu Ovídio uma *Arte de Amar* em três livros, dois para homens e um para mulheres, um tratado de cosmética (*Medicamina faciei*) e um conjunto de preceitos (*Remedia amoris*),** em que ensina os apaixonados a protegerem-se contra os males de amor.

Admite-se que, com este tipo de poesia didáctica, Ovídio tenha pretendido parodiar os poemas didácticos de Lucrécio e Virgílio. Mas a ninguém escapa o vazio e a pobreza do conteúdo poético.

Estas são as obras de juventude. Por volta de 3 d. C. dá-se uma viragem no sentido de uma poesia mais séria, que provavelmente não será alheia ao seu relacionamento com os círculos literários imperiais. **São desta fase as *Metamorfoses* e os *Fastos*.**

Os *Fastos* (em seis livros, que deviam ser doze, um para cada mês do ano) **descrevem as festas do calendário romano.** Ficaram incompletos, julga-se, por causa do exílio do poeta. É uma obra de grande perfeição métrica (dícticos elegíacos), mas, salvo raros momentos, despida de emoção e de inspiração. A própria matéria e o excesso de erudição alexandrina mataram-lhe toda a poesia.

Nas ***Metamorfoses***, Ovídio pretendeu ultrapassar o próprio Virgílio. Interessou-lhe a face mutável das coisas, a inapreensibilidade do real em constante mudança. **Em 15 livros são narrados cerca de 250 mitos e lendas, que têm em comum apenas o ciclo da mutação.** O primeiro descreve a mutação do caos em cosmo; o último, a transformação de Augusto em divindade, a sua apoteose.

O género não era novo. Mas ninguém lhe tira o mérito de ter vazado matéria árida em pura poesia, num estilo colorido, vivo, elegante. O processo de construção difere do dos poetas augustinianos. À fixidez da estrutura prefere o movimento contínuo, encastando uma narração dentro de outra, com parênteses descritivos e sobreposições de planos, num jorrar ondeante, onde a estrutura se esbate quase até desaparecer.

Esta linha poética foi interrompida com o afastamento forçado de Roma, em 8 d. C. **Durante a viagem a caminho do Ponto escreveu um livro de elegias, num tom extremamente melancólico, a que deu o título de *Tristia*.** Do exílio continuou a escrever cartas em forma de elegia, reunidas em quatro livros: *Epistulae ex Ponto*. Prevalece o tom lamentoso, repetitivo, redundante e retórico. **O tema é sempre o mesmo: o exílio.**

Nesses mesmo anos escreveu uma invectiva em dísticos elegíacos contra um detractor, a que deu o título de *íbis* (tirado de Calímaco). Terá escrito um tratado de pesca, *Haliutica*.

Ovídio encerra uma fase da literatura latina, ou melhor, abre uma nova forma de ser intelectual e poeta perante o poder, e inaugura uma nova poética, barroca, requintada e decadente.

Ao contrário da obra de Virgílio e Horácio, a sua não se adapta aos ideais de reforma do principado. A *Ars amatoria* é exactamente o oposto das intenções moralizantes de Augusto. Além disso é desprovida daquele conteúdo histórico que enaltecia a grandeza do povo romano, tendo em vista a propaganda do império e do imperador.

Para ele a poesia é uma manifestação livre do engenho, sem restrições, nem mesmo das normas impostas pela arte. **É a defesa da supremacia do engenho sobre a arte.** É o grande salto para a poética do século I d. C.

Tito Lívio

Nasceu em Pádua cerca de 60 a. C. Foi para Roma após a batalha de Ácio (31 a. C.). Morreu em Pádua, em 17 d. C.

Manteve-se **fiel aos valores republicanos até ao fim da sua vida**, ainda que uma amizade fiel o ligasse a Augusto. Se alguma tendência o caracteriza é a de **valorizar os antigos valores, o *mos maiorum*, e considerar uma calamidade, responsável por todos os males, a decadência dos costumes. À luz destas ideias construiu a sua história, ideologicamente alicerçada no amor da pátria, no sentido do dever e da probidade moral.**

Escreveu 142 livros de história, a que deu o título de *Ab Urbe condita*. Sobreviveram três décadas e meia; a saber, os livros 1-10 (primeira década), 21-30 (terceira década), 31-40 (quarta década) e 41-45 (metade da quinta década), que abrangem o período que vai das origens de Roma até à Terceira Guerra Samnítica (293 a. C.) e o que vai da Segunda Guerra Púnica até à derrota de Perseu (218-167 a. C.). Na totalidade, ia das origens de Roma até ao ano 9 a. C.

Pela análise dos fragmentos que nos restam dos livros desaparecidos, vê-se que Lívio **concebe a história como a narração das grandezas de Roma, procurando extrair dela exemplos dignos de serem imitados pelas gerações futuras. A sua grande preocupação não é reconstruir criticamente os factos, mas sim realçar a coragem e incutir o fascínio da virtude e do heroísmo.**

Assim, **a sua obra acaba por se aproximar mais da épica do que do relato histórico objectivo.** Nem sempre fez bom **uso das fontes** de que dispunha. **Preferiu sempre a versão mais favorável aos Romanos.**

Não se interessou pela topografia nem pela etnografia e muito menos pelos factores económicos. Mesmo os documentos originais, como as inscrições, não despertaram a sua atenção.

Preferiu haurir os seus materiais nos escritores que o precederam, ainda que de entre eles pareça ter optado por aqueles que lhe ofereciam maior garantia de veracidade. Mas até nisto ignoramos qual foi o critério seguido.

Muda frequentemente de fontes, de modo que, sem se dar conta, a narração do mesmo facto é às vezes repetida com cronologia diferente. Enfim, **os seus métodos de escrever a história não são científicos.**

6.14 ÉPOCA IMPERIAL

A época de Augusto e mormente a sua produção literária baseavam-se num classicismo rigoroso, feito de sobriedade e contenção, de harmonia perfeita entre forma, estrutura

e conteúdo. A este ideal estético correspondia em política o ideal da ordem e da paz augustiniana, que se alimentava da propaganda de uma Roma nascida à sombra de uma providência protectora e destinada a permanecer para sempre.

Globalmente foi deste ideal que se fizeram eco Virgílio, Horácio e Tito Lívio, sob a sábia direcção de Mecenas e de Augusto.

Mas **ao findar o século I a. C. e no dealbar do I d. C. assiste-se a uma inversão total desta ideologia.** Em 19 a. C. morre Virgílio, seguido de Mecenas em 8 a. C. e de Horácio, em 7 a. C. Augusto morre em 14 d. C. e Lívio em 17. E com eles desapareciam as colunas que engendraram e promoveram a ideia da restauração da glória do passado e da instituição do equilíbrio e do bem-estar social, sob a conduta exemplar do *mos maiorum*.

Mas uma nova geração surgia, com novas formas de ver a vida e a história. Ao nacionalismo de Tito Lívio, Pompeio Trogo (autor de uma história universal em 44 livros) **apresenta uma visão da história em que Roma não passa de um simples potência igual às outras e como elas destinada ao desaparecimento. Era o ataque da província** (Trogo era natural da Gália) **ao centralismo romano e ao mito providencialista das origens.**

Os intelectuais refugiam-se na filosofia como forma de substituir uma religião de Estado em que não acreditam. A inquietação aumenta mesmo nas camadas populares, que se dispersam pelos cultos dos mistérios e pela astrologia.

Os ideais cívicos entram em crise. A participação na vida política oferece cada vez menos possibilidades. O Senado perde poderes. O governo do império centraliza-se à custa de uma máquina de funcionários, alimentada em grande parte por escravos e libertos. O cidadão romano, esse assiste impotente à sucessão de dinastias criadas por golpes militares: 14-18 (dinastia Júlio-Cláudia), 69-96 (dinastia dos Flávios), 96-192 (dinastia dos Antoninos).

É com este ambiente de fundo que se vão definindo as condições em que se desenvolve a nova literatura pós-augustiniana.

Em primeiro lugar, **a cultura requintada dos séculos anteriores tende a vulgarizar-se. Nos sécs. II e I a. C. a cultura e a produção literária tinham sido apanágio de círculos eruditos, distanciados da mentalidade da população em geral.**

Foram os *nobiles* que assumiram a dianteira dos movimentos vanguardistas, rodeando-se de intelectuais, filósofos e escritores gregos. Assim foi com o círculo dos Cipiões, de Messala Corvino e de Mecenas.

O classicismo definia-se dentro de parâmetros de perfeição formal, tomando como modelos os *exemplaria Graeca* e emulando com as obras dos *inventores generis*. O ideal estético era definido por referência ao bom gosto e requinte de uma minoria que deixava de fora o *profanum uulgus*.

A partir do século I d. C. divulgam-se as recitações públicas e as declamações, com grande êxito. O poeta sujeita-se à apreciação de uma plebe em geral de baixo nível e adapta-se ao seu mau gosto. Muitas obras francamente medíocres são levadas aos píncaros pelas clientelas de um escritor endinheirado que distribui benesses e compra aplausos.

Recusa-se a noção de uma norma de referência estética. Se tendências gerais se notam neste domínio, essas vão no sentido do individualismo exasperado, prenunciado já nos poetas do círculo de Messala, na hipertrofia dos processos retóricos empolados, nas ampliações barrocas, no exagero do patético, nas subtilezas do pensamento e nos preciosismos estilísticos.

Assiste-se a uma ruptura evidente com a época anterior. Pratica-se uma literatura que não corresponde minimamente aos ideais da Roma augustiniana. Os escritores, agora oriundos dos mais diversos recantos do Império, trazem para as letras outras visões do mundo, outras preocupações e anseios. Pompeio Trogo é da Gália Narbonense; Fedro, da Macedónia; os Sénecas, Lucano, Marcial e Quintiliano, da Hispânia; Frontão, Apuleio, Tertuliano, Cipriano, Lactâncio, Agostinho, de África; Amiano Marcelino, de Antioquia.

A literatura sai do grupo restrito dos círculos ligados à capital do império e à aristocracia. Pela primeira vez a literatura latina torna-se literatura europeia de expressão latina.

Consequentemente, **abandona-se pouco a pouco a admiração incondicional pela literatura grega e seus modelos. Procuram-se modelos nacionais entre os escritores do passado: Virgílio** para a epopeia, **Horácio** para a sátira e para a lírica, **Catulo** para o epigrama, **Cícero** para a prosa, são agora os novos modelos que se substituem a Homero, Teócrito, Hesíodo, Arquíloco, Safo, Calímaco, etc.

E em muitos casos o que neles se procura são as técnicas de versificação e pouco mais. O que mais importa agora é a originalidade, o pormenor imprevisível, não o *decorum*, a olímpica serenidade do olhar da razão.

Esvaziadas as instituições republicanas de toda a possibilidade de participação séria na vida política, os intelectuais sentem-se também desligados da vida real. A linguagem

rodopia em torno da introspecção, como que incapaz de transpor o fosso que separa o mundo interior da realidade circundante.

Enfim, uma profunda crise moral compromete toda a produção literária de uma geração que se sente afastada da vida política, cheia de angústias e de incertezas.

Augusto tinha-se dado conta da importância do contributo dos poetas e literatos para a consolidação do poder. A fiabilidade do seu programa cultural, delineado por Mecenas, tinha vencido a desconfiança de um Virgílio e de um Horácio e as resistências de um Tito Lívio. Uma parte significativa da produção literária cooperou com o príncipe na conformação da opinião pública, ainda que não tenham faltado os dissidentes, silenciados sem dificuldade.

Falecido Augusto, estas duas tendências, cooperação e oposição, extremam-se. De um lado, os compromissos tácitos da geração anterior são levados à adulação mais indigna.

Nas invocações dos poemas os imperadores substituem as musas. A linguagem alambica-se em panegíricos ridículos. **Mas de outro lado ataca-se o imperador e a família imperial.** Circulam anedotas que denunciam o assassinato de Agripina. O poder reage, persegue, exerce uma censura brutal, que vai até mandar queimar as obras suspeitas. A maior parte delas não chegou até nós.

Na sombra conspirava-se. A hostilidade entre o poder e os intelectuais atinge níveis de ruptura. Embora não falem poetas que percam o seu tempo a elucubrar elogios hipócritas ao imperador reinante.

6.15 NERO E AS LETRAS

Uma das principais medidas tomadas por Nero quando chegou ao poder, em 54, foi tentar dar início a um período áureo de paz e de cultura. Mas as medidas por ele tomadas (instituição de certames artísticos como os *Juvenalia* e os *Neronia*) não surtiram qualquer efeito nem conseguiram atrair a adesão da intelectualidade.

Ficaram-nos ecos de uns louvores no princípio da *Apocolocintose*, de Séneca, e da *Farsália*, de Lucano. Mesmo assim parecem derivar mais da promessa do retorno à paz e à tolerância da primeira fase do principado de Augusto do que de um grande entusiasmo pela reforma cultural anunciada. Falava-se, é certo, de uma nova idade de ouro.

Segundo a propaganda oficial que nos é veiculada por Calpúrnio Sículo, Nero é a encarnação de Apolo, o salvador, o restaurador, o príncipe dos poetas que veio eclipsar a glória de Virgílio.

Mas esta atitude não é partilhada pelos melhores desta geração, se bem que nem mesmo **Pérsio, Séneca, Lucano e Petrónio** tenham sido sempre coerentes em relação ao imperador.

Séneca começou por ter ilusões de poder conduzir na sombra a política do príncipe para um ideal de moderação e sabedoria. Quando se convenceu da inutilidade dos seus esforços, refugiou-se nos estudos, na meditação e na composição da sua obra. Algumas das suas tragédias são nitidamente teatro de oposição ao regime.

Da oposição é também o ***Bellum ciuile, de Lucano***. Sobrinho de Séneca, partilhando dos ideais da antiga liberdade, foi, apesar disso, um dos favoritos de Nero.

Pérsio, desculpando-se com o estoicismo, refugia-se no aperfeiçoamento interior, não mostrando estar empenhado na luta política. O que em todos vive é uma **grande hostilidade ao imperador**, como uma espécie de marca de classe. Nero teria muito a dizer da fidelidade dos seus apaniguados.

Na impossibilidade de fazer face ao mundo de fora, a literatura volta-se para a análise interior. Nunca a expressão da interioridade foi tão rica. «Analiso-me a mim próprio e depois analiso o mundo», dizia Séneca. «Habita contigo mesmo», repetia Pérsio. Esta é uma marca de estilo, a observação de si próprio, da alma dos outros, das suas reacções. A poética destes novos tempos é construída sobre a análise dos contrastes interiores.

Séneca

Lúcio Aneu Séneca, filho do autor das *controvérsias* e *suasórias*, nasceu em Córdova no ano 4 d. C. Fez os seus primeiros estudos em Roma. Ainda muito novo tornou-se orador famoso.

Foi exilado por Calígula para a Córsega, onde permaneceu durante sete anos. À morte de Calígula, Agripina, mulher do novo imperador, Cláudio, e mãe de Nero, fez regressar Séneca do exílio e confiou-lhe a educação de seu filho.

Com a subida de Nero ao trono imperial, Séneca julgou chegada a hora de pôr em prática as suas concepções de governo justo num Estado feliz e próspero. Mas ele próprio era acusado de avarizia e ambição desmedida. Falhados os seus intentos, afastou-se da corte. Em 62 recebeu ordens para se suicidar, acusado de cumplicidade na conjura de Pisão para assassinar Nero.

Deixou-nos uma série de tratados filosóficos reunidos numa obra intitulada *Dialogorum libri*, apesar de se tratar de um género expositivo, sem diálogo, no estilo da diatribe estóica.

Além destes tratados, escreveu ainda: *De Clementia*, *De Beneficiis*, *Quaestiones naturales*, *Cartas a Lucílio*, *Apocolocintose*, ou seja, a transformação de Cláudio em abóbora em vez de ser divinizado; nove tragédias (*Hercules furens*, *Troades*, *Phoenissae*, *Medea*, *Phaedra*, *Oedipus*, *Agamemnon*, *Thyestes*, *Hercules Oetaeus*).

É-lhe ainda atribuída uma *praetexta*, a *Octauia*. Todas elas, à excepção da *Octauia*, seguem de perto o modelo euripidiano. Apenas duas são tragédias de acção: *Hercules furens* e *Troades*. As restantes são tragédias de paixões em tom declamatório e com uma acção reduzida ao mínimo. Abundam as longas narrações, os monólogos sem fim e os discursos intermináveis. Prevaecem as técnicas das declamações retóricas e as análises psicológicas sobre temas tratados nos diálogos. O estilo está impregnado de figuras.

As tragédias de Séneca são uma encenação do conflito entre vícios e virtudes que se trava na alma humana: são tragédias de conteúdo filosófico, escritas como que para exemplificar a matéria que é objecto dos diálogos. O seu substrato ideológico está na filosofia estóica. Não existe conflito trágico entre herói e destino, mas entre duas formas de conceber a vida, entre opções éticas antagónicas.

Pérsio

Aulo Pérsio Flaco pertenceu à geração de Nero. Nasceu em Volterra em 34 d. C. Estudou em Roma, onde conheceu Lucano. O seu apego ao estoicismo era de uma intransigência fanática. Morreu em 62, com 28 anos de idade. Durante a sua breve existência viveu num ambiente de superprotecção e isolamento no seio de uma família riquíssima.

Dele possuímos **seis sátiras**, que foram editadas depois da sua morte por Césio Basso. Uma tragédia e um diário de viagem não foram considerados dignos de publicação.

Os argumentos das *Sátiras* são predominantemente de **carácter moral**; o seu conteúdo é uma justaposição de lugares comuns da filosofia estóica ligados entre si e desenvolvidos com toda a mestria da retórica escolar. Surpreende a ausência total de referências à actualidade. A não ser que Césio Basso se tenha encarregado de limpar o texto antes de o editar.

Como os poetas da sua geração, **repudia a imitação de modelos gregos**, escolhendo para **seus guias Lucílio e Horácio**. Mas fica muito aquém. A sua experiência da vida era nula; o seu conhecimento da alma humana, puramente livresco.

O seu estilo surge duramente armado de metáforas, alusões obscuras, subtilezas conceptuais, significados e imagens insólitas, numa procura permanente da tensão extrema entre expressão e realidade, raiando os limites da ruptura linguística.

Do conjunto emana uma ideia de conflito entre o realismo do conteúdo e o hermetismo da expressão em metáforas e frases intrincadas e obscuras.

Desta poética fala-nos em 14 versos, que apresentam o seu programa. Nesta espécie de manifesto, que a polissemia da linguagem torna difícil de interpretar, Pérsio anuncia a **ruptura com a estética das gerações anteriores:**

*Não me banhei na fonte equina
Nem de ter sonhado sobre o bicípite Parnasso
Me lembro, para assim de repente sair poeta.*

O que o leitor tem de entender é que ele, Pérsio, não bebeu a inspiração poética na fonte de Hipocrene, nem teve uma revelação das musas no cimo do monte Parnasso; que repudia a poesia grandiloquente, em termos que em si mesmos são uma realização da ruptura que preconizam.

A poética de Pérsio, com o seu quê de maneirista, foi o seu melhor contributo literário.

Lucano

Marco Aneu Lucano, sobrinho de Séneca, nasceu em Córdoba em 39 d. C. e foi executado em Roma por ordem de Nero, sob a acusação de cumplicidade na conjura de Pisão.

De engenho precoce, ensaiou os seus primeiros voos literários com uma escrita ao gosto clássico de que quase nada nos resta. A sua mudança de opção estética parece dever-se à influência de seu tio, que praticava uma literatura mais empenhada. Lucano alinha então pelos parâmetros que o seu companheiro e amigo Pérsio expõe no seu manifesto: **ruptura com a tradição, com a mitologia e com os modelos gregos.**

A escolha do tema da sua obra incidiu sobre a guerra civil, desde a passagem do Rubicão até à batalha de Alexandria. É provável que a intenção de Lucano fosse levar a narração até ao assassinato de César. De facto, o poema consta de 10 livros, quando devia constar de 12, à semelhança da *Eneida*.

Não há invocação às musas, nem os deuses intervêm no desenrolar da acção. Os motivos do conflito são explicados racionalmente, sem qualquer expediente que remeta para o sobrenatural. **Roma não é idealizada como a cidade eterna. Não há um herói protagonista, nem concílios de deuses, nem mensageiros celestes, mas apenas homens que lutam pela liberdade. E, coisa inaudita, o próprio poeta rompe a distância e a objectividade da narração típica do *epos*, para intervir com exclamações, com frases irónicas e censuras.**

Com estas inovações, **Lucano** subverte as bases do poema épico tradicional, que se considerava ter atingido a perfeição com Virgílio, e **inaugura**, em termos de modernidade, **a epopeia de conteúdo histórico**.

Em geral, a narração atém-se aos factos como são apresentados pelas fontes, salvo um ou outro pormenor. No conjunto, porém, o poema é anticesariano: César é caracterizado, ao contrário da verdade histórica, como uma pessoa violenta, um insurrecto, um símbolo da odiosa tirania que se vivia no tempo de Nero, enquanto Catão é um modelo de virtudes estoicas e Pompeio o representante legítimo do povo romano, destinado a sucumbir vítima do combate pela liberdade.

Historicamente os factos não foram exactamente assim. O esquema retórico é evidente, com muitos desenvolvimentos, em particular os discursos, saídos de um exercício da escola do retor.

Mas apesar desses ingredientes, a *Pharsalia* abre caminhos novos à épica latina. O sentido heróico desaparece. Em sua substituição desenha-se um grande sentido do movimento de grandes massas, exércitos, povo, nação. E em substituição do sobrenatural mitológico hiperboliza-se a expressão do macabro e do fantástico, até aos limites do barroco e do surrealismo.

Petrónio

O afastamento de Lucano dos cânones augustinianos definidos para a épica levou o autor do *Satyricon* a inserir na sua obra uma espécie de paródia do *Bellum ciuile* em cerca de 300 hexâmetros: reintroduzem-se os deuses divididos em campos opostos, as cenas e situações da épica virgiliana.

Esta paródia e uma outra que alude a um poema que Nero compôs sobre a tomada de Tróia são o fundamento, não totalmente seguro, para se admitir que o autor do *Satyricon* é da época de Nero e não dos séculos II-III, como por vezes certos vulgarismos de linguagem fazem crer.

A crítica moderna tende a identificar o autor do *Satyricon* com Tito Petrónio, referido por Tácito, homem muito rico, íntimo do imperador, também ele acusado de cumplicidade na conjura de Pisão. Abriu as veias e morreu, em 66 d. C. Deixou um testamento em que denunciava a vida escandalosa de Nero.

Do *Satyricon* chegaram até nós fragmentos dos livros XV e XVI. Não sabemos qual era o número total de livros desta obra, cujo género literário também não é fácil de definir por não termos uma visão de conjunto. Mas o que nos resta aponta para uma novela erótica

em que um jovem, na companhia de um amante, faz uma viagem pelo Sul de Itália. Mas a descrição de um banquete, a *Cena Trimalchionis*, é uma sátira picante à ostentação de um liberto enriquecido.

Há, pois, elementos que apontam para a novela erótica helenística (a viagem, o naufrágio, a separação, o reencontro), **mas o ambiente em que tudo se enquadra é de violenta sátira**. Além disso, a alternância de prosa e verso poderiam apontar para a sátira menipeia praticada por Varrão. Uma solução de compromisso tem sido considerar o *Satyricon* como uma paródia ao romance erótico, feita através da contaminação do género satírico e do género romanesco.

A obra em si é de um grande escritor. A sua fantasia, a visão multiforme das personagens, o sentido do ridículo, conferem-lhe uma comicidade inexcelável. A linguagem que utiliza, muito viva, cheia de vulgarismos, ajuda a acentuar o realismo com que são descritas as situações. **É, sem dúvida, uma das obras mais originais da literatura latina.**

6.16 ÉPOCA DOS FLÁVIOS

À morte de Nero seguiu-se um período de anarquia e confusão social. Em 68-69 três generais foram aclamados imperadores pelas suas tropas: Galba, Otão e Vitélio. No mesmo ano de 69 Vespasiano sobe ao poder, dando início à dinastia da *gens Flavia*, a que pertencia.

Aparentemente a política dos Flávios pretende recuperar para as letras a situação e o espírito que se vivia no tempo de Augusto. Favorecem as escolas de retórica, protegem os poetas, repudiam o modernismo de Pérsio, Lucano e Petrónio, preconizam o regresso da arte à imitação de Virgílio na poesia e de Cícero na prosa.

A adesão a este programa foi escassa. Pouco mais além foi do que das adulações e do servilismo de um **Estácio** e de um **Marcial**.

Plínio, o Velho

Gaio Plínio Segundo nasceu em Como em 23-24 d. C. e morreu vítima da sua curiosidade científica e do seu espírito de solidariedade em 79, aquando da erupção do Vesúvio, ao tentar observar de perto o fenómeno e prestar auxílio às povoações atingidas.

Desempenhou vários cargos militares na Germânia, na Gália, na Hispânia e em África. **Foi um dos admiradores da dinastia Flávia**. Colaborou estreitamente com Vespasiano e dedicou a Tito **a *Naturalis historia*, a única obra que dele nos resta**.

E, no entanto, a sua obra era vastíssima e de interesses muito variados. Há memória de um tratado de estratégia, de uma biografia do seu amigo Pompónio Segundo, de um tratado de questões gramaticais, de um manual para a formação de oradores, de uma história em 31 livros e de uma monografia em 20 livros sobre a guerra da Germânia.

A *Naturalis historia*, em 37 livros, é uma grande enciclopédia organizada por temas: astronomia, geografia, etnografia, antropologia, zoologia, botânica, medicina, mineralogia e história de arte. Trata-se de uma compilação ou de um imenso conjunto de fichas de leitura. Hoje tem um grande interesse filológico e cultural pela enorme acumulação de dados e de referências a autores e obras desconhecidos.

Quintiliano

Como Plínio, **Marco Fábio Quintiliano** foi **um dos protegidos dos imperadores Flávios**. Como **mestre de retórica** recebeu uma pensão anual avultada, o que indicia a orientação da política cultural dessa dinastia.

Era natural de Calagurris, na Hispânia, onde regressou depois de completar a sua formação em Roma. Levado novamente para Roma por Galba, cerca de 68, abriu uma escola onde se formaram as personalidades mais ilustres da geração seguinte, entre as quais Plínio, *o Moço*. Faleceu por volta do ano 100.

Escreveu uma obra, hoje desaparecida, em que tratava, do ponto de vista meramente literário, da causa da decadência da eloquência. Mas **a sua grande obra**, ainda hoje não suficientemente valorizada, **é a *Institutio oratoria*, um manual com tudo o que é necessário à formação do orador e à prática da eloquência.**

As suas posições literárias são as da época dos Flávios: retorno ao classicismo do tempo de Augusto e a Cícero como modelo indiscutível. A concepção que apresenta do orador e do seu papel na sociedade é tradicionalista e anacrónica. Para ele o orador deve ser um homem sábio, honesto e virtuoso, para poder brilhar na sociedade em que actua. Só que Quintiliano se esquece de que o exercício da retórica está reduzido a uma actividade meramente privada, no melhor dos casos ornamental. Mas tem páginas maravilhosas e equilibradas sobre a educação e a prática pedagógica.

Valério Flaco

A mesma tendência a procurar modelos no classicismo augustiniano se verifica em Gaio Valério Flaco. Tomando como modelo a *Eneida*, escreveu uma *Argonautica* segundo os **cânones do poema mitológico**, como reacção evidente ao poema histórico e aos caminhos abertos por Lucano no domínio da épica.

Mas o facto é que a *Eneida* correspondia a outra mentalidade e a outro modo de inserção do heróico na cultura. É possível imitar a *Eneida*, mas impossível recriar as condições em que a *Eneida* nasceu. Por isso, **o retorno ao poema mitológico foi um fracasso** e a *Argonautica* uma obra sem interesse, concebida em tom bajulatório.

Sílio Itálico

As mesmas tendências se verificam em Tibério Cátio Sílio Itálico, em tudo contrário às inovações introduzidas por Lucano. Mantém, todavia, uma: a substituição do protagonista pelo herói colectivo, o povo, mudando «*as armas e o varão*» de Virgílio em «*as armas e os varões*».

Nasceu provavelmente na Campânia, em 25 a. C. Dotado de uma grande capacidade de manobra política, foi delator no tempo de Nero, por quem foi nomeado cônsul, cargo que veio a exercer já depois da morte de Nero, no tempo de Vitélio.

Compôs uma epopeia em 17 livros sobre a Segunda Guerra Púnica. O tema é histórico, como em Lucano, mas o enquadramento é mitológico, como em Virgílio: hostilidade, favoritismo e instigação dos deuses, sonhos, vaticínios, descida aos infernos, catálogos de povos, jogos fúnebres, tempestades, enfim todos os ingredientes da épica tradicional. E tudo para enquadrar uma matéria histórica cuja fonte principal é Tito Lívio.

O seu maior empenho é exaltar a dinastia reinante, semeando no poema várias alusões aos Flávios. De Sílio Itálico escreveu Paratore: «Tinha um único defeito: o de querer fazer versos» (*Hist. da Lit. Latina*, p. 691).

É-lhe falsamente atribuído um resumo da *Ilíada* para latim, elaborado no tempo de Nero, que ficou conhecido pelos títulos de *Ilias Latina*, *Homerus Latinus* e *Pindarus Thebanus*.

Estácio

Públio Papínio Estácio nasceu entre 40 e 50 d. C., em Nápoles, onde morreu no ano de 96. Era filho de um professor famoso. A sua fé nas letras era tal que decidiu fazer da poesia um modo de ganhar a vida. Por isso **escreveu sobre tudo e para todas as circunstâncias. Adulava quando era necessário**. Compôs um poema, desaparecido, sobre as expedições de Domiciano à Alemanha, cujo tom se imagina.

Dele resta-nos a *Tebaida*, um poema épico em 12 livros, como a *Eneida*, e, como ela, dividido em parte odisséica (viagens e peripécias) e parte iliádica (guerras, combates,

proezas dos heróis). A matéria é tomada do ciclo tebano. Escreveu ainda uma *Aquileida*, que ficou incompleta.

Como poeta épico não era destituído de capacidade narrativa e até de uma certa expressividade. Mas falta-lhe inspiração para atingir a elevação do espírito épico. Há nele, mal dos tempos, uma tendência exagerada para a retórica e para o macabro, o que o aproxima do modernismo da geração precedente.

Desse tom declamatório se ressentem uma outra obra sua, as *Siluae*: 32 poemas em hexâmetros dactílicos e outros metros, com grande preponderância de erudição mitológica. Numa grande variedade de assuntos não faltam os panegíricos a Domiciano. São poesias de ocasião, onde por vezes assoma uma ponta de lirismo.

Marcial

Marco Valério Marcial nasceu em BÍlbilis, na Hispânia, no ano 40 d. C. e aí morreu, em 104, depois de ter tentado em vão a sorte em Roma.

Enveredou por um tipo de poesia totalmente diferente dos voos pretensiosos de uma épica que não conseguia fazer reviver o espírito heróico nem provocar a adesão do público.

Optou pelo epigrama, a pequena composição introduzida em Roma pela geração dos *poetae noui*, mas logo abandonada e sem adeptos que cultivassem o género a tempo inteiro.

Ao reassumir o epigrama, Marcial **readaptou-o à invectiva, à caricatura, ao escárnio, mas também à ternura, à sensualidade e à discussão séria de temas vários. Ao reassumi-lo, reinventa-o.**

Qualidades suas são a sinceridade, nem sempre o *decorum*. A matéria poética é o mundo em que vive, nada poético, escabroso, onde reina a cupidez e a corrupção. A sua maior glória foi fazer poesia de realidades não poéticas, apesar das circunstâncias da sua vida e das condições em que exerceu a sua actividade.

Marcial tinha necessidade de sobreviver. Era cliente de famílias ricas e poderosas. Muitas vezes teve de compor sem inspiração, forçado pela necessidade. Os temas repetem-se num jogo formal já batido. Mas quando a sua sensibilidade se deixa tocar, então produz verdadeiras jóias de poesia.

Ao contrário das tendências da sua época e do seu modelo preferido, Catulo, **Marcial optou esteticamente pela eliminação da mitologia como referência poética.** Entendeu que ela afasta da vida real e ele, acima de tudo, está interessado no realismo,

ainda que muitas vezes não consiga ir além das variações retoricizantes sobre temas convencionais: virtude, vício, avareza, luxúria, etc.

Deixou-nos um livro de epigramas sobre a inauguração do Coliseu, que intitulou *De Spectaculis*, e mais catorze livros sobre temas variados, muitos deles repassados da mais objecta adulação a todos os imperadores que conheceu, para viver. Mal dos tempos.

6.17 ÉPOCA DE NERVA E TRAJANO

O século chegava ao ocaso. Domiciano foi assassinado com a colaboração daqueles que mais o adularam. **O novo imperador, Nerva (96-98), e o seu sucessor, Trajano (98-117)**, projectam iniciar uma nova era de liberdade e tranquilidade social. Acabam com o regime policial de Domiciano e com as perseguições por motivos ideológicos. **Devolvem aos escritores a liberdade de expressão.**

A primeira reacção que obtiveram foi o renascer do espírito de colaboração sincera de uma parte da classe senatorial e dos intelectuais. Na realidade, porém, o poder concentrava-se cada vez mais na máquina burocrática dirigida pelo imperador. O que mudara era ainda invisível e clandestino: cada vez mais se implantava na sociedade romana o cristianismo, com novas soluções para os homens e para a cultura.

Tácito

Mas mudanças de regime nunca são acompanhadas de uma substituição pura e simples dos agentes que intervêm na política e na cultura. **Tácito** é um desses homens que vem de trás e que afirma assumir plenamente que a sua carreira começou com Vespasiano, cresceu com Tito e atingiu o ponto mais alto com Domiciano (*Historiae*, I, 1, 3). Em todo o caso o seu comprometimento com o regime anterior não foi tal que o impedisse de ser nomeado cônsul por Nerva em 97. Nunca abdicou do seu espírito aristocrático e da sua integridade moral.

Da sua vida sabemos ainda que casou com a filha de Agrícola, que imortalizou na biografia que dele escreveu. Não se sabe, porém, nem onde nem quando nasceu. Como era mais ou menos da idade de Plínio, *o Moço*, deverá ter nascido um pouco antes de 60 a. C. Vários indícios apontam para a Gália Narbonense como local do seu nascimento. Morreu cerca do ano 120.

A Tácito é atribuído o *Dialogus de oratoribus*, no qual se **trata do problema, de índole político-literária, das causas da decadência da oratória.**

Já outros, particularmente Quintiliano, no *De Causis corruptae eloquentiae*, tinham posto o problema à discussão. A tese de Quintiliano é que a causa principal consistia no ensino ministrado nas escolas. Tácito vai um pouco mais longe, mencionando o desinteresse cultural das novas gerações, a negligência e a ociosidade. Mas mesmo assim não deixa de apontar para a causa principal, de carácter político, a falta de liberdade, o afastamento dos cidadãos do governo da coisa pública.

Não é que esteja em causa o principado, tanto mais que Tácito reconhece as vantagens de uma república bem ordenada. Mas não deixa de manifestar saudades do tempo em que o gozo pleno da liberdade política e forense permitia aos oradores atingir a celebridade graças à intervenção eficaz na vida do Estado.

Este dilema que o divide entre a fidelidade ao regime e o sentido da liberdade de antigamente reflecte-se na monografia histórica que tem como centro a biografia do seu sogro, Júlio Agrícola, apresentado como um mártir da liberdade, vítima como outros do despotismo de Domiciano.

Em estilo conciso e rápido **escreveu uma obra sobre a Germânia (*De origine et situ Germanorum*, ou, simplesmente, *Germania*)**, em que fala da sua experiência pessoal entre os Germanos. Ao contrário do que se passa em Roma, os Germanos são um povo cioso da sua liberdade e da democracia, que cultiva as virtudes antigas, a dedicação à pátria, a honestidade, a integridade moral e a coragem. Estes bárbaros, na pena de Tácito, são um exemplo para os Romanos.

Nas obras mencionadas estão os pressupostos ideológicos que são desenvolvidos nas *Historiae* e nos *Annales*, sem dúvida **as duas obras de maior fôlego**.

As *Historiae*, compostas entre 106 e 110, constavam de 14 livros, que abrangiam todo o período da anarquia militar de 68-69 e a dinastia dos Flávios, até ao assassinato de Domiciano, em 96. Restam-nos apenas os primeiros quatro livros, que vão até ao ano 70, com referências aos preparativos da expedição de Tito contra Jerusalém. A intenção de Tácito era avançar pelo reinado de Nerva e Trajano.

Mas, de facto, o que fez foi recuar no tempo e retomar os acontecimentos a partir da morte de Augusto até à morte de Nero, numa obra que intitulou *Annales*. Constava de 16 livros, mas só chegaram até nós os livros correspondentes ao principado de Tibério, de Cláudio e de Nero, até ao ano 66.

Tanto nas *Historiae* como nos *Annales* o tema comum é a análise das consequências do despotismo imperial, a que se seguia a degenerescência da classe política. Revela-se um **historiador sério e imparcial, que investigou e leu**

os documentos com espírito crítico, se bem que, dada a proximidade dos factos e a variedade das versões correntes apresentadas por testemunhas ainda vivas, deixa muitas vezes ao leitor a responsabilidade de escolher entre elas. Todavia, **algumas vezes deforma a realidade**, levado pelas preferências e ódios por este ou aquele imperador. Acima de tudo é um pessimista que não acredita nos homens nem no esforço de boas vontades.

A imagem dos imperadores do século I d. C. que ainda hoje predomina foi-nos pintada por Tácito. E não temos a certeza de que Tibério, por exemplo, por quem Tácito nutria uma antipatia figadal sem nunca o ter conhecido, fosse como ele o pinta. Aliás, **a crítica moderna é de opinião de que todos os imperadores do século I d. C. devem ter sofrido uma deformação, ainda difícil de precisar com exactidão.**

Mas o mais grave é que, como historiador, tinha obrigação de atender à consideração dos problemas económicos e dos factores sociais. Pelo contrário, agarrou-se a um **moralismo convencional** e a um sentimento de casta que o afastaram do mundo real dos escravos e libertos que ele detestava.

Juvenal

Décimo Júnio Juvenal nasceu entre 50 e 60 d. C. e morreu por volta de 130. Foi amigo de Marcial.

Deixou-nos cinco livros de sátiras. Ele próprio diz que «a indignação faz o verso» (*Sat.*, I). Mas essa espontaneidade não deixou de ser vertida metricamente em termos da diatribe convencional, que muitas vezes fazem lembrar exercícios escolares. A sua grande obsessão é a luta contra o vício e a corrupção, e, no entanto, muito dessa atitude passa pela utilização de motivos alheios, imitados de outros poetas.

Feitas estas reservas, pode afirmar-se que **as sátiras de Juvenal são uma descrição realista dos podres da sociedade do seu tempo, sob forma indirecta, pois seguiu o artifício de escolher o passado, principalmente a época de Domiciano, para lançar as suas invectivas contra o imperador e os poderosos.**

A sua voz é a de um moralista tonitruante, incorrendo em exageros de linguagem que o aproximam mais do enxurro de Lucílio que da limpidez de Horácio.

Plínio, o Moço

Filho de uma irmã de Plínio, o Velho, **Plínio Cecílio Segundo** nasceu em Como pelo ano de 62 d. C. Foi aluno de Quintiliano e amigo de Tácito e de muitos escritores do seu

tempo. Foi advogado de renome, conselheiro de Trajano e fiel servidor daqueles que criticava depois de terem morrido. Foi pretor e cônsul. Desconhece-se ao certo a data da sua morte, que ocorreu depois de 112.

Deixou-nos dez livros de cartas. Os primeiros nove situam-se entre os anos 96-100. Uma dessas cartas, a mais desenvolvida (VI, 6) dá-nos notícias precisas sobre a erupção do Vesúvio e a morte de Plínio, *o Velho*. Mas no conjunto as cartas são quase sempre breves e sem referências a factos precisos. Pretendeu imitar Cícero, mas não conseguiu atingir o nível de autenticidade vivencial do Arpinate.

O livro X contém a correspondência dirigida a Trajano quando era procurador na Bitínia (ano 112). Desta recolha faz parte uma carta em que Plínio pede ao imperador instruções sobre a forma de tratar os cristãos, acusados perante ele, mas que considerava inocentes. É um documento precioso, porque nos dá uma **ideia do mais primitivo culto cristão**, que se desenvolvia em torno de uma refeição eucarística. A resposta de Trajano foi a de que, no caso de denúncia devidamente identificada, se condenassem aqueles que não renunciassem a Cristo e se recusassem a seguir o culto da religião estatal. Ainda hoje é difícil de entender o fundamento jurídico desta resposta.

Além das cartas, **Plínio escreveu um panegírico de Trajano em que glosa o tema das virtudes do imperador.**

6.18 DE ADRIANO A MARCO AURÉLIO

Todo o século I foi hostil aos modelos gregos. Esta aversão pela cultura grega em geral culminou com a expulsão de Roma dos filósofos Musónio Rufo e Díon Crisóstomo.

Têm, pois, a marca de **uma revolução as novas tendências que caracterizam o século II**, principalmente os reinados de **Adriano** (117-138), **Antonino Pio** (138-161) e **Marco Aurélio** (161-180).

Invadem Roma os representantes do renascimento da cultura grega, que ficou conhecido como período da nova sofística ou segunda sofística. No palácio de Adriano vivem literatos gregos. Marco Aurélio escreve em **grego** as suas meditações. Conferencistas vários percorrem as cidades louvando a **superioridade da cultura grega**. Élio Aristides (130-180) escreve em grego o panegírico de Roma.

Do ponto de vista literário, propõem-se como **modelos os escritores da época arcaica e o aticismo mais apurado**. Nem mesmo Cícero é considerado digno de ser imitado.

Suetónio

Embora tenha exercido a actividade literária no fim do reinado de Trajano e durante o de Adriano, toda a sua formação literária pertence à época anterior. Assim se compreende que o estilo da sua obra seja ágil, sóbrio, sem arcaísmos, procurando um equilíbrio entre o gosto ciceroniano e o maneirismo retórico.

Gaio Suetónio Tranquilo viveu entre 75 e 140 d. C.; ignora-se a data exacta da sua morte. Exerceu a advocacia e, entre 119 e 123, o cargo de secretário da correspondência do imperador Adriano.

Consta ter escrito uma obra erudita vastíssima. A que chegou até nós é constituída pelo *De Viris illustribus* e pelo *De Vita Caesarum*. O título e a estrutura da primeira são inspirados na obra similar de Cornélio Nepos. Foi composta cerca do ano 130. Resta-nos uma parte da secção em que reunia as biografias dos gramáticos e retóricos, além das biografias de Terêncio, Virgílio, Horácio e Lucano da secção dos poetas, e ainda a vida de Plínio, *o Velho*, que fazia parte da secção dos historiadores, bem como a vida do orador Persiano Crispo, da secção dos oradores. Existiu uma secção dedicada aos filósofos.

O *De Vita Caesarum* chegou-nos praticamente completo, pois apenas falta a dedicatória e o princípio da biografia de Júlio César. Foi uma obra composta entre 119 e 121, quando Suetónio, como secretário de Adriano, tinha acesso aos arquivos imperiais.

O seu ponto de vista é meramente **biográfico**. Exagera a importância dos pequenos pormenores irrelevantes e omite as condições globais, a situação política geral, o equilíbrio de forças, as condições económicas, a situação das províncias, etc. A narrativa é agradável e leve, de tom mundano, sem profundidade na análise psicológica e na perspectivação histórica. **Foi muito imitado durante a Idade Média.**

Floro

Há muitas dúvidas sobre a identificação deste autor, do qual possuímos uma história de Roma em dois livros, voltada para as guerras travadas pelo povo romano até ao tempo de Augusto. Ao contrário do que sugere o título (um deles) com que nos foi transmitida (*Epítome de Tito Lívio*), não se trata de um resumo, mas sim de uma obra com influências várias, entre as quais as de César e Salústio.

Floro concebe a história de Roma dividida biologicamente em quatro idades: infância, adolescência, juventude e velhice. Não segue uma exposição cronológica e dá grande espaço ao sobrenatural.

É possível que o autor destes dois livros se identifique com um poeta, também de nome Floro, amigo de Adriano, e com o autor de *Vergilius orator an poeta*, de que nos chegou um fragmento.

6.19 A GERAÇÃO DOS *POETAE NOUELLI*

Onde mais se manifestam as tendências estéticas da segunda sofística do século II é na geração que Terenciano Mauro, um dos elementos do grupo, baptizou de *poetae nouelli*. O modelo adoptado foram os neotéricos. **Propugnaram o regresso à simplicidade popular, à vida rústica, às cenas campestres, que descrevem com uma linguagem simples, próxima da língua falada, ocultando a pobreza de inspiração sob uma métrica requintadíssima.**

O que nos resta dessa poesia são meros jogos florais sem qualquer empenho na realidade política e social.

Assim poetaram, entre outros, o próprio imperador **Adriano, Floro, Aniano Falisco e Septímio Sereno**. Todos se notabilizaram pelo maneirismo e pelo preciosismo alambicado, ternamente melancólico.

Um exemplo deste tipo de poesia encontramos-lo no *Peruigilium Veneris*, de autor anónimo. Foi composto para a vigília da festa de Vénus Ibleia, na Sicília.

É uma sucessão de quadros em que sobressaem a chegada da Primavera, o convite ao amor, o nascimento de Vénus de entre as ondas, as núpcias de Éter com a Terra.

A língua utilizada é rica em vulgarismos e helenismos.

Frontão

Um dos teóricos desta tendência, além de Terenciano Mauro que se ocupou essencialmente da métrica, foi **Marco Cornélio Frontão**. Deixou-nos um cânone de modelos de que constam Catão, o *Censor*, Célio Antípatro, Salústio, Énio, Plauto, Névio, Ácio; é evidente a **opção arcaizante** desta escola.

Frontão nasceu na Numídia, por volta do ano 110, foi cônsul sob Antonino Pio e preceptor de Marco Aurélio e Lúcio Vero. Dele restam-nos sete livros de cartas a Marco Aurélio, dois livros a Lúcio Vero, um livro a Antonino Pio, dois livros a amigos vários, exercícios retóricos, o *De Bello Parthico* e os *Principia historiae*.

Um dos argumentos dos exercícios são umas *laudes fumi et pulueris* («laudes do fumo e do pó»), título revelador da inanidade desta literatura. Compreende-se que Marco Aurélio tenha trocado as aulas de Retórica de Frontão pelas de Filosofia do estóico Quinto Júnio Rufo.

Aulo Gélio

Graças à **tendência arcaizante**, chegou até nós uma obra preciosa, em **20 livros**, da autoria de **Aulo Gélio**. Nasceu entre 125 e 130 d. C. Foi discípulo de Frontão. Viveu muito tempo em Atenas, onde, nas noites de Inverno, se dedicou à recolha de materiais que depois reuniu numa obra a que deu o título sugestivo de *Noites Áticas*.

Os **assuntos** de que trata são os mais **variados**: gramática, língua, literatura, filosofia, história, direito. Perdeu-se o princípio e o fim da obra e todo o livro VIII. Graças a ela conservaram-se alguns fragmentos de autores arcaicos, que de outro modo teriam perecido para sempre.

Esta miscelânea, escrita em estilo simples, foi muito utilizada por **Nónio** (século IV) e **Macróbio** (cerca de 400).

Apuleio

Neste panorama literário, francamente desolador, evidencia-se **Apuleio**. Nasceu na Numídia por volta de 125 d. C., estudou em Cartago e depois em Atenas. Interessou-se particularmente pelo platonismo e pelas doutrinas místicas.

Casou com Prudentila, mãe de um amigo seu e muito mais velha. Quando o amigo morreu, foi acusado de ter seduzido Prudentila servindo-se de artes mágicas. Defendeu-se em tribunal com um discurso que depois reelaborou e editou com o título *De Magia liber*, ou, simplesmente, *Apologia*.

Muitos outros discursos pronunciou Apuleio para uso escolar. Deles existe uma compilação de extractos, que formam uma antologia organizada por um desconhecido. Para uso escolar escreveu também sobre Platão e a sua doutrina (*De Platone et eius dogmate*). Escreveu ainda *De Deo Socratis* e *De Mundo*.

Mas a sua obra mais famosa são as *Metamorfoses* ou *Burro de Ouro*, um romance em 11 livros que conta as peripécias de um homem que se transformou em burro e depois recuperou a forma humana. Um outro romance da sua autoria, *Hermágoras*, perdeu-se.

O *Burro de Ouro* é um romance de aventuras do tipo das *Fabulae Milesiae*. Em torno de um núcleo principal agrupam-se as mais fabulosas peripécias. Uma delas é a de Eros e Psique, justamente famosa. Psique encontrava-se com o deus Eros, ignorando quem ele era. Tinha combinado que nunca veria a sua face. Mas um dia, levada pela curiosidade, quebrou o juramento, e o deus desapareceu para sempre.

O romance tem um significado religioso profundo, que nos escapa nos pormenores. Lúcio, o protagonista, depois de passada a fase animalesca, acaba por se iniciar nos mistérios de Elêusis.

6.20 O OCASO DA LITERATURA PAGÃ

Com a morte de Apuleio, de Aulo Gélio, de Marco Aurélio e seu filho Cómodo (ano 192), **o século segundo e o mundo pagão anunciam uma lenta agonia**. À paz que se gozara durante mais de 50 anos sucede agora a anarquia militar e a pressão dos povos bárbaros nas fronteiras. As províncias crescem em importância política e em poder económico. Depois de ameaçada ao longo dos séculos I e II d. C., Roma perde gradualmente a hegemonia, e nem sequer o papel de centro administrativo irá conservar durante muito mais tempo.

Quando, em 212, Caracala, por interesses fiscais, concedeu a cidadania romana a todos os súbditos livres do Império, concluía-se de facto um processo que Júlio César iniciara mais de dois séculos e meio antes.

Pratica-se poesia ao gosto dos *poetae nouelli*, tomando como matéria as futilidades já estafadas dos temas campestres, glosados em volutas de preciosismo maneirista. Fazem-se versos em que o fim é o eco do princípio; utilizam-se formas métricas que reproduzem o desenho de um objecto mencionado no poema; há versos cujas palavras aumentam sucessivamente o número de sílabas, num virtuosismo oco e imparável.

Conhecem-se **alguns** nomes de **poetas: Pentádio e Vespa (século III)**. Os temas que cantam são a chegada da Primavera e um certame entre um cozinheiro e um pasteleiro. De **Raposiano** (2.^a metade do século III) possuímos 182 versos de um poema com o título *De Concubitu Martis et Veneris*. O tema era conhecidíssimo desde o tempo de Homero. Um tal Quinto Sereno Samónico escreveu um *liber medicinalis* decalcado em Plínio, *o Velho*. De Virgílio e de Calpúrnio Sículo provêm os versos da *Cynegetica* de **Nemesiano**, que ignora ou finge ignorar que o tema tinha sido tratado no tempo de Augusto e afirma tratar de matéria virgem.

É esta a época dos centões. Com versos alheios, bem cosidos entre si, se faz uma obra nova. Assim, com versos de Virgílio e de outros autores fez Osídio Geta uma *Medeia*. E com citações de vários poetas e filósofos se construiu uma miscelânea, que teve um êxito extraordinário durante a Idade Média, conhecida pelo título de *Disticha* ou *Dicta Catonis*.

O que se escreveu em prosa tem carácter essencialmente prático. Mencionam-se:

De **Sexto Pompeio**, uma sùmula do *De Significatu uerborum*, de Vèrrio Flaco.

De **Censorino**, um *De Die natali*. A ele atribuída, uma miscelânea (conhecida por *Fragmentum Censorini*) de questões relacionadas com geometria, música e métrica.

De **Gaio Júlio Solino**, uma sùmula de geografia, cuja matéria deriva de Plínio, o Velho, Pompónio Mela e Suetónio.

De **Lúcio Ampélio**, uma miscelânea com informações diversas sobre geografia, astronomia, história e mitologia.

De **Júlio Romano**, estudos de gramática.

De **Emílio Aspro**, comentários a Terêncio (perdido), a Salústio e a Virgílio.

De **Helénio Ácron**, comentários a Terêncio e a Horácio.

De **Pompónio Porfírio**, um comentário a Horácio.

Júlio Paulo, Domício Ulpiano, Herénio Modestino escreveram, cada um deles, uma obra vastíssima sobre o direito.

Entretanto, **uma nova força transformadora fermentava na sociedade romana.** Para Plínio não passava de um grupo com tendências religiosas um pouco marginais. Trajano não viu neles grande ameaça.

E é precisamente no momento em que o Império entra em crise, a célebre crise do século III, que começam a afirmar-se os grandes nomes desse grupo, trazendo à discussão novas ideias e nova espiritualidade a um novo mundo que se avizinha.

Em 195 converte-se Tertuliano ao **Cristianismo**. Em 197 publica o *Ad Nationes*, o *Apologeticum* e o *De Testimonio animae*. Pelo mesmo ano, Minúcio Félix publica o *Octavius*. De nada serviram as perseguições sangrentas de Marco Aurélio entre 163 e 167 e em 177.

Agora são os novos intelectuais que põem em causa a validade da ideologia, dos valores políticos e religiosos que foram o sustentáculo de uma grande civilização, em crise permanente desde há séculos. **A literatura latina de inspiração pagã entra em completo declínio**, como que esgotada.

Actividades

Realize as actividades propostas como forma de auto-avaliar a sua aprendizagem e de consolidar os seus conhecimentos.

1. Aponte os quatro períodos e respectivos subgrupos em que se divide tradicionalmente a história da literatura latina.
2. Das afirmações que se seguem sobre a literatura latina, seleccione as verdadeiras e assinale-as com um **V** e as falsas com um **F**:
 - ___ 1. Muitos dos aspectos da cultura romana foram herdados dos Etruscos.
 - ___ 2. As primeiras manifestações da escrita e da literatura latinas andaram associadas ao culto e à perpetuação da memória.
 - ___ 3. O século II a. C. foi marcado por uma profunda helenização das tendências, ideias e ideais literários latinos.
 - ___ 4. O círculo dos Cipiões cultivou e propagou o modelo de comportamento racional e o culto da *humanitas*.
 - ___ 5. A historiografia latina esteve ligada, desde o início, à vida política e militar.
 - ___ 6. A oratória romana nasceu ligada ao exercício da actividade política.
 - ___ 7. Entre as novas tendências da literatura latina da 2.ª metade do século II a. C. destacam-se o estudo da poesia, a edição e leitura crítica de textos, a temática do amor.
3. Associe os autores latinos mencionados na **COLUNA B** aos aspectos distintivos que os caracterizaram indicados na **COLUNA A**, colocando nos espaços livres desta o número dos itens daquela.

Coluna A

- ___ primeiro tradutor para latim da *Odisseia*.
- ___ grande génio da comédia latina.
- ___ iniciou a técnica da *contaminatio*.
- ___ autor conservador, anti-helénico.

Coluna B

1. Ápio Cláudio, *o Cego*.
2. Lívio Andronico.
3. Gneu Névio.
4. Plauto.
5. Énio.
6. Terêncio.
7. Catão.

4. Qual o grande ambiente em que se desenvolve a vida literária do século II a. C. em Roma ? Indique a resposta correcta assinalando-a com um **X**.

- A.** O reforço da independência e originalidade da literatura latina.
- B.** O progresso da Helenização.
- C.** A afirmação do substrato etrusco.
- D.** A decadência da influência helénica.

5. Clarifique o grande mérito que tradicionalmente se aponta aos tratados de Cícero.

6. Associe os autores romanos mencionados na **COLUNA B** aos aspectos distintivos que marcaram a sua intervenção na vida literária de Roma referidos na **COLUNA A**. Para o efeito, coloque o número dos itens da **COLUNA B** no espaço reservado para o efeito na **COLUNA A**.

Coluna A

- ___ expoente máximo o género das *Imagines*.
- ___ primeiro historiador romano.
- ___ utilizou um purismo lexical invulgar.
- ___ introdutor do género biográfico.

Coluna B

1. Catulo.
2. Lucrécio.
3. Cícero.
4. César.
5. Salústio.
6. Cornélio Nepos.
7. Varrão.

7. As afirmações que se seguem referem-se à actividade literária de Virgílio e de Horácio. Assinale com um **V** as que se referem a **Virgílio** e com um **H** as que se aplicam a **Horácio**.

1. Criador de um género literário novo: a carta literária em verso. _____
2. Escreveu as *Bucólicas*, as *Geórgicas* e a *Eneida*. _____
3. Recusa a narração cronológica dos acontecimentos. _____

4. Os seus escritos foram considerados durante a Idade Média ao mesmo nível das profecias bíblicas. _____
5. Deixou na obra marcas indeléveis da sua própria evolução interior e das suas vicissitudes existenciais. _____
6. A sua obra denota inúmeras reminiscências epicuristas. _____
7. Teve em Lucílio um dos seus maiores modelos. _____
8. Introduziu inúmeras inovações formais e estilísticas às composições poéticas. _____
9. Entre os seus modelos gregos conta-se Hesíodo. _____
8. Assinale com um **X** a alternativa de resposta que melhor define os métodos históricos utilizados por Tito Lívio na sua obra.
- A.** Abandono progressivo da admiração pela literatura e modelos gregos.
- B.** Rejeição dos modelos nacionais, latinos.
- C.** Íntima associação entre a literatura e os círculos ligados à capital do império e à aristocracia.
- D.** Redução da participação e criação de autores provinciais.
9. Associe as grandes obras da literatura romana mencionadas na **COLUNA B** e os respectivos autores referidos na **COLUNA A**. Coloque, para o efeito, os números dos itens da **COLUNA B** no espaço reservado para o efeito na **COLUNA A**.

Coluna A	Coluna B
_____ Virgílio.	1. <i>Eneida</i> .
_____ Tito Petrónio.	2. <i>De Rerum natura</i> .
_____ Lucano.	3. <i>De Republica</i> .
_____ Lucrecio.	4. <i>Ab Urbe condita</i> .
	5. <i>Bellum ciuile</i> .
	6. <i>Dialogorum libri</i> .
	7. <i>Satyricon</i> .

10. Atente nas características literárias que a seguir se apresentam:

- * Regresso à simplicidade popular, à vida rústica, às cenas campestres.
- * Descrições em linguagem simples, próxima da língua falada.
- * Uma métrica requintadíssima, que oculta a pobreza de inspiração.
- * Acentuada tendência e opção arcaizante.

Indique agora qual a geração literária que defendia e praticava os elementos acima mencionados. Para o efeito, assinale a alternativa de resposta apropriada com um **X**.

- A.** *Poetae noui*
- B.** Poetas elegíacos
- C.** *Poetae nouelli*
- D.** Círculo dos Cipiões

Respostas às actividades

1. Na sua resposta devia obrigatoriamente ter referido:

Época primitiva ou período das origens

Época arcaica

Época clássica

Época imperial

Como dados suplementares, mas essenciais para um correcto enquadramento cronológico, poderia ter indicado que:

A época primitiva ou período das origens vai desde a fundação de Roma (754 a. C.) até ao fim da Primeira Guerra Púnica (241 a. C.);

A época arcaica vai desde 241 a 78 a. C.;

A época clássica vai da morte de Sula (em 78 a. C.) até à morte de Augusto (14 a. C.), com dois subperíodos: a) da morte de Sula (78 a. C.) até à morte de César (44 a. C.); e b) da morte de César (44 a. C.) até à morte de Augusto (14 a. C.);

A época imperial vai desde 14 a. C. até 476, 658 ou 735 a. C., conforme as interpretações, também com dois subperíodos: a) da morte de Augusto (14 a. C.) até à morte de Trajano (117 a. C.); e b) da morte de Trajano (117 a. C.) até 476, 658 ou 735 a. C., conforme as interpretações.

2. Devia ter assinalado como verdadeiras **todas** as afirmações.

3. As associações correctas eram: **2. Lívio Andronico/primeiro tradutor para latim da *Odisseia*; 4. Plauto/grande génio da comédia latina; 3. Gneu Névio/iniciou a técnica da *contaminatio*; 7. Catão/autor conservador, anti-helénico.**
4. A resposta correcta que devia ter assinalado era a **B. O progresso da Helenização.**
5. No seu comentário devia ter equacionado que **o grande mérito dos tratados de Cícero, muitos deles inspirados nas doutrinas filosóficas gregas, foi que através deles se transmitiram à civilização ocidental conteúdos de obras gregas que, de outra forma, teriam certamente ficado ignoradas.**
6. As associações esperadas eram: **7. Varrão/expoente máximo o género das *Imagines*; 5. Salústio/primeiro historiador romano; 4. César/utilizou um purismo lexical invulgar; 6. Cornélio Nepos/introductor do género biográfico.**
7. A grelha de correcção é: **1-H; 2-V; 3-V; 4-V; 5-H; 6-V; 7-H; 8-H; 9-V.**
8. A resposta correcta que devia ter assinalado era a **A. Abandono progressivo da admiração pela literatura e modelos gregos.**
9. As associações pretendidas eram: **1. *Eneida*/Virgílio; 7. *Satyricon*/Tito Petrónio; 5. *Bellum ciuile*/Lucano; 2. *De Rerum natura*/Lucrecio.**
10. Devia ter assinalado a alternativa de resposta **C. *Poetae nouelli*.**

Bibliografia

AMATUCCI, Aurelio G.

1947 *La Letteratura di Roma Imperiale*, Bologna.

BARDON, Henry

1952 *La Littérature latine inconnue*, Paris.

BAYET, Jean

1965 *Littérature latine*, Paris.

BICKEL, Ernst

1982 *Historia de la literatura romana* (versión española de L. M. Díaz-Regañón López), Madrid.

BIELER, Ludwig

1975 *Historia de la Literatura Romana* (versión española de M. Sánchez Gil), Madrid.

CUPAIUOLO, Fabio

1994 *Storia della Letteratura Latina*, Napoli.

GAILLARD, Jacques

s.d. *Introdução à Literatura Latina. Das Origens a Apuleio* (tradução de Cristina Pimentel), Lisboa.

GENTILI, B.; PASOLI, E.; SIMONETTI, M.

1976 *Storia della Letteratura Latina*, Bari.

GRIMAL, Pierre

1978 *Le Lyrisme à Rome*, Paris.

HERZOG, R.; SCHMIDT, P. L. (ed.)

1993 *Nouvelle Histoire de la littérature latine* (édition française sous la direction de Gérard Nauroy), Paris.

LYNE, R. O. A. M.

1980 *The Latin Love Poets*, Oxford.

PARATORE, Ettore

1987 *História da Literatura Latina* (tradução de Manuel Losa, S. J.), Lisboa.

PICHON, R.

s.d. *Histoire de la littérature latine*, Paris.

ROSTAGNI, A.

1949 *La Letteratura di Roma repubblicana ed augustea*, Bologna.

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DE ROMA

Monarquia

- 754/3 a. C.** – Data varroniana da fundação de Roma por Rómulo
- 754/3-616** – Primeiros reis de Roma
- 616-509** – Dinastia dos reis Etruscos

República

- 509** – Expulsão dos Etruscos e instituição do consulado
 - Tratado entre Roma e Cartago
- 497/6** – Guerra entre Romanos e Latinos
- 496 ou 449** – Derrota dos Latinos na batalha do lago Régilo
- 494/3** – Primeira secessão da plebe; instituição dos tribunos e da assembleia legislativa (*concilium plebis*). Criação dos edis da plebe
- 493** – *Foedus Cassianum*: Roma entra na Liga Latina
- 451-449** – Nomeação dos Decéviros. Aprovação da Lei das XII Tábuas
- 449** – *Lex Valeriae et Horatiae*: plebiscitos com valor de lei para todo o povo romano
- 445** – *Lex Canuleia*: fim da proibição de casamentos entre patrícios e plebeus
- 444** – Eleição de tribunos militares com poder consular
- 443** – Criação dos censores
- 421** – Questura é aberta aos plebeus
- 409** – Eleição dos primeiros questores plebeus
- 406-396** – Guerra contra Veios e destruição da cidade
- 390** – Captura de Roma pelos Gauleses
- 389-351** – Guerra contra os Etruscos, Volscos, Équos e Latinos
- 367** – *Leges Liciniae Sextiae*: reforma da constituição
 - Criação dos pretores e *edis curules*
- 366-337** – Abertura de todas as magistraturas à plebe
- 348** – Segundo tratado entre Roma e Cartago
- 343-340** – Primeira Guerra Samnita
- 340-338** – Guerra contra os Latinos. Anexação do Lácio (338)
- 339** – *Lex Publilia*: reserva de um lugar de censor à plebe

- 336** – Eleição do primeiro pretor plebeu
- 327-304** – Segunda Guerra Samnita
- 326** – *Lex Poetilia Papiria*: fim da servidão por dívidas
- 321** – Desastre das forças caudinas no decurso da Segunda Guerra Samnita
- 312** – Censura de Ápio Cláudio
- 300** – *Lex Olgunia*: abertura do pontificado à plebe
- 298-290** – Terceira Guerra Samnita
- 280-275** – Guerra contra Pirro, que é derrotado em Benevento
- 272** – Tomada de Tarento
- 270** – Pacto de amizade entre Roma e Hierão II, de Siracusa
- 265** – Submissão de Volsínios
- Fim da conquista da Itália
- 264-241** – Primeira Guerra Púnica, que termina com a derrota de Cartago nas Ilhas Egatas
- 238/7** – Ocupação da Sardenha e da Córsega
- 231** – Aliança entre Roma e Sagunto
- 229-228** – Primeira Guerra Ilíria
- 226** – Tratado entre Roma e Cartago: Asdrúbal aceita não atravessar o Ebro
- 225** – Última invasão da Itália pelos Gauleses
- 219** – Segunda Guerra Ilíria
- 218-201** – Segunda Guerra Púnica; derrota dos Cartagineses em Zama (202)
Tratado de paz entre Roma e Cartago (201)
- 218** – Gneu Cornélio Cipião desembarca na Península Ibérica
- 215-206** – Primeira Guerra Macedónica
- 206** – Cartagineses abandonam a Península Ibérica
- 202-191** – Conquista da Gália Cisalpina
- 200-197** – Segunda Guerra Macedónica: Filipe V é vencido em Cinoscéfalos (197)
- 198-178** – Guerras na Hispânia
- 195** – Consulado de Catão
- 192-189** – Guerra da Síria contra Antíoco III
- 186** – *Senatus consultum de Bacchanalibus*
- 184** – Censura de Catão
- Processo contra Públio Cornélio Cipião
- 181-179** – Primeira Guerra Celtibérica
- 180** – *Lex Villia annalis*: regulamento do *cursus honorum*
- 172-167** – Terceira Guerra Macedónica: Perseu, filho de Filipe V, é derrotado em Pidna (168); fim do reino da Macedónia (167)
- 156-155** – Expedição da Dalmácia

- 154-138** – Guerras contra os Lusitanos, comandados por Viriato, assassinado em 138
- 153-151** – Segunda Guerra Celtibérica
- 149-146** – Terceira Guerra Púnica que termina com a tomada e destruição de Cartago por Cipião Emiliano (146)
- 146** – Saque de Corinto
- 137-133** – Terceira Guerra Celtibérica (ou Guerra Numantina); destruição de Numância por Públio Cornélio Cipião Emiliano (133)
- 134-132** – Primeira revolta de escravos na Sicília
- 133** – Tribunado de Tibério Semprônio Graco; proposta de leis agrárias
- 129** – Transformação do reino de Pérgamo, legado por Átalo III aos Romanos (133), na província da Ásia
- 125** – Consulado de Marco Fúlvio Flaco; proposta de concessão da cidadania romana a todos os itálicos
- 123-122** – Tribunados de Gaio Semprônio Graco
- 121** – Gália Cisalpina é convertida em província romana
- 119** – Tribunado de Mário
- 118-117** – Campanhas na Dalmácia
- 112-106** – Guerra contra Jugurta da Numídia
- 107-100** – Período dos seis consulados de Mário; reforma do exército
- 105-101** – Guerra contra os Cimbros e Teutões
- 104-101** – Segunda revolta de escravos na Sicília
- 100** – Segundo tribunado de Lúcio Apuleio Saturnino: violência em Roma
- 95** – *Lex Licinia Mucia*: anulação da cidadania romana aos itálicos que a haviam usurpado
- 91** – Tribunado de M. Lívio Druso
- 91-89** – Guerra social
- 90** – *Lex Iulia*: concessão da cidadania romana aos Latinos e aos aliados que permaneceram fiéis a Roma ou já haviam deposto as armas
- 89** – *Lex Pompeia*: concessão do direito latino aos habitantes da Gália Cisalpina
- 88** – Guerra civil: vitória de Sula sobre Mário, que foge de Roma
- 88-85** – Guerra contra Mitrídates VI, rei de Ponto
- 87** – Guerra civil; Mário regressa do exílio
- 83** – Sula chega a Itália, desembarcando em Brindisi
- 83-82** – Guerra civil
- Segunda guerra contra Mitrídates VI
- 82-81** – Sula nomeado *ditador rei publicae constituendae causae*, para reorganizar o Estado

- 80** – Segundo consulado de Sula
- Criação da província da Cilícia
- 80-72** – Guerras sertorianas na Hispânia
- 78** – Consulado de M. Emílio Lépido
- Morte de Sula
- 74-63** – Terceira guerra contra Mitrídates VI
- 73-71** – Revolta de escravos na Campânia, sob o comando de Espártaco
- 70** – Consulado de G. Pompeio Magno e M. Licínio Crasso
- 63** – Consulado de Cícero e conspiração de Catilina
- 62** – Júlio César nomeado pretor
- 61** – Governo da província Ulterior Hispânica é confiado a César
- 60** – «Primeiro triunvirato» entre César, Crasso e Pompeio
- 59** – Primeiro consulado de César
- 58** – Tribunado de P. Clódio e exílio de Cícero
- 58-51** – Campanhas de César na Gália
- 55** – Segundo consulado de G. Pompeio Magno e M. Licínio Crasso
- 53** – Morte de Crasso num confronto com os Partos, em Carras
- 52** – Consulado de G. Pompeio Magno
- 49-45** – Guerra civil entre César e Pompeio e seus partidários
- 48** – Pompeio é derrotado em Farsália
- 45** – Batalha de Munda: vitória de César sobre os filhos de Pompeio e seus seguidores
- 44** – César, ditador perpétuo, é assassinado em 15 de Março, na Cúria
- 43** – «Segundo triunvirato» entre Octaviano, M. António e M. Lépido
- 42** – Os assassinos de César, Bruto e Cássio, são derrotados e mortos em Filipos
- 41-40** – Guerra de Perúsia: Octaviano vence L. António, irmão do triúmviro
- 40** – Pacto de Brundísio, entre Octaviano e M. António
- 38-36** – Confrontos entre Octaviano e Sexto Pompeio, filho de Pompeio, que é vencido em Náulocos (36)
- 36-34** – Expedição de M. António contra os Partos
- 32** – António repudia Octávia
- Roma declara guerra ao Egípto
- 31** – Octaviano vence António e Cleópatra em Ácio
- 30** – António e Cleópatra suicidam-se em Alexandria
- Egípto é anexado por Roma
- 29** – Quinto consulado de Octaviano, a quem é conferido o título permanente de imperator
- 27** – Senado confere o título de Augusto a Octaviano
- Partilha das províncias entre o Senado e Octaviano

Império**Dinastia dos Júlio-Cláudios****27 a. C.-14 – Augusto**

- 27-19** – Guerra para conquista do Noroeste da Hispânia
- 23** – Augusto recebe o poder tribunício
- 20** – Tratado com a Pártia; restituição das insígnias militares de Crasso
- 13-9** – Campanhas na Panónia
 - Augusto assume o pontificado máximo
- 12-9** – Campanhas na Germânia
 - 9** – Consagração da *Ara Pacis Augustae*
- 6-2** – Retiro de Tibério em Rodes, após ser preterido na sucessão dinástica por Gaio e Lúcio (*principes iuventutis*)
 - 2** – Augusto recebe o título de *Pater Patriae*
 - 1** – Gaio César recebe o *imperium proconsular*

2 d. C. – Lúcio César morre em Marselha

- 4** – Gaio César morre em Lícia
 - Tibério recebe o poder tribunício
- 6-9** – Insurreições na Panónia
 - 9** – Desastre na Germânia: o exército comandado por Varo é derrotado na floresta de Teutoburgo
 - Augusto renuncia à Germânia transrenana
- 12** – Triunfo de Tibério na Panónia
- 14** – Tibério recebe, em conjunto com Augusto, o *imperium consulare*
 - Em 19 de Agosto, Augusto morre em Nola

14-37 – Tibério

- 14-16** – Campanhas de Germânico na Germânia
 - 19** – Germânico morre em Dafne, próximo de Antioquia
 - 23** – Morte de Druso, filho do imperador
 - Tibério apresenta ao Senado os filhos de Germânico, Nero César e Druso César
 - 26** – Tibério retira-se para Capri
 - Sejano, perfeito do pretório, procura garantir o poder eliminando os herdeiros do imperador
 - 31** – Execução de Sejano
 - Morte de Nero César
 - 33** – Crise monetária e financeira
 - 37** – Gaio César (Calígula) é designado sucessor de Tibério, que morre em Miseno, em 16 de Março

- 37-41** – **Gaio** (Calígula)
- 39-40** – Campanhas exploratórias nas margens do Reno e na Mancha
- 41-54** – **Cláudio**
- 43-44** – Invasão e conquista da Britânia, que se torna numa província romana
 - 46** – Trácia província romana
 - 50** – Cláudio desposa Agripina e adota Nero
 - 54** – Temendo que Cláudio preferisse Britânico a Nero, Agripina envenena o imperador, que morre a 13 de Outubro
- 54-68** – **Nero**
- 54-62** – Nero é aclamado pelos pretorianos; Afrânio Burro, Séneca e Agripina controlam o jovem imperador
 - 58** – Reacende-se a guerra entre Roma e a Pártia pelo domínio da Arménia
 - 61** – Insucessos militares na Britânia
 - 64** – Grande incêndio de Roma; perseguição aos cristãos
 - 65** – Conjura de Gaio Calpúrnio Pisão
 - 66** – Início das rebeliões judaicas
 - 68** – Revolta de Vindex
 - Morte de Nero
- 68-69** – Guerra civil
 - **Galba** aclamado imperador
- 69** – Reinados de **Otão** e **Vitélio**

Dinastia dos Flávios

- 69-79** – **Vespasiano**
 - 70** – Tito ataca e toma Jerusalém; destruição do templo
 - 74** – Campanhas na Germânia e na Britânia
 - 77** – Gneu Júlio Agrícola é nomeado legado na Britânia
- 79-81** – **Tito**
 - 79** – Erupção do Vesúvio e destruição de Pompeios, Herculano e Estábias
 - 80** – Incêndio em Roma que destrói o templo de Júpiter Capitolino
 - Inauguração do Anfiteatro Flávio (Coliseu)
- 81-96** – **Domício**
 - 83** – Campanhas na Germânia contra os Chatos
 - 84** – Final das campanhas de Agrícola na Britânia
- 86-92** – Guerra contra os Dácios de Decébalos

Dinastia dos Antoninos

- 96-98 – Nerva**
- 97** – Nerva proclama Trajano, oriundo de Itálica, na Bética, como seu filho e César
- 98-117 – Trajano**
- 101-102** – Primeira guerra contra os Dácios
- 105-106** – Segunda guerra contra os Dácios; Decébalos é derrotado e suicida-se
 - Dácia província romana
- 114-117** – Guerra contra os Partos
 - Instituídas as províncias da Arménia, Mesopotâmia e Assíria
- 115-117** – Revolta judia
- 117-138 – Adriano**
- 132-135** – Revolta judaica
 - 136** – Adopção de Lúcio Élio César
 - 138** – Élio morre no dia 1 de Janeiro, meses antes do imperador
 - Adopção de Antonino
- 138-161 – Antonino Pio**
- 139** – Marco Aurélio assume o título de César
- 152** – Paz restabelecida na Mauritània
- 152-153** – Revolta no Egípto
- 160** – Reforço do limes renano
- 161-180 – Marco Aurélio** (associado a L. Vero até 169)
- 161-166** – Guerra contra os Partos, conduzida por L. Vero
- 164-165** – Peste alastra da Selêucia à Asia Menor, Egípto, Itália, chegando até ao Reno
- 168-175** – Campanhas contra Germanos e Sármatas
 - 176** – M. Aurélio nomeia o seu filho Cómodo como sucessor
- 180-192 – Cómodo**
- 185** – Amotinamento das tropas na Britània
- 188** – Repressão de revolta em África
- 192-194** – Crise do Império: Pertinax, Dídio Juliano, Pescénio Niger

Dinastia dos Severos

- 193-211 – Septímio Severo**
- 197** – Exército derrota Clódio Albino em Lugduno
 - Caracala recebe o título de César
- 197-198** – Guerra contra os Partas
- 198** – Caracala é proclamado Augusto e seu irmão Geta, César
- 207-211** – Campanhas de Severo na Britània, onde morre

- 211-217** – **Caracala e Geta** (assassinado em 212)
- 212** – Constituição Antoniniana: concessão da cidadania aos habitantes das províncias
- 214-215** – Defesa do Danúbio contra os Quados e Godos
- Expedição contra os Partos
- 217-218** – **Macrino**
- 218-222** – **Elagabal**
- 222-235** – **Severo Alexandre**
- 230-232** – Campanha contra os Sassânidas

Anarquia militar

- 235-238** – **Maximino o Trácio**
- 235-237** – Campanha contra os Germanos
- 238** – Godos atravessam o Danúbio
- Proclamações e sequente assassinato de **Gordiano I** e **Gordiano II**, em África
- Proclamações de **Balbino** e **Pupieno** em Roma, assassinados, poucos meses depois, pelas tropas
- 238-244** – **Gordiano III**
- 241** – Expedições contra os Godos no Danúbio
- 242-243** – Campanha vitoriosa contra os Persas
- 244-249** – **Filipe o Árabe**
- 247** – Acordo de paz com os Persas
- Vitória sobre os Carpos e Godos
- 248** – Celebração do milenário de Roma
- 249-251** – **Décio**
- 250** – Perseguições sistemáticas contra os cristãos
- Ameaças dos Francos no Reno
- 251-253** – **Treboniano Galo**
- 251** – Acordo de paz com os Godos
- 252** – Síria novamente invadida pelos Persas
- 253** – **Emiliano**
- 253-268** – **Valeriano** (até 260) e **Galieno** (a partir de 258)
- 253** – Alamanos e Francos invadem a Gália
- 254-258** – Campanhas de Galieno na Gália, que expulsa os Alamanos e Francos para lá do Reno
- 256-258** – Valeriano reconquista Antioquia e parte da Ásia Menor
- 257-258** – Éditos contra os cristãos
- 258** – Usurpação de Ingénio na Panónia
- 259** – Revolta de Regaliano em Carnunto

- 259-260** – Alamanos entram na Récia e os Francos na Gália; juntos dirigem-se para o Centro e Sudeste da Gália e chegam à Hispânia e Mauritânia
- 260** – Valeriano é derrotado em Edessa e feito prisioneiro pelos Persas
 – Usurpações de Macriano e Quieto em Émeso
 – Rebelião de Póstumo na Gália, que mata Salonino, filho de Galieno
- 263-267** – Revogação dos éditos contra os cristãos
 – Reforma do exército e da Administração em favor da ordem equestre
- 267** – Campanhas contra os Godos na Trácia
- 268** – Galieno é morto em Milão por Auréolo
- 268-270** – **Cláudio II o Gótico**
- 268** – Vitória sobre os Alamanos nas margens do lago Garda
 – Rebeliões de Leliano, Mário e Victorino
- 269** – Derrota dos Godos em Naisso
- 270** – **Quintilo**
- 270-275** – **Aureliano**
- 270** – Usurpação de Tétrico
 – Novas invasões de Alamanos e Francos
 – Campanhas contra os Vândalos e Sármatas
- 271** – Início da construção da muralha aureliana em Roma
- 274** – Derrota de Tétrico: fim do Império Gaulês
- 275** – Francos e Alamanos invadem a Gália
 – Godos e Alanos entram na Ásia Menor
- 275-276** – **Tácito**
- 276** – **Floriano**
- 276-282** – **Probo**
- 277-278** – Libertação das províncias ocidentais dos povos bárbaros
- 278-279** – Campanha contra os Godos no Danúbio
- 280** – Repressão da revolta de Próculo e Bonoso na Gália
- 282-283** – **Caro**
- 283** – Campanha contra os Persas
- 283-285** – **Numeriano e Carino**
- 284** – Francos e Alamanos continuam a ameaçar o limes renano
 – Saxões devastam o litoral gaulês

Diocleciano e a tetrarquia

- 284-305** – **Diocleciano**
- 286** – Associação de **Maximiano** como Augusto

- 288-292** – Operações de limpeza no Reno e no Danúbio Superior
- 293** – Organização do sistema tetrárquico: **Constâncio Cloro e Galério** são proclamados Césares
- 296-298** – Campanha vitoriosas contra os Persas: o Império atinge a máxima extensão no Oriente após a paz de Nisíbis
- 301** – Édito Máximo
- 302-304** – Grandes perseguições contra os cristãos
- 305** – Abdicação dos Augustos (Diocleciano e Maximiano) em favor dos Césares (Constâncio Cloro e Galério); Flávio Severo e Maximino Daia são nomeados Césares

Dinastia Constantiniana

- 306-337** – **Constantino I**
- 306** – Usurpação de Maxêncio, filho de Maximiano
- 306-313** – Galério, Severo, Constantino, Maximino, Maxêncio e Licínio disputam o poder
- 312** – Batalha da Ponte Múlvio: Maxêncio é derrotado por Constantino, aliado a Licínio
- 313** – Édito de Milão e liberalização do Cristianismo
- 313-324** – Após acordo (313), Constantino fica no Ocidente e Licínio no Oriente
- 320** – Perseguições aos cristãos no Oriente
- 324** – Constantino restabelece a unidade do Império
 - Escolha de Bizâncio para capital, consagrada em 330 com o nome de Constantinopla
- 325** – Concílio de Niceia
- 332** – Guerra contra os Godos
- 336** – Campanha contra os Persas
- 337-361** – **Constantino II** (até 340), **Constante** (até 350) e **Constâncio II**
- 337** – Perseguição dos cristãos na Pérsia
- 338-350** – Campanhas de Constâncio II contra os Persas de Sapor II
- 341-343** – Constante reorganiza o *limes* de Adriano na Britânia
 - Expedições no Reno contra Francos e Alamanos
 - Difusão do Arianismo entre os Godos
- 350** – Usurpação de Magnêncio na Gália, que assassina Constante
 - Usurpação de Vetrânio e Nepotiano
- 351** – Constâncio Galo é nomeado César no Oriente
- 351-353** – Guerra de Constâncio II contra Magnêncio
- 352** – Francos e Alamanos invadem a Gália
- 354** – Morte de Constâncio Galo

- 355** – Juliano é nomeado César, em Milão
- 356-361** – Campanhas de Juliano na Gália
- 360** – Proclamação de Juliano em Lutécia
- 360-363** – **Juliano**
- 361** – Juliano marcha contra Constâncio II, que entretanto morre
- 363** – Expedição contra os Persas
- 363-364** – **Joviano**
- 363** – Paz com os Persas
- Abolição dos éditos contra os cristãos

Dinastias Valentiniana e Teodosiana

- 364-383** – **Valentiniano I** (até 375), **Valente** (até 378), **Graciano** (367-383)
- 364-367** – Campanhas de Valentiniano I no Reno, no Danúbio e na Britânia
- 374** – Os Hunos invadem a península dos Balcãs
- 375** – Morte de Valentiniano I na Panónia e nomeação de **Valentiniano II** (até 392)
- 378** – Hunos, Ostrogodos e Alanos derrotam Valente em Adrianópolis
- 379** – **Teodósio I** (até 395) é nomeado Augusto por Graciano
- 380** – Teodósio cerca Constantinopla; conversão ao Cristianismo
- 381** – Operações militares contra os Vândalos
- Concílio de Constantinopla
- 382** – Acordo com os Visigodos
- 383** – **Arcádio** (até 408) é proclamado Augusto
- 383-388** – Usurpação de Magno Máximo na Britânia
- 392** – Teodósio proíbe os cultos pagãos
- 392-394** – Usurpação de Eugénio
- 393** – **Honório** (até 423) é proclamado Augusto
- 395** – Morte de Teodósio e divisão do Império entre Arcádio (Oriente) e Honório (Ocidente)
- 401** – Visigodos de Alarico invadem a Itália
- 402-405** – Vitórias de Estilicão sobre os Visigodos e Ostrogodos
- 408** – Suevos, Vândalos e Alanos entram na Hispânia
- 410** – Saque de Roma pelos Visigodos de Alarico
- 413** – Visigodos de Ataúlfo instalam-se na Gália
- 433** – Hunos fixam-se na Panónia
- 439** – Vândalos conquistam Cartago e África
- 476** – Fim do Império Romano do Ocidente: Odoacro depõe Rómulo Augústulo e restitui ao imperador do Oriente a autoridade sobre a Itália

BIBLIOGRAFIA GERAL

RUI M. S. CENTENO

Neste apartado reúnem-se alguns manuais gerais sobre a história de Roma, cuja consulta permitirá ao leitor uma iniciação em temas que não são tratados neste livro ou, em conjunto com a bibliografia específica apresentada no final de cada capítulo, aprofundar os seus estudos. Dada a extensão da bibliografia sobre o assunto, optámos por uma selecção de obras que contemple alguns títulos já clássicos, a par de trabalhos de publicação mais recente.

Colecções de história geral

«Clio»:

N.º III: PIGANIOL, A.

19625 *Histoire de Rome*, Paris, P. U .F.

«Nouvelle Clio»:

N.º 7: HEURGON, J.

19802 *Rome et la Méditerranée occidentale jusqu'aux guerres puniques*, Paris, P. U .F.

N.º 8: NICOLET, Cl.

1977 *Rome et la conquête du Monde Méditerranéen, 264-27 avant J.-C. 1/Les structures de l'Italie romaine*, Paris, P. U .F.

N.º 8 bis: NICOLET, Cl. (dir.)

1978 *Rome et la conquête du Monde Méditerranéen, 264-27 avant J.-C. 2/Genèse d'un empire*, Paris, P. U. F.

N.º 9: PETIT, P.

19712 *La paix romaine*, Paris, P. U .F.

N.º 11: RÉMONDON, R.

19702 *La crise de l'Empire Romain de Marc Aurèle à Anastase*, Paris, P. U. F.

«Peuples et Civilisations»:

N.º III: PIGANIOL, A.

19675 *La conquête romaine*, Paris, P. U. F.

N.º IV: ALBERTINI, E.

19704 *L'Empire Romain*, Paris, P. U. F.

«Rumos do Mundo»:

N.º IV: BLOCH, R.; COUSIN, J.

1964 *Roma e o seu destino*, (Trad. de M. A. Magalhães Godinho), Lisboa - Rio de Janeiro, Ed. Cosmos.

Manuais

BOARDMAN, J.; GRIFFIN, J.; MURREY, O. (eds.)

1986 *The Oxford History of the Classical World. 2. Rome*, Oxford, University Press.

CHASTAGNOL, A.

1969 *Le Bas-Empire*, (Col U2, 58), Paris, A. Colin.

CRAWFORD, M.

19932 *The Roman Republic*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press.

LEVI, M. A.; MELONI, P.

1992 *Storia romana dalle origini al 476 d.C.* (Manuali Cisalpino, 5), Nova Ed., Milano, Cisalpino.

MARTIN, J.-P.

1973 *La Rome ancienne*, (Col. Le Fils des Temps), Paris, P. U. F.

MOMIGLIANO, A. e SCHIAVONE, A. (dir.)

1988-1993 *Storia di Roma*, 4 vols. em 7 tomos, Torino, G. Einaudi Ed.

PETIT, P.

1974 *Histoire générale de l'Empire Romain*, (Col. Univers Historique), Paris, Ed. Seuil (existe uma edição de bolso em 3 vols., publicada em 1974 na Col. Points/Histoire, 35-37, Paris, Ed. Seuil).

Produção

UNIVERSIDADE ABERTA

edição impressa, 1997

edição eletrónica, 2014

Rui Manuel Sobral Centeno é doutor em Pré-história e Arqueologia e licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde é professor associado.

Carlos Fabião é professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). É doutor em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Amílcar Guerra é professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutor em História Clássica, mestre em Literatura Latina e licenciada em Filologia Clássica.

Maria Cristina de Sousa Pimentel é professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e agregada em Estudos Clássicos, doutora em Literatura Latina, mestre em Literatura Latina e licenciada em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Arnaldo do Espírito Santo é professor catedrático emérito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e agregado em Língua e Cultura Latina, doutor em Literatura Latina, mestre em Literatura Latina e licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

05

ISBN: 978-972-674-748-2